



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DOS
SURDOS E A CONSTRUÇÃO DAS SUAS IDENTIDADES**

Flávia Furtado Rainha Silveira

**Brasília
2009**

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DOS SURDOS E A CONSTRUÇÃO DAS SUAS IDENTIDADES

Flávia Furtado Rainha Silveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, sob a orientação da Profa. Dr^a Angela Maria de Oliveira Almeida

**Brasília
2009**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DOS SURDOS E A CONSTRUÇÃO DAS SUAS IDENTIDADES

Tese de doutorado defendida e aprovada
pela banca examinadora constituída por:

Prof^ª. Dra. Angela Maria de Oliveira Almeida – IP/UnB

Presidente

Prof. Dr. Celso Pereira de Sá - UERJ

Membro externo

Prof^ª Dra. Divaneide Lira Lima Paixão – Universidade Católica de Brasília

Membro

Prof^ª Dra. Ione Vasquez-Menezes – UnB

Membro

Prof^ª. Dra. Marisa Maria Brito da Justa Neves – UnB

Membro

Prof^ª Dra. Rosana Maria Tristão – UnB

Suplente

Brasília, 2009

De: Flávia

Para: os meus queridos pais, pelo exemplo de luta, trabalho e dignidade. Fonte inspiradora, início, meio e fim das minhas conquistas. Para vocês, Sr. Célio Silveira e dona “Maricota”, o meu amor e o que eu tenho de melhor: o desejo de lutar a cada amanhecer.

Para: o meu Alberto, por aceitar caminhar ao meu lado, dividindo as dores e as alegrias desta vida.

AGRADECIMENTOS

O poder transformador da educação é algo que me emociona. As possibilidades que se abrem, os encontros possíveis, as mudanças no curso de um rio que antes parecia fadado a seguir percurso determinado. Gosto muito de uma frase do padre Fábio de Melo:

Sou como um rio em processo de vir a ser. A confluência de outras águas e o encontro com filhos de outras nascentes me torna outro. O rio é a mistura de outros encontros. Eu sou feito de águas, muitas águas. Também recebo afluentes e com eles me transformo. O que sai de mim cada vez que amo? O que em mim acontece quando me deparo com a dor que não é minha, mas que pela força do olhar que me fita vem morar em mim? Eu me transformo em outros? Eu vivo para saber. O que do outro levo leva tempo para ser decifrado. O que sei é que a vida me afeta com o seu poder de vivência. Empurra-me para reações inusitadas, tão cheias de sentidos ocultos. Cultivo em mim o acúmulo de muitos mundos. (...) Um dia sou multidão; no outro sou solidão.

É assim que me sinto ao final deste doutorado. Talvez, a alegria de vislumbrar o avanço de mais um passo faça-me olhar para trás, a fim de entender quantos “outros” há em mim e nos trabalhos que desenvolvo. Percebo que uma decisão mudou minha vida, e, em consequência, a de muitos que partilham comigo a arte do viver. Vir para Brasília, renunciar a um trabalho em Minas Gerais, encontrar pessoas, conhecer a professora Marisa Brito, tão especial em minha vida. Fazer doutorado com a professora Angela Almeida e uma série de pessoas queridas que me ajudaram a crescer, a ser um pouquinho melhor a cada dia. Obra do acaso? Não. Obra de um Deus maravilhoso que intervém em cada momento, que me dá forças, alegria e ânimo para

enfrentar as dificuldades, e me ajuda a transpor os meus próprios desafios, as minhas próprias limitações.

Como um “rio em processo de vir a ser”, transbordo de gratidão pela vida e seus inusitados encontros. Antes de tudo, agradeço à nascente, que me gerou pequenina, mas com potencial de me tornar oceano. A meus pais, Célio e Maria, toda minha gratidão pela força do abraço, pelos princípios ensinados e por me mostrarem sempre que a vida só tem sentido quando olhamos para e pelo outro oprimido, com mais dificuldades. Os primeiros pressupostos da inclusão aprendi com vocês, no berço de uma casa sempre aberta aos mais humildes, no trabalho desenvolvido pelo meu pai na Sociedade São Vivente de Paula, e em tantos momentos que vocês nos proporcionaram olhar para a nossa vida por meio das vidas dos outros. Agradeço também por terem nos mostrar o valor dos estudos. Mãezinha, obrigada pela força do seu sorriso e pela paz do seu olhar.

Agradeço, ainda, a amizade, o carinho, a admiração e as preocupações dos meus queridos irmãos, Bruno, Gustavo e Rafael, afluentes da mesma nascente, e também, à Emília, Julize e Iara, minhas cunhadas, rios que se juntaram ao nosso e o fez melhor. Obrigada, família!

A meu amor, Alberto, minha nova família. Pela paciência nos momentos de impaciência, pelo amor incondicional, pela disposição em me ajudar, pelas dicas sobre a cultura dos surdos, por me apresentar tantos amigos surdos, por ser uma pessoa tão sensível à causa da inclusão. Por me amar tanto assim.

À professora Angela Almeida, por ter me acolhido e me aceitado com minhas falhas. Por, generosamente, ter aberto sua casa e sua família, e por ter compartilhado tantos ensinamentos. Por ser tão cuidadosa e por acreditar em mim. Obrigada, de coração!

À professora Marisa Brito, por tudo o que fez e continua fazendo por mim. Por estar

sempre presente, ainda que longe, e por me contagiar com sua energia e com sua opção pela felicidade, pois, como ela mesmo diz: “há vida fora do doutorado”!

Aos professores: Celso, Divaneide, Ione, Marisa e Rosana, que, generosamente, aceitaram o convite para participar da banca.

Aos amigos do Lapsis: Diva, Alexandre Galvão, Juliana, Talita, Felipe, Henrique, Ivina, Sandra, Daniella Coenga, Helena, Ludmila, Alexandre Rezende, Josely, Letícia, Daniela e à sempre amiga, que aí conheci, Renata, por serem tão companheiros nas risadas gostosas e nas lutas diárias.

Ao Senac, ao professor Luiz Otávio e a todos os amigos e amigas que fiz, por compreenderem minhas ausências e entenderem a importância deste passo em minha vida. Agradeço o apoio do meu colega de trabalho Elias, que muito me ajudou, graças às suas ricas experiências com surdos durante toda uma vida e, mais recentemente, na Coordenadoria de Inclusão e Cidadania.

Aos queridos da Faculdade de Tecnologia Senac-DF, pela convivência e o aprendizado que o trabalho proporciona e por me apoiarem nestes anos de “turbulência”. Em especial, à Juliana e ao Moacir, que dividem comigo alegrias e tristezas da batalha diária. Ao Alex Harlen e Rafael Voigt, que muito contribuíram com a revisão textual.

Aos surdos, por me ensinarem que o pior silêncio é o silêncio da alma, meus agradecimentos. Ao Messias, Amarildo e Ilza, por me ajudarem a entender um pouquinho do universo do surdo.

Os limites destas páginas não me permitem agradecer a todos. São tantos amigos, tantos apoiadores, tantos rios que cruzaram o meu... A vida tem sido de fato muito generosa comigo. Para todos vocês, que estão comigo nesta aventura do transcurso do rio, minha gratidão!

Ao findar esta tese, confesso sentir-me tentada a seguir o conselho repleto de sapiência tingida nos cabelos brancos do meu velho pai. Em uma conversa ao telefone, brincava que iria prosseguir os estudos logo após o término desta tese. Foi então que ele disse-me: “Flávia, agora é hora de cuidar um pouco de você!”

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| LISTA DE TABELAS..... | 11 |
| LISTA DE FIGURAS | 13 |
| RESUMO | 14 |
| ABSTRACT | 15 |
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| PARTE 1: BALIZAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL | 28 |
| 1.1 A surdez | 29 |
| 1.1.1 A surdez: sobre os conceitos e suas concepções | 29 |
| 1.1.2 A educação dos surdos ao longo da história..... | 34 |
| 1.1.3 Estudos recentes sobre a surdez | 50 |
| 1.2 O trabalho | 75 |
| 1.3 O trabalho de surdos | 93 |
| 1.3.1 Concepções, ordenação jurídica e práticas relacionadas ao trabalho de surdos | 93 |
| 1.3.2 Os estudos recentes sobre o surdo e o mercado de trabalho..... | 103 |
| PARTE 2: OS APORTES TEÓRICOS DO ESTUDO | 107 |
| 2.1 A teoria das representações sociais | 108 |
| 2.1.1 Teoria das Representações Sociais: uma psicossociologia do senso comum..... | 108 |
| 2.2 Identidades: conceitos e teorias | 128 |
| 2.2.1 O conceito de identidade a partir da Teoria da Identidade Pessoal | 128 |
| 2.2.2 Teoria da Identidade Social e a perspectiva pós-moderna: a construção das identidades a partir de uma perspectiva psicossocial | 132 |
| 2.2.3 As identidades surdas: a ouvintização e os processos de identificação..... | 142 |
| PARTE 3: OS ESTUDOS EMPÍRICOS | 146 |
| Metodologia..... | 147 |
| 3.1 Estudo I: um estudo exploratório das RS do trabalho dos surdos | 153 |
| 3.1.1 Objetivos | 153 |
| 3.1.2 Participantes..... | 153 |
| 3.1.3 Instrumentos de coleta de dados..... | 153 |
| 3.1.4 Procedimento de coleta dos dados | 154 |
| 3.1.5 Procedimento de análise dos dados | 155 |
| Resultados e discussão | 157 |
| Conclusão..... | 200 |
| 3.2 Estudo II: as RS do trabalho de surdos pelos surdos e pelos empregadores..... | 205 |
| Metodologia | 206 |
| 3.2.1 Objetivos | 206 |
| 3.2.2 Participantes..... | 206 |
| 3.2.3 Instrumentos de coletas de dados | 208 |
| 3.2.4 Procedimento de análise dos dados | 211 |
| Resultados e discussão | 216 |
| Conclusão..... | 339 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 349 |
| REFERÊNCIAS..... | 361 |
| ANEXOS | 378 |
| Anexo 1. Termo de consentimento - Estudo I | 379 |
| Anexo 2. Roteiro de entrevista com surdos empregados - Estudo I..... | 380 |
| Anexo 3. Roteiro de entrevista com surdos desempregados - Estudo I | 382 |
| Anexo 4. Termo de consentimento - Estudo II..... | 385 |
| Anexo 5. Roteiro de entrevista com gerentes que empregam surdos - Estudo II | 386 |
| Anexo 6. Roteiro de entrevista com gerentes que não empregam surdos - Estudo II | 390 |
| Anexo 7. Roteiro de entrevista com surdos desempregados - Estudo II..... | 395 |
| Anexo 8. Roteiro de entrevista com surdos empregados - Estudo II | 407 |
| Anexo 9. Correspondência das questões – Roteirosde Entrevistas/Estudo II* | 418 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1. Síntese dos elementos da pesquisa. | 22 |
| Tabela 2. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo-Brasil</i> , com base na palavra “surdez” (N=50). | 52 |
| Tabela 3. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo-Brasil</i> , com base na expressão “deficiência auditiva” (N=24). | 62 |
| Tabela 4. Distribuição dos temas identificados nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo-Brasil</i> , a partir da junção dos parâmetros “deficiência auditiva” e surdez (N=74). | 71 |
| Tabela 5. Pesquisas de artigos com os termos “trabalho” e “deficiência”. | 105 |
| Tabela 6. Objetivos dos estudos que compõem a pesquisa. | 148 |
| Tabela 7. Passo a passo da Análise de Conteúdo. | 156 |
| Tabela 8. Distribuição das ocorrências das respostas (<i>f</i>) acerca do trabalho apresentadas pelas quatro surdas entrevistadas, em categoria, definição, temas de significação e unidades de sentido (N=4). | 158 |
| Tabela 9. Etapas de análise pelo <i>software</i> ALCESTE. | 215 |
| Tabela 10. Classe 1. A comunicação. | 220 |
| Tabela 11. Classe 4. Valor do trabalho. | 223 |
| Tabela 12. Classe 3. Ingresso e experiência no trabalho. | 225 |
| Tabela 13. Classe 2. As dificuldades dos “normais”. | 228 |
| Tabela 14. Classe 5. O trabalho do surdo/normal. | 231 |
| Tabela 15. Classe 6. Falando de si e do trabalho dos surdos. | 233 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 16. Classe 1. O diferente como normal. | 248 |
| Tabela 17. Classe 4. O trabalho assegurando a normalidade dos surdos. | 254 |
| Tabela 18. Classe 5. O preconceito frente ao desconhecido. | 257 |
| Tabela 19. Classe 2. Estratégias de convivência. | 268 |
| Tabela 20. Classe 3. Proximidade e distanciamento no enfrentamento da surdez. | 272 |
| Tabela 21. Eixo 1. Classe 1. Trabalho: do desejo ao preconceito. | 291 |
| Tabela 22. Classe 4. Por que trabalhar? | 296 |
| Tabela 23. Classe 2. Falando sobre a comunicação. | 303 |
| Tabela 24. Classe 5. A atividade da comunicação. | 306 |
| Tabela 25. Classe 3. Habilitando-se para o trabalho. | 311 |
| Tabela 26. Classe 6. Do nascimento da surdez às conquistas e perdas. | 317 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo</i> -Brasil, com base na palavra “surdez” (N=50). | 53 |
| Figura 2. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo</i> -Brasil, com base na expressão “deficiência auditiva” (N=24). | 63 |
| Figura 3. Distribuição, por ano, dos artigos localizados na base de dados <i>Scielo</i> -Brasil, utilizando o termo “deficiência auditiva” ou surdez (N=74). | 68 |
| Figura 4. Distribuição dos temas, agrupados em função do enfoque adotado, nos artigos localizados na base de dados <i>Scielo</i> -Brasil, a partir da junção dos parâmetros “deficiência auditiva” e surdez (N=74). | 72 |
| Figura 5. Classificação Hierárquica Descendente sobre o discurso dos empregadores e surdos (N=22). | 218 |
| Figura 6. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos empregadores e dos surdos. | 237 |
| Figura 7. Classificação Hierárquica Descendente sobre o Discurso dos Empregadores (N=14). | 247 |
| Figura 8. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos empregadores (N=14). | 277 |
| Figura 9. Classificação Hierárquica Descendente sobre o discurso dos surdos. | 290 |
| Figura 10. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos surdos | 326 |

RESUMO

A inclusão social do surdo pode acontecer nas mais variadas esferas sociais, sendo o trabalho meio privilegiado de inserção. Porém, apesar do aparato legal que prevê reserva de vagas, os surdos ainda encontram severas dificuldades de inserção no mundo do trabalho. A hipótese que nos ocorreu é a de que as dificuldades vivenciadas, em sua inclusão no trabalho, poderiam deixar marcas na construção de suas identidades. O objetivo principal deste estudo foi identificar as representações sociais que empregadores e surdos elaboram sobre o trabalho destes últimos e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos. Para alcançar este objetivo, recorreremos às hipóteses teóricas de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993), as quais pressupõem a investigação do campo comum, de suas variações e das ancoragens destas variações. A pesquisa empírica desenvolveu-se em duas partes. No Estudo I, as respostas de quatro surdas foram submetidas à Análise de Conteúdo. No Estudo II, analisaram-se, por meio do *software* ALCESTE, as respostas de oito surdos e quatorze empregadores. A princípio, os discursos dos participantes foram misturados e, posteriormente, analisados separadamente. Em ambos os casos, utilizou-se como instrumento a entrevista dirigida, que, em relação aos surdos, foi mediada por um intérprete de Libras. Os resultados indicaram a inexistência de um campo comum no discurso de surdos e empregadores e a presença de variações inter e intragrupo devido às suas diversas pertencas sociais. Para os surdos, o trabalho tem a função de ascensão material, social e psíquica. Encontram, contudo, dificuldades de inserção no mundo do trabalho, que explicam em função de uma comunicação incipiente, preconceito dos ouvintes, baixa escolaridade dos surdos e dificuldades de convivência entre surdos e ouvintes. Quanto ao trabalho desejado, surdos empregados e desempregados demonstram diferentes aspirações, mas percebem que os trabalhos atribuídos aos surdos são, comumente, aqueles que exijam menor qualificação. Definem-se alternando aspectos positivos e negativos em suas identidades, demonstrando estarem em um momento de transição. Os empregadores, apesar de entenderem que o trabalho dignifica o surdo, falam pela ótica da produção, evidenciam o anseio social de normalizar o surdo e realçam as suas deficiências. Ademais, referem-se ao preconceito sofrido pelo surdo, perpetrado por um Outro que não o próprio empregador. Ainda que o trabalho dos surdos seja visto pelos empregadores em geral pelo prisma da caridade, aqueles que empregam surdos realçam a eficiência do surdo no trabalho.

Palavras-chave: representações sociais, surdo, trabalho, identidades.

ABSTRACT

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE WORK OF DEAF PEOPLE AND THE CONSTRUCTION OF THEIR IDENTITIES.

The social inclusion of the deaf can take place in several different social spheres and the work is the most privileged way of insertion. Nevertheless, in spite of the legal apparatus which orders the reservation of vacancies, deaf people still have severe difficulties of being included in the world of the work. It was developed the hypothesis that those difficulties faced by his/her inclusion in the work could leave marks in the construction of their identities. The main objective of this study was to identify the social representations that employers and deaf elaborate about the work of these last ones and the relationship of those representations with the construction of the identities of the deaf ones. The theoretical hypotheses of Doise, Clémence and Lorenzi-Cioldi (1993), which presuppose the investigation of the common field, of their variations and of the anchorages of these variations were applied to reach this aim. The empiric research occurred in two parts. In the Study I, the answers of four deaf were submitted to the Analysis of Content. In the Study II, the answers of eight deaf and fourteen employers were analyzed through the software ALCESTE. At first, the members' speeches were mixed and then they were separately analyzed later. In both cases, the instrument used was the direct interview of the deaf ones mediated by an interpreter of Libras – the Official Brazilian Gesture Language. The results pointed out the lack of a common field in deaf and employers' speech and the presence of inter-group and intra-group variations due to their numerous social references. For the deaf ones, the work has the function of material, social and psychic ascension. On the other hand, they find some difficulties of being included in the world of the work and that is explained by an incipient communication, prejudice of the listeners, low education of the deaf ones and difficulties of living among deaf and listeners. Concerning to the work they want, employed and unemployed deaf demonstrate diverse aspirations, but they become aware of the fact that the kinds of work attributed to the deaf ones are commonly those which demand lower qualification. They define themselves alternating positive and negative aspects in their identities demonstrating to be in a moment of transition. The employers see this reality through the optics of the production, they sustain the social craving of normalizing the deaf and they boost their deficiencies - in spite of employers understand that the work dignifies the deaf. Besides that, they refer to the prejudice suffered by the deaf perpetrated by an Another that is not the employer himself/herself. Those employers who hire deaf employees enhance the efficiency of the deaf in the work, even if the work of the deaf people is noticed by the employers, in general, through the prism of the charity.

Keywords: social representations, deaf, work, identities.

INTRODUÇÃO

Antes de discorrer sobre o tema desta tese, gostaria de apresentar ao leitor um pouco de minha trajetória profissional, percorrida desde a graduação, e que foi essencial para a definição de meu objeto de estudo e para o delineamento da presente pesquisa. Entendo que o pesquisador permeia seus estudos com aspectos de sua subjetividade, que é construída a partir de suas experiências ao longo da vida. Por isso mesmo, esta pesquisa muito diz sobre mim e sobre as minhas escolhas profissionais feitas até então.

O percurso acadêmico e profissional por mim percorrido, desde a graduação, seguiu os caminhos do tema inclusão/exclusão, daí que me dedicasse às pessoas mantidas à margem da sociedade. Estágios em creches e na Pediatria do Hospital das Clínicas de Uberlândia, Minas Gerais, foram importantes experiências que acentuaram minha preocupação com uma Psicologia comprometida com questões sociais relacionadas à inclusão. Porém, foi a partir do inesperado convite para trabalhar no setor de Estimulação Precoce de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, localizada em uma pequena cidade do interior do Estado de Minas Gerais, que meu envolvimento com a educação especial começou a ser construído. O trabalho na APAE me permitiu o contato com crianças acometidas pelas mais diversas necessidades especiais, com suas famílias e com os profissionais envolvidos em seu tratamento. Daí também nasceu o desejo de conhecer mais sobre as teorias que me auxiliariam no entendimento do processo de inclusão/exclusão de pessoas com necessidades especiais.

O mestrado no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Marisa Maria Brito da Justa Neves, foi momento privilegiado, não somente para as minhas construções teóricas, como também para a iniciação

de uma prática de pesquisa que levasse em conta o entendimento das concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças com deficiência múltipla.

Conhecer a realidade de pais e professores envolvidos com a educação especial foi essencial para alargar minha compreensão sobre esse universo. Em muitos casos, o discurso dos pais denotava uma negação das possibilidades dos filhos. A isto coadunavam-se comportamentos de superproteção e atitudes contrárias à inclusão, por medo de que suas crianças fossem discriminadas e maltratadas em salas de ensino regular. Já os professores demonstraram ser, em sua maioria, a favor da inclusão apenas para crianças que apresentavam uma deficiência menos perceptível. Para aquelas crianças com deficiência múltipla, bastante comprometidas, acreditavam que a inclusão não seria possível. Ações pedagógicas, no discurso de muitos professores, eram impensáveis para seus alunos. Para estes profissionais, restava apenas uma espécie de exercício da função de “babá”, ocupando-se da higiene e alimentação da criança. A partir desta pesquisa, pude entender que apesar de um consenso teórico em prol da inclusão, na prática, elementos contraditórios convivem lado a lado, perdurando, mesmo em escolas especiais, práticas discriminatórias.

A docência no ensino superior foi, assim como o mestrado, um rico momento de aprendizagem e de construção das minhas identidades, agora não somente como aluna de pós-graduação, profissional da área de educação especial, mas também como professora que marcadamente era reconhecida por permear suas aulas de Psicologia da Educação com temas relacionados à inclusão das pessoas com necessidades especiais. O contato com as teorias de Vygotsky, Piaget e Wallon, decorrente da preparação das aulas, permitiu-me maior aprofundamento sobre os temas investigados por estes teóricos e sua intersecção com a educação especial.

Após conclusão do mestrado, surgiu a proposta de trabalho no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac-DF. Apesar de trabalhar no Núcleo de Educação Superior, pude entrar em contato direto com a Coordenadoria de Inclusão e Cidadania desta mesma instituição. Este núcleo se propõe a fomentar práticas e medidas inclusivas por meio da formação profissional de pessoas com as mais diversas necessidades especiais. Não raras vezes, os profissionais deste núcleo ouviram de empregadores que, ao serem obrigados pela Delegacia Regional do Trabalho a contratar pessoas com necessidades especiais, gostariam de priorizar a contratação de pessoas com “deficiência leve”. É comum optarem por uma modalidade de necessidade especial que acreditam ser mais fácil de lidar, como a deficiência física. O contato com surdos que trabalhavam nesta coordenadoria revelou-se mais um fator motivacional para a pesquisa sobre surdez e trabalho. Estes surdos traziam consigo um desejo enorme não somente de serem inseridos, mas serem realmente incluídos em práticas laborais.

Posteriormente, ao convidar um desses surdos para trabalhar mais próximo a mim, percebi que encontrava dificuldades relacionadas à comunicação e não internalização de algumas regras hierárquicas e próprias da rotina de trabalho. Já nesta época, questionava-me sobre o papel da comunicação para exposição e captação de algumas nuances e sutilezas próprias do mundo do trabalho. Como gestora, sentia-me incompetente para transmitir ao surdo conteúdos implícitos e até mesmo explícitos das tarefas propostas.

O ingresso no programa de Doutorado da Universidade de Brasília proporcionou-me o contato com o Laboratório de Psicologia Social do Desenvolvimento (LAPsiS) e, em termos acadêmicos, com as Teorias das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, e da Identidade Social, de Henri Tajfel. Desde então, interessei-me pelas questões relativas ao trabalho como elemento da construção das identidades dos surdos. Preocupava-me o fato de a

inclusão de surdos na sociedade ser obstada por problemas inerentes à inserção no trabalho, apesar das prescrições legais que garantem este direito (Lei 8.112/90 e 8.213/91). Tal constatação conduziu-nos ao questionamento: **Quais Representações Sociais (RS) sobre o trabalho de surdos têm sido construídas por estes e por empregadores, e qual a relação destas representações com a construção das identidades dos surdos?**

Outras perguntas se seguiram a essa primeira. São elas: a) Qual o conteúdo das RS do trabalho de surdos sustentados pelos próprios surdos e pelos empregadores? b) É possível identificar variações inter e intragrúpis nas RS do trabalho de surdos? c) Quais seriam os pontos de ancoragem destas variações nas RS do trabalho de surdos? Quais implicações destas RS na construção das identidades dos surdos?

Por esse norte, buscamos entender as significações a respeito do trabalho de surdos, de tal forma que nosso objetivo geral foi assim definido:

Identificar as RS que surdos e empregadores elaboram sobre o trabalho dos primeiros e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos.

Como Objetivos Específicos, propusemo-nos a:

- a) Examinar o campo comum e a organização das RS do trabalho de surdos elaborados pelos surdos e pelos empregadores;
- b) Identificar as possíveis variações, individuais e grupais, das RS do trabalho de surdos em decorrência das pertenças sociais dos participantes;
- c) Analisar os elementos sócio-históricos que ancoram as variações nas RS do trabalho de surdos e suas implicações na construção das identidades dos surdos.

Os objetivos desta pesquisa basearam-se na abordagem proposta por Doise, da Universidade de Genebra, Suíça, que representa uma corrente complementar à Teoria das Representações Sociais (TRS). Doise e outros dois pesquisadores, Alain Clémence, da Universidade de Lausanne, e Fabio Lorenzi-Cioldi, da Universidade de Genebra, propõem uma abordagem societal para estudar as RS, tendo em vista três aspectos (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1993):

1. Campo comum das RS. Parte-se do pressuposto da existência de crenças comuns sobre determinado objeto social, partilhadas entre os diferentes membros da população. Esta partilha se constrói nas relações de comunicação que são apoiadas na linguagem e nas referências que os membros têm em comum. **Neste estudo, procuraremos apreender os elementos comuns das RS do trabalho dos surdos partilhados entre surdos e empregadores, e a forma como esses elementos são organizados.**

2. Variações individuais/grupais. Pressupõe-se que os indivíduos e/ou grupos se diferenciam nas relações que mantém com os objetos de RS e que tais variações apoiam-se na variabilidade das inserções individuais e grupais, bem como dos diferentes papéis que os sujeitos exercem. **No âmbito desta pesquisa, procuramos identificar a presença de variações individuais/grupais nas RS do trabalho dos surdos e as diferentes tomadas de posição em relação ao objeto de representação em função das inserções sociais dos participantes. Assim, estimamos que, apesar de haver elementos em comum há, também, diferenças entre surdos e empregadores, em termos de elaboração das RS do trabalho de surdos;**

3. Ancoragens das diferentes tomadas de posição: por ancoragem entendemos a classificação que os sujeitos fazem, baseados em suas experiências anteriores, a fim de minimizar o desconforto causado por algo que lhe é desconhecido, estranho ou alheio. Para

Moscovici (2003), ao ancorarmos tentamos reduzir a sensação de estranheza, pois, a partir deste processo, o novo ou o estranho é “assentado” em categorias que nos são familiares. **Para fins desta pesquisa, procuraremos verificar os elementos de ancoragem das diferenciações das RS do trabalho de surdos e quais as repercussões dessas ancoragens na construção das identidades destes sujeitos.**

Partindo da opção teórico-metodológica, pautada nos três aspectos anteriormente citados, traçamos as hipóteses empíricas desta pesquisa:

1. Há nas RS do trabalho de surdos elementos que são mais amplamente partilhados pelos participantes do estudo. Estes elementos consensuais compõem o campo comum das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos participantes;

2. Há variações individuais e grupais nas RS do trabalho de surdos, retratando as diferenças decorrentes das inserções sociais de surdos e de empregadores em relação a este objeto de RS;

3. As diferenciações nas RS do trabalho de surdos são ancoradas em elementos sócio-culturais sobre os quais as identidades dos surdos se apoiam e são construídas.

As questões levantadas por esta pesquisa, bem como os objetivos delineados e suas hipóteses teóricas e empíricas são apresentados de forma resumida na Tabela 1.

Tabela 1. Síntese do delineamento da pesquisa.

| QUESTÕES DE PESQUISA | OBJETIVOS | HIPÓTESES |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Questão orientadora 1. Quais RS do trabalho dos surdos têm sido construídas pelos surdos e pelos empregadores?</p> | <p>Geral 1. Identificar as RS que os surdos e os empregadores elaboram sobre o trabalho dos primeiros e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos.</p> | <p>Teóricas (Doise et al., 1993). 1. Elementos comuns são partilhados pelos membros do grupo; 2. Diferenças individuais, inter e intragrupoais são encontradas entre os participantes; 3. As tomadas de posição ancoram-se em elementos constituídos no bojo da cultura e da história destes participantes.</p> |
| <p>Questões norteadoras</p> <p>1. Qual o conteúdo das RS do trabalho dos surdos sustentados pelos próprios surdos e pelos empregadores?</p> | <p>Específicos</p> <p>1. Examinar o campo comum e a organização das RS do trabalho dos surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores;</p> | <p>Empíricas</p> <p>1. Estima-se que nas RS do trabalho dos surdos encontram-se elementos amplamente partilhados pelos participantes do estudo. Estes elementos consensuais compõem o campo comum das RS do trabalho dos surdos elaborado pelos participantes;</p> |
| <p>2. É possível identificar as variações inter e intragrupoais nas RS do trabalho dos surdos?</p> | <p>2. Identificar as possíveis variações, individuais e grupais, das RS do trabalho dos surdos, em decorrência das pertenças sociais dos participantes;</p> | <p>2. Supõe-se que há variações individuais e grupais nas RS do trabalho dos surdos, retratando as diferenças decorrentes das inserções sociais dos surdos e dos empregadores em relação a este objeto de RS;</p> |
| <p>3. Quais os pontos de ancoragem destas RS em termos da construção das identidades dos surdos?</p> | <p>3. Analisar os elementos sócio-históricos que ancoram nas RS do trabalho de surdos e suas implicações na construção das identidades dos surdos.</p> | <p>3. Acredita-se que as RS do trabalho dos surdos proporcionam elementos de ancoragem em que as identidades dos surdos se apoiam e são construídas.</p> |

Nesta direção, este estudo foi estruturado em três partes, a saber:

PARTE 1. Balizamento teórico-conceitual;

PARTE 2. Aportes teóricos da pesquisa;

PARTE 3. Estudos empíricos.

Na PARTE 1 - Balizamento teórico-conceitual - propusemo-nos a revisar a literatura sobre temas que estão diretamente relacionados à pesquisa aqui desenvolvida, observando três grandes conceitos: surdez, trabalho e trabalho de surdos. No Capítulo 1, buscamos esclarecer ao leitor quanto aos conceitos relativos à surdez e ao sujeito surdo, no âmbito da vertente sócio-antropológica.

Neste estudo, a nomenclatura adotada em relação à pessoa que tem problemas auditivos será a de surdo. Isto porque estes assim preferem ser chamados, uma vez que o termo não porta o sentido pejorativo de “deficiente”. Observe-se, além disso, tratar-se de surdo e não *surdo-mudo*, ainda que, por muito tempo se tenha utilizado equivocadamente a expressão “surdo-mudo” para se referir às pessoas surdas, na medida em que estes, em sua maioria, possuem o aparelho fonador perfeito e pronto para a fala. Esta designação ainda persiste no senso comum. A comunidade surda organizada vem procurando alterar esta designação: eles querem ser chamados de surdos. Para isso são realizadas campanhas, impressos e cartazes no sentido de riscar a palavra mudo. Mudo é quem não pode falar: a surdez não interfere nos órgãos da fala (Klein, 2001, p. 80).

Entendemos, assim como Skliar (2001a), que a compreensão da surdez estende-se para além do aspecto clínico-terapêutico, que localiza as dificuldades dos surdos apenas do ponto de vista biológico, faltosos ou defeituosos. Nossa abordagem dialoga com a TRS, de perspectiva

social e antropológica sobre os objetos representados. À luz do pressuposto sócio-antropológico, descrevemos os principais marcos da história da educação de surdos, as formas como métodos pedagógicos e nomenclatura foram sendo ressignificados nos diversos momentos históricos, acompanhando o desejo de transformação das práticas sociais.

No Capítulo 2, discorremos sobre o conceito de trabalho, tendo em vista suas transformações ao longo da história, bem como sua principalidade na condição humana. Quanto ao conceito “trabalho”, abordamo-lo a partir do seu significado ocidental, ou seja, trabalho conforme a história do Ocidente tratou de registrar em seus anais. Recorremos a alguns autores (Antunes, 2003, 2004; De Masi, 2003; Mercure & Spurk, 2005) que abordam o tema, principalmente, do ponto de vista sociológico, a fim de demonstrar que o trabalho, apesar das mutações históricas, continua ocupando lugar privilegiado na construção da subjetividade humana.

Avançamos nesta questão, no Capítulo 3, ao discorrer sobre o trabalho de surdos. O ser surdo é uma categoria social que se construiu a partir da ideia da falta, falta de audição. A sociedade atual adere, cada vez mais, ao profissional polivalente, criativo, escolarizado e produtivo. A exigência de perfis altamente diversificados exclui aqueles que não atendem aos requisitos socialmente esperados/exigidos. Perguntamos, então: será que os surdos se encontram ainda mais excluídos do trabalho, por não perfazerem o perfil estatuído pela sociedade? E ainda: como as identidades dos surdos são construídas em um mundo no qual sua inclusão no trabalho é obstada por sua necessidade especial?

A análise das principais pesquisas publicadas nos últimos cinco anos no indexador *Scielo* Brasil elucidada a noção segunda a qual exclusão do trabalho constitui-se em processo de exclusão social. Isto, conforme hipotetizamos, pode deixar marcas importantes nas identidades

do surdo. Apesar da celebrada noção ocidental de importância do trabalho para construção das identidades, grande parte das pessoas com necessidades especiais, em idade de trabalho, encontra-se à margem do mercado. Considerando-se somente o trabalho formal - com carteira assinada ou exercido de maneira autônoma com seguridade social - é bem provável, segundo Cavalcante e Neto (2004), que o índice brasileiro fique em torno de 2,5% do total de 180 mil pessoas com necessidades especiais em idade de trabalhar. Daí que comumente os encontremos em atividades informais tais como pedintes, camelôs ou vendedores de bilhetes de loteria.

Na PARTE 2 - Aportes teóricos da pesquisa - Duas teorias são empregadas para abordar as questões aqui levantadas: a Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Serge Moscovici (1961/1978, 2003) e a Teoria da Identidade Social (TIS) proposta por Henry Tajfel (1974, 1981, 1982). No Capítulo 4, apresentamos a TRS que destaca a perspectiva psicossociológica do conhecimento do senso comum. O conceito de RS designa ao mesmo tempo um fenômeno dinâmico, produzido no cotidiano e uma forma de saber de senso comum, de caráter eminentemente prático e orientado para comunicação, compreensão ou domínio do ambiente social, material e ideal de determinado grupo (Jodelet, 1985). No Capítulo 5 apresentamos a TIS, precedida pelas diferentes conceituações do termo “identidade”, bem como nossa opção por tomá-la em sentido plural, na medida em que a percebemos em seu caráter *mutatis mutante*. Por esta razão, adotamos a nomenclatura “identidades”, recorrendo não somente aos princípios contidos no conceito de identidade social de Tajfel, mas o ampliamos por entendermos as identidades em caráter dinâmico, multifacetado, marcado essencialmente pela relação com o outro (Hall, 2000).

Identidade social¹, para Tajfel (1981), é parte do autoconceito, que deriva de conhecimento que o sujeito possui de características, valores e significados emocionais dos membros do seu grupo. Consideramos, desta forma, que as RS do trabalho e a representação que surdos têm de si funcionam como princípios organizadores do processo de construção de suas identidades.

Na PARTE 3 - Estudos empíricos - apresentamos nossas investigações empíricas, as quais têm por objetivo identificar as RS que surdos e empregadores elaboram sobre o trabalho de surdos e a relação dessas representações com as identidades dos surdos. Realizamos o Estudo I, relatado no Capítulo 6, objetivando não somente a compreensão das RS do trabalho de surdos elaboradas por quatro surdas desempregadas, mas também o refinamento do instrumento do Estudo II. Com base nas repostas dos participantes à entrevista estruturada, mediada por intérprete em Libras, constatamos que o trabalho é significado a partir de sua importância, visto como mediador que as aproxima do mundo de consumo dos ouvintes. Porém, os participantes denunciam dificuldades em sua inserção no mundo do trabalho, como as relacionadas à comunicação, ao preconceito e à baixa escolarização e formação profissional. No Capítulo 7, apresentamos o Estudo II, que contou com participação de 22 pessoas, das quais, 14 eram empregadoras/gerentes de supermercado e oito surdas. Metade dos empregadores entrevistados empregava surdos em seus estabelecimentos. Dos oito surdos, quatro estavam trabalhando. Identificamos que surdos e empregadores constituem-se em um grupo social distinto, que têm RS diferentes sobre o trabalho dos surdos.

¹ Apesar de utilizarmos o termo “identidades”, devido ao nosso entendimento sobre o seu caráter dinâmico, manteremos o termo “identidade social”, no singular, para preservar a nomenclatura utilizada por Tajfel.

Presumimos que os resultados desta pesquisa podem dar base à elaboração de políticas públicas e intervenções, favorecendo assim a inclusão profissional de surdos, em seus aspectos objetivos e subjetivos, hoje sustentados como direitos garantidos legalmente, porém sem pleno cumprimento na prática. É necessário, pois, que a inclusão de surdos se realize para além de diretrizes legais, garantindo-lhes assim o direito irrestrito da pessoa à cidadania.

Neste estudo, advogamos a importância do trabalho como fator estruturante das identidades dos surdos, uma vez que promove interações sociais, palco das comparações e categorizações grupais. O trabalho é registro de identificação na medida em que o sujeito se reconhece e é reconhecido por aquilo que faz e pelo papel que desempenha no campo profissional. Neste sentido, o maior ou menor grau da aceitação e de reconhecimento do surdo na sociedade irá depender, em grande parte, de sua ocupação.

PARTE 1: BALIZAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL

1.1 A SURDEZ

1.1.1 A surdez: sobre os conceitos e suas concepções

Neste tópico discorreremos sobre o conceito de surdez com base em dois referenciais distintos. O primeiro refere-se à definição desta modalidade de necessidades especiais a partir da visão clínico-terapêutica. O segundo posicionamento, que é o adotado por nós neste estudo, retrata a visão sócio-antropológica e compreende a surdez a partir da sua diversidade social, cultural e linguística.

A categoria “surdez” encontra-se inserida no universo das necessidades especiais. Estas incluem, também, a deficiência física, a deficiência mental, a deficiência visual e a deficiência múltipla. De acordo com a Declaração das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, o termo deficiente² designa “toda pessoa em estado de incapacidade de prover, por si mesma, as necessidades de sua vida pessoal ou social, em decorrência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades mentais ou físicas” (Organização das Nações Unidas, 1975).

Quanto à incidência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 10% da população mundial tenha algum tipo de necessidade especial. Índice maior é encontrado em países cuja população vive em precárias condições sociais e econômicas. A miséria, a fome e a falta de exames pré-natais e medidas preventivas de deficiências aumentam ainda mais o contingente de pessoas com necessidades especiais. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo de 2000, aponta cerca de 14,5% da população com alguma necessidade especial. Destes, 23,18%, ou, 5,7 milhões de pessoas têm

² Termo utilizado pelo referido documento.

algum problema auditivo (Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia. Acessado: 04 de abril, 2009).

A compreensão do conceito de surdez pode ser empreendida a partir de dois referenciais. Skliar (2001a, 2001b) assinala que, na concepção clínico-terapêutica, os surdos são percebidos a partir de sua deficiência, que deve ser curada para que eles se aproximem ao máximo dos parâmetros de normalidade ouvinte. Pensada em termos audiológicos, a visão clínico-terapêutica remete à coexistência da privação sensorial e da ausência do som e da fala. O cerne da surdez, desta forma, é traduzido pelos tratados médicos, que propõem identificar os níveis de *déficits* auditivos, a fim de gerar diagnósticos e oferecer tratamentos com vistas à correção, à reabilitação e à normalização dos indivíduos avaliados. Muitas dessas práticas são concretizadas pela Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia e pela Pedagogia, cujos diagnósticos, tratamentos e propostas terapêuticas forjam identidades dos surdos a partir da oposição surdo/mudo/desviante *versus* ouvinte/falante/normal (Lulkin, 2001).

Nesta visão se encontram dois importantes conceitos. O primeiro deles é o *ouvintismo*, que é o conjunto de representações dos ouvintes sobre a surdez, “a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (Skliar, 2001a, p. 15). Este olhar, a partir dos parâmetros dos ouvintes, coaduna-se em percepções dos surdos como se fossem doentes e refletem-se nas práticas terapêuticas praticadas até mesmo nos dias atuais. Outro conceito importante dentro da visão clínico-terapêutica é o *oralismo*, que é a forma institucionalizada do *ouvintismo*. O *oralismo* constituiu-se em práticas destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam, o máximo possível, como os ouvintes. Ao longo da história dos surdos, tanto o *ouvintismo* quanto o *oralismo* preceituaram-se em práticas, onde o ouvinte posiciona-se em condição de superioridade a ponto de ditar metodologias e impor a língua oral

como única via de construção de conhecimentos.

Em sua acepção clínico-terapêutica, surdez caracteriza-se por falta ou deficiência de funcionamento do sentido da audição, o que pode provocar alterações na recepção e interpretação de mensagens comunicativas. De acordo com conceito estabelecido pela *American National Standards Institute* (1989), “a deficiência auditiva é considerada como a diferença entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora” (Disponível em: www.ansi.org. Acessado: 04 de abril, 2009).

De acordo com dados deste mesmo Instituto, a perda auditiva pode variar em graus e níveis na seguinte forma:

- a) Perda de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve.
- b) Perda de 41 a 55 db - surdez moderada.
- c) Perda de 56 a 70 db - surdez acentuada.
- d) Perda de 71 a 90 db - surdez severa.
- e) Perda acima de 91 db - surdez profunda.
- f) Perda anacusia.

Usualmente, indivíduos com perdas auditivas leves, moderadas ou severas são considerados como deficientes auditivos, enquanto aqueles que não possuem resquício auditivo algum são denominados surdos. Porém, neste estudo, por entendermos que as nomenclaturas utilizadas no senso comum são as mais adequadas para compreendermos uma RS, utilizar-se-á a nomenclatura “surdo” para todo o grupo de pessoas que possuem perdas leves, moderadas ou severas de audição.

A surdez, de acordo com Melo (2004), pode ser do tipo: a) condutiva, que se refere a qualquer interferência na condução do som desde o conduto auditivo externo até a cóclea, que

tem capacidade de funcionamento normal, mas não é estimulada pela vibração sonora. A maioria dessas deficiências pode ser corrigida por meio cirúrgico; b) sensorio-neural, que é a incapacidade irreversível de recepção do som por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo; c) mista, cuja alteração na condução do som até o órgão sensorial é associada à lesão do órgão sensorial ou do nervo auditivo; d) central, a qual se manifesta por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras. É decorrente de alterações nos mecanismos de processamento da informação sonora no tronco cerebral (sistema nervoso).

Se, de um lado, a visão clínico-terapêutica conceitua a surdez como uma falha auditiva a ser reparada pelas ciências médicas, de outro lado, a visão sócio-antropológica propõe uma forma diferente de representar e conceituar o surdo e a surdez. Esta visão, acentuada nas últimas três décadas, constitui o conjunto de discursos e práticas que buscam compreender a surdez como diferença política, social e antropológica. Por isto, nesta visão, a surdez é entendida como “uma diferença a ser politicamente reconhecida e (...) uma experiência visual” (Skliar, 2001a, p. 11).

Na visão sócio-antropológica, a diferença não é entendida como *déficit*, mas como um processo construído histórico e socialmente. Skliar (2001a) nos garante que o conceito de surdez, a partir desta ótica, leva em consideração a noção de alteridade e das relações de saberes e poderes existentes entre surdos e ouvintes. Considera, ainda, a língua de sinais como língua própria dos surdos, que proporciona outros modelos de identificações, além daqueles que se baseiam na cultura ouvinte. Neste aspecto, o olhar sócio-antropológico sobre a surdez recebe as contribuições do *bilinguismo*, que é uma proposta de educação dos surdos baseada na premissa de que, em seu cotidiano, os surdos convivem com uma situação bicultural: a língua de sinais, própria da comunidade surda e a língua oral, típica da cultura ouvinte. Valendo-se do seu direito linguístico, desde a mais tenra idade, as crianças surdas seriam expostas à estas duas línguas

para que tenham possibilidades de interação, inserção sociocultural e modelos de identificação com as comunidades surdas e ouvintes (Lima, 2004).

Depreende-se que o conceito de surdez, a partir da visão sócio-antropológica, leva em consideração que os surdos têm acesso peculiar ao mundo e possui diferenças culturais em relação aos ouvintes. Por não ouvirem, surdos constroem seu conhecimento de mundo por meio do canal viso-gestual. Isto significa dizer que todos os mecanismos de processamento da informação e todas as formas de compreensão se dão a partir da experiência visual. Desta forma, a educação e o desenvolvimento dos surdos devem ter como norte a língua de sinais (Souza, 1998; Silva & Pereira, 2003; Gesueli, 2006). A língua de sinais é oficialmente considerada, desde 1984, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a língua natural das pessoas surdas.

O mote da visão sócio-antropológica, adotada neste estudo, não é a surdez em si, mas as representações *ouvintistas* hegemônicas sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos. Portanto, não há patologia a ser medicalizada. A surdez é vista como híbrida, pois há múltiplas identidades surdas em construção. Para Thoma (2001, p.136), este pressuposto se baseia “na diferença (linguística, cultural...) e não na deficiência (perda auditiva, déficit cognitivo...)”, como era ditado pela visão clínico-terapêutica. O que significa conceber o surdo como uma pessoa, como um sujeito cognoscente, repleto de possibilidades e potencialidades.

O conceito de surdez, portanto, é amplo e pode adquirir várias nuances, pois, de acordo com o grau de comprometimento biológico, com as condições do ambiente e com a qualidade da estimulação, definem-se graus leves, moderados ou severos de comprometimento. Concordamos com Vygotsky (1920/1995), em seu *Tratado de Defectologia*, para quem deficiência não é necessariamente ineficiência, uma vez que é possível estimular mecanismos

supercompensatórios, principalmente por meio de interações sociais. Para este autor, a deficiência biológica gera uma forma mais determinante de dificuldade: a socialização ineficiente, fechando-se assim um círculo no qual deficiência biológica dificulta as interações sociais e, reciprocamente, a falta de socialização e de interação acentuam as dificuldades sensoriais.

O determinismo biológico, como assegurou Vygotsky (1920/1995), faz parte da história dos surdos. Por muito tempo esses sujeitos foram vistos como monstros ou aberrações da natureza. Neste período, caracterizado pela exclusão, surdos e outras pessoas com necessidades especiais eram trancafiados em asilos e hospitais. A “era biologicista” também marcou um período, o da integração. Ao surdo dispensavam-se tratamentos a fim de torná-lo o mais semelhante possível dos ouvintes. Atualmente, em que se destaca o movimento pela inclusão, as interações sociais são percebidas em sua importante relação com o desenvolvimento humano e, em especial, com o desenvolvimento atípico (Sassaki, 1997).

Na próxima seção, apresentamos a história da educação de surdos até os dias atuais. Descrevemos os principais pontos da história dos surdos, trajetória que se inicia na Antiguidade e segue até os movimentos de resistência à ouvintização (Skliar, 2001b), que é a imposição da cultura ouvinte à comunidade surda. Imposição que inclui a oralização e o aprendizado da língua hegemônica.

1.1.2 A educação dos surdos ao longo da história

Neste tópico objetivamos descrever os principais marcos da história dos surdos e da sua educação. Veremos que a história dos surdos insere-se na história de lutas de todas as outras pessoas com necessidades especiais (cegos, deficientes físicos, mentais, múltiplos). Ao longo do tempo, surdos - assim como outras pessoas consideradas “deficientes” - foram estigmatizados e

tratados desde monstros até “coitadinhos”. Daí a alternância entre visões místicas, de exclusão, confinamento e/ou de indiferença imersas nos movimentos da exclusão e da integração. Porém, as especificidades da surdez delinearam uma história particular, que enquadrava esses sujeitos na categoria dos loucos ou dos doentes mentais. Assim, a história dos surdos, na maioria das vezes escrita pelas mãos dos ouvintes, alternou-se entre as visões clínico-terapêutica e sócio-antropológica, ora ressaltando a supremacia da língua oral e das tentativas de assemelhamento com os ouvintes, ora procurando considerar as particularidades e as potencialidades dos surdos.

O movimento de exclusão teve início na Antiguidade, na qual surdos eram considerados incompetentes e incapazes, afronta ao ideal de beleza e perfeição física da época. Em Roma e na Grécia, nascituros com “defeitos” ou imperfeições eram submetidos a um conselho que decidia por sua morte ou pelo direito à vida. Em Esparta, por exemplo, “deficientes” eram jogados do alto de penhascos. Oliveira (2007) chama a atenção para o fato de que, malgrado o culto à beleza e ao vigor físico, gregos e romanos tinham dificuldade de detectar, precocemente, a surdez. Em vista desta dificuldade, ainda de acordo com Oliveira, Rômulo, fundador de Roma, aproximadamente no ano 753 a.C., promulgou lei determinando que toda criança que se tornasse incômodo ao Estado, devido sua “deficiência”, deveria ser morta até os três anos de idade. Aos surdos que “escapavam” desta diretriz restava o trancafiamento em depósitos, calabouços, asilos, hospitais, ou mesmo a escravidão.

No século VI, o Código Justiniano declarava que surdos de nascimento assemelhavam-se aos deficientes mentais. Portanto, eram totalmente incapazes de gerenciar seus negócios. Com exceção daqueles que se tornaram surdos por algum acidente após terem sido educados, os surdos de nascimento necessitavam de curador (Sacks, 2005). Por isso, eram impedidos de fazer testamentos e exercerem seus direitos legais.

Com o advento do Cristianismo, pessoas com necessidades especiais passaram a ser consideradas filhos do mesmo Deus Pai. Porém, ora eram considerados “os filhos coitadinhos de Deus”, ora exemplo de punição Divina a determinada família ou sociedade. De acordo com Pimenta (2008), esta visão mística levou muitos “deficientes” - incluindo aí os surdos - nos séculos XIV, XV e XVI para fogueiras, a fim de serem queimados nas mesmas chamas que sacrificaram hereges, “bruxas”, “apoderados pelo demônio” e mal formados.

No Renascimento, era das Luzes e do advento da Ciência, situa-se as primeiras tentativas de se educar surdos. Os princípios do Iluminismo, sob signo do humanismo e da razão, constituíram novo olhar sobre o surdo. A noção anterior de castigo divino cedeu lugar à visão que busca correção e desmutização da surdez por meio da educação. Ao considerar os surdos capazes de aprender por meio da língua de sinais e da linguagem oral, Bartolo Della Marca D’Ancona, advogado e escritor que viveu no século XIV, estabeleceu novas perspectivas na educação dos surdos (Batista Júnior, 2008).

Já no século XVI, o médico Girolano Cardano, que tinha um filho surdo, debruçou-se sobre os estudos do ouvido e do cérebro. Acreditava que surdos poderiam aprender. Nesta mesma época, o monge beneditino e pedagogo espanhol, Pedro Ponce de León (1520-1584), considerado o primeiro educador de surdos, ensinou grego, latim e italiano, além de noções de Física e Astrologia a quatro jovens surdos da nobreza, consagrando, assim, a crença em seu potencial e educação.

Seguindo princípios que focavam o treino da fala, não obstante a utilização da língua de sinais, Pablo Bonet, no século XVII, sistematizou o alfabeto manual utilizado por Pedro Ponce de León. Bonet, expressamente contrário ao uso da língua de sinais, era adepto de metodologias que se pautavam no ensino da leitura, da fala e da escrita por meio da representação manual do

alfabeto. Ele é considerado um dos precursores do oralismo - uma vez que defendia a eficiência do ensino da língua oral em detrimento da língua de sinais. Ele escreveu livros e tratados de fonética para crianças ouvintes, os quais foram amplamente utilizados na educação de surdos (Oliveira, 2007).

O primeiro livro sobre língua de sinais contrariando as ideias de Bonet foi escrito em 1644 pelo inglês John Bulwer. Este autor acreditava que a língua de sinais seria capaz de abranger as necessidades conceituais e comunicativas destas pessoas. Portanto, a educação de surdos deveria basear-se na leitura e na escrita, e só depois na aprendizagem da fala, a fim de favorecer o desenvolvimento da habilidade da leitura labial. Contemporâneo à Bulwer, George Dalgarno acreditava que surdos poderiam assemelhar-se a ouvintes caso recebessem educação adequada.

O século XVII parece ter inaugurado nova forma de conceber estas pessoas, suplantando noções anteriores à 1750, quando a situação dos surdos era de grande infortúnio. Nas palavras de Sacks (2005), os surdos eram, até então, incapazes de desenvolverem a fala e de se comunicarem livremente até mesmo com suas famílias. Restritos ao conhecimento de sinais e gestos rudimentares, eram lançados à sorte e considerados inaptos para atividades mais especializados. Para este autor, essa época representou

Um período [século XVII] que agora se afigura como uma espécie de era dourada na história dos surdos e marcou o rápido estabelecimento de escolas para surdos, geralmente mantidas por professores surdos, em todo o mundo civilizado, a emergência dos surdos da obscuridade e da negligência, sua emancipação e aquisição da cidadania, e seu rápido surgimento em posições de importância e responsabilidade - escritores

surdos, engenheiros surdos, filósofos surdos, intelectuais surdos (Sacks, 2005, p. 34).

Surdos norte-americanos e europeus costumam celebrar a origem de sua comunidade no encontro do Abade de l'Épèe, ou *Abée* de l'Épèe, com duas surdas em uma rua de Paris, por volta de 1760. Encontro importante para intensificar o interesse pela língua de sinais, pois o *Abée* de l'Épèe acreditava que a linguagem mímica, ainda que imperfeita, era a tradução do pensamento do surdo e a forma pela qual ele poderia se comunicar efetivamente. Germinou aí o interesse de fundar a primeira escola pública para surdos, utilizando-se a língua de sinais como suporte pedagógico. A Instituição Escolar Imperial, criada em 1760, tornou-se, em 1791, o Instituto Nacional dos Jovens Surdos de Paris (INJS), e lançou as bases metodológicas da educação de surdos em diversos países (Mottez, 1992; Levy & Simonetti, 1999). *Abée* de l'Épèe, fundador da escola de Paris, utilizou a língua de sinais e chamou a atenção de toda a Europa e Estados Unidos para esta língua. A partir daí, educadores e religiosos formaram várias escolas, com professores surdos e ouvintes, adotaram a língua de sinais nacional e exploraram recursos visuais, seguindo um currículo pautado na religião, moral, formação profissional e aprendizado da língua nacional.

O médico francês Gaspard Itard, após convívio com o médico Pinel (século XIX), foi o primeiro a se dedicar à reabilitação auditiva de surdos. Acreditava que somente por meio da fala seria possível educá-los. Trabalhava no sentido de erradicar a surdez. Para isso, servia-se de métodos invasivos, expunha surdos a repetidas sessões de descargas elétricas, sangramentos com uso de sanguessugas e perfurações nas membranas dos tímpanos. Após várias tentativas frustradas de reabilitação de surdos, Itard concluiu que seria impossível curá-los da surdez por meio da medicina (Pimenta, 2008).

Nos Estados Unidos, até o século XVIII, pelo que se conhece, não havia escolas para surdos. O primeiro americano, que se tem registro, a interessar-se pela educação de surdos foi Thomas Hopkins Gallaudet, que iniciou seus trabalhos pedagógicos a fim de ajudar uma vizinha surda. A escolarização de surdos, em todas as escolas públicas dos Estados Unidos, foi favorecida pela utilização da *American Sign Language* (ASL, Língua de Sinais Americana) e o inglês sinalizado. Em 1894, Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, fundou o *Gallaudet College*, posteriormente transformado na *Gallaudet University*.

Ainda no século XIX, próteses auditivas começaram a ser implantadas nos Estados Unidos, reascendendo as discussões em torno do aprendizado da fala por surdos. O método oral ganhou força e a língua de sinais começou a ser contestada. Sacks (2005, p. 37) declara que, neste período, “em vinte anos se desfez o trabalho de um século”. Seguiu-se uma tendência política intolerante com minorias e suas práticas religiosas, linguísticas ou étnicas.

Teve início, a partir de então, o movimento de integração, com apogeu na década de 1960, defendendo a ideia segundo a qual todas as pessoas com necessidades especiais precisavam ser integradas à sociedade por meio de programas compensatórios, na tentativa de assegurar seus direitos. A essas pessoas destinaram-se várias medidas oferecidas por agências de educação e reabilitação para aproximá-las da normalidade.

O movimento de integração trouxe à baila grandes questões até então não discutidas, as quais giravam em torno dos benefícios de se integrar em escola regular crianças com necessidades especiais. Resolvido o impasse e esclarecidas as vantagens da integração, os debates avançaram no sentido de estabelecer como deveria ser feita a incorporação dessas crianças. Com base em modelo médico/terapêutico, firmou-se a necessidade de atendimento em escolas especiais até que o sujeito estivesse apto a frequentar o ensino regular.

Ao longo da história, coexistiram diversas correntes de pensamento relacionadas à educação de surdos. Durante dois séculos, perdurou entre de professores, pais de crianças surdas e alguns estudiosos, a defesa de que o objetivo da educação de surdos seria sua reabilitação por meio da fala, fundamento da visão oralista. Outra corrente, inaugurada pelo *Abé* de l'Épée, em oposição implícita à primeira, advogava o uso da língua de sinais e expandiu-se, na década de 1870, com bastante sucesso nos asilos de surdos. Os dilemas que se constituíram nestes momentos existem ainda hoje.

Estas questões emblemáticas tiveram início na década de 1870, ganharam força e persistiram ainda um século depois. Para Pimenta (2008), o principal argumento dos oralistas era que, ao utilizar a língua de sinais, os surdos teriam preguiça de desenvolver a língua oral. Tal argumento, desfavorável à língua de sinais, considerado como fator dificultante da integração social, foi utilizado por Vygotsky (1920/1995) em seu *Tratado de Defectologia*, escrito em anos posteriores. Para o autor russo, a ausência da linguagem oral colocava o surdo em patamar desfavorável de desenvolvimento, visto gerar deficiência social. Por isso, o primeiro problema da surdopedagogia seria ensinar surdos a falar para levar a cabo sua humanização. O autor reconhecia que o oralismo era um método que contrariava a natureza do desenvolvimento de surdos, mas nenhum outro era mais adequado para integrá-lo à sociedade.

Alexander Graham Bell - inventor do telefone, que herdou de seu pai e de seu avô uma tradição familiar de ensino e correção dos impedimentos da fala - foi o mais importante defensor do oralismo nos Estados Unidos. Notabilizado-se pelo trabalho realizado na área dos inventos tecnológicos e na educação dos surdos, Graham Bell chegou a participar do Congresso de Milão, juntamente com mais 170 professores ouvintes, e exerceu bastante influência nas decisões tomadas a partir daí em prol da exclusividade do oralismo na educação de surdos.

No período que vai do Congresso de Milão, em 1880, ao final dos anos de 1970, a utilização da língua de sinais foi oficialmente reprimida, física e psicologicamente. Interessava, primeiramente, a aquisição da língua oral e, somente depois, observavam-se questões de ordem pedagógica, aquisição da língua escrita, aprendizagem de conteúdos escolares ou integração e inclusão dos surdos (Skliar, 2001a, 2001b).

O Congresso de Milão pautou-se na visão platônica da superposição do mundo das ideias ao mundo das formas (onde se situariam gestos e palavras). Neste congresso, que contou com apenas um participante surdo, concluiu-se que “a linguagem mímica exalta os sentidos e provoca, demasiadamente, a fantasia e a imaginação” (Lulkin, 2001, p. 37). As proposições do Congresso de Milão incentivaram a repressão nas escolas e surdos eram coibidos de gesticular por meio da contenção das mãos, sendo, até mesmo, obrigados a se sentarem sobre elas. Em todo o mundo, após o congresso de Milão, práticas pedagógicas foram orientadas pelos aportes do oralismo. Porém, a utilização desta abordagem na educação de surdos não angariou os resultados esperados. Grande parte de surdos profundos não desenvolveu fala socialmente satisfatória. Geralmente, a fala apresentava-se tardiamente em relação aos ouvintes, acarretando atraso no desenvolvimento geral do surdo. Ademais, surdos apresentavam dificuldades na aprendizagem da escrita (Oliveira, 2007).

No fim do século XX, a *Gallaudet University Library*, em Washington, Estados Unidos, única universidade do mundo exclusiva para surdos, passou a ser dirigida por surdos, após diversas manifestações e represálias contra a nomeação de uma diretora ouvinte. Nesta universidade, difundiu-se o método da comunicação total. Seus adeptos defendem a utilização de todos os recursos linguísticos, simultaneamente orais e visuais, como a língua de sinais, dos gestos naturais, do alfabeto digital, da fala, da expressão facial e corporal, de aparelhos auditivos

e a associação entre vocabulário e conceito.

Na década de 1970, retomaram fôlego as discussões que valorizavam a língua de sinais na educação de surdos, mas desta vez com outra “roupagem”. As proposições passavam por uma proposta baseada no bilinguismo, cujos pressupostos asseguram a igualdade de *status* linguístico para a língua oral e a língua de sinais. Os precursores deste método criticam a visão clínico-terapêutica da surdez e propõem uma concepção sociocultural. Concepção que reconhece a possibilidade de o sujeito surdo construir conhecimento e transformar suas identidades por meio da convivência com sua comunidade linguística. A língua de sinais foi então reconhecida como primeira língua, ou língua natural dos surdos. Nas décadas de 1980 e 1990, o bilinguismo ganhou vigor em vários países do mundo.

No contexto brasileiro, a educação de surdos acompanhou as principais tendências do mundo nesta área. A chegada do professor Ernest Huet, em 1857, ao Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos (INES), a convite do Imperador D. Pedro II, é considerada a gênese da educação sistematizada de surdos no Brasil. As ações deste educador não consideraram as proposições do Congresso de Milão. Com sua colaboração no INES, criou-se a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mescla da língua de sinais francesa com sistemas de comunicação já utilizados pelos surdos das mais diversas localidades do Brasil (Oliveira, 2007).

No século XX, diversas instituições foram criadas no Brasil, como o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas, em 1929 (São Paulo-SP), a Escola de Surdos de Vitória-ES, em 1957, a Escola Especial da Concórdia, em 1966 (Porto Alegre - RS), o Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” - CEAL/LP, em 1973 (Brasília-DF), dentre outros, os quais, assim com o INES, passaram a adotar o Método Oralista. O INES acompanhou a tendência mundial do oralismo, adotando esse método em 1911. Daí resultou a proibição do contato de

alunos mais velhos, que se comunicavam por meio da língua de sinais, com alunos mais novos, a fim de coibir o uso da língua de sinais. Em 1957, proibiu-se oficialmente o uso da língua de sinais em todas as escolas nacionais que ofereciam atendimento aos surdos (Pimenta, 2008).

A visão clínico-terapêutica, que propaga a superioridade ouvintista e oralista, oficializou-se na Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, do Código Civil. Esta lei declarava em seu Art. 5º que “são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os surdos-mudos, que não puderem exprimir sua vontade”. Outro marco legal importante foi a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual assegurava aos excepcionais (termo usada à época) direito à educação.

Em 1970 criou-se a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA), sob direção de ouvintes. Porém, em 1983, um grupo de surdos organizados reivindicou o espaço para que os surdos também participassem das decisões da FENEIDA. Em um primeiro momento, porém, negou-se o pedido. Posteriormente, os surdos formaram uma chapa para concorrer à diretoria da entidade. Com a vitória, os surdos reestruturaram seu estatuto e passaram a denominá-la como Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Esta vitória significou uma mudança de perspectiva. Buscava-se, a partir daquele momento, a participação ativa dos surdos em sua própria história. A mudança da nomenclatura “Deficiente Auditivos” da antiga sigla (FENEIDA) para “Surdos”, contida na nova sigla (FENEIS), marcou a recusa àquilo que consideravam um estereótipo: o fato de serem reconhecidos como deficientes.

Em 1994, 92 países e 25 Organizações Não Governamentais (ONGs) reuniram-se em Salamanca, Espanha, a fim de discutirem as diretrizes de uma escola que acolhesse, com qualidade, às especificidades humanas. Desta reunião resultou a Declaração de Salamanca,

considerada marco da educação inclusiva (Silveira, 2004). Nesta declaração, reafirmou-se o compromisso de assegurar educação a todos, principalmente às crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. Neste sentido, recomendou-se a priorização da educação inclusiva em escolas regulares, em detrimento de escolas especiais. Para tanto, os países deveriam investir em treinamento de professores, na sensibilização das famílias para participarem de práticas escolares e na reestruturação do sistema educacional, com o objetivo de transformar a escola em local de encontro das diferenças humanas.

De fato, a proposta se estendeu à educação de surdos. Embora defendendo a escolarização de surdos em colégios especiais ou em classes especiais de escolas regulares, dadas suas especificidades linguísticas, o movimento inclusivo sustentou a proposta de valorização da língua de sinais como maneira de se adequar às especificidades do desenvolvimento surdo. Daí o estabelecimento, em território nacional, do método bilinguista, que, conforme vimos, considera a língua de sinais como primeira língua dos surdos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, declarou a educação especial modalidade de ensino e determinou sua oferta, preferencialmente, na rede regular, colaborando para a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Estabeleceu o direito, em todos os níveis de ensino, de atendimento diferenciado em termos de adaptação de currículo, adequação de métodos, recursos e técnicas pedagógicas, a considerar particularidades e características de cada modalidade de necessidades especiais.

Desde então, outras leis estatuídas reconheceram a Libras como língua materna e natural dos surdos brasileiros, com sistema linguístico de natureza visual e motora, estrutura gramatical própria, por meio da qual os surdos do Brasil se comunicam (Lei nº10.436/2002). O Decreto nº 5.626/05 modificou o currículo dos cursos de formação em Licenciaturas, Pedagogia, curso

Normal Superior e de nível médio e Fonoaudiologia, incluindo a Libras como disciplina obrigatória. O Decreto prevê, ainda, a criação do curso de Licenciatura em Letras - Libras, já ofertado em várias universidades do país, em regime de pólos, inclusive na Universidade de Brasília.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE) delineou sua estrutura de atendimento aos surdos com base em escolas que adotam o método do bilinguismo. Pareando estas escolas, coexistem ainda instituições de tradição marcadamente oralista, como o Centro de Educação e Linguagem Ludovico Pavoni (CEAL), além de sistema de apoio, unidades especiais, sala de recursos, professor de apoio, atendimento curricular específico, professor intérprete, professor de Libras, professor itinerante, em 57 escolas públicas. De acordo com levantamento feito por Oliveira (2007), a rede de educação do governo do Distrito Federal contava no ano de 2007 com 20 professores surdos.

No âmbito universitário, de acordo com Oliveira (2007), a Universidade de Brasília, além de oferecer um curso de Letras - Libras, proporciona apoio aos seus alunos com necessidades especiais, desde 1999, por meio do Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais da UnB (PPNE), que visa planejar e acompanhar os processos de educação de alunos com necessidades especiais.

Vislumbrando o panorama da história da educação e dos movimentos dos surdos, verificamos que o modo de pensar a “deficiência”, em cada época, orientou práticas e estabeleceu diretrizes para a educação de surdos. Como em um jogo de ressignificações, avanços e retrocessos, a história dos surdos foi marcada pela alternância entre a perspectiva clínico-terapêutica e a sócio-antropológica. Esta última, a advogar o valor e o lugar da língua de sinais no desenvolvimento, socialização e na construção das identidades dos surdos.

No próximo tópico trataremos da importância da língua de sinais, considerada pela Unesco como a língua materna dos surdos. Discutiremos que, para os surdos, a língua de sinais é um importante recurso de construção de conhecimentos e do sentimento de pertença a um grupo. Defenderemos os riscos dos pressupostos oralistas na educação dos surdos, tendo em vista as dificuldades apresentadas por esses sujeitos com o idioma Português.

1.1.2.1 O PORTUGUÊS E A LÍNGUA DE SINAIS

Nos tópicos anteriores, vimos que as diversas concepções sobre surdez marcaram épocas e alternaram-se em relação às práticas de aprendizagem e socialização destes indivíduos. Alguns autores argumentam que o domínio e a compreensão da modalidade oral da língua portuguesa são tarefas de extrema dificuldade para surdos (Góes, 1996; Harris & Moreno, 2004; Lopes, 2004b; Pereira, 2004).

A forma como a cultura ouvinte impõe e define o padrão linguístico oral que as pessoas devem seguir é, por exemplo, questionado por Lopes (2004b), bem como, o modo pelo qual o ensino de língua portuguesa é desenvolvido nas escolas. Em vista das dificuldades, o surdo necessita de uma terceira pessoa que lhe traduza as mensagens do mundo, pautado, sobretudo, na oralidade.

A dificuldade com a língua portuguesa não é, na visão de Pereira (2004), própria da estrutura biológica do surdo, mas resulta das privações que este sofreu, em relação ao ensino da língua, desde a tenra infância. Ou seja, qualquer falante privado de contato linguístico teria as mesmas dificuldades. O autor esclarece que a imposição da modalidade oral, como única via de expressão, limita o surdo ao exercício de decorar séries de palavras, sem, no entanto, assimilar o sentido da língua.

As dificuldades no ensino do idioma Português ao surdo por meio do oralismo, para

Pereira (2004), se dão, principalmente, porque a sonoridade, a nasalidade, alguns vocábulos funcionais como artigos, preposições e conjunções não podem ser transpostos de forma perfeita para o sistema viso-gestual. Além destas dificuldades, assinala Pereira, há que se considerar que surdos oralistas apresentam dificuldades na estruturação de frases, nas flexões e nas concordâncias, na ordenação dos vocábulos e no uso de elementos de ligação. Sobre os problemas encontrados na escrita, Corina e McBurney (2001) esclarecem que os surdos recorrem, nas atividades escritas da língua portuguesa, aos mesmos sistemas e estruturas que mediam a língua de sinais. Esta seria uma das explicações para certas atipicidades dos textos de surdos.

Para muitos autores, a educação de surdos baseada exclusivamente no oralismo não alcançou os resultados esperados por conta dos mecanismos e das relações de poder e de saberes que se estabeleceram entre o grupo minoritário dos surdos e a maioria ouvinte (Skliar, 2001b; Perlin, 2001; Quadros, 2003). Para Skliar, por muito tempo, impôs-se a cultura ouvinte ao surdo por meio dos métodos pedagógicos. O fracasso vigente na educação de surdos também deveu-se à falta de acesso à língua de sinais e à lentidão do processo de identificação grupal dos surdos.

Em detrimento de métodos estritamente oralistas ou sinalizadores, o bilinguismo, apontado por alguns autores como o método mais adequado à educação de surdos, caracteriza-se por proporcionar ao surdo a língua de sinais como base para o aprendizado da segunda língua, o Português, escrito ou falado. Esta prática, “resgata a identidade do surdo enquanto cidadão consciente, através da valorização da prática de língua de sinais” (Lopes, 2004b, p. 73), porque permite que o surdo compreenda a sua diferença em relação aos ouvintes e, deste modo, possa identificar-se como surdo.

Pimenta (2008) realizou estudos com jovens surdos para verificar se as dificuldades

apresentadas no aprendizado do sistema linguístico alfabético seriam inatas ou aprendidas ao longo da vida. Os resultados corroboraram a tese segundo a qual problemas encontrados nos textos escritos por surdos, que não correspondem à forma canônica de uma língua alfabética, estariam ligados a questões didático-pedagógicas. As falhas se relacionariam, sobretudo, com a descontextualização, repetição, memorização, cópia de palavras isoladas de seu contexto e treinos ortográficos. Relacionar-se-iam, ainda, com a internalização, por parte do surdo, de valores sociais fundados na normatização ouvintista.

O surdo deve ser entendido como sujeito cognoscente, que transforma e ressignifica a todo momento seu mundo e, portanto, relaciona-se ativamente com os objetos, modificando-os e por eles sendo modificados. O processo de ensino-aprendizagem descontextualizado, baseado em cópias e treinos de palavras, não promove o desenvolvimento de habilidades linguísticas adequadas e, por consequência, o desenvolvimento do surdo em uma perspectiva mais holística.

Estudos realizados por Skliar (2001a) demonstram que as capacidades de crianças surdas evoluem significativamente ao transferi-las de contexto pouco comunicativo para outro rico em comunicação significativa para surdos. Assim, o aprendizado com a língua de sinais pode promover o desenvolvimento socioemocional baseado na identificação com adultos surdos. Isto colaboraria para a construção da consciência de mundo do surdo e de si próprio.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como outros idiomas, possui estrutura gramatical própria, incluindo particularidades idiomáticas e variações regionais semelhantes às gírias e sotaques na língua portuguesa. É importante ressaltar que em cada país fala-se uma língua de sinais diferente. Como exemplo, nos Estados Unidos, fala-se a *American Sign Language* (ASL), que teve, assim como a Libras, parte de seu vocabulário derivado da língua francesa de sinais. Outro fato interessante é que, mesmo em países que utilizam o mesmo

idioma, as línguas de sinais se desenvolveram diferentemente, como é caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Esta mesma diferenciação ocorreu em países de língua francesa, portuguesa ou espanhola.

A estrutura da Libras não segue as mesmas regras da língua portuguesa. Diferentemente do Braille, forma de comunicação escrita tátil utilizada pelos cegos, que tem a mesma estrutura gramatical do idioma Português, a Libras tem estrutura própria. A transposição da estrutura do Português para a Libras resultaria uma espécie de Português sinalizado, não compreendido totalmente pelos surdos. A língua de sinais possui todas as funções de qualquer outra idioma. Não é, como se pode pensar, uma substituição de cada palavra ou morfema da língua oral por sinal equivalente.

A língua de sinais pode, portanto, ser considerada língua materna dos surdos e constitui-se em poderoso instrumento linguístico. Permite a construção de todo um conhecimento a respeito do mundo e, inclusive, possibilita a aquisição de uma segunda língua, oral ou escrita (Ferreira-Brito, 1997; Quadros, 1997; Castro & Carvalho, 2005; Fávero & Pimenta, 2006). Permite ao surdo, ainda, a reflexão sobre diferentes assuntos, a compreensão de textos e a elaboração de suas conclusões. A referência à língua materna ou natural não significa uma predisposição biológica dos surdos à língua de sinais. Língua natural deve ser entendida como aquela criada e utilizada por uma comunidade específica de usuários, que a transmite de geração a geração, e que se modifica estrutural e funcionalmente ao longo do tempo.

Como vimos, os estudos baseados no bilinguismo salientam a importância da língua de sinais como elemento de construção das identidades surdas e de inclusão laboral do surdo. Porém, diversas concepções e métodos educacionais direcionados aos surdos coexistem no âmbito da sociedade, incluindo a área acadêmica e científica. Desta forma, interessou-nos

investigar como o surdo e a surdez estavam sendo tratados no âmbito acadêmico.

A fim de colocar luz à esta questão, no próximo tópico, apresentaremos um levantamento dos principais temas tratados nas pesquisas publicadas na base de dados *Scielo* Brasil sobre a surdez/deficiência auditiva. Com isto, pretendemos identificar as incidências das visões clínico-terapêuticas, que concebe a surdez como uma patologia a ser corrigida e sócio-antropológicas, onde a surdez é percebida como uma diferença política, social, cultural e linguística, presentes nestes estudos.

1.1.3 Estudos recentes sobre a surdez

Com o intuito de analisar as principais tendências nas pesquisas publicadas no âmbito da surdez, realizamos um levantamento completo dos artigos publicados no *Scielo* Brasil, em um período de quatro anos - 2004 a 2008 -, considerando as palavras “surdez” e “deficiência auditiva”. Optamos por utilizar o campo “assunto” como filtro de pesquisa dessa base de dados. Não foram consideradas as publicações como resumos de teses, cartas, resenhas e editoriais, os quais não discutiam, com profundidade, as questões concernentes à surdez e ao sujeito surdo.

As pesquisas analisadas neste estudo, que se referem à surdez/deficiência auditiva, abarcam temas que ora destacam aspectos biológicos da surdez - ressaltando as dificuldades e as deficiências dos sujeitos, sobretudo a partir de uma visão clínico-terapêutica - ora destacam aspectos culturais e da língua dos surdos, a partir de uma visão sócio-antropológica.

É importante ressaltar que consideramos a diferença entre os termos “surdez” e “deficiência auditiva”. Foram localizados 74 artigos, dos quais 50 estavam relacionados à palavra “surdez” e 24 à expressão “deficiência auditiva”. Chamamos a atenção para o reduzido número de publicações na área da surdez/deficiência auditiva. Para nos ajudar na compreensão

desta questão recorreremos à Tinós e Castro (2007). Em artigo cujo objetivo era delinear o perfil das publicações em um periódico da área de educação especial, no período de 2002 a 2006, constatou-se que as temáticas mais recorrentes foram “inclusão” com 35 ocorrências e altas habilidades/superdotação, com 23 ocorrências. Caso se considere apenas os relatos de pesquisa, das 60 publicações, 15 focavam as “necessidades especiais” de maneira geral, seguidos de deficiência mental e surdez, com cinco publicações cada um. Isto nos sugere que há uma tendência no campo das ciências humanas em tratar das necessidades especiais de uma forma genérica, o que acaba reduzindo o número de publicações específicas na área da surdez.

Os artigos analisados foram agrupados em categorias que reuniam os trabalhos que compartilham significados em comum. Em muitos casos, classificamos um artigo em mais de uma categoria. Em seguida, agrupamos as categorias conforme seu conteúdo se vinculasse na visão clínico-terapêutica ou na visão sócio-antropológica. As frequências das categorias referentes a cada uma das visões são computadas na linha “Subtotal”. As ocorrências estão separadas por ano. A Tabela 2 apresenta a pesquisa realizada com base no termo “surdez”.

Tabela 2. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, com base na palavra "surdez" (N=50).

| ANO/TOTAL DE OCORRÊNCIAS | CATEGORIAS | FREQUÊNCIA |
|---------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------|
| 2004 (10) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 2 |
| | Diagnóstico médico | 4 |
| | SUBTOTAL | 10 |
| 2005 (17) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 3 |
| | Diagnóstico médico | 4 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 12 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Língua de sinais | 2 |
| | Leitura/ Produção escrita de surdos | 1 |
| | Papel do psicólogo | 1 |
| Identities/cultura surda | 1 | |
| SUBTOTAL | 5 | |
| 2006 (28) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Diagnóstico médico | 5 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 10 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Intérprete | 2 |
| | Inclusão social/ escolar | 3 |
| | Língua de sinais | 8 |
| | Leitura/ Produção escrita de surdos | 4 |
| Identities/cultura surda | 1 | |
| SUBTOTAL | 18 | |
| 2007 (29) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 4 |
| | Desenvolvimento da linguagem/fonoaudiologia | 3 |
| | Diagnóstico médico | 3 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 15 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Inclusão social/ escolar | 2 |
| | Língua de sinais | 5 |
| | Leitura/ Produção escrita de surdos | 2 |
| | História da Educação dos surdos | 1 |
| | Concepções sobre a surdez | 2 |
| | Relações familiares | 2 |
| SUBTOTAL | 14 | |

| | | |
|------------------|-------------------------------------------------|------------|
| | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 3 |
| | Desenvolvimento da linguagem/fonoaudiologia | 3 |
| | Diagnóstico médico | 5 |
| | Prevenção | 1 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 17 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Intérprete | 1 |
| | Língua de sinais | 2 |
| | SUBTOTAL | 3 |
| 2008 (20) | | |
| | TOTAL | 104 |

Com base na Tabela 2, pode-se observar que há uma predominância do enfoque clínico-terapêutico acerca da surdez (n=64), com um progressivo e constante aumento ao longo dos anos pesquisados, enquanto que o enfoque sócio-antropológico (n=40) apresentou um movimento de ascensão e queda, atingindo seu ápice no ano de 2006, como ilustra a Figura 1.

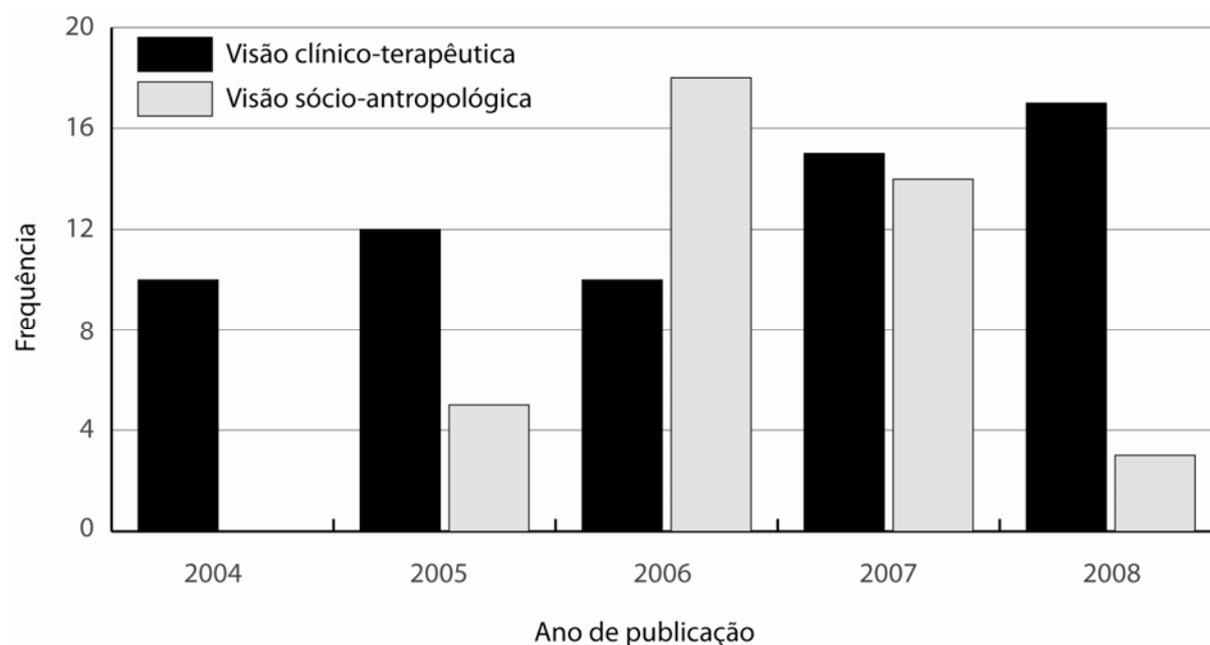


Figura 1. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados Scielo Brasil, com base na palavra "surdez" (N=50).

Não podemos precisar, ao certo, os motivos que influenciaram o aumento das publicações na vertente sócio-antropológica nos anos de 2006 e 2007, tampouco a redução no número de artigos, nesta abordagem, no ano de 2008. Presumimos, contudo, que o aumento de publicações no ano de 2006 e 2007 pode refletir o contexto promissor ao olhar sócio-antropológico da surdez, que se seguiu à publicação do Decreto nº 5.626/2005.

O presente Decreto, que regulamenta a Lei 10.436/2002, dispõe sobre a Libras, bem como a formação dos intérpretes e outros assuntos atinentes à educação bilíngue. Não podemos deixar de considerar os importantes avanços concretizados no Decreto em relação à Lei 10.436/02. A própria definição de surdez, neste documento, prevê o reconhecimento das particularidades culturais dos surdos, que não foram vislumbradas na Lei 10.436/2002. A pessoa surda é entendida no Decreto 5.626/2005 como aquela que, “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais–Libras”. Este reconhecimento é percebido ao longo de todo o documento, na medida em que inclui a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior, Normal de Nível Médio e Fonoaudiologia. Além disso, institui que a formação de professores bilíngues deve acontecer por meio da Licenciatura em Letras/Libras. Na prática, o Decreto impulsionou a criação, em 2006, dos primeiros cursos superiores bilíngues em Libras e Português. Estes cursos foram ofertados pelo INES, bem como pela Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com mais nove polos.

Como podemos perceber, o período que se seguiu à sanção do Decreto foi frutífero em termos da criação de cursos de formação bilíngue. Acreditamos que o documento também promoveu reflexões e debates em torno da importância da língua de sinais. Desta forma,

hipotetizamos que este período também foi profícuo no âmbito das produções acadêmicas na visão sócio-antropológica, o que resultou no aumento do número de artigos que compõem a base de dados *Scielo* Brasil neste mesmo período.

Apesar do progressivo aumento dos artigos na visão sócio-antropológica nos anos de 2006 e 2007, percebemos que as categorias mais recorrentes, quando utilizamos o termo “surdez” como critério de busca, foram as que se enquadram na visão clínico-terapêutica: Diagnóstico médico (21 ocorrências), Causas biológicas (20 ocorrências) e Tratamentos e doenças associadas (12 ocorrências). Já em relação à visão sócio-antropológica, as categorias mais citadas foram: Língua de sinais (17 ocorrências), Leitura/ Produção escrita de surdos (7 ocorrências) e Inclusão social/escolar (5 ocorrências).

Os artigos classificados na visão clínico-terapêutica evidenciam as etiologias, as patologias associadas e os tratamentos da surdez. Em sua maioria, estes estudos são realizados por profissionais da área médica e fonoaudiológica, além de serem publicados em revistas das respectivas áreas de conhecimento. Como o próprio nome sugere, o enfoque dado pelos autores que compõem a visão clínico-terapêutica refere-se à surdez como um desvio, que deve ser identificado e tratado precocemente. Castro Júnior, Almeida e Campos (2007), por exemplo, discorrem que as causas da surdez sensorial súbita e da vertigem súbita são, geralmente, a infecção virótica, a doença autoimune e a insuficiência vascular. A partir do estudo de três casos clínicos, os autores argumentam que é necessário investigar doenças oclusivas vertebrobasilar e carotídea em pacientes com mais de 50 anos acometidos pela surdez súbita.

Ribeiro e Câmara (2006) realizaram um estudo a fim de investigar a ocorrência de danos auditivos em 74 trabalhadores do setor de manutenção de aeronaves de asas rotativas de uma unidade da Força Aérea Brasileira. Os resultados encontrados demonstraram que 32,4% dos

trabalhadores tiveram danos auditivos devido à exposição continuada a níveis elevados de pressão sonora. Estes achados levaram os autores a enfatizar a importância da implementação do Programa de Conservação Auditiva para prevenção desse problema.

No âmbito fonoaudiológico, Prado (2007) faz um levantamento bibliográfico para identificar as principais características da produção vocal de “deficientes auditivos”. Para esta autora, a discriminação e a realimentação auditivas são fundamentais na produção da voz. Assim, conclui a autora, os “deficientes auditivos” não conseguem ter controle sobre seus próprios sons porque não desenvolvem o retorno auditivo.

Aspecto interessante a ser discutido é o que se refere à utilização indistinta, pela autora, dos termos “surdez” e “deficiência auditiva”. De igual modo, Pagliuca, Fiúza e Rebouças (2007) e Pupo, Balieiro e Figueiredo (2008), empregam a nomenclatura “deficiência auditiva” ao longo de todo o artigo, apesar de aludir à palavra “surdez” como palavra-chave. Entendemos que este fato pode ser explicado tendo em vista que, na prática, o senso comum tende a utilizar ambos os termos sem diferenciá-los, o que acabou sendo reproduzido nestes estudos. Apesar de utilizarem os dois termos, fica evidente a abordagem da surdez a partir do viés biológico e patológico, próprios da vertente clínico-terapêutica. O estudo de Pagliuca et al., por exemplo, aborda os aspectos da comunicação entre enfermeira e “deficiente auditivo”. Apesar de indicar o uso da Libras a fim de facilitar a relação enfermeiro-paciente, os autores reconhecem que a “deficiência auditiva” se configura em distúrbio neurológico sensorial que compromete as habilidades comunicativas das pessoas. Tendo isto em vista, os autores concluem que os surdos apresentam uma “fala truncada”, de difícil compreensão e se caracteriza pelo uso acentuado de gestos.

Por outro lado, os artigos classificados na visão sócio-antropológica enfocam, em suas discussões, a surdez em suas múltiplas constituições, suas diferenças linguísticas, sociais e

culturais. Estes estudos se diferenciam dos anteriores por englobarem a análise do contexto histórico e as relações de poder entre ouvintes e surdos, que, historicamente, relegou estes últimos a viverem no espaço fronteiro da normalidade. Os artigos retratam, ainda, as vivências familiares e escolares e a importância da língua de sinais na construção das identidades dos surdos.

Diversos artigos abordam a temática da língua de sinais e o seu papel na educação dos surdos. De modo geral, estas discussões trazem à baila posicionamentos favoráveis ao bilinguismo como fator preponderante na constituição e respeito à cultura destes sujeitos. Em uma perspectiva histórica, o levantamento documental feito por Reily (2007) intenta verificar o papel da Igreja na invenção do alfabeto manual utilizados por surdos. A autora constatou que abordar a história dos surdos requer, necessariamente, uma passagem pela história da Igreja, pois a educação dos surdos era entendida pelos religiosos, desde a Idade Média, como vocação missionária. Reconhecido como primeiro educador de surdos, o monge beneditino Ponce de León confirma a inclinação da Igreja na educação desses sujeitos. Para Reily, a linguagem mímica utilizada nos mosteiros na Idade Média, cujos habitantes seguiam o voto do silêncio, foi essencial para a sistematização dos alfabetos manuais utilizados pelos surdos nos tempos atuais.

As particularidades da construção escrita de crianças surdas são apresentadas por Peixoto (2006). A autora tece considerações, a partir da perspectiva de Emília Ferreira e Ana Toberosky acerca da psicogênese da língua escrita vivenciadas por crianças surdas que têm a língua de sinais como primeira língua. Para Peixoto, os surdos relacionam-se com a escrita de maneira diferente dos ouvintes. Algumas particularidades são encontradas entre os surdos: a intensidade da utilização dos aspectos viso-espaciais da escrita, a não-fonetização, e, por fim, o uso dos aspectos fonológicos da língua de sinais como elemento que orienta a escrita. Estas

particularidades sinalizam para a necessidade de que a educação bilingue utilize práticas pedagógicas que explorem os aspectos visuais em detrimento aos elementos sonoros da escrita.

As produções escritas de um sujeito surdo no início da alfabetização são analisadas por Guarinello, Massi e Berberian (2007). Neste estudo ficou evidente que a natureza interativa da linguagem e a mediação, em Libras, nas produções escritas, foram essenciais para a construção de hipóteses sobre o texto, ampliando espaços para questionamentos, negociações e contestações. No início dos encontros entre o surdo e o mediador, o surdo recusava-se a escrever, preferindo contar em Libras o que havia entendido. Com a linguagem textual dialógica e partilhada, aos poucos, o surdo começou a planejar e construir textos com coerência e criatividade. Com a ajuda do mediador, o surdo pode fazer alternâncias e justaposições entre a língua de sinais e o Português. Desta forma, os autores concluíram que a língua escrita passou a ser mais uma alternativa de manifestação da subjetividade do surdo.

A fim de discutir a relação entre pensamento/linguagem e língua de sinais, Fávero e Pimenta (2006) realizaram uma pesquisa sobre a resolução de problemas matemáticos por surdos. As autoras evidenciaram que as dificuldades encontradas pelos surdos com a matemática vão além das barreiras relativas ao idioma Português, como comumente é descrito pela literatura. Tais entraves estão relacionados ao ensino descontextualizado da disciplina, à qualidade das mediações na relação ensino-aprendizagem e à falta de proficiência em Libras daqueles que deveriam mediar a aprendizagem matemática.

A relação entre linguagem e identidades é destacada em dois artigos. Dizeu e Caporali (2005) enfatizam a importância da educação bilingue, que propõe que os surdos devem adquirir a Libras, como primeira língua e o Português, como segunda língua. Para as autoras, o contato com a comunidade surda é de suma importância para a construção das identidades dos surdos.

Nesta mesma direção, no estudo de Gesueli (2006) fica claro que a linguagem é essencial para a construção das identidades. No contexto da surdez, o contato com outros surdos promove formas de comparações e diferenciações, que motivam o sentimento de pertença à sua comunidade. A autora defende a ideia que o interlocutor privilegiado da criança surda é o próprio surdo. Daí a importância do professor surdo em sala de aula, na medida em que poderá gerar as trocas linguísticas em Libras, além de permitir que estes alunos se percebam como surdos, assumindo e diferenciando os papéis na interação. Nestes dois artigos há a evidência de que a educação bilíngue colabora na consciência dos surdos acerca dos significados da surdez, o que se constitui em um dos elementos das suas identidades.

As relações familiares são o foco do artigo de Silva, Pereira e Zanolli (2007). O estudo procurou analisar as concepções de 10 mães ouvintes com filhos surdos e as modalidades de linguagem utilizadas por elas. Os resultados demonstraram que as participantes significam a surdez ora como doença, ora como diferença. As mães têm expectativa de que seus filhos se comuniquem em Libras com os surdos e em Português com os ouvintes. Isto porque seus filhos surdos teriam chances de se sentirem partícipes tanto da comunidade surda, quanto da comunidade ouvinte majoritária. Portanto, fica evidente a importância de que a família possa refletir sobre suas concepções, a fim de que os surdos sejam reconhecidos em suas diferenças e em suas potencialidades.

Sob a ótica da visão sócio-antropológica, a inclusão escolar é tema recorrente em diversos artigos. Guarinello, Berberian, Santana, Massi e Paula (2006) apresentam as concepções de 36 professores de escolas inclusivas sobre os problemas encontrados pelos surdos em sua inserção no ensino regular. Para os docentes, as dificuldades inerentes à inclusão dos surdos estão relacionadas ao desconhecimento dos professores em relação à Libras, assim como

às limitações dos próprios surdos. Outra barreira diz respeito à pouca interação entre professores ouvintes e alunos surdos. Os autores chamam a atenção para o fato de que os participantes da pesquisa não relacionam as suas dificuldades para ensinar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Tendo isto em vista, Guarinello et al. informam que a inclusão escolar dos surdos deve não somente garantir a acessibilidade linguística e física, mas, também, proporcionar espaços de reflexões onde as crenças e as práticas dos professores sejam revistas.

A inclusão escolar, do ponto de vista dos discentes, é o mote do artigo de Lacerda (2007). A autora empreende estudo com dois alunos ouvintes e um aluno surdo de uma quinta série do ensino fundamental. Para os alunos ouvintes, a convivência com surdos é vista como positiva, na medida em que podem lidar com as diferenças e aprender Libras. Porém, queixam-se da dificuldade em aprender esta língua e reconhecem que têm um conhecimento precário da língua de sinais. Já o aluno surdo demonstra que a relação com os ouvintes é satisfatória, apesar de superficial.

A relação entre as brincadeiras de crianças surdas e a inclusão social foi analisada por Silva (2006). Procurou-se verificar como estas crianças significam as relações que mantêm com a cultura ouvinte majoritária. A partir dos pressupostos de Vygotsky e Baktin, a autora analisou as cenas lúdicas com elementos do mundo ouvinte, como o uso de telefones. Daí se depreendeu que as crianças surdas, desde pequenas, já dialogam com a cultura majoritária. Este pressuposto nega as correntes que atribuem ao surdo certa apatia social, tendo em vista sua exclusão da sociedade. De fato, Silva argumenta que os homens são sujeitos sociais e, de alguma maneira, estão incluídos socialmente. O debate, desta forma, se abstém do binômio *fora/dentro*, próprio de temáticas ligadas à exclusão social, e perpassa as discussões acerca da participação social dos surdos e o pleno exercício da sua cidadania.

O trabalho do intérprete universitário de Libras na cidade de Curitiba é aludido no estudo de Guarinello, Santana, Figueiro e Massi (2008). Apesar da presença destes profissionais ser prescrita em lei, muitas escolas inclusivas não contam com um intérprete. Os autores relatam diversos entraves para a atuação dos intérpretes como mediadores do conhecimento. Da parte dos intérpretes, as dificuldades relacionam-se ao escasso conhecimento prévio da disciplina que irão interpretar e o extenso número de disciplinas. Da parte dos surdos, as dificuldades com o idioma Português fazem com que supervalorizem o profissional e não mencionem a qualidade da interpretação.

Tabela 3. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, com base na expressão "deficiência auditiva" (N=24).

| ANO/TOTAL DE OCORRÊNCIAS | CATEGORIAS | FREQUÊNCIA |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------|
| 2004 (2) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 1 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 1 |
| | SUBTOTAL | 2 |
| 2005 (8) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 3 |
| | Diagnóstico médico | 3 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 7 |
| 2006 (9) | Visão sócio-antropológica | |
| | Papel do psicólogo | 1 |
| | SUBTOTAL | 1 |
| 2007 (17) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 2 |
| | Desenvolvimento da linguagem/fonoaudiologia | 1 |
| | Diagnóstico médico | 4 |
| | SUBTOTAL | 7 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Relações familiares | 1 |
| | Orientação sexual e deficiência auditiva | 1 |
| | SUBTOTAL | 2 |
| | 2008 (12) | Visão clínica-terapêutica |
| Causas biológicas | | 2 |
| Tratamentos e doenças associadas | | 1 |
| Desenvolvimento da linguagem/fonoaudiologia | | 2 |
| Diagnóstico médico | | 1 |
| Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | | 4 |
| SUBTOTAL | | 10 |
| Visão sócio-antropológica | | |
| Inclusão social/ escolar | | 1 |
| Língua de sinais | | 1 |
| Leitura/ Produção escrita de surdos | | 1 |
| Concepções sobre a surdez | | 1 |
| Identities/cultura surda | 2 | |
| Leitura labial | 1 | |
| SUBTOTAL | 7 | |
| 2008 (12) | Visão clínica-terapêutica | |
| | Causas biológicas | 4 |
| | Tratamentos e doenças associadas | 1 |
| | Treinamento em saúde | 1 |
| | Desenvolvimento da linguagem/fonoaudiologia | 1 |
| | Diagnóstico médico | 2 |
| | Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 1 |
| | SUBTOTAL | 10 |
| | Visão sócio-antropológica | |
| | Língua de sinais | 1 |
| Leitura/ Produção escrita de surdos | 1 | |
| SUBTOTAL | 2 | |
| Total | | 48 |

As categorias extraídas dos artigos localizados com base na expressão “deficiência auditiva”, entre os anos 2004 e 2008, são apresentadas na Tabela 3 e evidenciam uma queda em relação à busca realizada com base no parâmetro “surdez” (48 e 104, respectivamente). Nessa Tabela são apresentadas as categorias relacionadas às visões clínico-terapêutica e sócio-antropológica, com as ocorrências também separadas por ano. As categorias mais citadas foram: Causas biológicas (12 ocorrências) e Diagnóstico médico (10 ocorrências).

No que concerne a deficiência auditiva, pode-se constatar que se mantém a predominância do enfoque clínico-terapêutico ($n=36$), com o mesmo progressivo e constante aumento ao longo dos anos pesquisados, enquanto que o enfoque sócio-antropológico ($n=12$) apresentou um movimento de ascensão e queda, com maior incidência no ano de 2007, como ilustra a Figura 2.

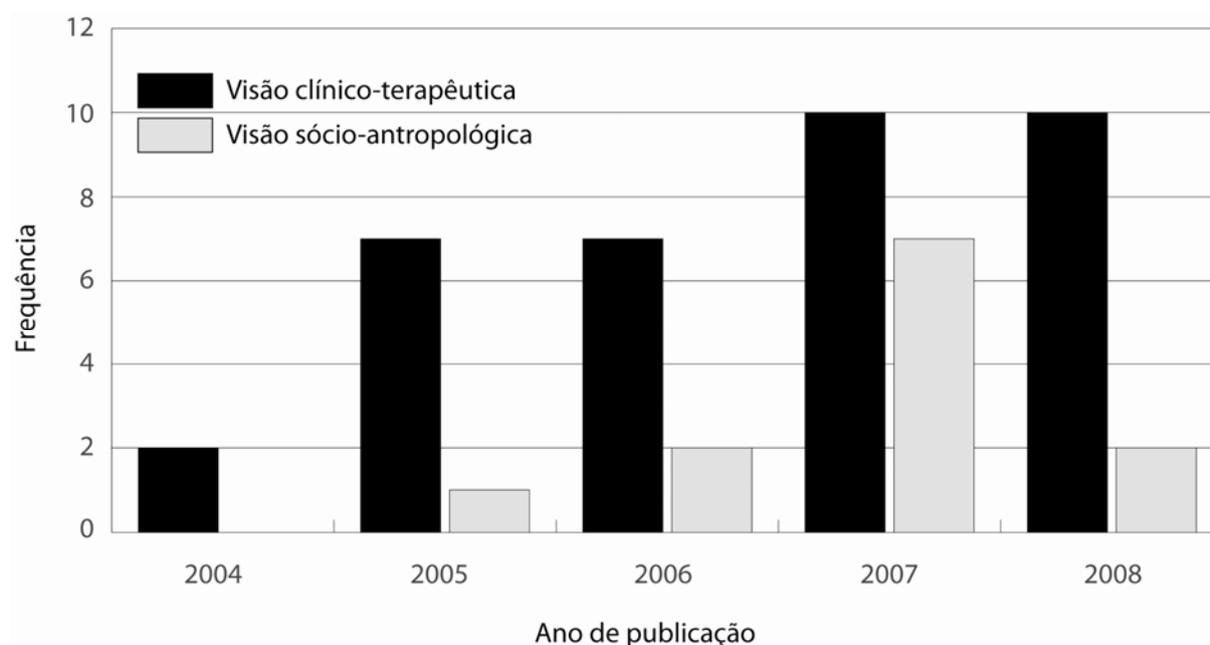


Figura 2. Distribuição, por ano, das categorias identificadas nos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, com base na expressão “deficiência auditiva” ($N=24$).

Os artigos com o termo “deficiência auditiva” que compõem a visão clínico-terapêutica evidenciam temas relacionados ao diagnóstico, as etiologias, os tratamentos médicos e fonoaudiológicos e os implantes coleares.

As diversas etiologias da “deficiência auditiva” são abordadas por autores como Piatto et al. (2005), Miranda, Queiroga, Lessa, Leal e Neto (2006), Silva, Queiros e Lima (2006), Hoffmann et.al (2008) e Maniglia, Moreira, Silva, Piatto e Maniglia (2008). A “deficiência auditiva” para Hoffmann et al. (2008) é um *déficit* sensorial que pode estar relacionada com alterações genéticas. Piatto et al., por exemplo, se propuseram investigar a prevalência da mutação 35delG em 223 recém-nascidos do Hospital de Base de São José do Rio Preto, São Paulo, como causa de *déficits* auditivos em neonatais. Já Miranda et.al. (2006) objetivaram analisar a oferta de serviços de diagnóstico da “deficiência auditiva” nos 185 municípios de Pernambuco em 2003. Os autores constataram que os procedimentos de diagnóstico da surdez estavam sendo realizados em apenas cinco municípios do Estado. Para eles, o diagnóstico precoce ainda não é acessível a todos, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde.

Ao identificarem as principais causas de “deficiência auditiva” de 87 crianças da Associação dos Amigos dos Deficientes Auditivos- APADA / Bahia, Silva et al. (2006), constaram que o principal fator etiológico encontrado foi a rubéola materna, com 32% dos casos, seguida da meningite piogênica, 20% de ocorrências, além das causas hidiopáticas, com 15%, e a prematuridade, com 9% dos casos. A hereditariedade e a icterícia neonatal atingiram 6% cada um. Desta forma, os autores frisam a importância das medidas preventivas, principalmente no que se refere à profilaxia da rubéola materna e à vacinação de neonatais contra a meningite bacteriana.

O artigo de Dell’Aring, Adachi e Dell’Aring (2007) investigou os benefícios da leitura

orofacial em adultos em fase de adaptação ao aparelho de amplificação sonora. Os resultados indicaram que a leitura labial é uma estratégia de comunicação privilegiada àqueles que se encontram em fase de adaptação aos aparelhos auditivos.

A correção da surdez também é mencionada por alguns autores (Silva & Araújo, 2007; Stuchi, Nascimento, Bevilacqua & Brito-Neto, 2007; Melo, Moret & Bevilacqua, 2008). Estes estudos tratam dos implantes cocleares e dos aparelhos de amplificação acústica. Stuchi et al. (2007), por exemplo, procuram traçar o perfil de linguagem oral em crianças usuárias de implante coclear por mais de cinco anos e onze meses. Os autores concluíram que a linguagem destas crianças não é somente desviante da norma, mas também atrasada em comparação com outras crianças ouvintes da mesma idade.

Os artigos que compõem a vertente sócio-antropológica retratam o autoconceito dos adolescentes usuários de aparelhos de amplificação sonora, a dramatização como recurso para a melhora da compreensão textual, o acesso ao ensino superior, a qualidade de vida dos idosos com dificuldades auditivas, bem como as informações de “deficientes auditivos” sobre temas relacionados à sexualidade. De antemão, chamamos a atenção para o fato de que, mesmo verificando importante avanço quanto à visão clínico-terapêutica, os artigos relativos ao termo “deficiência auditiva”, classificados na visão sócio-antropológica, ainda trazem algum viés da visão anterior. Apesar de se considerar as múltiplas facetas que compõem as vivências dos “deficientes auditivos”, ainda é possível encontrar expressões que remetem à normalização dos mesmos. Contudo, resolvemos classificar estes artigos a partir da visão sócio-antropológica por trazerem elementos novos, como temas referentes ao autoconceito, inclusão escolar, sexualidade e qualidade de vida, que se afastam das concepções medicalizadas da surdez.

A relação entre o uso de aparelho de amplificação sonora e a construção do autoconceito

de adolescentes, é descrita por Zugliani, Motti e Castanho (2007). Para as autoras, além dos conflitos próprios da fase da adolescência, os “deficientes auditivos” experienciam a condição de construir a sua identidade³ em meio à perda auditiva e ao uso de aparelhos de amplificação sonora. Foi aplicada uma Escala de Autoconceito em 30 adolescentes “deficientes auditivos” de 12 a 16 anos, pacientes do Centro de Distúrbios da Audição, Linguagem e Visão (CEDALVI) do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC/USP) e em seus pais. Constatou-se que estes sujeitos usam constantemente o seu aparelho auditivo e têm autoconceito positivo. As autoras presumem que o uso constante do aparelho esteja relacionado às boas condições do autoconceito e ao suporte psicossocial que os adolescentes recebem no hospital de reabilitação.

A qualidade das informações acerca da sexualidade de “deficientes auditivos” e a necessidade de possíveis intervenções nesta área, a partir do Programa de Orientação Sexual, é abordada por Cursino, Rodrigues, Maia e Palamin (2006). Ao entrevistar 14 jovens “deficientes auditivos”, com idade entre 18 a 35 anos, os autores observaram que o termo sexualidade é reduzido ao ato sexual e às formas de prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. Portanto, os resultados apontam para a necessidade de as temáticas referentes à sexualidade serem inclusas nos programas de educação destes sujeitos.

As vivências emocionais e os mecanismos de defesa de 12 pais de crianças com “deficiência auditiva” são retratados por Canho, Neme e Yamada (2006). Os resultados apontam que os pais sentem-se impactados e têm dificuldades frente ao diagnóstico de surdez do filho. Sentimentos de angústia, choque e ansiedade são encontrados. Os mecanismos de defesa

³ Termo no singular utilizado pelos autores.

evidenciados foram considerados reações situacionais esperadas, que podem ser transformadas, posteriormente, em mecanismos mais realistas de enfrentamento.

Os fatores que dificultam a inserção e a permanência dos “deficientes auditivos” no ensino superior são investigados por Manente, Rodrigues e Palamin (2007). Entre os “deficientes auditivos” universitários, os fatores que favorecem o ingresso e a permanência no ensino superior foram: o sucesso escolar pregresso, o apoio da família, colegas de classe e dos professores. A ausência destes fatores foi considerada entrave à inserção no ensino superior. Em relação aos “deficientes auditivos” com Ensino Médio, os resultados indicaram o desejo de cursar uma faculdade. Porém, apenas uma parte destes sujeitos prestou vestibular no ano da realização da pesquisa. Dentre os motivos para não participarem do processo seletivo se encontram o medo de não ser aprovado e de não conseguir acompanhar as matérias, além das dificuldades financeiras.

Com relação aos dados apresentados na Tabela 3, dois pontos merecem ser discutidos. O primeiro diz respeito ao aumento das publicações na área sócio-antropológica no ano de 2007. Como ocorreu na pesquisa com o termo “surdez”, verificamos o acréscimo de artigos nos anos que se seguiram à publicação do Decreto 5.626/2005. Desta forma, hipotetizamos que os anos de 2006 e 2007 foram marcados por debates importantes em termos da aceção da surdez como diferença cultural e linguística. Presumimos que este período foi permeado por mudanças de paradigmas, que se refletiram nas produções acadêmicas, inclusive quando o termo utilizado era “deficiência auditiva”. Porém, trata-se de hipótese que carece de estudos mais aprofundados, a fim de verificar a relação entre aumento das publicações na visão sócio-antropológica nos anos de 2006 e 2007 e os marcos históricos, que, conforme hipotetizamos, podem ter introduzido novos elementos na forma de pensar a surdez.

O segundo aspecto, diz respeito à ausência de publicações na visão sócio-antropológica em 2004, tanto quando pesquisamos por meio da palavra “surdez”, quanto quando pesquisamos pelo termo “deficiência auditiva”. A explicação deste fenômeno demanda, como dissemos anteriormente, um estudo mais aprofundado, que poderá ser realizado em momentos posteriores.

Seguimos adiante em nossa pesquisa, fazendo levantamento do número de artigos por termo de pesquisa. A Figura 3 apresenta o número de artigos, por ano de publicação, tendo como base os termos “surdez” e “deficiência auditiva”.

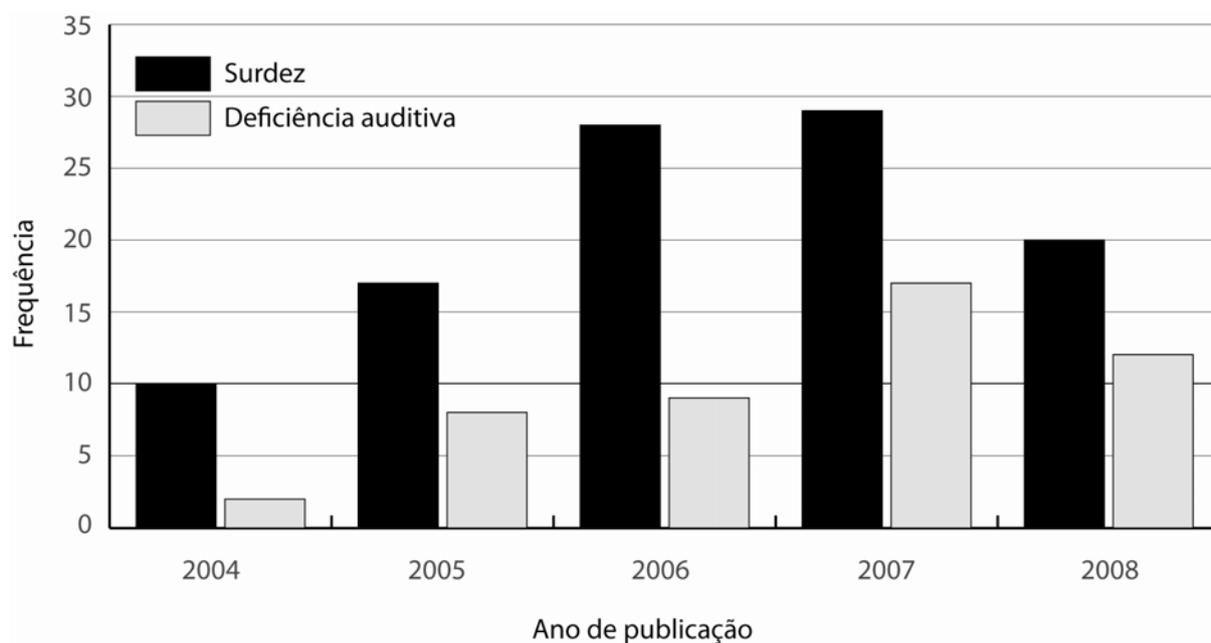


Figura 3. Distribuição, por ano, dos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, utilizando o termo “deficiência auditiva” ou surdez (N=74).

Como podemos visualizar, o termo “surdez” reúne número maior de artigos, em todos os anos, em comparação com o termo “deficiência auditiva”. De acordo com Skliar (2001a), a nomenclatura utilizada pode nos dar pistas das concepções de surdez utilizada. Apoiados nesta

ideia, acreditamos que o termo “deficiência auditiva” seria usado pelas áreas em que a surdez é percebida como uma deficiência a ser curada a partir de treinamentos da fala e da audição, do uso de aparelhos auditivos e de intervenções cirúrgicas, como é o caso dos implantes cocleares.

O termo “surdez”, além de expressar o desejo da comunidade surda, é utilizado por autores que propõem a ressignificação epistemológica da surdez como diferença, e não como uma deficiência (Lunardi, 2001; Skliar, 2001a; Quadros, 2003; Klein, 2005; Perlin, 2004). Os autores que aderem à vertente sócio-antropológica percebem os surdos a partir do recorte histórico, linguístico e cultural. Assim, “as marcas da audiologia e das deficiências auditivas são reinterpretadas” (Lunardi, 2001, p.166).

No entender de Teske (2001), existem os deficientes auditivos e os sujeitos surdos. Estes últimos são objetos de si mesmos, sujeitos autônomos e cientes das suas especificidades, potencialidades e múltiplas identidades. Para exemplificar esta diferença no uso dos termos, a autora relata que quando chegou à Palmas, Tocantins, questionava sobre como poderia encontrar os surdos naquela cidade. Ao buscar nos órgãos oficiais, a autora encontrou *deficientes auditivos* ao invés de *surdos*: “deficiente auditivo lado esquerdo, deficiente mental-surdo, muda, cego-mudo, não fala-deficiente mental” (p.154). Muitos destes sujeitos se encontravam escondidos em fazendas ou ocultados e tutorados pelos pais em suas casas. Outros estavam desempregados e integrados forçosamente em escolas de ensino regular, convivendo constantemente com o fracasso escolar. Esta situação sugere, na visão de Teske, o reflexo da massificação clínica, que relega os surdos à condição de deficientes e sujeitos exóticos, que possuem ouvido doente do lado esquerdo ou direito. Portanto, na visão do autor, o termo “deficiência auditiva” deve ser empregado de maneira distinta da palavra “surdez”. Esta proposta intenta marcar as diferenças no entendimento da surdez, que permeiam a visão clínico-terapêutica e sócio-antropológica.

Embasados nos pressupostos apresentados acima, imaginávamos que o termo “deficiência auditiva” seria mais usado pela área médica, nos estudos da vertente clínico-terapêutica. Porém, verificamos que mesmo quando nossa pesquisa utilizou o termo “surdez”, categorias referentes à visão clínico-terapêutica tiveram maior ocorrência. O que isto nos sugere? Imaginamos que estamos passando por um momento de transição, onde, até mesmo os estudos na visão clínico-terapêutica estão assimilando elementos da visão sócio-antropológica, como é o caso de artigos nesta visão que utilizam o termo “surdez”. De igual modo, alguns artigos que utilizam o termo “deficiente auditivo” ensaiam nova forma de conceber a surdez e os sujeitos surdos, como foi o caso daqueles estudos relatados alhures. Tais artigos tratam da inserção dos “deficientes auditivos” no ensino superior, seus entendimentos sobre sexualidade, dentre outros temas.

Não obstante, a simples troca de nomenclatura nestes estudos não é suficiente para infringir mudanças de perspectivas. Lopes (2004a) assegura que os estudos sócio-antropológicos da surdez devem abranger posicionamentos e estratégias distintas em contextos específicos. As pesquisas com este enfoque objetivam compreender as múltiplas inserções sociais e culturais dos surdos, que marcam a ruptura do binômio normalidade/anormalidade.

Tabela 4. Distribuição dos temas identificados nos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, a partir da junção dos parâmetros “deficiência auditiva” e surdez (N=74).

| CATEGORIAS | FREQUÊNCIA |
|-------------------------------------------------|-------------------|
| Visão clínico-terapêutica | |
| Treinamento em saúde | 1 |
| Causas biológicas | 32 |
| Tratamentos e doenças associadas | 15 |
| Desenvolvimento da linguagem/Fonoaudiologia | 10 |
| Diagnóstico médico | 31 |
| Próteses, implante coclear e ampliações sonoras | 10 |
| Prevenção | 1 |
| Subtotal | 100 |
| Visão sócio-antropológica | |
| Intérprete | 3 |
| Inclusão social/ escolar | 6 |
| Língua de sinais | 19 |
| Leitura/ Produção escrita de surdos | 9 |
| História da Educação dos surdos | 1 |
| Concepções sobre a surdez | 3 |
| Relações familiares | 3 |
| Papel do psicólogo | 2 |
| Identidades/cultura surda | 4 |
| Leitura labial | 1 |
| Orientação sexual e deficiência auditiva | 1 |
| Subtotal | 52 |
| TOTAL | 152 |

O computo do total de ocorrências de cada categoria da pesquisa, considerando ambos os termos de busca – “surdez” e “deficiência auditiva” - pode ser visualizado na Tabela 4. Optamos por reunir os resultados desconsiderando a distinção dos termos utilizados na pesquisa, a fim de visualizar, com mais nitidez, a emergência das categorias nas diferentes visões da surdez.

Observamos que estudos de perspectiva clínico-terapêutica são bastante frequentes (68,4%), o que contrariou nossa expectativa inicial, segundo a qual a visão clínico-terapêutica da surdez estaria, pelo menos no âmbito teórico, cedendo lugar à visão sócio-antropológica.

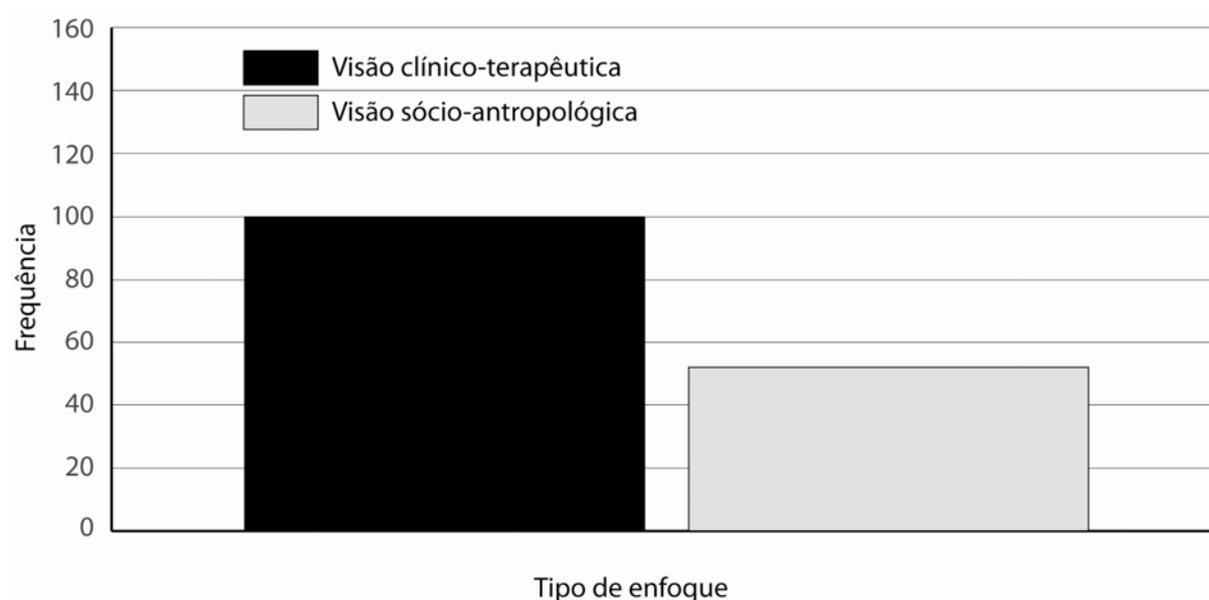


Figura 4. Distribuição dos temas, agrupados em função do enfoque adotado, nos artigos localizados na base de dados *Scielo* Brasil, a partir da junção dos parâmetros “deficiência auditiva” e surdez (N=74).

Ao analisar a Tabela 4, frisamos que as categorias mais presentes são: Causas Biológicas (32 ocorrências) e Diagnóstico Médico (31). Pressupomos que a surdez ainda é objeto recorrente das ciências biomédicas, apesar das mudanças que vem ocorrendo no campo dos estudos sobre o tema. A Figura 4 nos auxilia visualizar as diferenças no número de artigos em ambas

perspectivas.

Assim, concluímos que o conceito de surdez comumente encontrado, nos artigos da base de dados *Scielo* Brasil, remete às acepções de *déficit* e deficiência. Ademais, as revistas da área biomédica ainda abarcam a maioria das publicações sobre a surdez/deficiência auditiva. Estes fatores podem explicar o expressivo número de publicações na visão clínico-terapêutica e a necessidade de estudos na área de ciências humanas a partir da visão sócio-antropológica.

Para análise mais detalhada dos artigos relacionados à visão sócio-antropológica, realizamos pesquisa, dentro deste universo, baseada na expressão “identidade surda”. Nesta busca encontramos apenas dois artigos, ambos (Santana & Bergamo, 2005; Gesueli, 2006) retratando o papel da linguagem na construção das identidades de surdos. O escopo dessas pesquisas corresponde à perspectiva de Skliar (2001a; 2004), que advoga a necessidade de incorporar as identidades e a cultura surda ao processo de ensino/aprendizagem. Neste caso, a língua de sinais, conforme já defendido aqui, é fator *sine qua non* para que o surdo se reconheça constituinte de uma comunidade própria.

Não encontramos qualquer artigo na base de dados *Scielo* Brasil relacionado especificamente às RS da surdez e, conforme exposto adiante, nenhum sobre as RS do trabalho de surdos. Isto realça a importância desta pesquisa, não somente para o avanço dos estudos da TRS, como também para a área da surdez.

A partir dos estudos apresentados, verificamos que a surdez vem sendo estudada sob diferentes pontos de vistas. Os artigos a partir do enfoque clínico-terapêutico são mais recorrentes na Base de dados *Scielo* Brasil, tanto quando se utiliza o termo “surdez”, quanto quando se utiliza a expressão “deficiência auditiva”. Apesar disto, os estudos na visão sócio-antropológica apresentaram crescimento nos anos de 2006 e 2007, o que pode inferir que

estamos vivendo um momento de reflexões e ressignificações a respeito da surdez como diferença política, social e cultural.

Até aqui defendemos a importância de se considerar as especificidades da cultura surda no processo educacional destes sujeitos. O trabalho, assim como a educação e outras formas de interação social, é fator essencial de desenvolvimento dos surdos. É nele, e em outras esferas sociais, que o ser humano convive com outras pessoas, cria vínculos sociais, identifica-se com seus pares e, ao mesmo tempo, diferencia-se deles. Por este motivo, o trabalho é via de construção das identidades, que se formam no âmago das relações sociais que as produzem. Assim, na próxima seção, trataremos do tema “trabalho” e ressaltaremos sua importância ao longo da história da humanidade.

1.2 O TRABALHO

O tema “trabalho” é estudado em diversos campos do conhecimento (Psicologia, Economia, Sociologia e Filosofia, entre outros). A definição de trabalho reflete a diversidade destas áreas e a pluralidade do mundo social. Neste tópico abordaremos os diversos conceitos de trabalho e marcaremos a nossa opção por compreendê-lo como uma relação de troca mútua que se dá nas relações sociais. Faremos uma breve retrospectiva histórica pontuando a forma como a sociedade ocidental compreendeu o trabalho ao longo dos tempos. Recorreremos aos filósofos gregos da Antiguidade, a quem o trabalho era castigo e atividade degradante. Verificaremos como o trabalho foi sendo ressignificado pelo cristianismo, ovacionado como ferramenta para o alcance das bem-aventuranças. Na modernidade, veremos que o trabalho passou a ser entendido como essência da vida humana. Destacaremos os significados do trabalho a partir das acepções da economia política liberal e de teóricos como Saint-Simon e Karl Marx. Buscaremos na Sociologia as concepções de trabalho de Durkheim e Max Weber. Ademais, discutiremos o trabalho a partir do cientificismo de Taylor e dos modelos de produção *fordista* e *toyotista*. Por fim, discutiremos a centralidade do trabalho nos tempos atuais, marcados pela sua flexibilização e precarização das relações trabalhistas.

Do ponto de vista sócio-histórico, trabalho é a atividade humana que transforma a natureza e, ao mesmo tempo, é fator determinante na transformação do próprio homem. É um componente estruturante da vida social e do pensamento, na medida em que permite ao homem uma relação mediada e simbólica com objetos e pessoas. Na perspectiva econômica, Brie e Nord (1990) definem trabalho como produção que exige esforço físico, intelectual e/ou mental. No campo do Direito, o trabalho refere-se à prestação de serviço, eventual, temporária ou contínua,

autônoma ou com relação empregatícia, à pessoa, família ou empresa (Náufel, 2000). O conceito de trabalho abrange as mais variadas formas de atividades humanas, com vínculo empregatício formal ou informal, conforme descreve, no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei 5.452/43). Dado o caráter dinâmico do conceito, seus significados mudam à medida que a história das sociedades se transforma. Por isso, pautar-se em uma visão pretensamente universal do trabalho seria inócuo aos objetivos deste estudo. Vale reiterar aqui a ideia de trabalho como um conceito multifacetado e interligado aos aspectos históricos, políticos, individuais, econômicos e socioculturais.

O conceito de trabalho adotado neste estudo, por ser o mais comumente usado, refere-se ao trabalho como relação de troca mútua que se dá nas interações sociais, dotadas de significado para o sujeito que delas participam. Entendemos ainda, por trabalho, atividade remunerada e exercida dentro de contextos organizacionais.

Etimologicamente, o verbo trabalhar tem origem no Latim “*tripaliare*”, que significa torturar e sacrificar. O termo deriva do substantivo “*tripalium*”, aparelho de tortura, formado por três toras de madeira, no qual eram atados gladiadores do circo romano e escravos condenados (Carmo, 1997). Apesar de a palavra que o designa, em sua essência etimológica herdar o sentido de sacrifício, ao longo da história, o trabalho adquiriu várias nuances, alcançando na sociedade moderna *status* de centralidade da vida humana. Atualmente, muitas são as discussões sobre a centralidade do trabalho para os indivíduos, tendo em vista que seu exercício formal é privilégio que nem todos os cidadãos desfrutam.

Em consonância com a noção de castigo, na Grécia Antiga, Egito e Pérsia, o trabalho era dispensado àqueles que, como asseverou Aristóteles, eram considerados *animalis vocalis*, ou seja, escravos. Para os gregos - entre os quais se destacam Hesíodo (cerca de 750 a.C.), Sócrates

(470 - 399 a.C.), Platão (428 - 347 a.C.) e Aristóteles (384 - 322 a.C.) - trabalho, como aproximadamente hoje se conhece, era designado *erga*. Trabalho físico não era atividade digna e deveria ser realizado por aqueles que não eram considerados seres plenamente humanos. Atividades intelectuais - como a política, a reflexão, a filosofia e a poesia - eram expressões mentais dignas somente dos cidadãos (Oliveira, 1998).

O estigma do trabalho manual, destinado aos não-cidadãos e aos “despossuídos de alma”, pode ser encontrado em vários escritos de filósofos gregos. A ideia de degradação ligada ao trabalho esteve presente até mesmo nas reflexões sobre a *polis* ideal. Para Aristóteles, na *polis* os instrumentos deveriam realizar funções comandadas pelos homens. Assim, o arco de pua que tece o fio, a roda do moinho que faz a farinha, deveriam funcionar sem a ação direta do homem. A realização deste ideal preservaria a dignidade do homem, afastando o cidadão do trabalho físico.

O sentido de castigo, de acordo com Migeotte (2005), estendeu-se até a Idade Média, período em que o trabalho continuou a ser visto como algo degradante, reservado às classes não dominantes. Mais adiante, o trabalho foi considerado a tormenta por qual deveriam passar os pecadores para alcançar o reino dos céus. No século XII, com base nos ditames cristãos, mais precisamente na regra beneditina e na congregação dos cistercienses, iniciou-se movimento de valorização do trabalho manual. Aquela congregação pregava que ele era uma forma de alcançar as virtudes, porém, paradoxalmente, enfatizava os perigos do trabalho regular e o indicava para tempos fixos do dia. A Igreja também recomendava o trabalho como forma de castigo, pois entendia o labor como repositório das bem-aventuranças e ponte para se elevar o espírito (Oliveira, 1998).

Com o advento da industrialização, camponeses se transformaram em classe

trabalhadora verdadeiramente reconhecida. Tiveram, inclusive, que se adequar às regras do sistema produtivo de então, com jornadas de trabalho de até 15 horas. A sociedade industrial foi marcada pela dicotomização dos espaços casa e trabalho, pela concentração das massas de trabalhadores assalariadas nas fábricas, pela aplicação de princípios científicos ao processo produtivo e pela crescente racionalização das atividades laborais. O aumento das potencialidades do trabalho ancorou-se em sua divisão, o que permite o desenvolvimento da habilidade do trabalhador por meio da especialização das tarefas. Associa-se aqui a invenção de máquinas, diminuição de perda de tempo ocasionada pela mudança de atividades e, conseqüentemente, incrementa-se a produção.

O mundo moderno encetou importante ruptura com a visão de trabalho da sociedade feudal. A nova ordem burguesa, marca da modernidade, colocou em voga a noção de *homo faber*, o que repercutiu em todos os setores da vida social de então. O trabalho, neste contexto, alcançou *status* de fundamento. Arendt (1983) assevera, inclusive, que o homem, na Modernidade, passou a ser considerado *animal laborans*. Assim, o trabalho, anteriormente de valor degradante, passou a ser percebido como corolário da vida humana. Esta concepção firmou-se a partir do desenvolvimento da economia política do século XVII, do Liberalismo e do processo de Revolução Industrial.

O Iluminismo, ao preconizar explicações racionais para os fenômenos antes envoltos em áurea místicas, influenciou as ideias liberais e sublinhou a importância do trabalho a partir de diferentes nuances. O Liberalismo, sistema de crenças e convicções construídas por ingleses e franceses, se solidificou na França, no século XVII. No âmbito econômico, trouxe em seu bojo visão de homem pautada no individualismo, na liberdade, na propriedade, na igualdade e na democracia. No que toca ao individualismo, temos em John Locke (1632/1704) seu maior

representante, para quem o homem é a medida de todas as coisas. Isto significa dizer que os indivíduos possuem atributos naturais que regulam as relações econômicas e sociais. A função do Estado seria executar a lei natural, ou seja, permitir que cada indivíduo, em competição com os demais, desenvolva os seus talentos e as suas capacidades. Portanto, o progresso individual promoveria como consequência o progresso social. A partir desta visão, a riqueza ou a pobreza, o sucesso ou o fracasso irão depender das escolhas dos próprios sujeitos. Locke asseverou com naturalidade a sociedade de classes e as diferenças sociais, posto que indivíduos têm talentos diferentes e, por isto mesmo, ocupam lugares distintos na esfera social (Cunha, 1980).

Associado ao individualismo, encontra-se o princípio da liberdade. Neste, a liberdade individual é a condição essencial para a defesa da ação e das potencialidades dos indivíduos. Cunha (1980) argumenta que se o Liberalismo presume que os indivíduos são livres para traçarem o seu próprio posicionamento social, não haveria de existir coerção ou privilégios conferidos pelo Estado a certos indivíduos em razão de nascimento ou credo.

De fato, o trabalho e os talentos são, na visão liberal, ferramentas legítimas de ascensão social e aquisição de bens. Desta forma, todos os indivíduos que trabalham e têm talentos têm a chance de adquirir propriedades e riquezas. O direito à propriedade deveria, no entender de Locke, ser assegurado pelo Estado, pois os homens, com seu esforço próprio, acumulam bens, não cabendo, assim, a expropriação, o confisco e a redistribuição de propriedades aos menos favorecidos. Isto enseja outro princípio presente no Liberalismo, o da igualdade.

Para Rousseau (1712/1778), a igualdade natural seria impossível. Isto porque os homens são indivíduos desiguais em talentos. Portanto, não poderia haver uma sociedade de iguais em riquezas. Qualquer padronização social seria fruto de expropriação das propriedades de alguns, o que representaria uma afronta aos direitos individuais. A única igualdade possível seria aquela

convencionada em Lei: iguais direitos à vida, à propriedade e à liberdade. Por este modo, caberia ao ordenamento jurídico regular a tendência natural de desigualdade, permitindo a cada indivíduo, sem distinção, a disputa por posições sociais privilegiadas (Cunha, 1981).

Pai da economia clássica, Adam Smith (1723/1790) defendia que o trabalho era a base de toda riqueza, fonte que assegura a apropriação de bens e o consumo. Em sua principal obra, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, o economista escocês defendia o fim dos monopólios, a não intervenção do Estado na economia e a liberdade na negociação dos contratos de trabalho entre patrões e empregados. Além disto, preconizava a ideia de que a natureza é o melhor guia dos homens. Assim, se os homens forem deixados livres para buscar os seus próprios interesses, eles naturalmente vão favorecer a sociedade. Ao trabalhar os homens não têm outro fim senão os relacionados à satisfação das próprias necessidades. Porém, ao buscar alcançar os seus próprios interesses ele é guiado por uma “mão invisível” que o leva a atingir um fim não intencional, qual seja: o maior rendimento de toda sociedade (Mercure, 2005).

Embora considerasse a divisão do trabalho como motor da riqueza das nações, Adam Smith reconheceu o legado negativo da divisão das atividades. Admitiu que um homem que passa a vida realizando tarefas corriqueiras que lhe exigem um irrisório grau de inteligência acaba por cair na estupidez. Smith, ao preconizar uma sociedade liberal, de estado mínimo, sustenta, a partir de um ponto de vista pragmático e empirista, que a essência do homem está na atividade que ele exerce.

A reflexão dos ideais presentes nas premissas de Adam Smith nos leva a questionar: será que o “vale tudo” proposto por este economista em época de expansão da economia inglesa valeria também para os nossos tempos, em que impera a recessão e a escassez do trabalho? Será

que patrões e empregados, principalmente empregados surdos, teriam condições de negociar livremente, sem a intervenção do Estado? Acreditamos que a “mão invisível” a que se referiu Smith não levaria, de forma natural, à inserção e permanência, com equidade, dos surdos no mercado de trabalho. Isto se justifica porque há uma assimetria de poder entre estes sujeitos, em que prevalece a busca de lucros e a redução de custos por parte das empresas. Os aparatos legais que permeiam as relações de trabalho existiriam, a nosso ver, para promover, mesmo que de modo obrigatório, a inserção dos surdos no mundo do trabalho.

Isto posto, podemos nos questionar: qual a relação dos ideais liberais com o trabalho, objeto de interesse desta seção? Sabemos que o Liberalismo trouxe importantes reflexões para o campo do trabalho. De atividade degradante, destinada aos desvalidos, o trabalho passou a ser entendido como via de conquistas individuais e sociais. Portanto, o Liberalismo enseja que os indivíduos ocupam o lugar social que a sua motivação para o trabalho pode alcançar. A posição de nascimento não é mais determinante, como foi na Idade Média. Todos têm condições de ascender socialmente, desde que tenham talentos individuais e motivação para o estudo e para o trabalho. Estes pressupostos inauguram nova forma de pensar o trabalho, agora visto como instrumento de aquisição de riquezas e por consequência de ascensão social. Esta é a base da relação capital/trabalho.

A visão organicista encontrada nas obras do Conde de Saint-Simon (1760/1824), marca sua oposição ao Liberalismo da época. Saint-Simon demarca visão utilitarista, que articula o trabalho à ciência. Ao aproximar a compreensão da sociedade à fisiologia geral, ele explicita que a reunião de homens é análoga a uma máquina organizada na qual todas as partes contribuem para o funcionamento do conjunto. Assim, a sociedade é entendida como um sistema orgânico de funções objetivas, que evolui progressivamente com o passar do tempo. A

história das sociedades revela a forma natural das sucessões funcionalmente inteligíveis, de fases orgânicas e de fases críticas e revolucionárias. Isto equivale dizer que o desenvolvimento da sociedade segue uma ordem estável para qual tendem historicamente as sociedades ao longo dos séculos. No entender de Saint-Simon, se na sociedade feudal as sociedades eram baseadas no poder e na dominação do homem sobre o homem, nos tempos industriais a sociedade se baseia nas capacidades do homem e na dominação da natureza. Assim, o sistema industrial futuro, pautado na produtividade e no mérito, substituiria os gastos e a anarquia social dos tempos de transição em que estavam vivendo. A liberdade dos homens estaria ligada ao conhecimento desta fisiologia social enquanto ordem natural (Guyader, 2005).

Considerado precursor do socialismo, Saint-Simon acreditava que no futuro a sociedade seria formada por cientistas e industriais. Nesta nova sociedade não caberia a exploração dos homens pelos homens, mas predominaria a Administração coletiva, não havendo espaço para a propriedade privada. O trabalho adquire na obra de Saint-Simon valor e atividade normativa, além de ser pivô do novo sistema social. Em sua obra, a sociedade é entendida como o conjunto de homens que se reúnem para executar trabalhos úteis. A vertente utilitarista desta concepção reside na função do trabalho, entendido como promotor da sobrevivência e da satisfação das necessidades humanas. Assim, apesar de sua preguiça natural, os homens tendem a trabalhar para responder às necessidades de sobrevivência e de alcançar o que lhe dá prazer.

O trabalho, para Saint-Simon, adquire dimensão bastante ampla. Em seu entender, os funcionários públicos, os artistas, os industriais e os agricultores trabalham de maneira tão positiva quanto aqueles que transportam os fardos e cavam a terra. Daí a frase presente em sua obra de 1807- *Introduction aux travaux scientifiques du XIX*- “a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo seu trabalho”. O reconhecimento indistinto do valor do

trabalho, desta forma, não exige a diferenciação das classes. De fato, Simon acredita que toda sociedade deve trabalhar em prol da melhoria moral e física da classe menos favorecida (Guyader, 2005). Saint-Simon postula que, no seio das sociedades existem forças opostas. De um lado, haveria as forças estáveis e orgânicas. De outro, as forças críticas, que são capazes de mudar o rumo da história. Nesta direção, ele sustenta que a base da liberdade é a indústria, pois, por meio dela é possível obter a emancipação, que significa a melhoria das condições de vida de todos. Guyader (2005) observa que Saint-Simon propõe a organização, a ordem, a colaboração e a união coletiva dos leigos, que são ávidos pela instrução, de modo a estabelecer novas relações sociais, que sejam mais vantajosas para o todo social.

A visão de Saint-Simon é contestada por Karl Marx e Engels, os quais a consideram como um socialismo utópico, cujos fundamentos acabam por reafirmar o liberalismo econômico. Estes autores contrapõem ao socialismo utópico o socialismo científico, revelando as contradições nas relações entre capital e trabalho. Marx e Engels explicitam as duas facetas do trabalho moderno: ao mesmo tempo em que é o corolário da vida humana é desumano e fonte de alienação. O valor do trabalho como gerador de riquezas expressaria os conflitos e a luta de classes. Portanto, não seria a ordem natural que regularia as posições sociais, como no Liberalismo, mas a exploração e a alienação do trabalhador, que por necessidade de subsistência vê transformada sua força de trabalho em mercadoria (Martins, 1994).

Para Marx e Engels (1848/ 1998), o trabalho, enquanto instrumento que medeia a relação do homem com a natureza, é uma atividade que promove a transformação consciente do mundo. O homem transforma a natureza na qual está inserido, mas não passa ileso por essa transformação: ao mesmo tempo em que age sobre ela, transformando-a, também ele é transformado por ela. Para produzir os meios de transformação, o homem constrói instrumentos

físicos e simbólicos, organiza-se e se comunica socialmente, estabelecendo relações mediadas pelo trabalho. A ação humana sobre a natureza exige demandas cognitivas que outros animais não possuem. É preciso, para exercer um trabalho, calcular, medir, enfim planejar - pensar o presente para projetar o futuro a partir da memória do passado - desprendendo-se do mundo concreto em direção de uma elaboração e abstração cada vez maiores.

Como Marx e Engels (1848/ 1998) observam, o trabalho transformou-se consideravelmente ao longo dos tempos. A partir da instauração do modo de produção capitalista, destitui-se de seu caráter criativo transmudando-se em mercadoria. O trabalhador vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, ficando por isso impedido de se apropriar dos resultados de seu próprio trabalho. Marx advoga que a sociedade pós-capitalista seria a superação desta situação de alienação das massas de operários. Nesta sociedade, os homens poderiam ser livres para apreciar a vida e realizar trabalhos que fossem por eles apreciados.

As significações sociais e as patologias das situações do trabalho são o mote das obras de Durkheim (1858/1917), fundador da escola francesa da Sociologia. Tiryakian (2005) elucida que o livro de Durkheim publicado em 1893, *De la division du travail* mira-se na necessidade de se estabelecer uma solidariedade orgânica entre os membros da sociedade. Analogicamente ao organismo biológico, onde cada órgão tem uma função definida e depende do outro para sobreviver, a divisão social do trabalho deveria permitir que cada membro da sociedade exercesse uma dada função. As pessoas, desta forma, basear-se-iam em um sistema de direitos e deveres, sendo compelidos a se sentirem coesos e ligados ao funcionamento do todo. A sociedade moderna, no entender de Durkheim, tem uma coesão orgânica, que é caracterizada pela diversidade de talentos e a conseqüente divisão social do trabalho. Portanto, este filósofo,

considerado um dos pais da Sociologia moderna, via o Direito como ferramenta de regulamentação exterior que orientaria a solidariedade orgânica da sociedade.

Não obstante, discorre Tiryakian (2005), a vida econômica desregulada, tal qual vivia a França à época de Durkheim, em que pese a abundância vivida pela burguesia industrial e a marginalização da classe operária, enfraquecia as regras econômicas e morais. A esta tensão social patologizante, marcada pelo anarquismo e pelos conflitos socioeconômicos, Durkheim chamou de anomia. Na sua visão, a anomia trazia degradação à vida social, pois levava à não confiança nos outros, à luta de classes ou à guerra civil. Do mesmo modo, poderia levar os homens a perderem o sentido do trabalho e da solidariedade, o que extirparia a sua natureza humana. A superação da anomia seria favorável ao desenvolvimento da vida social regularizada e da solidariedade.

Como podemos notar, o trabalho, para Durkheim, é significativo e fonte de satisfação quando é orientado por regulamentação e guiado por normas que levariam à solidariedade entre os trabalhadores. A socialização, em seu entendimento, revestiria os indivíduos de hábitos e costumes sociais reconhecidos pelo grupo que faz parte. Assim, ao nascerem os homens não passariam de selvagens. O grupo social e suas regras serviriam de freio ao egoísmo presente nos seres humanos. Para poder conviver em meio ao seu grupo ele teria que internalizar estas regras e, neste aspecto, o papel das instituições é primordial, visto que os indivíduos precisam se sentir seguros e respaldados. Para tanto, os indivíduos deveriam sentir-se parte de um todo, tendo internalizado os princípios de forma orgânica e não meramente mecânica.

Leitor crítico das teorias marxistas, Max Weber (1864/1920), historiador, sociólogo, jurista e economista, estudou as influências da reforma protestante do século XVI no comportamento dos homens. Nestas influências, procurou elucidar o que estaria por trás do

sentido que o homem atribuiu ao trabalho. Muller (2005) descreve que, no entender de Weber, a reforma veio romper com a visão de trabalho que vigorava até então. A história do trabalho, discorre Muller, congrega conceitos ambivalentes. De um lado é pesado, doloroso, demanda esforço, e, por isto indesejado. Este sentido, dado principalmente ao trabalho manual dispensado aos “não-cidadãos”, predominava na Antiguidade e na Idade Média. De outro, encontra-se o esforço voluntário, intencional, localizado, principalmente, no trabalho intelectual, que na Antiguidade era destinado aos cidadãos de pleno direito e no advento do pensamento cristão era tido como portador das bem-aventuranças da alma. Chamamos a atenção, neste aspecto, para a exceção desta premissa, encontrada na Idade Média, em São Tomás de Aquino, a quem a vida contemplativa seria superior à vida ativa (Muller, 2005).

Críticos contundentes da ociosidade e da luxúria, em que acredita estar mergulhada a Igreja Católica, para os reformadores protestantes, ócio e preguiça seriam condenados por Deus, pois Ele próprio era um Deus trabalhador, que intervém no mundo de forma incansável. Calvino (1509/1564) não condenou a riqueza, mas o mau uso que o homem faz dela, esquecendo-se do criador e assujeitando seu próximo. Exaltou a importância da disciplina, da responsabilidade e da iniciativa individual. Para tanto, o trabalho profissional seria a arma contra a preguiça e a mendicância. Esta ética puritana, fundamentada no lucro monetário, no dever profissional e na competência, influenciaram, involuntariamente, a ética do trabalho na sociedade capitalista, pois a aquisição de propriedades, alcançada pelo trabalho profissional, davam aos protestantes a independência e a certeza de serem filhos eleitos de Deus. Se antes a Igreja Católica localizava o estado de graça exclusivamente nos sacramentos e o consolo, na confissão e nas boas ações, a ética protestante apontava para a racionalização da conduta e conduzia ao favorecimento de uma vida econômica burguesa igualmente racional.

Foi a partir da análise da lógica protestante que Weber concluiu que o valor do trabalho nada tinha de natural, antes, encontrava-se no desenvolvimento da ética protestante (Souza, 1999; Willaime, 2005). Porém, as raízes puritanas do capitalismo, que exaltava a vocação e a vida econômica racional, ao logo dos tempos foram substituídas por um sistema mecânico, onde os bens capitalistas aprisionam e criam classes estratificadas de operários e de proletários expropriados. Para tanto, Weber realizou investigação junto aos trabalhadores rurais no leste da Alemanha e, posteriormente, analisou as relações entre divisão social e divisão técnica do trabalho, assim como as características dos operários e os modelos de recrutamento existentes na indústria de sua época. Weber concluiu que quanto menos qualificado é o trabalhador mais suscetível de ser substituído por uma máquina. Ademais, apurou que as condições de trabalho não oferecem base para ser considerado apenas como fonte de sobrevivência. O trabalho não é somente vocação e via de vida plena de sentidos e fonte criadora de autonomia, como elucidado pelos puritanos. Mas, carrega paradoxos cabendo aos indivíduos escolherem os valores e os sentidos de sua vida (Muller, 2005).

Durante o século XIX e início do século XX o cientificismo exerceu grande influência nas fábricas, especialmente com Taylor, na Filadélfia, que preconizava métodos e técnicas para aumentar a produtividade. O trabalho físico deveria ser automatizado e organizado a fim de garantir melhores resultados, sendo para tanto necessário gratificar economicamente os operários mais aplicados, estabelecer objetivos claramente definidos, dispensar remuneração adequada, atribuir responsabilidade pessoal e, em caso de insucesso, punir os responsáveis. O tempo deveria ser controlado, as rotinas minuciosamente detalhadas, a execução fragmentada e a disciplina incentivada, tendo em vista que, segundo Taylor, o trabalhador sempre procurava fazer menos do que podia e, quando demonstrava interesse em produzir mais, era perseguido

pelos colegas (Ramalho & Santana, 2004).

A constituição da Administração científica de Taylor lançou as bases para técnicas de seleção e treinamento dos trabalhadores, assim como a divisão das responsabilidades e dos trabalhos. Para este engenheiro, a divisão dos trabalhos entre os operários, de acordo com suas especializações, promoveria a cooperação, trazendo a eficiência nos processos de produção. Ademais, Taylor preconizou o princípio da exceção, no qual a administração deveria concentrar-se em atividades estratégicas, deixando as atividades padronizadas para os trabalhadores operacionais.

Outro modo de produção, conhecido como o *fordismo*, foi preconizado por Henry Ford, fundador da empresa que leva seu nome. Ford desenvolveu o primeiro carro em 1896 e foi responsável pelas primeiras produções industriais em massa, ancoradas na ritmicidade, na coordenação e na economia de tempo e de estoque de matéria prima. Neste modo de produção, proclamou-se a necessidade de todas as esferas sociais se transformarem de modo a seguir as diretrizes das linhas de montagem das fábricas (De Masi; 2003).

Os paradigmas de produção *taylorista* e *fordista* foram, aos poucos, dando lugar a um novo paradigma: o *toyotismo*. Esta nova forma de conceber a produção marcou profundamente as relações de trabalho e as demandas em torno da formação do trabalhador. Originário do Japão, esse modelo preconiza a mecanização flexível, em que a produção deveria atender, estritamente, a demanda do mercado. Apesar da produção em grande escala, presente no *fordismo*, a segmentação do mercado e a qualificação do trabalhador multifuncional passaram a ser as palavras de ordem. Assim, buscava-se produzir somente o necessário, em uma quantidade necessária e em momento necessário, processo que recebeu a denominação de *just in time* (Oliveira, 1998).

Atualmente, o mercado de trabalho vem sofrendo profundas mudanças. É cada vez mais evidente o aumento expressivo de desempregados e a flexibilização das relações trabalhistas (Antunes, 2004). Entre as mutações ocorridas, destaca-se a supervalorização do trabalho intelectualizado em detrimento do físico. Funções que outrora eram imprescindíveis se tornam obsoletas com os incrementos tecnológicos e aumentou-se o número de atividades que exigem cada vez mais conhecimento e formação especializada.

São bastante grandes os índices de desemprego atual. No mundo, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aproximadamente 195,2 milhões de pessoas encontram-se desempregadas. Com a crise financeira e econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008, estes números têm aumentado de forma significativa, em todo o mundo. De acordo com estimativas da OIT, até 2009, o número de desempregados pode saltar para 200 milhões de pessoas. As maiores taxas de desemprego são as do Oriente Médio e do Norte da África. Nestas duas regiões 12,2% da população economicamente ativa encontra-se sem emprego (Disponível: www.oitbrasil.org.br/index.php. Acessado: 21 de abril, 2009).

Entre os jovens, o desemprego aumentou 14,8% em todo o mundo, no período de 1995 a 2005. Cerca de 25% da população juvenil, 300 milhões de pessoas, vivem abaixo da linha de pobreza - com dois dólares por dia. Considerando a faixa etária de 15 a 24 anos, somam-se mais de 86 milhões de desempregados. Segundo relatório divulgado pela OIT em 2008, a probabilidade de um jovem estar desempregado é três vezes maior que a de um adulto (Disponível: www.oitbrasil.org.br/index.php. Acessado: 21 de abril, 2009).

Na realidade brasileira, o número de pessoas desocupadas em outubro de 2008, de acordo com pesquisa do IBGE, atingiu o índice de 7,5% da população economicamente ativa. Deste total, 57,8% são mulheres, 18,7% estão em busca do primeiro trabalho, 52,3% têm pelo

menos o ensino médio concluído e 27% são arrimos de família (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008).

Acreditamos que o medo do desemprego tende a imobilizar as resistências dos trabalhadores. Muitas vezes, o desempregado sente-se responsável por sua situação, tende a pensar que está desempregado porque não possui a qualificação adequada. Atualmente, acentua-se o processo de exclusão de jovens, idosos e demais categorias consideradas menos aptas ao mundo do trabalho, o que amplia as fileiras do trabalho informal e do desemprego (Antunes, 2003).

Na ausência do trabalho, os sujeitos experimentam o enfraquecimento do sentimento de pertença a um grupo, pois o trabalho, em nossa sociedade, é modo privilegiado de atuar, de existir e de formar identidades. Na ausência do trabalho, instala-se a falta de rumo e de sentido (Enriquez, 2001).

Ante as transformações do mundo do trabalho - como a crescente precarização das relações trabalhistas, o aumento do desemprego e a ampliação dos recursos tecnológicos, que, paulatinamente, extingue postos de trabalho -, alguns autores (Gorz, 1982; Habermas, 1987; Offe, 1994) apontam para uma crise do caráter de centralidade do trabalho em nossa sociedade. Destacam, sobretudo, a incongruência de se falar no trabalho como constituinte da vida humana se muitos estão alijados de seu exercício. Em nossa sociedade, argumentam estes autores, estaria acontecendo um reordenamento do trabalho como categoria. Com a naturalização do desemprego em muitas nações, outros elementos estariam orientando a construção do desenvolvimento humano, como, por exemplo, o consumo, a violência e as relações de poder.

Com relação a esta tese, Organista (2006) argumenta que estes teóricos comumente confundem trabalho e emprego. Se, por um lado, o emprego está em crise, o trabalho persiste

como categoria central na vida humana. Para este autor, o trabalho permanece como elemento central na organização da sociedade, atuando como aglutinador social e atividade orientadora das identidades. Já emprego seria uma construção social e histórica.

Ainda nesta direção, Antunes (2004) argumenta que está em marcha um processo de retroalimentação, e não de fencimento do trabalho propriamente dito. Necessitamos, cada vez mais, de uma força de trabalho complexa e multifuncional que deve ser explorada de maneira intensa e sofisticada. É neste sentido que se fala do concomitante processo de precarização e intelectualização do trabalho, por um lado, e do enfraquecimento do trabalho assalariado, por outro, sem que ambos impliquem em uma decadência de todas as formas de trabalho.

Na esteira das ideias de Antunes, alguns estudos encetaram investigação sobre a centralidade do trabalho na vida humana (Soares, 1992; Bastos, Pinho & Costa, 1995; Santos, 1995; Oliveira, 1998). Em pesquisa para aferir sua centralidade entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercado do Distrito Federal, Oliveira (1998) constatou que o trabalho, assim como a família, são constituintes das relações sociais dos trabalhadores.

Em consonância com o que até aqui foi exposto, entendemos o trabalho como lugar de reelaboração das experiências anteriores, histórias vividas, desejos e angústias do ser humano, sendo, desta forma fator constitutivo do sujeito (Dejours, 1992) e do processo de desenvolvimento humano. Por meio do trabalho, o ser humano conquista reconhecimento social, visibilidade entre os pares e atribui um sentido positivo à vida. O trabalho funciona como organizador das identidades (Oliveira, 1998), pois constantemente o ser humano é reconhecido por aquilo que faz. Apesar de sua faceta positiva, o trabalho pode agregar caráter negativo, quando é fonte de sofrimento, angústia, exploração e alienação.

No caso deste estudo, presumimos que, para os surdos, o trabalho significa mais que satisfação de necessidades fundamentais - como pagar sua comida e bebida -, ele proporciona o senso de valor próprio. Por outro lado, a ausência de trabalho pode vir acompanhado de sofrimento e sentimento de menos valia. Diante deste quadro, considerou-se importante tratar, na próxima seção, as acepções do trabalho de surdos e sua importância para o desenvolvimento destes sujeitos.

1.3 O TRABALHO DE SURDOS

1.3.1 Concepções, ordenação jurídica e práticas relacionadas ao trabalho de surdos

Neste tópico trataremos do trabalho de surdos. Buscaremos localizar historicamente as primeiras tentativas de profissionalização destas pessoas. Veremos que o período que se seguiu ao término da I grande guerra marcou a ampliação das discussões sobre a dignidade no e do trabalho, o que acabou por acentuar os debates acerca da reabilitação e reinserção dos mutilados de guerra. A criação da OIT, fruto da Conferência de Paz e parte do Tratado de Versallhes, em 1919, institucionalizou as preocupações acerca da necessidade de melhoria das condições de trabalho em todo o mundo. Daí que surgiram as Recomendações da OIT que visam regulamentar as ações globalizadas de promoção da eficiência econômica em equilíbrio com ações de equidade no trabalho. Realçaremos o papel dos movimentos de surdos, que dentre outras coisas, travaram lutas para assegurar os direitos sociais a essas pessoas. No âmbito brasileiro, elucidaremos as ações da FENEIS frente a este cenário. Apresentaremos alguns aparatos legais que têm como escopo o trabalho de pessoas com necessidades especiais, além dos índices nacionais de sua empregabilidade. Especificamente em relação ao nosso objeto de estudo, discutiremos as dificuldades relativas ao trabalho de surdos, apesar de incitarmos a importância do trabalho para a vida dos mesmos.

A história do trabalho de surdos é parte integrante da história do trabalho de sujeitos com necessidades especiais. Na Antiguidade, até aproximadamente as décadas que marcaram o movimento da integração, os surdos, assim como outras pessoas com necessidades especiais, muitas vezes foram confundidos como loucos, deficientes mentais, ganhando o *status* de “peso morto”. Desta forma, as práticas relativas às pessoas com necessidades especiais eram

permeadas por concepções protecionistas e segregacionistas (Melo, 2004). Empregar estas pessoas, por muitos anos, foi visto como crueldade e exploração por parte dos ouvintes. A esse fato, nos lembra Sasaki (2003), soma-se a influência dos estudos científicos, que até então desconsideravam as potencialidades laborativas destes sujeitos.

As primeiras tentativas de transformação destas práticas segregacionistas datam do século XIX, com a formação dos movimentos de surdos, que, inicialmente, reuniam-se em banquetes franceses para celebrar o aniversário do *Abée de l'Epèe*. Mottez (1992) afirma que no ano de 1840, os surdos, pela primeira vez, se organizaram em “uma espécie de governo”. Já na Dinamarca, as associações de surdos artesãos, no período de 1866 a 1893, demandavam políticas de lazer, recreação, assistência e de inserção laboral. O trabalho era um tema caro aos surdos dinamarqueses, os quais aludiam a necessidade do exercício de atividades especializadas. Não obstante, a situação dos surdos àquela época era muito difícil, pois, grande parte deles era sub-escolarizada, o que facilitava a exploração destes trabalhadores por parte das indústrias.

No campo da educação para o trabalho, Klein (2001, p. 81) relata que a preparação para o trabalho foi um dos objetivos da primeira escola para surdos, o “Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris”. “O sentido da aprendizagem dos ofícios era possibilitar aos alunos surdos uma atividade que evitasse que eles fossem, no futuro, uma carga para a família, para a comunidade ou para as associações de caridade”. O olhar sobre o aluno surdo da época era ditado pelo viés biológico e medicalizado. Portanto, a reabilitação, o ensino da fala e da disciplina eram considerados essenciais para a adequação e a inserção do surdo no mundo do trabalho.

No âmbito das necessidades especiais de maneira geral, a I e a II Guerras Mundiais (respectivamente, 1914-1918 e 1939-1945) foram decisivas, em termos políticos, para a reabilitação dos mutilados e sua reinserção no mercado de trabalho. Os debates sobre o trabalho

de pessoas com necessidades especiais ganharam força com a criação da OIT em 1919. Esta agência, voltada para questões relacionadas à melhoria das condições de trabalho, é ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Sua constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes, no qual o trabalho era considerado como o cerne da dignidade humana e não uma mera mercadoria.

Em 1955, instituiu-se a Recomendação 99 da OIT, que dispõe sobre o direito de reabilitação profissional de todos os indivíduos com limitações, independentemente da origem. Anos mais tarde, em 1983, a Convenção de nº 159 da OIT estabeleceu o dever de se assegurar recursos para a reabilitação profissional e promover oportunidades de emprego para pessoas acometidas por qualquer tipo de necessidades especial (Pastore, 2000).

Verificamos que o acesso ao trabalho já era, desde o século XIX, parte integrante da pauta das associações e dos movimentos de surdos. Para Klein (2001, 2005), tal reivindicação, atrelada a outras, como direito à saúde, à educação, ao lazer e ao respeito à língua de sinais, formaram o mote dos movimentos de surdos de diversas regiões, que, mais tarde congregaram-se na Federal Mundial de Surdos (WFD). Esta Federação teve importante influência nas diretrizes que elegeram o ano de 1981 como o Ano Internacional dos Deficientes. Neste período muito se falou sobre o trabalho como um instrumento capaz de proporcionar aos surdos o alcance da autonomia e da cidadania⁴.

No âmbito nacional, a FENEIS foi criada em 1987, alicerçada na missão de promover, dentre outras coisas, a educação, a cultura, as formas de comunicação social, em especial, a Libras, e a profissionalização dos surdos. Em seu Relatório Anual de 1993, a entidade explicitou

⁴ Destacamos, ainda, a importante influência da WFD nas recomendações da Unesco, em 1984, que versavam sobre o reconhecimento da língua de sinais como língua natural dos surdos (Klein, 2005).

que seu objetivo é divulgar e informar aos pais, autoridades e o público em geral a capacidade profissional do surdo e a necessidade de inclusão e respeito aos seus direitos e deveres (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, 1993). Para alcançar este objetivo, a FENEIS promove vários seminários e palestras, além de campanhas de conscientização em todo o Brasil. Em documentos conclusivos referentes à temática “trabalho”, da I e II Conferência Estadual dos Direitos Humanos dos Surdos no Rio Grande do Sul, no ano de 1998 e 2000 respectivamente, foi aludido a necessidade de incentivar a formação profissional dos surdos e de se extinguir as listas padronizadas de profissões para surdos, que limitam suas oportunidades de galgar novos cargos, além daqueles já considerados adequados para essas pessoas. Em relação aos concursos públicos, este documento sumarizou que a instituição deve assegurar a presença dos intérpretes de Libras nos processos seletivos, o cumprimento de cotas e a proporcionalidade das modalidades de necessidades especiais nos concursos. No que tange ao local de trabalho, este documento sinaliza a necessidade de treinamento em língua de sinais de todos que compõem o ambiente laboral. O relatório ainda esclarece que os surdos devem ser qualificados e incentivados a ascender profissionalmente, além de exercerem, necessariamente, as funções a que foram contratados, e não sejam desviados para funções com menor grau de complexidade.

É certo que os movimentos de surdos estiveram presentes, juntamente com as associações de outras modalidades de pessoas com necessidades especiais, nas lutas em prol dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Dentre estes direitos se encontravam o direito à qualificação, à profissionalização e ao emprego. Estas ações reivindicatórias, que se enquadravam como prioridades das associações, foram decisivas na formatação da lei de reserva de mercado para pessoas com necessidades especiais, cujos princípios estão presentes na Constituição Federal de 1988, na Lei 8.112/90 e 8.213/91, bem como na Instrução Normativa nº

5 de 30 de agosto de 1981 (Klein, 2001).

A Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer discriminação relativa a salário e a critério de admissão (Art. 7º) e atribui ao Estado a responsabilidade de cuidado e de proteção dos direitos das pessoas com necessidades especiais (Art. 23). Em seu Art. 37, a Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade da reserva de um percentual de cargos e empregos públicos a essas pessoas. Ela prevê, além disso, o direito à reabilitação, assistência social (Art. 203) e à educação (Art. 208) às pessoas com necessidades especiais (Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado: 04 de abril, 2009).

O Decreto nº 3.298/99 estabelece três modalidades de processo de colocação profissional de pessoas com necessidades especiais. São elas:

1. Colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para a sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de meios especiais;
2. Colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização;
3. Promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativo ou em regime de economia familiar, com vistas à emancipação econômica e pessoal (Art.35).

Este Decreto abre prerrogativa para que, em caso de deficiência grave ou severa, o trabalho se dê na forma de cooperativas sociais. Entidades beneficentes de assistência social poderão, ainda, intermediar o processo de colocação seletiva e o de promoção de trabalho por

conta própria, nos seguintes casos:

1. Contratação de prestação de serviços da pessoa com necessidades especiais;
2. Comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente ou adulto com necessidades especiais em oficinas protegidas de produção e oficinas terapêuticas. Entende-se por oficinas protegidas de produção a unidade que “funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver habilitação profissional a adolescentes e a adultos com deficiências, provendo-o com trabalho remunerado, com vistas à emancipação econômica e pessoal relativa” (Decreto nº 3.298/99). As oficinas terapêuticas diferenciam-se da primeira por visar a integração por meio de atividades de adaptação e de capacitação, para adolescentes e adultos com necessidades especiais, que, devido ao seu grau de “deficiência”, seja transitória ou permanente, não consigam desempenhar uma atividade laboral no mercado de trabalho ou em oficinas de produção (Decreto 3.298/99).

Em relação ao setor público, a Lei nº 8.112/90 prevê a reserva de até 20% das vagas em concurso público às pessoas com necessidades especiais. A Lei se apoia no pressuposto de que qualquer cidadão pode exercer as funções de cargos públicos. O que de fato diferencia um cidadão apto ao exercício de função pública é sua habilitação profissional e conhecimento, avaliados por meio de provas e títulos, e não sua condição física.

A Lei das cotas, como é conhecida a Lei nº 8.213/91, define as cotas obrigatórias de contratação de pessoas com necessidades especiais em empresas privadas. Tal lei determina que empresas com 100 ou mais empregados são obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção: “até 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000

empregados, 4%; mais de mil empregados, 5%”.

A fim de regulamentar a Lei nº 8.213/91, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, determina que a dispensa de funcionários com necessidades especiais só poderá acontecer mediante a contratação de substituto em condições semelhantes.

No âmbito brasileiro, como se viu, muitas são as Leis que tratam da profissionalização e da inclusão por meio do trabalho de pessoas com necessidades especiais. Porém, para alguns autores, como Lancillotti (2003), a despeito do aparato legal, as empresas ainda resistem à contratação de pessoas com necessidades especiais. As contratações limitam-se, muitas vezes, ao cumprimento da obrigação legal, fiscalizada pela Delegacia Regional do Trabalho. Por isso, não se atentam para as necessidades de adaptação de materiais, instalações físicas, equipamentos e para formação profissional de seus empregados.

O índice nacional de empregabilidade de pessoas com necessidades especiais é de aproximadamente 2% do total desta população. Em pesquisa realizada por Néri, Carvalho e Costilla, constatou-se que 31% dos deficientes empregados trabalham em empresas com menos de 100 empregados. Ou seja, aquelas que por lei não são obrigadas a contratá-los (Néri, Carvalho & Costilla, 2002). Ainda de acordo com estes dados, os setores que mais contratam pessoas com necessidades especiais são os de serviço (48,39% do total de pessoas com necessidades especiais empregadas) e da indústria (49,5% das pessoas com necessidades especiais). Nesta pesquisa, constatou-se que, mesmo os empregadores dispostos a recrutar pessoas com necessidades especiais, costumam recuar diante do alto custo e de outras dificuldades relacionadas à adaptabilidade do ambiente de trabalho.

Pode-se supor que a mudança neste quadro depende muito mais de educação e de medidas educativas que de mecanismos punitivos. Pastore (2000) argumenta que a

obrigatoriedade pode induzir empregadores a não contratarem pessoas com necessidades especiais ou a incentivarem tacitamente sua marginalização no ambiente de trabalho.

Em pesquisa realizada com o objetivo de levantar o número de pessoas com necessidades especiais em Minas Gerais empregadas e os motivos pelos quais estas pessoas eram contratadas, constatou-se que das 83 empresas pesquisadas, com mais de cem empregados, 42 contratam pessoas com necessidades especiais (Batista, 2003). Desta forma, 50% das empresas não têm no seu quadro de funcionários pessoas com necessidades especiais. Entre as empresas que não contratam, 40,4% justificam a não contratação alegando não encontrarem mão de obra qualificada. Nas empresas entrevistadas por Batista, em muitos casos, as pessoas com necessidades especiais eram separadas dos demais trabalhadores, atuavam em tarefas consideradas inferiores, eram contratadas em regime de estágio ou terceirizadas. Não havia acessibilidade física ou comunicacional e as admissões destinavam-se a funções consideradas compatíveis com sua modalidade de necessidades especiais e não com seu perfil e habilidades pessoais.

Sobre esta questão, o Instituto Ethos (2002b), em seu manual *O Que as Empresas Podem Fazer pela Inclusão das Pessoas Deficientes*, descreve as dificuldades encontradas na inclusão laboral de pessoas com necessidades especiais, como: a) pouca compreensão e informação por parte de empregadores e empregados; b) pouca experiência das pessoas da empresa na convivência com pessoas com necessidades especiais; c) baixa escolarização e profissionalização das pessoas com necessidades especiais.

No tocante aos surdos, é interessante iniciar nossa exposição citando um texto da FENEIS, em um cartaz :

O trabalho é o principal meio de integração do homem na sociedade. É através deste que

o indivíduo comprova sua capacidade igualitária de produção. Com os convênios firmados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o surdo vem conquistando um espaço maior e demonstrando seu potencial em várias áreas, aumentando assim o interesse das grandes empresas. LUCRE INVESTINDO CERTO NO SEU PESSOAL (Klein, 2001, p 88).

Neste mesmo cartaz, reproduz-se imagem de surdos operando máquina de xerox e desempenhando a função de digitador. Parece haver relação entre a imagem encontrada neste cartaz e a visão que se tem ainda hoje sobre o trabalhador surdo: o *expert* em trabalhos manuais. Tal visão repercute inclusive nos currículos de formação para o trabalho, que focam-se ou no exercício de atividades e ofícios não mais absorvidas pelo mercado, como a datilografia, ou na formação de surdos para atuarem somente como ajudantes de ouvintes.

De fato, vários são os estereótipos⁵ em relação ao surdo. No campo do trabalho, por exemplo, surdos são percebidos como figuras frias, incapazes, com intelecto inferior ao do ouvinte. “A ideia de o surdo concentrar-se facilmente em suas atividades sem a distração do barulho leva a uma imagem do surdo como produtor braçal de produtividade” (Perlin, 2001, p. 55).

Ainda sobre a padronização de postos de trabalho específicos para surdos, a FENEIS, em 1995, elaborou uma lista das funções que um surdo pode desempenhar. Da extensa relação, 14 profissões eram relacionadas à assistência ou auxílio em alguma área. Exemplos disso seriam: ajudante de bateria, ajudante de carga e ajudante de depósito. Outras profissões consideradas viáveis aos surdos, de acordo com a lista, são as de almoxarife, armador,

⁵ Entende-se por estereótipo as imagens mentais simplificadas de algumas categorias de pessoas, instituições ou de eventos, quando são levadas em conta as suas características (Tajfel, 1982). Assim, são atribuídas características idênticas a praticamente todos os membros do grupo sem considerar as variações reais existentes entre eles (Aronson, Wilson e Akert, 2003).

artesanato, ascensorista, auxiliar administrativo, auxiliar de contabilidade, balconista, cobrador, desenhista, datilógrafo, encadernador; montador; motorista, operador de máquina e plastificador, protocolo, sapateiro, zelador... (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, 1995). Das 103 profissões listadas pela FENEIS, apenas seis exigiam curso superior. Na lista não se encontra qualquer cargo relacionado à gerência ou à coordenação. Na prática, as possibilidades de ascensão para estes sujeitos são poucas, o que leva Perlin (2001, p. 55) ao seguinte questionamento: “será que a cultura surda não ofereceu possibilidades de ascensão ou o poder ouvinte não é suficientemente flexível?” O perfil de cada surdo é diferente, ainda que se considere o fato de que compartilham a surdez. Não considerar o perfil exigido para o cargo, mas somente o fato de determinado trabalho ser mais adequado ao surdo, pode resultar em discriminação inversa (Gugel, 2006; Sasaki, 2005). É comum, por exemplo, relacionar-se o trabalho de surdos à informática, principalmente à digitação, que exige menor escolaridade e contato mínimo ou inexistente com o público.

Neste estudo, não nos apoiamos em uma visão que pressupõe que os surdos constituam uma categoria homogênea de pessoas e, portanto, que se enquadrem em um rol único de profissões. Ao contrário, partilhamos com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2004) que seja a baixa escolarização e as condições sociais desfavoráveis que interferem na formação profissional dos surdos, o que lhe restringe as possibilidades de emprego, alocando os surdos, com frequência, em trabalhos que exigem menor qualificação. Nesta mesma direção, pressupomos que o fato de os surdos serem considerados incapazes de efetuar um trabalho, certamente repercute no processo de construção de suas identidades e na forma como percebem sua capacidade de exercer determinada função.

Para os surdos, assim como para as pessoas com necessidades especiais de maneira

geral, o trabalho possibilita controle e gerência de sua própria vida, bem como a experiência da cidadania plena, conforme argumenta Luis Carlos Pereira, tetraplégico, assessor parlamentar e atleta paraolímpico, em depoimento no livro *Responsabilidade Social e Diversidade - Deficiência, Exclusão e Trabalho*, publicado pelo Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2004, p. 84).

Primeiro a gente fala muito na necessidade do indivíduo se tornar cidadão, mas ele só consegue ser cidadão pleno quando consegue, ele próprio, custear a sua vida. Para custear a sua vida, ele precisa de emprego. E ele só pode trabalhar se puder ir e vir.

Observa-se nesta fala o valor do trabalho para a construção de uma imagem positiva de si mesmo. Custear a própria vida é ter autonomia. É, também, como assinala Carvalho (2003), usufruir da cidadania e de qualidade de vida, entendendo o trabalho como promotor de saúde mental e desenvolvimento.

Avançaremos em nossa reflexão, apresentando uma análise da literatura que aborda o tema surdez e trabalho, com base no levantamento dos principais artigos publicados na base de dados *Scielo* Brasil no período de 2004 a 2008.

1.3.2 Os estudos recentes sobre o surdo e o mercado de trabalho

Neste item discutiremos sobre os estudos atuais que têm como foco o trabalho de pessoas com necessidades especiais encontrados na base de dados *Scielo* Brasil, no período de 2004 a 2008. Realizamos pesquisa nesta base de dados, em busca de produções acadêmicas sobre a relação entre trabalho e surdez. Todavia, nenhum artigo que abordasse o tema foi encontrado. Para este levantamento, consideramos apenas os artigos completos publicados no período de 2004 a 2008, excluindo-se publicações como resumos de teses, cartas, resenhas e

editoriais. Na tentativa de encontrar algum estudo que abordasse o assunto, ampliamos o período escopo da pesquisa, compreendendo o decênio de 1998 a 2008. Porém, ainda assim, não encontramos qualquer artigo que abordasse o tema.

Constatada a ausência de artigos relacionados aos termos “trabalho e surdez” e “trabalho dos surdos”, realizamos nova busca associando agora as palavras “trabalho” - “portador de necessidades especiais” – “trabalho” - “deficiência”, no período de 2004 a 2008. Encontramos apenas um artigo relacionando “trabalho” à “portador de necessidades especiais”. Neste estudo, intitulado *A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Trabalho: A Visão de Empresas e de Instituições Educacionais Especiais na Cidade de Curitiba*, Araujo e Schmidt (2006) realizaram pesquisa com 30 empresas e 10 instituições educacionais com o objetivo de analisar as práticas de inclusão laboral adotadas e as respectivas dificuldades. A pesquisa foi realizada em empresas com mais de 100 funcionários e em instituições que atendem pessoas com necessidades especiais. As autoras constataram que as empresas não cumprem o que determina a lei de cotas, as quais se justificam alegando baixa escolarização e má formação profissional dessas pessoas. Na busca utilizando as palavras “trabalho” e “deficiência”, no período de 2004 a 2008, encontramos cinco artigos, organizados na tabela 5.

O artigo de Neres e Corrêa (2008) aborda, dentro de uma visão marxista, o trabalho e sua importância na educação do deficiente visual. Para as autoras, as formas de organização do trabalho revelam a organização social de determinada época. Embasadas neste pressuposto, Neres e Corrêa analisam a história das pessoas com necessidades especiais, procurando verificar como os “deficientes visuais” foram posicionados frente aos modos de produção das sociedades. As autoras apontam que as formas de superação da exclusão laboral dos “deficientes visuais” relacionam-se à melhoria da educação e da qualidade de vida destas pessoas. Ademais,

ressaltam que é imprescindível a existência de políticas sociais e educacionais que superem a exclusão dos “deficientes auditivos” e motive a transformação das relações de trabalho na sociedade capitalista.

Tabela 5. Pesquisas de artigos com os termos “trabalho” e “deficiência”.

| TÍTULO | AUTOR(ES) / ANO DE PUBLICAÇÃO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| O trabalho como categoria de análise na educação do deficiente visual. | Neres e Corrêa (2008) |
| Programa de suporte comunitário: alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental. | Araújo, Escobal e Goyos (2006) |
| Avaliação da disfunção e da incapacidade nas pneumoconioses. | Neder, Bagatin e Nery (2006) |
| O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência | Tanaka e Manzini (2005) |
| Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. | Escobal, Araújo, Campanha e Goyos, (2005) |

O programa de suporte comunitário como alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental foi o foco do artigo de Araújo et al. (2006). Os autores discorrem sobre os resultados de pesquisa que visava compor, desenvolver o programa e avaliar um grupo de suporte comunitário a jovens e adultos com “deficiência mental” no próprio ambiente de trabalho. Aspectos positivos que influenciaram o êxito do grupo foram encontrados: reuniões planejadas previamente, discussões frequentes sobre as necessidades identificadas, a presença periódica de pessoas da comunidade às reuniões e a tomada conjunta de decisões.

O artigo de Neder et al. (2006) discute a inclusão laboral de pessoas com disfunções na capacidade respiratória. O estudo apresenta as bases para classificação multifatorial do grau de disfunção, com o propósito de auferir o grau de impacto das disfunções respiratórias na vida

diária e nortear a concessão ou não de benefícios previdenciários às pessoas com disfunções respiratórias.

Já o artigo de Tanaka e Manzini (2005) analisa as concepções dos empregadores sobre seus funcionários com necessidades especiais e o trabalho realizado por eles. Este artigo destacam que as contratações se deram por força da lei de cotas e que as dificuldades destas pessoas, na visão dos empregadores, estavam condicionadas, principalmente, ao seu estado orgânico. Por último, o artigo de Escobal et al. (2005) analisam o comportamento de escolha de adultos com deficiência mental sob duas condições: com e sem arranjo instrucional. Os dados indicam que o arranjo instrucional permite maior controle dos participantes sobre a situação de trabalho, resultando maior motivação e interesse pela tarefa.

O fato de não encontramos na *Scielo* Brasil qualquer pesquisa sobre o trabalho de surdos reforça a importância e justifica nossa pesquisa sobre as RS do trabalho de surdos pelos surdos e empregadores e a relação com a construção das identidades dos surdos.

Concluída a exposição relacionada ao Eixo Teórico-Conceitual, passamos à elucidação dos Aportes Teóricos deste estudo, a saber: a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social. Ambas nos ajudaram a entender melhor o objeto de pesquisa e a delinear nossos objetivos.

PARTE 2: OS APORTES TEÓRICOS DO ESTUDO

2.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1.1 Teoria das Representações Sociais: uma psicossociologia do senso comum

A TRS, aporte teórico do nosso estudo, é o tema desta seção. Inicialmente, apresentaremos o contexto em que a TRS foi criada, pontuando que a construção desta teoria foi marcada pela contestação dos preceitos individualistas da Psicologia Social americana. Apresentaremos o conceito de RS, diferenciando-o do conceito durkheimiano de representações coletivas. As funções das RS são apresentadas, destacando que dois processos são acionados a fim de se promover a familiarização e o domínio do mundo: a ancoragem e a objetivação. Discutiremos a relação entre práticas e RS, além de abordarmos o entendimento da vertente psicossociológica sobre as transformações destas últimas. Em seguida discorreremos sobre o papel da comunicação na criação, transmissão e transformação das RS. Partiremos para a diferenciação das RS de outras formas de produção social, recorrendo a alguns autores que apresentam critérios que as qualificam como saber socialmente partilhado. Por fim, mencionaremos as três correntes complementares à teoria de Moscovici, sublinhando e detalhando as contribuições de Doise ao tema.

A partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, inicia-se um movimento de resgate do saber do homem comum e, com isso, uma tentativa de redimensionamento do poder do saber científico, que então imperava sobre o modo de vida da sociedade. O contexto favorecia o retorno do sujeito e do social ao âmbito da Psicologia Social. Assim, teóricos questionaram a eficácia de métodos experimentais, para reproduzir a realidade de grupos, utilizados por pesquisadores da Psicologia Social americana, como Alport, Sherif, Asch dentre outros.

Brunner (1997) foi um dos primeiros a contestar, nos Estados Unidos, a tradição americana da Psicologia Social, considerada uma Psicologia Social individualista. Pôs em marcha a chamada Revolução Cognitiva, nos idos de 1951, ampliando a visão do comportamento humano da esfera individualista para esfera cultural. Defendia que as significações são construídas a partir e na cultura. Desta forma, ressaltou que a herança biológica do homem não determina, por si só, a ação e a experiência humana.

Na mesma direção, desta vez no contexto europeu, Moscovici (1961/1978) questionou a tradição individualista de interpretação dos fenômenos sociais e propôs um novo olhar sobre eles, apresentando o que denominou de TRS. Esta teoria reabilita o pensamento social cotidiano, considerado importante fenômeno, assim como o conhecimento científico e a ideologia (Moscovici, 1961/1978, 2003; Farr, 1984).

A TRS, como abordagem psicossociológica, busca compreender o modo como se processam as chamadas teorias do senso comum, que operam no sentido de dominar a realidade social. A gênese das RS se dá justamente nos lugares e situações em que se encontram os fenômenos que elas buscam explicar, ou seja, no cotidiano. Os suportes pelos quais as RS se veiculam não se reduzem aos discursos que os homens empreendem. Comportamentos e práticas sociais também veiculam as RS (Sá, 1998; Jodelet, 2001).

O conceito de Representações Coletivas, de Durkheim (1898/1970), foi o ponto de partida de Moscovici (1961/1978) para elaboração da TRS. Para Durkheim, as representações coletivas explicariam as formas de pensamento social que se distinguiriam do pensamento individual, marcando o modo como os grupos se pensam em relação aos objetos que os rodeiam. Ainda que útil para Moscovici, este conceito serviu ao tempo e ao modo de viver da sociedade na época de Durkheim. Para se compreender o modo de funcionamento da sociedade

imediatamente contemporânea - marcada pela dinamicidade e complexidade, sobretudo pela rapidez com que circulam as informações, graças à implementação de eficientes meios de comunicação de massa - seria necessária outra forma de se entender a construção do conhecimento e as relações sociais que se dão em seu bojo.

Assim, as RS seriam o modo de construir e comunicar a realidade própria de nosso tempo, diferenciando-se das formas de comunicação e interpretação da realidade típicas de épocas passadas. É neste aspecto que Moscovici (1961/1978) diferencia RS do conceito “representação coletiva”, usado por Durkheim (1970), com o qual designava uma forma de interpretação dos conhecimentos pautada na supremacia da ciência sobre o senso-comum. Por isso mesmo, Durkheim não incluiu em seu trabalho a pluralidade e a mobilidade dos modos de organização social do pensamento, assim como não contemplou a fluidez das trocas e das comunicações, característica dos tempos atuais (Moscovici, 1961/1978, 1984; 1988; 2003).

As RS referem-se ao conjunto de conceitos e de explicações da vida cotidiana, elaborado ao longo das comunicações inter-individuais, inter e intra-grupais e que funcionam como guias de interpretação e de organização da realidade. Por meio delas, os sujeitos podem se posicionar, definir a natureza de suas ações e formular antecipações e expectativas. São fenômenos tangíveis que circulam e se cristalizam nas falas, nos gestos e nas relações cotidianas (Moscovici, 1961/1978).

Como é possível observar, o conceito de RS é plural, na medida em que abrange as dimensões social e individual. Ou seja, as RS são, como sugere o próprio termo, processo de natureza social, pois emergem, são transformadas e partilhadas por meio de interações e da comunicação. São, também, processo de natureza individual, pois são atributos individuais partilhados dos sujeitos pensantes (Abric, 1998; Wagner, 1998).

A obra seminal de Moscovici, *La Psychanalyse, son Image et son Public*, publicada originalmente em 1961, recebeu na língua portuguesa, em 1978, a tradução *A Representação Social da Psicanálise*. Neste estudo, Moscovici procurou compreender como a Psicanálise foi apropriada e transformada pelos parisienses. Constatou, por exemplo, que no caso da França, o Partido Comunista e a Igreja Católica reelaboraram a teoria Psicanalítica, estes últimos abolindo os conceitos de libido e sexualidade. Tal ressignificação teve um fim prático: facilitar a compreensão da teoria psicanalítica, auxiliando a resolução de conflitos próprios do grupo. As RS - em sua função de tornar familiar o não familiar - permitiriam que discursos e pensamentos divergentes convivessem lado a lado.

Para Moscovici (1961/1978, 2003), é no universo reificado que se empreendem e estabelecem o pensamento erudito e as ciências, estas últimas marcadas pelo rigor, logicidade, hierarquização e compartimentalização. No universo consensual as atividades oriundas das interações sociais cotidianas desconhecem a especialização e a lógica formal (Sá, 2004). Nele, o sujeito constrói verdadeiras teorias para superar a perplexidade causada pelo novo. O desconhecido atrai e intriga o ser humano, pois provoca a perda dos referenciais habituais. Paradoxalmente, o ser humano é impelido para a conservação das tradições e para a manutenção do estado anterior. “Mas ao tornar o estranho familiar, ele é tornado ao mesmo tempo menos extraordinário e mais interessante” (Sá, 2004, p 36). Estes dois universos orientam, simultaneamente, a construção da realidade.

No universo consensual, a conclusão tem prioridade sobre a premissa. Por isso, antes mesmo de conhecermos um objeto, tendemos a julgar e a agir, a confirmar e concluir, para que a sensação de estranhamento diante do não-familiar seja amenizada ou desfeita. O “anormal” provoca no sujeito cognoscente uma percepção de “rachadura” e a mente trabalha, então, para

consertar esta rachadura, na tentativa de restabelecer, para o indivíduo ou grupo, o senso de continuidade ameaçado pela carência de sentido. “É por isso que, ao se estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir a característica não-familiar que a motivou, que esta absorveu” (Moscovici, 2003, p. 59).

No que se refere ao tema deste estudo, pressupomos que as representações do trabalho de surdos são apreendidas, pensadas, ressignificadas e transformadas pelos surdos e empregadores, sendo que, ao compartilharem essas ideias, eles podem falar em nome de si ou do grupo, e por ele ser protegido. As teorias científicas sobre surdez, trabalho, formação para o trabalho, dentre outras, produzidas no universo reificado, com um modo próprio de funcionamento - operam com base em princípios como rigor, não contradição e avaliações de certo e errado - fornecem noções que servirão de matéria prima para o processo de ressignificação que ocorre no universo consensual. Certamente, as ideias sobre surdez e trabalho do surdo, produzidas no meio científico, não são absorvidas passivamente no âmbito do universo consensual. Ao contrário, são reorganizadas de acordo com as características próprias deste universo e dos sujeitos que o habitam. Muitas vezes, encontramos no universo consensual, em contextos religiosos por exemplo, ressignificações das teorias sobre a surdez ancoradas na crenças da dádiva, de castigo divino ou de merecimento. Exemplo disso são frases do tipo: “Deus não dá uma cruz mais pesada do que se possa suportar”. Também comum é a ideia do surdo como anjo enviado à família para redimi-la, ou “sujeito” de compaixão, para o qual se deve dispensar toda a caridade.

O pensamento que o ocupa o universo consensual comporta e suporta contradições, ao contrário da lógica formal e científica, que procura submeter os pensamentos ao critério da não-contradição. Para Moscovici (2003), as pessoas não são limitadas a uma única maneira de

pensar. O indivíduo abriga em si várias formas de representar os objetos, sem que necessite submeter seus pensamentos “ingênuos” aos parâmetros da lógica formal. Assim, não apenas indivíduos de sociedades diferentes ou mesmo indivíduos da mesma sociedade, mas também um mesmo indivíduo é capaz de abrigar diferentes maneiras de representar e pensar um dado objeto social.

Uma contribuição importante para a TRS foi dada por Abric (1998), ao sistematizar as funções das RS, a saber:

1. Função de saber: as RS permitem o conhecimento da realidade com base em referenciais cognitivos e valorativos que já se encontram previamente disponíveis na cultura. São, neste sentido, uma via facilitadora da comunicação.

2. Função identitária: as RS colaboram para que o sujeito se situe dentro do âmbito social, permitindo a construção de uma identidade social. O sujeito estabelece parâmetros com base naquilo que seu grupo valoriza ou não. Ele representa, então, os objetos dentro de um sistema coerente de normas e valores partilhados histórica e socialmente. Isto lhe assegura a sensação de conforto e de pertença ao grupo. Doise (2002b), em pesquisa realizada sobre as RS dos direitos humanos, observou que a função identitária das RS faz com que se supervalorize as características do grupo ao qual o indivíduo pertence.

3. Função de orientação: as RS funcionam como guia de comportamentos e práticas, pois: a) intervêm na definição da finalidade da situação, determinando os tipos de relações pertinentes para os sujeitos. b) produzem um sistema de antecipações e expectativas por meio da seleção de filtros de informações e interpretações. c) são prescritivas de comportamentos e práticas sociais, definindo o que é aceitável em determinado contexto.

4. Função justificadora: as RS intervêm na avaliação da conduta. Assim, em determinada

situação, possibilitam aos sujeitos explicarem e justificarem suas ações *a posteriori*.

A dinâmica das representações opera no sentido de promover o domínio do mundo, organizando a realidade de modo que experiência social e representação se modifiquem recíproca e qualitativamente. Como dito anteriormente, ante o desconhecido, o sujeito busca formas de familiarizar o não-familiar (Moscovici, 2003). Para diminuir a estranheza, os sujeitos lançam mão de dois processos: ancoragem e objetivação.

A ancoragem diz respeito ao processo pelo qual o sujeito, para diminuir a tensão criada pela relação com objeto desconhecido (ideias, acontecimentos, pessoas), aproxima este objeto de seu repertório de conhecimentos. Ao ancorar, o sujeito integra cognitivamente o objeto representado em um sistema social preexistente. Neste processo, outras RS se agrupam e convergem para a construção de uma dada representação (Jodelet, 1984; Moscovici, 2003). O processo cognitivo/social de ancoragem impõe a necessidade de nomear e classificar um objeto estranho. Tal classificação é feita com base em paradigmas anteriores, dentro dos quais se compara o novo objeto e decide-se pela sua inclusão em determinada categoria. Na mesma direção, nomeando, o sujeito empresta ao objeto certas características, que o aproximam ou o diferenciam de outros, e o inserem dentro das convenções de determinado grupo (Almeida, 2001).

A objetivação opera também no sentido de diminuir a estranheza frente ao desconhecido. Serve-se, porém, de outro processo, que é a concretização ou materialização do objeto. Assim, objetivação é uma operação cognitiva/social que dá uma forma ou figura ao objeto, de modo a emprestar-lhe materialidade. A objetivação significa, neste sentido, reproduzir a palavra ou o conceito em imagem. Na objetivação, a produção simbólica de uma sociedade se torna quase tangível (Jovchelovitch, 1998).

É possível levantar a seguinte questão: há relação entre prática e RS? Para alguns

autores, é indiscutível a influência que as RS exercem sobre práticas e comportamentos. Como dissemos, as RS funcionam como guias para o comportamento. Portanto, elas constituem-se em preparação para a ação, na medida em que remodelam e reconstituem elementos do meio ambiente em que os comportamentos se realizam (Moscovici, 1961/1978; Jodelet, 1984). Ainda, sobre a relação entre práticas e representações, Jodelet (1984) argumenta que as práticas se situam no campo do senso-comum, sendo assim pertinente sua articulação com as RS. As experiências trazem em seu bojo os sentimentos e as emoções das pessoas ante uma situação, seus sofrimentos e prazeres vividos. A noção da experiência, do vivido, movimenta-nos do social ao particular, do coletivo ao individual. Assim, a experiência vivida abarca também a dimensão emocional.

As experiências englobam também a dimensão cognitiva, que contribui para a construção da realidade, servindo-se de categorias ou formas socialmente estabelecidas. Esta dimensão insere-se no processo de formação das RS, pois corresponde aos conhecimentos comunicados e compartilhados por dada cultura em uma dada sociedade, os quais ancoram-se nos sistemas de saberes constituídos. No âmago do processo de ancoragem, ressignificações são empreendidas, de modo que o conhecimento é transformado e cristalizado.

A relação entre práticas e RS, na visão de Abric (2001), sofre influência das condições sócio-históricas e materiais nas quais as práticas emergem. Tais condições criam uma memória coletiva que estabelece uma matriz de tradições que orientam as práticas sociais. Além disso, tanto prática quanto RS são afetadas pelas normas e valores dos sujeitos e pela sua maneira particular de apropriar o legado sócio-histórico disposto no seu contexto. Isto porque para que uma prática se mantenha é necessário que ela seja apropriada e integrada aos sistemas de valores, crenças e normas dos indivíduos, adaptando-se a eles ou transformando estes mesmos

valores e crenças.

A indissolubilidade da relação entre práticas e RS é respaldada pelos resultados da pesquisa de Jodelet (1998) com as famílias que acolheram doentes mentais em suas casas. Abric (2001) argumenta que a análise das práticas sociais nos permite descortinar aspectos das RS jamais verbalizados. É assim que Jodelet pode identificar as RS daquelas pessoas por meio das técnicas utilizadas para evitar o “contágio” da loucura. Isto podia ser visto quando as famílias lavavam separadamente as roupas dos doentes mentais e separavam os utensílios utilizados pelos loucos em suas casas. Tendo em vista que certos aspectos das RS são explicitamente verbalizados e outros ocultos nas práticas sociais, o estudo das RS, para Abric, deve considerar, respectivamente, os discursos e os comportamentos dos sujeitos.

O estudo de Guimelli (2001) sobre as RS da função de enfermeiras e as suas escolhas profissionais também ilustram a relação entre RS e práticas. O autor observou que as novas condições de trabalho das enfermeiras, associadas à crescente gama de técnicas sofisticadas levavam a mudanças consideráveis no trabalho das mesmas. Tais mudanças guardavam estreita relação com o reconhecimento do seu trabalho. Assim, os dados empíricos indicaram que a escolhas profissionais estavam ligadas às formas como as enfermeiras representavam as possibilidades de exercício do seu papel. Quando vislumbravam possibilidade de exercer suas funções e sentiam que teriam respaldo do hospital, as enfermeiras escolhiam seguir sua carreira no hospital. Do contrário, quando pensavam que o hospital não daria o reconhecimento apropriado ao seu trabalho, as enfermeiras procuravam exercer atividade no setor privado ou desenvolviam trabalhos como autônomas.

Desta pesquisa depreendemos que as práticas têm efeito na transformação das RS. Como foi observado, o acesso a práticas novas de Enfermagem e a transformação das RS de suas

funções modificaram as práticas laborativas. Isto se deu de tal modo que Guimelli apontou que as formas de aumentar os índices de contratação de enfermeiras deveriam incluir as melhorias de condições de trabalho de Enfermagem nos hospitais. Ao comentar esta pesquisa, Abric (2001) frisa duas questões. A primeira diz respeito à clareza dos resultados quanto ao papel das RS como orientadora das escolhas profissionais. A segunda confirma que os elementos centrais da representação das funções de Enfermagem e os outros elementos como as condições de trabalho, a remuneração, as relações hierárquicas, dentre outras, intervêm de maneira decisiva na orientação das ações.

À luz destes dados podemos nos perguntar: as mudanças no aparato legal que regula as práticas de inclusão por meio do trabalho interfeririam nas RS sobre o trabalho dos surdos? A inclusão deveria começar pelas práticas de inserção forçadas por força da Lei? Com base nos pressupostos de Abric (2001) e Guimelli (2001) podemos presumir que sim. Por este modo, as mudanças nas práticas cotidianas frente a chegada de surdos no trabalho poderiam transformar as RS dos empregadores e da comunidade em geral sobre as potencialidades laborativas destes sujeitos.

Partindo do pressuposto de que as RS manifestam-se na comunicação, na pragmática e na ação, podemos supor que “o que pensamos depende do que fazemos (...) e aquilo que fazemos em um dado momento, daquilo que pensamos” (Rouquette, 1998, p. 39). As RS exercem influências variadas sobre as práticas, ou seja, a relação não é invariável, haja vista que uma ação pode ser recalculada ou revista por meio das representações. As RS condicionam práticas e as práticas são agentes de transformação de representações. Assim, ambas influenciam-se mutuamente, e o desacordo entre prática e representação impõe o reajuste de uma ou de outra.

Abrić (1998, 1994) apresenta três tipos de transformações de RS

A primeira refere-se às transformações resistentes, que ocorrem quando novas práticas contradizem RS estabelecidas. Neste caso, não há propriamente uma mudança nas RS, pois somente o Sistema Periférico é transformado.

O segundo são as transformações progressivas, que ocorrem quando as novas práticas não são totalmente contraditórias com o Núcleo Central das RS. Progressivamente, os esquemas relacionados a essa nova prática são integrados ao Núcleo Central, constituindo-se novo núcleo e, assim, uma nova representação. Provavelmente, antigas práticas e tratamentos dispensados a pessoas com necessidades especiais são lentamente substituídas em um processo de negociação e reflexão. E permitem supor que o momento atual, no que concerne a surdez e o trabalho do surdo seja de transição, na medida que teorias que valorizam as interações sociais e a convivência com a diversidade são amplamente veiculadas, com o objetivo de gerar novas práticas em prol da tolerância. Por outro lado, parece que essas novas práticas ainda coexistem com estereótipos, preconceitos⁶ e discriminação⁷.

O terceiro tipo são as transformações brutais, que ocorrem quando novas práticas colocam em cheque o significado central das RS, não sendo possível recorrer a mecanismos defensivos. Isto acontece porque a nova prática tem caráter de irreversibilidade. Exemplo disto

⁶ Na perspectiva psicossocial, o preconceito refere-se à classificação das pessoas a partir da sua pertença a um grupo desvalorizado socialmente. É um préjuízo ou um preconceito elaborado previamente, pelo fato de o indivíduo pertencer a um determinado grupo, com o objetivo de introduzir simplicidade e ordem frente ao desconhecido (Tajfel, 1981).

⁷ Entende-se por discriminação o tratamento diferenciado dirigido a alguém pertencente a algum grupo alvo de preconceito. Suas formas mais comuns são: rejeição verbal, evitação, desvalorização, julgamento explícito ou atos de exclusão ou de desigualdade, além de ameaças ou ataques reais (Pereira, 2002).

foi o caso do surgimento da AIDS, que por conta de seu caráter de epidemia e irreversibilidade transformou sobremaneira as práticas sexuais.

A comunicação se constitui condição *sine qua non* na produção e partilha de RS, o que significa dizer que RS estão relacionadas aos processos comunicativos. Por meio da comunicação e das conversações cotidianas, RS são construídas, mantidas e transformadas. Ou seja, apropriando-se e traduzindo em palavras os objetos do seu mundo, o sujeito nomeia, categoriza, atribui significados e empresta-lhes sentidos, tendo por base os lugares e a rede de relações em que está imerso (Jodelet, 1998). Como bem afirma Moscovici (2003, p. 331), “nós pensamos pela boca”.

As RS são resultado de um constante “burburinho” e de um diálogo interno e externo dos indivíduos, por meio dos quais elas repercutem. A linguagem participa da criação e transmissão das RS (Moscovici, 1961/1978; Farr, 1984; Spink, 1993; Wagner, 1998). Moliner (1996) argumenta que o processo de RS só ocorre em grupos e sociedades nas quais o discurso social é essencialmente comunicativo. Assim, a emergência de uma RS não seria possível em grupos ortodoxos, em que princípios objetivos e subjetivos da organização da experiência são, na maioria das vezes, coincidentes.

A comunicação, vetor de transmissão das RS, intervém sobre aspectos estruturais e formais do pensamento social, promovendo interações sociais, influências, consenso, dissensão e polêmica. A comunicação contribui, ainda, para “forjar representações, que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos” (Jodelet, 2001, p. 32). A comunicação, desta forma, é o suporte sobre o qual as RS se instauram, particularizam e partilham versões da realidade. E é sobre estas versões de realidade que se constitui o sentido de pertença, vinculação e a construção de identidades sociais (Tajfel, 1981; Mosovici, 2003)

Acentua-se, portanto, o caráter de processo social da comunicação (Jodelet, 2001; Moscovici, 2003), pois a comunicação de RS oferece às pessoas um código de classificação e nomeação do mundo, assim como os meios para construção da história individual e social. Uma RS, todavia, somente é partilhada como herança social quando se torna objeto de interesse social e de comunicação. Assim, RS são, a um só tempo, produto e produtoras da comunicação.

Em seu trabalho seminal sobre as RS da psicanálise, Moscovici (1961/1978) depreendeu três sistemas de comunicação, diferenciados em função natureza das mensagens, de sua fonte de emissão e recepção e da lógica nela embutida. São eles: 1. Difusão: tem como objetivo a transmissão de informações a um grande número de pessoas, contribuindo para a construção do senso-comum. Não há estruturação - como nas modalidades propagação e propaganda, descritas a seguir - na medida em que pode abrigar conteúdos que se contradizem; 2. Propagação: nesta modalidade, o novo é interpretado com base no sistema de crenças de determinado grupo; 3. Propaganda: modalidade caracterizada por conteúdos sistematizados, com intenção persuasiva. Por meio da propaganda, RS são construídas, transformadas e mantidas. O propósito da propaganda é intervir no comportamento do receptor. A mensagem, desta forma, dicotomiza noções de certo e errado e exprime os interesses do grupo.

Daí se depreende que o conhecimento embutido nas RS apoia-se nos sistemas de comunicação, pois nas conversações os sujeitos partilham significados que dão sentido a sua experiência no mundo. Se as RS são construídas, transitam e se modificam no universo da linguagem, particularmente da linguagem oral - base das conversações cotidianas -, perguntamo-nos: como ficaria a inserção dos surdos neste universo falante e o domínio deste mundo se seu modo de comunicação não é reconhecido?

Ainda nos rementendo ao seu estudo sobre as RS da Psicanálise, Moscovici (1961/1978)

constatou que a difusão de conhecimentos não se constitui como disseminação “de cima para baixo”. Isto é, não se trata de imposição de uma classe hegemônica e o correspondente desejo de imitação do senso-comum. Na verdade, a comunicação é organizada socialmente. Assim, o processo de difusão de conhecimentos se dá por meio de trocas, em que experiência e teoria se modificam mutuamente, em termos de alcance e conteúdo. Tais modificações ocorrem no âmago do processo de comunicação mediado pelas organizações sociais, como Estado, grupos religiosos, partidos, sindicatos, grupos e movimentos sociais. A comunicação, desta forma, não é mera transmissão de mensagens. Pelo contrário, é um processo complexo que opera diferenciação, tradução e combinação de novos conhecimentos com os pré-existentes.

Como diferenciar RS de outras formas de produção social? Alguns critérios para se definir RS são levantados por Wagner (1998). Para o autor, além do fato de as RS serem compartilhadas, possuem estrutura interna - hierarquia entre Núcleo Central e Elementos Periféricos (Abric 1984, 1993, 1998, 2001) -, sistemas de ancoragem e de objetivação e forma metafórica e imagética (Moscovici, 1961/1978), também se diferenciam de outras formas de conhecimento pelos seguintes aspectos (Wagner, 1998):

1. Consenso funcional: uma RS caracteriza-se não pelo consenso numérico, tendo em vista que nunca será compartilhada por 100% dos membros do grupo, mas por manter o grupo como unidade social organizada a fim de assegurar o processo de autocategorização e de interações do grupo. Sobre esse aspecto, Abric (1998, p. 34) ressaltou que “a homogeneidade não é definida pelo consenso entre os seus membros, mas sim pelo fato de que sua representação se organiza em torno do mesmo núcleo central, do mesmo princípio gerador”. Diante deste pressuposto, questionamos: em que medida surdos e empregadores, no processo de inclusão do surdo no mundo do trabalho, partilham as mesmas RS, de tal forma que possam ser

considerados um grupo em torno do qual se aglutina o consenso funcional? Indagamos, ainda, de que maneira surdos, empregadores e colegas de trabalho significam os objetos e as tarefas ao seu redor, de modo a se sentirem parte de um mesmo grupo? No que diz respeito especificamente ao objeto desta pesquisa, o conceito de consenso funcional nos autoriza supor que a inserção dos surdos no mundo do trabalho poderia se constituir em um dos primeiros passos para a construção de uma partilha comum de significados pelos surdos e empregadores.

2. Relevância: RS dizem respeito apenas a questões que são relevantes para determinado grupo. Em cada cultura há um grande repertório de conhecimentos consensuais sobre eventos da vida, coisas e fenômenos, porém, nem todos estes objetos serão suficientemente relevantes a ponto de se tornarem matéria de RS. Para ser considerado relevante é preciso que o objeto afete o padrão de comportamento dos indivíduos ou dos grupos. Apoiados na tese da centralidade do trabalho, podemos supor que o ‘trabalho’ pode ser considerado um objeto de RS supraordenado, e, por isto mesmo, relevante tanto para o empregador quanto para os surdos. Desta maneira nos perguntamos: sendo o trabalho um elemento relevante para ambos os grupos, será ele representado da mesma maneira ou encontraremos RS distintas a respeito de um mesmo objeto?

3. Prática: em se tratando de representações, comportamento verbal e prático são epistemologicamente equivalentes. Por este motivo, ao tratar da definição do objeto de pesquisa em RS, Jodelet (2001) salienta a dimensão prática das RS, assegurando que deve-se evitar o discurso social flutuante, sem correspondência com as práticas sociais da população investigada. Como vimos nas proposições de Guimelli (2001), práticas e RS são um caminho de mão dupla. Tendo isto em vista, nos perguntamos se as medidas legais de fixação de cotas para as pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho não poderia efetivamente estar contribuindo para a mudança de RS destas pessoas.

4. Holomorfose: os indivíduos possuem uma ideia do comportamento “normal” dos pares de grupo que compartilham dada RS. Assim, os indivíduos possuem metainformações sobre outros membros do mesmo grupo. Com base no referencial grupal, os sujeitos sabem qual representação é compartilhada por outras pessoas. Isto reforça o pressuposto de que RS dizem respeito à pertença social dos sujeitos; Entendemos que à medida que surdos e empregadores passam a habitar os mesmos espaços sociais eles podem partilhar elementos comuns acerca do trabalho. Esta partilha pode promover a diluição das diferenças, uma vez que a proximidade com o objeto pode permitir que as RS sejam reajustadas, visto que estas estão relacionadas com as inserções sociais dos sujeitos (Doise, 1990).

5. Afiliação: trata-se do aspecto objetivo do critério Holomórfico, apresentado anteriormente. As RS caracterizam grupos ou subculturas, referindo-se, assim, a segmentos sociais mais claramente delimitados. De acordo com Moliner (1996), os grupos não são definidos a partir de critérios sociológicos, como raça, cor ou *status* econômicos, mas sim em função da partilha comuns dos elementos das RS. Isto equivale dizer que as formas de surdos e empregadores significarem a surdez e o trabalho de surdos poderão apontar para a existência ou não de grupos sociais distintos no contexto do trabalho.

A TRS se disseminou por várias partes do mundo, servindo de base para investigação de vários fenômenos. O valor heurístico das RS está, para Sá (2004), além da diversificação de questões que tem tomado corpo nos estudos sobre RS, na diversificação de suas correntes teóricas, que se complementam. A “grande teoria”⁸ original de Moscovici encontrou desdobramentos em outros três pesquisadores, formando assim, três correntes complementares

⁸ O termo “grande teoria” diz respeito às proposições originais básicas de Moscovici (Sá, 1998).

de pensamento dentro da TRS.

Em Paris, na Escola des Hautes Études em Sciences Sociales - EHESS, Denise Jodelet mantém-se fiel à proposta original, privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para a compreensão do simbólico. Em Genebra, o grupo liderado por Willem Doise, articula as representações com uma perspectiva sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variações dessas representações. A Escola do Midi, liderada por Jean-Claude Abric, da Université de Provence, privilegia a dimensão cognitiva das representações, a partir de um enfoque estrutural (Almeida, 2001, p. 127).

Por serem provenientes da mesma matriz, as três teorias não se desautorizam. Possuem pontos de convergência e articulação, apesar de existirem também alguns pontos de divergência e desacordo. Neste estudo, destacamos a abordagem societal de Willem Doise, que serviu de base para elaboração de nossas hipóteses empíricas. Doise (1984, 1986, 1990, 1998a, 1998b) pautou seus estudos em torno da TRS na articulação de fatores psicológicos e individuais com os de ordem societal. Os indivíduos, de acordo com esta abordagem, possuem comportamentos próprios em sociedade. Para Doise (1986), RS são princípios geradores de tomadas de posição, e ligam-se, primordialmente, à posição simbólica que determinado indivíduo ocupa. Assim, os comportamentos que os indivíduos apresentam em sociedade são orientados por certas dinâmicas sociais, quais sejam: interações, posição ocupada e valores e crenças compartilhadas.

De acordo com os pressupostos desta corrente, três perguntas devem ser respondidas para compreendermos as RS: quais regulações sociais elas atualizam? Quais funcionamentos cognitivos elas engendram? Em quais contextos específicos elas se manifestam? (Doise, 1993).

Baseado nestas questões, Doise (1984, 1990, 1993, 1998a, 1998b) procurou compreender os fenômenos relacionados ao desenvolvimento da inteligência e à influência social no âmbito individual e societal. Considerou que as RS constituem, ao mesmo tempo, campo de trocas simbólicas e representação desse mesmo campo, e ligam-se às inserções específicas dos indivíduos nas esferas sociais. As tomadas de posição estão orientadas pela marcação social, por meio das quais as ações dos indivíduos são reguladas socialmente.

Desta forma, Doise (1984, 1998a) reporta-se a um funcionamento em espiral, ou seja, integrando as regulações sociais e individuais. Uma análise apurada, portanto, deve ser dirigida à integração dos modos de funcionamento da sociedade e dos indivíduos. Para esta análise dos fenômenos, Doise argumenta que os psicólogos sociais têm elaborado seus estudos a partir de quatro níveis, a saber: 1. Intraindividual: centra-se na relação dos indivíduos com o ambiente, e os ajustes que têm que fazer para adaptar-se a ele. A análise, neste nível é, pois, das motivações psicológicas dos indivíduos; 2. Interindividual e situacional: os indivíduos são considerados intercambiáveis, sendo os seus sistemas de interação fornecedores dos princípios para este nível de análise. A análise é posta sobre o prisma do indivíduo em interação com os outros; 3. Intergrupar: considera as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais, e analisa como suas posições orientam os processos do primeiro e segundo níveis. Englobam as pesquisas nos diferentes *status*, entre dominados e dominantes; 4. Societal: estudos que levam em consideração os sistemas de crenças, de representações, de avaliações e de normas sociais. Neste nível de análise, as produções culturais não somente dão significados aos comportamentos dos indivíduos como também criam ou justificam as diferentes posições dos indivíduos em uma sociedade.

A distinção entre os quatro níveis não representa um ato meramente classificatório, mas

propõe um trabalho articulado de análise. O estudo das RS, para esta corrente de pensamento em TRS, pressupõe uma análise tridimensional, dividida em três etapas, que corresponderiam a três hipóteses específicas, as quais adotamos no nosso estudo. São elas: 1- O campo comum das RS: significa identificar os elementos partilhados e a forma como estes se organizam. Assim, o campo representacional constitui o modo como um objeto abstrato, por meio dos processos comunicacionais, é transformado em um objeto concreto. Em síntese, trata-se de identificar o processo de transformação das informações em uma lógica social comum (Doise et al., 1993); 2- Os princípios geradores das diferenças individuais: os indivíduos estão inseridos em seu campo social, e, por isto mesmo, além de identificar o conjunto de crenças e de opiniões sobre um determinado objeto, os estudos nesta abordagem devem contemplar as divergências de opiniões e os respectivos princípios organizadores. Implica, desta forma, em explicar o como e o porquê das heterogeneidades das tomadas de posição individuais e das diferenças que os indivíduos estabelecem nas relações que mantêm com os objetos; 3- As ancoragens: estão baseadas nos jogos hierárquicos de valores, nas percepções oriundas das relações que os indivíduos estabelecem com os grupos e categorias, bem como nas experiências sociais partilhadas com os outros, tendo em vista a sua pertença e a posição ocupada (Almeida, 2001).

Ao analisar os processos identitários, Doise (1984, 1995), em acordo com a TIS que será apresentada posteriormente, postula que os indivíduos constroem suas identidades no relacionamento com os grupos do qual fazem parte, introduzindo uma diferença positiva entre o próprio grupo e os outros grupos. Doise avança nesta questão, lançando luz aos processos de construção dos estereótipos. Para o teórico, os estereótipos são construídos a partir da percepção da correspondência do que é falso ou verdadeiro entre os membros do grupo, por possuírem certas características não-valorizadas pelo grupo próprio. O processo de categorização é

igualmente envolvido no julgamento de valores baseados nos critérios desenvolvidos no grupo.

De fato, na perspectiva da TRS, as identidades estão intrinsecamente permeadas pelo social, pois a noção de si e do outro se relaciona com as interações sociais e os processos simbólicos, assim como vimos na teoria societal de Doise. Sendo assim, ao concluirmos o tópico que trata da TRS, que se encerra com as discussões no âmbito societal de Doise acerca das identidades, podemos introduzir os postulados de Tajfel (1981) sobre a Identidade Social. Na TIS, a identidade social é entendida partir da marcação social e das relações de poder daí decorrentes que o sujeito experimenta ao pertencer a um determinado grupo. Nesta vertente psicossociológica é de suma importância articularmos o modo como o sujeito se representa e se percebe nas relações sociais, ao modo como ele representa o grupo em que está inserido. Deste modo, as RS constituem um elemento importante da identidade social, pois as representações mediam as relações dos indivíduos com o seu meio social. Assim, os indivíduos constroem as suas identidades em função das RS do seu grupo. É neste contexto que os sujeitos compartilham significados e saberes, criando assim o campo de representação.

2.2 IDENTIDADES: CONCEITOS E TEORIAS

2.2.1 O conceito de identidade a partir da Teoria da Identidade Pessoal

Neste estudo adotaremos a perspectiva psicossocial de Henri Tajfel (1974, 1981, 1982) sobre o processo de criação da identidade. Nesta abordagem, “a identidade social será entendida, (...) como aquela parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhecimento, da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1981, p.290). Antes de discorrermos sobre TIS, apresentaremos a concepção de outros autores sobre ‘identidade e identidades’.

O conceito de identidade⁹ esteve associado a vários significados ao longo dos tempos, sendo objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. Ao longo da história das Ciências Sociais, em especial da Psicologia, o conceito de identidade foi marcado, muitas vezes, por uma visão individualista. Verifica-se uma dicotomia em que “a identidade passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias)” (Jacques, 1998, p. 161).

A Psicologia Social privilegiou uma visão de identidade atrelada ao contexto social e cultural. Nesta perspectiva, grupos e culturas forneceriam modelos valorizados e validados socialmente que serviriam de base para construção da identidade. O sentimento de pertença a categorias como sexo, idade, etnias, nações, grupos familiares, profissionais, confessionais ou políticos seria a base primordial na formação da identidade. Por outro lado, a Psicologia Clínica desenvolveu a noção de identidade pessoal, que abrange a consciência de si como

⁹ Inicialmente usaremos a palavra “identidade” no singular para marcar o posicionamento de teorias que a entendia como um atributo do indivíduo. A partir do momento que introduzirmos o pensamento de autores que rejeitam o seu sentido singular, individual e não polissêmico, passaremos a utilizar o termo “identidades”.

individualidade e singularidade, dotada de determinada constância, regularidade e unicidade.

Erik Erikson, no início da década de 1970, foi um dos primeiros a sistematizar a noção de identidade pessoal e social, ainda que essa junção se desse de forma bastante rudimentar. Baseou-se no interacionismo simbólico de Georges Mead, para quem a identidade se instituía nos processos de símbolos e significados, em especial na comunicação, bem como nas relações sociais. Erikson postulava que a noção de identidade pressupunha um processo dialético entre sujeito e ambiente social (Santos, 1990).

Os estudos de Tap (1979) representam, assim como os estudos de Erikson, um avanço no entendimento do que ele denomina 'identidade pessoal', ainda que seus postulados apontem para a influência dos fatores sociais no processo de construção do autoconceito. Tap (2001) argumenta que a noção de identidade significa unicidade e partilha social. A identidade é construída na tensão e na homologia entre indivíduo e grupo, na medida em que opera entre necessidades internas e necessidades sociais. A identidade pessoal é, desta forma, um sistema de representações de si, que compreende um conjunto multidimensional de características (físicas, psicológicas, morais, jurídicas, sociais, culturais etc), por meio das quais as pessoas podem se definir e se reconhecerem ou ser definidas por outros, tendo em vista os papéis e funções que exerce.

Vale salientar que Tap propõe a análise de sete dimensões da identidade. A primeira se refere à noção de *temporalidade* presente no sentimento de identidade, pois a identidade se organiza no presente, sendo que os sujeitos apropriam-se do passado e planejam o futuro. A segunda dimensão se refere à *unidade*, que diz respeito ao sentimento de que as condutas são coerentes e integradas às características dos sujeitos. Outra dimensão é a *multiplicidade*, onde a identidade se organiza em um sistema dinâmico. Posto de outra maneira, a identidade pessoal

reúne diversas identidades física, étnica, cultural. A identidade também congrega as dimensões *autonomia e separação*, que significa a separação entre o que é o “eu” e o que é o “outro”. Outra dimensão remonta à *originalidade*, que faz com que as pessoas sejam únicas, diferentes de qualquer outra. A identidade é, ainda, *produto das ações* dos sujeitos, pois esses têm necessidade de serem atores dos seus atos, criarem coisas e ter poder sobre o outro e sobre si mesmos. A última dimensão diz respeito ao fato da identidade se instituir como *valor*, visto que as pessoas têm necessidade de serem reconhecidas e amadas pelos outros (Tap, 1979).

Tais dimensões articulam-se entre si, compondo os sentimentos de unidade pessoal, permanência, poder sobre si, sobre os acontecimentos e sobre os outros. A identidade pessoal guarda estreita relação destas sete dimensões com os processos sociais, em que pese o lugar do outro e do próprio sujeito na teia social e os papéis desempenhados por eles. A partir do que postulou Tap (1979), questionamos, como a identidade dos surdos é construída, se os jogos de antecipações e expectativas frente ao seu papel na sociedade são, muitas vezes, carregados de estereótipos e preconceitos? Como a identidade dos surdos se institui se, devido à suas dificuldades, é impedido de exercer papel profissional, tão caro em nossa sociedade ocidental? Veremos adiante que o trabalho é um elemento basilar que participa da identidade dos sujeitos. Portanto, supomos que a exclusão dos surdos do mercado de trabalho pode deixar marcas na identidade dos mesmos de tal forma que prejudique o seu sentimento de aceitação, poder, autonomia e pertença ao grupo.

Em contrapondo ao conceito de identidade pessoal, situa-se Tajfel (1981) com o conceito de identidade social. Seus estudos iniciaram na década de 1960/1970 e procuravam identificar como os processos de categorização social delineavam a construção da identidade social. Ainda que Tajfel tenha mantido o conceito de identidade no singular, ele avançou ao indicar que a

dinâmica de construção do autoconceito dos indivíduos localiza-se nas relações de poder e no sentimento de pertença dos sujeitos nos grupos. A identidade social, considerada como distinta da identidade pessoal, está associada ao conhecimento de pertença aos grupos sociais e aos significados emocionais relativos a essa pertença. Portanto, identidade social pode ser definida pelo conjunto de autodefinições ligadas às categorias de pertença a um grupo.

Alguns autores têm defendido a necessidade de romper com a visão dual de identidade, que opõe a identidade pessoal e identidade social ou o caráter individual e social do autoconceito. Tal perspectiva considera os sujeitos uma totalidade articulada orgânica e socialmente. Nesta óptica podemos situar a corrente da Psicologia Social liderada por Moscovici, em que este estudo se baseia (Andrade, 1998; Santos, 1998).

Ao abordar o tema da identidade, Moscovici (2003) propôs que RS são construídas não apenas para se compreender um objeto particular, mas para que sujeitos ou grupos se definam. Em outras palavras, os indivíduos projetam sua identidade no objeto que representam. Desta forma, a representação que o sujeito faz de um objeto fornece pistas de sua identidade, da mesma forma que o conhecimento da identidade do sujeito pode funcionar como preditor de sua maneira de pensar o mundo. Por isso, identidade é elemento importante no estudo das RS, da mesma forma que a função identitária ocupa um lugar de destaque na compreensão do modo de funcionamento de uma RS.

Na mesma perspectiva de Moscovici, Doise (1999a) defende que a identidade é uma RS, visto que estão relacionadas com as tomadas de posições ligadas às inserções específicas em um conjunto de relacionamento social. Assim, a identidade é orientada pelos saberes que circulam na sociedade e determinam o que é valorizado ou desvalorizado socialmente. Denominaremos tal vertente como abordagem psicossociológica da identidade, para a qual a identidade psicossocial

funda-se, por um lado, no conhecimento sobre o grupo e no sentimento de pertença a ele e, por outro, ancora-se na experiência individual que ressignifica o conhecimento comum e seus padrões justificatórios. A experiência individual e o conhecimento comum partilhado permitem que os membros do grupo se localizem em relação a outros grupos. Assim, criam-se as especificidades do grupo, que interferem decisivamente no estabelecimento do espaço discursivo comum, o qual confere o sentido de verdade ao conhecimento partilhado (Wagner, 1998).

Dado este panorama geral, na próxima seção, trataremos da TIS. Em seguida, apresentaremos a definição de alguns autores que tratam de *identidades* no plural, visto seu caráter dinâmico. Em seguida, procuraremos ampliar o entendimento de identidades, articulando o conceito de identidade social de Tajfel ao caráter polissêmico das identidades como sugerem os teóricos pós-modernos.

2.2.2 Teoria da Identidade Social e a perspectiva pós-moderna: a construção das identidades a partir de uma perspectiva psicossocial

Neste tópico abordaremos a TIS de Henri Tajfel e a teoria de Hall sobre as identidades na pós-modernidade. Apesar de nos basearmos nestas duas teorias, principalmente na primeira, elaboraremos o nosso conceito de identidades. Primeiramente discutiremos a importância dos grupos para a construção da imagem que os indivíduos têm de si. Veremos que o sentimento de pertença ao grupo próprio (*ingroup*) e de diferenciação de grupos alheios (*outgroup*) promovem processos sociais de comparações, categorizações e identificações, essenciais à construção da identidade social. Estes processos são balizados por relações de poder entre os grupos, que demarcam o lugar dos indivíduos na sociedade. Assim, os grupos são definidos como minoritários ou majoritários a partir dos vieses do que é valorizado socialmente. O leitor poderá constatar que o conceito de identidade social está intrinsecamente relacionado à noção de

dentro/fora, eu/outro, o que nos remete ao processo de alteridade. Por fim, apresentaremos o conceito de *identidades*, baseando-nos em Hall (2000), para quem as identidades devem ser entendidas em seu sentido multifacetado e polissêmico. Avançaremos na conceituação dos processos identitários, integrando os dois conceitos expostos alhures, adotando o conceito de identidades em sua perspectiva psicossocial, apoiando-nos na ideia de que essas identidades emanam das relações de poder entre os grupos. Em conjunto com a perspectiva psicossocial, definiremos identidades em seu caráter polissêmico, focando particularmente seu caráter *mutatis mutantis*.

Na TIS de Henri Tajfel (1981), a filiação a certo grupo envolve aspectos cognitivos e emocionais. A inserção em um grupo procura melhorar aspectos positivos da identidade pessoal, tendo, portanto, estreita relação com a autoestima dos sujeitos. A menos que seja impossível inserir-se em um novo grupo, o sujeito tende a abandonar grupos em que suas identidades positivadas não são asseguradas. Na impossibilidade de se abandonar o grupo, os sujeitos tendem a redimensionar suas características, de modo a torná-lo mais aceitável ou melhorar seu *status* perante a sociedade.

A análise do comportamento grupal, com base na teoria psicológica e social, segue duas direções: a primeira vai dos comportamentos e atitudes do *ingroup* em relação ao *outgroup*, e a segunda do *outgroup* em relação ao *ingroup*, tendo em vista que muitos grupos criam-se originalmente para proteger seus membros de ameaças e perigos externos (de origem humana ou não). Outra questão a ser levada em consideração é o fato de que o indivíduo, desde o início da sua vida, constrói uma complexa rede de agrupamentos em que se insere, criando e definindo seu lugar no grupo (Tajfel, 1974). A adesão a um grupo, ou a vários, contribui positiva ou negativamente para construção da imagem que o indivíduo tem de si.

Os trabalhos de Tajfel (1974, 1981, 1982) demonstram que, na dinâmica social, os sujeitos se percebem com base na percepção que têm dos outros, tendo como filtros os processos sociais de categorização, comparação e identificação. Sua Teoria funda-se nas noções de “grupos próprios (*ingroup*)” e “grupos alheios (*outgroup*)”, que permitem aos sujeitos a construção de sentimento de pertença valorativa ou não em relação a determinado grupo. O grupo de pertencimento é valorizado positivamente em relação ao grupo alheio (Tajfel, 1981).

Nos grupos percebidos minoritários, em termos de estatuto social e poder, a identidade social permite aos seus membros que se percebam a partir de características comuns, socialmente relevantes, e os diferenciem de outras entidades sociais com as quais se relacionam. Estas características podem produzir, nos membros de um grupo minoritário, uma autoconsciência e um sentimento de pertença tal que permita se incluírem em uma determinada categoria social. Esta autoconsciência e este sentimento se desenvolvem em função, também, das consequências sociais, de um tratamento discriminatório da parte dos outros grupos e de suas atitudes negativas relativos aos grupos minoritários (Ribeiro, 2005, p. 96).

A identidade social, desta forma, é construída no interjogo de classificações, entre o que é “de dentro” e o que é “de fora”. Para isto, toma lugar o processo de categorização, que permite reunir objetos ou eventos em grupos equivalentes no que diz respeito às ações, intenções, atitudes e sistemas de crenças. Por meio deste processo, os sujeitos organizam traços ou características pessoais com base em comparações, como: “mais ... que”, “menos ... que”. Assim, as classificações de sujeitos nos grupos podem estar associadas a perfis sociais culturalmente partilhados, como inteligência, beleza, preguiça, entre outros. Por meio deste

processo, o sujeito procura ordenar informações sobre o meio físico ou social, que podem inicialmente ser percebidas como caóticas. Algumas categorizações não são neutras, pelo contrário, carregam valoração negativa ou positiva, com a função de proteger o sistema de valores subjacente ao grupo social em que o sujeito está imerso (Tajfel, 1974).

O processo de categorização constrói uma fronteira clara para o sujeito entre o “dentro” e o “fora” do grupo. Daí as noções de grupo de pertença, no qual os sujeitos se identificam, e a de grupo dos outros, no qual identificam-se aqueles que não pertencem ao grupo. Conflitos ou competições institucionalizadas entre grupos são uma tendência de preservar ou realçar distinções positivas do próprio grupo.

Tajfel (1963, 1974) argumenta que, para odiar, antipatizar ou ter alguma restrição, os membros de um *ingroup* devem ter adquirido um senso de pertença a um grupo que detém características distintas daquelas do grupo que não estima. Desta forma, a categorização não acontece em um vazio social. Quando categorizamos um homem como sendo “alto”, estamos fazendo não no sentido absoluto do termo, mas em comparação a outros grupos ou pessoas. Assim, Tajfel (1963) considera que estereótipos podem ser considerados frutos da categorização, na medida em que atuam como simplificações do mundo que nos rodeia.

A categorização social deve ser entendida como sistema de orientação, que cria e define o lugar dos indivíduos na sociedade. Este pressuposto se encontra intrinsecamente relacionado à identidade social. A sociedade produz um repertório de enquadramentos e características, positivas e negativas, que definem sua identidade. Os sujeitos reconhecem sua identidade nos termos definidos socialmente, sendo que esta identidade realiza-se no interior da vivência social.

De fato, características definidoras de grupos minoritários ou majoritários permitem que juízos de valor se desenvolvam em comparação com outros grupos. A consequência é a

internalização, por parte de grupos minoritários, de uma imagem negativa de si. Porém, para Tajfel (1981), nem todos os contextos sociais impõem a necessidade de comparações intergrupo. As comparações podem ocorrer entre membros do próprio grupo.

Vale salientar que nem sempre se estabelece uma relação direta de causalidade entre a pertença do indivíduo e as opiniões que ele mantém. Mesmo em grupos em que não se inserem, ainda que desejem se inserir, os indivíduos encontram matéria para ancorar a formação de RS e de sua identidade (Doise, 1988, 2001). Quando se trata de grupos ligados por elementos fortemente integrantes - como tradições, valores e crenças - as características que compõem uma imagem negativa de si próprio não são elementos centrais da identidade dos sujeitos.

Mas, o que dizer de grupos que se isolam em guetos para preservar a identidade grupal? Na perspectiva de Tajfel, (1981), o isolamento pode ser uma alternativa para grupos minoritários. Isto porque os processos de comparação e de construção da imagem de si, no isolamento, são baseados na comparação com os membros do próprio grupo. Este isolamento pode ser consequência de preconceito e discriminação sofridas por algumas minorias. Não obstante, tal alternativa é frágil, pois isolamento em relação a toda sociedade é difícil ou mesmo impossível de se alcançar.

Neste processo de construção identitária, o outro não se apresenta somente a partir do que se pensa ou se sabe sobre ele, mas, enquanto alteridade, ou seja, enquanto diferente de mim (Jovchelovitch, 1998). Este processo dá legitimidade ao eu e ao outro para serem semelhantes e distintos. A alteridade, na visão psicossociológica, é o resultado de um processo de exclusão (o repúdio extremo ao desconhecido e ao diferente) e inclusão (o mesmo, o eu), constituindo-se ambas, inclusão e exclusão, as faces de uma mesma moeda (Jodelet, 1998). Em todas as formas de exclusão o outro é considerado o *alter*. Este processo é decorrente do que a autora

denominou de alteridade de dentro, em oposição à alteridade de fora.

A 'alteridade de dentro' refere-se a aqueles que, marcados com o selo da diferença, seja ela física (cor, raça, necessidades educacional especial ou ligada a uma pertença de grupo - nacional, étnico, comunitário, religioso) se distinguem no seio de um conjunto social ou cultural e podem ser aí considerados como fonte de mal-estar ou ameaça (Jodelet, p. 48).

As diferenças construídas e percebidas no encontro com o outro surpreendem porque fazem aflorar uma série de ancoragens que perturba e faz entrar em cena o caráter conservador e hegemônico de toda RS (Arruda, 1998). Assim, o outro ameaça a ordem estabelecida, por isso deve ser afastado, porque ninguém consegue conviver por muito tempo com o desconhecido. O surdo é este outro diferente, aquele que fugiu à normalidade. A fim de entender esta diferença que assusta e ao mesmo tempo fascina, faz-se necessária a apropriação do novo a partir do que já se conhece, para se voltar ao estado de conforto diante do que se imagina ser conhecido.

Os processos de individuação favorecem a marcação das diferenças e da diferenciação social. Deste modo, o outro, embora à margem, participa do processo identitário e situa-se no mesmo espaço. O extremo deste processo resulta a alteridade radical, gerando as mais variadas formas de racismo, exclusão e violência. Afasta-se o diferente a fim de proteger as identidades de toda barbárie que o outro representa. Assim,

Em qualquer sistema o outro será sempre o não, o excluído, o que precisa estar à margem para dar legitimidade ao centro. Como o louco que legitima a razão, o desvio que justifica o padrão, o erro que torna eficaz o certo, o deficiente que amedronta o

homem (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2004).

Integrando-se a diversos grupos sociais, os sujeitos assumem diferentes papéis, diferentes identidades coletivas, identificam-se com alguns grupos, criando sentimento de pertença a eles. Mas, ao mesmo tempo, tendem a diferenciar-se destes e de outros grupos, afirmando-se de modo autônomo como ator social e sujeito único.

Assim pensando, o processo identitário não é uma sobreposição do social ao individual. Como processo de construção do eu, as identidades são fenômenos dinâmico e dialético, em um processo de personalização, sempre mutável e provisório. Vale salientar que esta forma de entendimento dos processos identitários não era contemplada nas teorizações de Tap (1979) sobre identidade pessoal, tampouco nas discussões de Tajfel (1981) sobre identidade social. É por isto que a partir deste ponto poderemos referir às *identidades*, no plural, destacando o que descreveu Hall (2000) sobre o tema.

A sociedade contemporânea é marcada pela globalização e pela substituição do modelo industrial fordista. Tais mudanças ensejam novas formas de construção das identidades, pois o que antes era minimamente passível de controle e predição, passa, a partir da metade do século XX, a ser instável. Se o sujeito da era industrial era fixo e centrado, agora convive com a descentralização, o deslocamento e a fragmentação. Nas palavras de Hall (2003), o sujeito do Iluminismo é aquele clássico da modernidade, qual seja: cartesiano, uno, centrado, individualista, soberano. É sempre o mesmo, pois a racionalidade é o seu guia. Este sujeito cartesiano sofreu sua primeira ruptura com o advento da Biologia darwinista e da Sociologia, ao final do século XIX e ao longo do século XX. Nesta primeira ruptura, apesar haver a oposição entre sujeito e sociedade, há um avanço no entendimento de que as ações dos homens estariam

relacionadas às estruturas sociais existentes.

Na pós-modernidade, há o que Hall (2003) denominou de crise da identidade, visto que não há um único centro de referência, mas vários pontos de identificação, no qual os sujeitos se baseiam. Por isto, Hall (2003) trata da identidade cultural na pós-modernidade¹⁰, pois nela as fronteiras nacionais são difusas e fluidas, e, por isto, dificultam as possibilidades de localizações sociais por parte dos indivíduos. Para Pereira (2004, p. 89), “as novas (várias) identidades são, por vezes, contraditórias. A nova concepção do sujeito se caracteriza pelo provisório, variável e problemático, alguém como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”.

Nesta perspectiva, Ciampa (1984) defende que as identidades são como construções ininterruptas que se dão a partir das relações sociais estabelecidas em certo contexto histórico, construções que se dão por meio da internalização do que os outros acham que somos, de tal forma que aquilo passa a constituir parte dos sujeitos. É por este caráter dinâmico que utilizamos o termo identidades (plural) e não identidade (singular). Entendida como metamorfose, não de caráter natural como a da borboleta, mas no âmbito das constantes mutações que se passam ao longo da vida, as identidades são percebidas a partir das produções psicossociais carregadas de sentido e marcadas sócio-historicamente. Ao mesmo tempo em que a metamorfose está em movimento, o novo interage incessantemente com o velho, ou seja, com o que já se foi. Isto nos remonta ao processo de ancoragem demonstrado pela TRS.

O conceito de identidades adotado por nós integra os pressupostos de Tap (1979, 2001)

10 Não temos a pretensão de conceituar a pós-modernidade com toda a complexidade que o tema merece. Por hora basta compreendermos que se trata da sequência de argumentos e conceitos surgidos com a crise do Capitalismo no período de 1973-1975 e a posterior recessão nos anos de 1979 e 1981. O mundo estável e previsível, característico da época anterior, aos poucos deu lugar ao modelo flexível de acumulação internacional de capital. O pós-modernismo criou noção de espaço e tempo diferentes do período anterior, pois se instaurou uma percepção de espaço e tempo fútil, instável, efêmero, superficial e inseguro. A tradição, a memória e o passado deram lugar à imagem, considerada o simulacro do pós-modernismo (Harvey, 2003).

e, sobretudo aqueles de Tajfel (1981) e Hall (2000, 2003). Assim, identidades referem-se ao processo de representação dos sujeitos, que permitem que ele se reconheça e apresente-se ao mundo como alguém único. Este processo de representação de natureza polissêmica, dinâmica e multifacetada, está relacionada às posições sociais ocupadas pelos sujeitos e pelos sentimentos de pertença aos grupos sociais daí decorrentes. Bock, Furtado e Teixeira (2001, p. 206) defendem que é a atividade do sujeito em relação ao seu mundo e ao seu contexto social que promove a construção das identidades. “Eu sou o que faço naquele momento (...). A atividade ‘coisifica-se’ sob a forma de um personagem.”

Sob este prisma, supomos o trabalho como princípio que organiza a construção das identidades dos surdos. A própria RS que surdos e seus empregadores constroem sobre o trabalho de surdos é determinante na formação da representação que os surdos têm de si. Assim, a condição de falta - considerando os matizes valorizados por nossa sociedade - e, em muitos casos, o desemprego ou subemprego afetam consideravelmente as identidades dos surdos.

Em nossa sociedade de produção é comum que desde a mais tenra idade as crianças sejam preparadas, por meio dos estudos, para desempenharem um papel profissional em sua vida adulta. Santos (1990) afiança que o trabalho pode se manifestar a partir de duas facetas. Se de um lado é fonte de realização e criatividade, por outro pode ser gênese de limitações, fadiga e alienação. De toda sorte, ele representa fator de integração nos grupos sociais e possibilidade dos sujeitos encontrarem seu *status* e seu ponto de referência. Assim, por meio do trabalho os sujeitos estruturam seu espaço, seu tempo e as relações sociais que mantém. Ademais, o trabalho é a ponte que permite aos sujeitos alcançarem a autonomia, a independência, a segurança econômica, o reconhecimento, o poder e o senso de realização.

Assim, o papel profissional desempenhado pelos sujeitos torna-se parte das suas

identidades. Enquanto papel social, o trabalho pode assumir várias funções. Para o sujeito, ele pode ser uma das fontes de satisfação das necessidades de reconhecimento, poder e prestígio. Pode representar, ainda, defesa contra frustrações de outras instâncias da sua vida. Por fim, pode ser fonte de ação e produção de atividades, o que lhe proporciona sentimento de utilidade.

A perda do trabalho pode significar “a perda de certos pontos de referência identificatórios” (Santos, 1990, p. 19). Como vimos, a construção das identidades perpassa a busca pelo reconhecimento, e, na falta de um trabalho ou na presença de um trabalho alienante, o sentimento de valor próprio e de impotência frente aos desejos dos outros pode se tornar presente. Estar excluído do mundo do trabalho não somente pode significar perdas financeiras, mas também, perda do eixo estruturador do tempo e espaço, do sentimento de utilidade e da fonte de reconhecimento e aceitação social. Assim, perguntamo-nos: como as identidades dos surdos são construídas tendo em vista as inúmeras dificuldades que enfrentam para se inserirem e se manterem no mercado de trabalho?

As RS que os surdos têm de seu trabalho se formam nos processos de significação, nos quais elementos são negociados levando-se em conta realidades objetiva e subjetiva, mediadas por meio da linguagem. Neste processo os grupos de surdos são categorizados e recebem marcas em suas identidades. Muitos surdos, em seu processo de educação, relatam que já se sentiram como estrangeiros ou forasteiros. Portanto, falar de relações sociais, alteridade e surdez é situar-se no campo das relações de poder, da normatização e da possível aproximação ao padrão de normalidade: a norma para ser considerado ser humano é ouvir e falar.

Por este motivo, torna-se imprescindível a compreensão das RS de surdos e de seus empregadores sobre o trabalho de surdos, pois tais RS podem orientar ações e justificar práticas, assim como podem ser elementos primordiais na construção das identidades de surdos, da qual

trataremos a seguir.

2.2.3 As identidades surdas: a ouvintização e os processos de identificação

Demonstramos anteriormente que o modelo unicamente oralista fracassou pedagogicamente e incentivou a marginalização dos surdos (Skliar, 2001a). Verificamos que a história dos surdos, escrita pelas mãos dos ouvintes, não levou em conta suas particularidades e nem permitiu sua participação nas decisões relacionadas à sua educação e aos seus direitos. Como defende Perlin (2001, p.16):

A história dos surdos é escrita pela história da educação, e a história da educação dos surdos foi sempre contada pelos ouvintes. É natural que muitos surdos tenham se apropriado dela como se fossem verdades absolutas e as tenham absorvido exatamente como lhes foi dito, isto é, que eles eram deficientes, menos válido, incapazes.

As categorizações da surdez elaboradas pelos ouvintes - que consideram que ser surdo significa não falar, ser surdo-mudo e ser incompleto enquanto humano - podem marcar as RS sobre o surdo e a surdez, o que pode influenciar na construção das identidades destes sujeitos. As identidades dos surdos parecem se ancorar na ideia da falta (Skliar, 2001b).

Em textos relacionados à Psicologia da surdez é comum encontrar a ideia de uma relação direta entre surdez e problemas emocionais, sociais, linguísticos e intelectuais, como se tais dificuldades fossem comuns a surdos de todo o mundo, em qualquer idade. Acreditamos que os surdos não formam um grupo homogêneo, que suas características, assim como as dos ouvintes, dependem do contexto social e educacional em que estão inseridos. Assim, acreditamos que há diferenças entre surdos, a depender da qualidade da comunicação familiar e social e dos estilos de interações estabelecidas. Ademais, o desenvolvimento se diferencia tendo em vista os fatores

relacionados à situação de marginalidade familiar, se a família também é surda, se as instituições que frequentam promovem o pleno desenvolvimento do educando surdo e se os meios de comunicação oferecem possibilidades para que eles tenham acesso às informações, por meio de legendas ou intérpretes de sinais.

Sobre as diferenças no desenvolvimento de surdos, notamos que filhos surdos de pais surdos - graças aos processos comunicativos a que têm acesso desde o nascimento e às estratégias de comunicação por gestos de seus pais - sentem-se membros reais de uma comunidade linguística e apreendem a língua gestual com a mesma eficiência, em termos de tempo e compreensão, que os ouvintes apreendem a língua oral. Porém, apenas 4% das crianças surdas, aproximadamente, desenvolvem-se, desde seus primeiros anos de vida, dentro de famílias surdas (Skliar, 2001a).

Levando em conta outros aspectos relacionados à vida familiar (como raça, gênero, etnia), percebemos que não há como falar em identidade surda, e sim em identidades surdas. Isto porque a categoria surdez não representa um grupo homogêneo, haja vista que encontramos vários perfis de sujeito nos membros que constituem o grupo. Entre eles: surdos oralizados que não consideram necessária a utilização da língua de sinais, surdos filhos de pais surdos, surdos que utilizam a língua de sinais, surdos negros, mulheres surdas, surdos da zona rural, surdos das classes populares, entre outros.

Considerando sua multiplicidade, Perlin (2001) classificou as identidades surdas da seguinte maneira:

1. Identidades surdas: aquela que cria a cultura visual e reivindica o respeito à sua língua e à alteridade surda;

2. Identidades surdas híbridas: que se referem aos surdos pós-locativos, que nasceram

ouvintes e se tornaram surdos;

3. Identidades surdas de transição: referente a surdos que viveram sob a égide da cultura ouvinte e que posteriormente são inseridos na cultura da comunidade surda. Estes são, geralmente, surdos oralizados, que passam por um processo denominado “desouvintização” das representações das identidades;

4. Identidades surdas incompletas: surdos que vivem sob o domínio da cultura ouvinte e negam as identidades surdas;

5. Identidades surdas flutuantes: surdos que reconhecem ou não a sua condição de surdez, mas não se comprometem com a comunidade.

As identidades surdas diferenciam-se não somente em termos de aspectos ambientais e culturais, mas também em relação ao que Perlin (2001) denominou identidade original: há aqueles que são surdos congênitos e aqueles que nasceram ouvintes e se tornaram surdos com o tempo. A diferença está no fato de que estes últimos conhecem o idioma Português e sua estrutura, mas as suas identidades vão ao encontro das identidades surdas.

Da mesma forma que no caso dos ouvintes, o desenvolvimento dos surdos leva a marca das experiências e interações que eles têm com os outros. Com base nisso, é possível supor que as RS pautadas na concepção clínico-terapêutica da surdez podem ter orientado o desenvolvimento das identidades dos surdos, seja do ponto de vista cognitivo, seja do ponto de vista afetivo ou emocional. Sabemos, porém, que não há nada determinado e apriorístico em termos da construção das identidades. Tampouco há um fatalismo social e cultural que destina os surdos, imersos em uma sociedade ouvintista, a um desenvolvimento baseado na visão negativa que lhe confere o meio externo. Surdos, assim como ouvintes, ressignificam suas experiências, apesar da imersão neste “caldo social” que orienta as RS e ao mesmo tempo afeta

a construção dos pensamentos e comportamentos. Por serem sujeitos cognoscentes e ativos, podem ressignificar as qualificações negativas atribuídas a eles e construir suas identidades de forma positiva, agindo como minoria ativa¹¹.

Postulamos que as interações sociais entre surdos/surdos e surdos/ouvintes são benéficas, na medida em que, por meio delas, o surdo poderá se identificar com aqueles que constroem suas identidades pela via visual, e assim estabelecer trocas sociais. No encontro e no convívio com outros surdos suas identidades vão se construindo sobre a consciência do ser surdo, a partir das identidades políticas surdas. Tal faceta política, decorre da consciência surda de ser diferente e de necessitar de recursos visuais para se comunicar. No encontro com os ouvintes, poderá identificar aquilo que os iguala e o que os diferencia, movimento importante para a construção identitária.

Pautados nestes princípios, buscamos efetuar pesquisa a fim de identificar as RS do trabalho dos surdos elaboradas pelos empregadores e pelos próprios surdos e a relação dessas RS com a construção das identidades dos surdos. Sendo assim, passaremos para a terceira parte desta tese, que trata dos estudos empíricos.

¹¹ Para a Teoria das Minorias Ativas a influência social se converte em fator de troca quando a minoria influencia a maioria, a partir do seu estilo comportamental consistente, que acaba por criar conflitos e induz a maioria a examinar e a reavaliar sua própria postura cognitiva e valorativa (Moscovici, 1981).

PARTE 3: OS ESTUDOS EMPÍRICOS

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adotamos a tese de que, em nossa sociedade, o trabalho ocupa lugar central na vida humana (Antunes, 2003, 2004), seja porque confere dignidade e *status* ao homem, seja porque, por meio dele, as necessidades básicas do homem são satisfeitas. Questionamos, então, como o trabalho seria significado por aqueles que, por uma privação sensorial, têm dificuldades de se inserir no mercado. Percebemos que os surdos são uma categoria que, em época de desemprego estrutural, assim como outras minorias, têm maiores dificuldades de serem admitidos e permanecerem no trabalho, apesar dos direitos resguardados pelas Leis 8.112/90 e 8.213/91, que asseguram cotas para pessoas com necessidades especiais no setor público e privado. Então, questionamos: quais RS sobre o trabalho de surdos têm sido construídas pelos surdos e pelos empregadores, e quais as relações dessas representações com a construção das identidades dos surdos?

Para responder a questão, encetamos investigação que contou com o delineamento teórico-metodológico da TRS, mais precisamente a vertente societal de Doise. Com base nesta corrente complementar à TRS, propusemo-nos investigar as três dimensões analíticas do estudo das RS, a saber: a partilha de elementos comuns entre os sujeitos de um mesmo grupo; as diferenças nas tomadas de posição em relação a um objeto de representação; e por fim, os elementos sócio-históricos de ancoragens.

Com base neste pressuposto, propusemo-nos:

- a) Examinar o campo comum e a organização das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores e suas relações com as identidades dos surdos;
- b) Identificar as possíveis variações individuais e grupais das RS do trabalho de surdos,

em função de suas pertencas sociais;

c) Analisar os elementos sócio-históricos que ancoram as variações nas RS do trabalho de surdos e suas implicações na construção das identidades dos surdos

Para alcançar estes objetivos, realizamos Estudo I e II. A Tabela 6 nos apresenta, de maneira resumida, o objetivo de cada um deles.

Tabela 6. Objetivos dos estudos que compõem a pesquisa.

| ESTUDO I | ESTUDO II |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Geral: Identificar as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos</p> | <p>Geral: Identificar as RS que surdos e empregadores elaboram sobre o trabalho de surdos e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos.</p> |
| <p>Específico: Construir a metodologia para investigar, no Estudo II, as RS do trabalho de surdos e a relação dessas representações com a construção de suas identidades.</p> | <p>Específicos: a) Examinar o campo comum e a organização das RS sobre o trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores; b) Identificar as possíveis variações individuais e grupais das RS do trabalho de surdos, em função de suas pertencas sociais; c) Analisar os elementos sócio-históricos que ancoram as variações nas RS do trabalho de surdos e suas implicações na construção das identidades dos surdos.</p> |

A TRS proposta por Serge Moscovici - que propõe a análise dos pontos de ancoragem, bem como dos aspectos cognitivos e afetivos implicados na construção dos sentidos do grupo - é bastante pertinente para a pesquisa em questão, que busca investigar os significados atribuídos ao trabalho dos surdos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizamos técnicas qualitativas no Estudo I e técnicas qualitativa e quantitativa no Estudo II, levando em consideração as particularidades dos participantes e de sua comunicação. Assim, realizamos o Estudo I a fim de acessar as RS do

trabalho dos surdos entre os surdos e aperfeiçoar o roteiro de entrevista para o Estudo II. Após mapearmos os significados construídos pelos surdos no Estudo I, elaboramos o roteiro de entrevista do Estudo II, que será apresentado posteriormente.

Do ponto de vista metodológico, a TRS viabiliza o uso de diversas metodologias em um mesmo trabalho, pois a escolha de métodos e técnicas de pesquisa deve relaciona-se à natureza do objeto estudado. *A priori*, nenhuma técnica é certa ou errada, mas sua adequação depende de como se ajusta à natureza do objeto em questão (Álvaro & Garrido, 2006). Este pluralismo metodológico é consequência do caráter heterogêneo e não prescritivo da TRS, que assegura que a diversificação das formas de coletas e análises de dados pode auxiliar na elaboração de pesquisas mais fidedignas.

Nesta direção, Jodelet (2001) lista as possibilidades metodológicas que podem ser utilizadas em RS: entrevistas, observação participantes, estudo de campo, análise de documentos e de discursos, técnicas de associação livre e de palavras, experimentação em laboratório, entre outras. Para Farr (1993), a diversificação de estratégias e táticas, fontes de dados e modos de análise servem para demonstrar que as RS são um rico e complexo fenômeno, que requer modos de coletas e análises igualmente complexas e multivariadas.

A entrevista qualitativa dirigida, instrumento utilizado neste estudo para o procedimento de coleta de dados, é empregada para mapear e compreender as narrativas dos atores sociais (Gaskell, 2004; p. 70). Tem o objetivo de “apresentar uma amostra do espectro de pontos de vistas” e permitir contato mais direto e profundo com os atores e suas RS sobre o trabalho e o trabalho de surdos. A entrevista é, assim, um momento privilegiado de diálogo, no qual entrevistado e entrevistador constroem significados a partir das expectativas que um tem em relação ao outro e em relação à situação de interação.

Em se tratando das entrevistas realizadas com os surdos, com a mediação de intérprete, a tríade, entrevistador-intérprete-surdo permite rever significados não compreendidos, desenhando assim o percurso da entrevista. Pressupomos que, por se servir da linguagem como ferramenta de comunicação (não se diferindo no caso dos surdos), a entrevista não é um processo unidirecional, mas bidirecional, no qual os atores vão construindo o discurso na medida em que interagem e entram em contato com o discurso do outro. Assim, o rumo da entrevista se processa na negociação de diversos significados partilhados acerca de um objeto entre entrevistador e entrevistado (Gaskell, 2004).

Um aspecto a ser levado em consideração é o que diz respeito à divisão de subgrupos entre os participantes. Durante o processo de construção dos dados fez-se imprescindível que os dois grupos (surdos e empregadores) fossem desdobrados em subgrupos, pois tão importante quanto entrevistar os surdos e os empregadores, seria entrevistar os surdos que trabalham e os que não trabalham. Da mesma forma, ao entrevistar os empregadores, deveríamos contemplar os que empregam e os que não empregam surdos. Assim, temos dois grupos de sujeitos que se subdividem em 2 subgrupos cada, a saber:

a) Surdos, subdivididos em duas modalidades, que são:

1. Empregados;
2. Desempregados.

b) Empregadores, subdivididos em:

1. Empregadores de surdos;
2. Não empregadores de surdos.

Estes desdobramentos são de suma importância, visto que sua observação concorda com a concepção de Doise (1986), segundo a qual as RS não se dão em um vácuo social, mas dependem de variáveis preexistentes, pautadas na inserção social dos sujeitos.

A análise dos dados vai ao encontro do nosso pressuposto teórico/metodológico que considera, como assegurou Moscovici (1961/1978), que as mensagens expressam as RS, sendo estas últimas processos sóciocognitivos que se dão na prática social e na história da humanidade. No Estudo I utilizamos o método da Análise de Conteúdo Categorical, por acreditarmos que os significados construídos pelos surdos não seriam “analisáveis” por um *software* de análise de dados, como o ALCESTE. Nossa hipótese era a de que as frases elaboradas pelas surdas continham particularidades linguísticas que impediam a análise lexical. Entretanto, posteriormente, verificamos que tais peculiaridades não impediam a análise dos dados pelo ALCESTE, o que se deu no Estudo II.

Nos dizeres de Bardin (1977, p. 38), a Análise de Conteúdo Categorical

Consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferências estas que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

O ponto de partida para a Análise de Conteúdo Categorical é sempre a mensagem explícita, ou seja, o que foi escrito, falado, mapeado, desenhado. Apesar de iniciar a análise pelas mensagens explícitas, o método pode considerar o conteúdo “oculto” das mensagens e suas “entrelinhas”. Neste sentido, o analista é arqueólogo, na medida em que trabalha com vestígios, que são as mensagens que ele utiliza para fazer inferências (Bardin, 1977).

A Análise de Conteúdo Categorical se dá em três fases:

1. Pré-análise: consiste na determinação do material a ser analisado. Isto é, a escolha dos

documentos que serão analisados, a formulação de hipóteses e/ou objetivos e levantamento de indicadores que fundamentem a interpretação final (Bauer, 2004);

2. Exploração do material: baseia-se em estabelecer contato com os documentos que serão analisados e conhecer o seu conteúdo, fazendo fluir as primeiras impressões, emoções e expectativas. Esta leitura exaustiva do material objetiva a apreensão das particularidades do conjunto do material a ser analisado, a elaboração dos primeiros pressupostos que deverão nortear a análise, a interpretação do material, assim como a escolha das formas iniciais de classificação e, ainda, o resgate dos conceitos teóricos que orientarão a análise;

3. Análise e interpretação dos resultados: nesta etapa identificam-se os temas de significação e a construção das categorias. A categorização é uma operação de classificação dos recortes que compõem, por analogia, um mesmo conjunto, agrupadas por critérios pré-definidos. O critério utilizado para construir as categorias pode ser semântico, sintático ou lexical (Bauer, 2004; Franco, 2007). Os temas, ou núcleos de sentido, como preferimos considerar em nosso estudo, quando agrupados por analogia, formam as categorias, que podem ser construídas: *a priori*, a partir de leitura prévia do pesquisador da teoria proposta; aberta, em que as categorias são formadas no decorrer do processo de análise, após contato com o material a ser analisado; e, finalmente, de maneira mista, em que o pesquisador faz uso dos dois modelos anteriores, formulando inicialmente as categorias, podendo modificá-las no decorrer da análise.

Neste estudo, optamos pela forma aberta de construção das categorias, pois entendemos que o discurso dos surdos era ainda pouco conhecido por nós. Isto exigiu um contato inicial com o material, sem a prévia construção das categorias.

Partimos, desta forma, para a apresentação detalhada do Estudo I.

3.1 ESTUDO I: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS RS DO TRABALHO DOS SURDOS

3.1.1 Objetivos

3.1.1.1 OBJETIVOS GERAIS

Identificar as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos próprios surdos.

3.1.1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Construir a metodologia para investigar, no Estudo II, as RS do trabalho de surdos e a relação dessas representações com a construção de suas identidades.

3.1.2 Participantes

Participaram deste estudo quatro surdas desempregadas, com idade entre 19 e 22 anos. Todas as participantes eram do sexo feminino, estudantes de cursos de formação inicial e continuada, na área de Informática, do programa Senac Emprego Especial. As participantes residiam na região administrativa do Gama, Distrito Federal, situada a aproximadamente 40 Km de distância do Plano Piloto. Quanto à escolaridade, duas tinham Ensino Médio completo, uma tinha Ensino Médio incompleto e outra, Ensino Fundamental completo.

A escolha das surdas, estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF¹²), deu-se pelo motivo da pesquisadora trabalhar na Faculdade de Tecnologia Senac-DF. A mantenedora da Faculdade, o Senac-DF, é uma instituição que, entre outras atividades, oferece cursos de educação profissional a pessoas com necessidades especiais, por meio da Coordenadoria de Inclusão e Cidadania.

3.1.3 Instrumentos de coleta de dados

¹² O Senac é uma organização de caráter privado que oferece capacitação profissional de trabalhadores para as áreas de comércio e serviços. É mantido pelas empresas desse setor, que destinam ao Senac 1% calculado sobre o total da folha de pagamento (Disponível em: www.senacdf.com.br. Acessado em: 09-04-2009).

Neste Estudo utilizou-se a entrevista dirigida, cujo roteiro encontra-se no anexo 2. O roteiro continha os seguintes eixos:

1. Sobre o trabalho e o trabalho de surdos.
2. Sobre o trabalho e as identidades.
3. Dados pessoais.

3.1.4 Procedimento de coleta dos dados

Inicialmente solicitamos à Coordenadoria de Inclusão e Cidadania do Senac DF, que gerencia o Programa Senac Emprego Especial, uma lista de alunos surdos que estivessem fazendo cursos naquela instituição e que preenchessem alguns requisitos, como idade e escolaridade, pois nos propusemos a pesquisar jovens escolarizados, de 18 a 24 anos desempregados¹³. Em seguida, entramos em contato com a gerente da Agência de Formação Profissional do Senac Gama, que se colocou à disposição para nos auxiliar. Contatamos todos os nomes da lista, por meio de telefonema aos ouvintes que se encontravam na casa das alunas. Pedimos a estes ouvintes que conversassem com os potenciais participantes sobre a finalidade do estudo e seu interesse de fazer parte de pesquisa sobre as RS do trabalho de surdos. Retornamos a ligação em outro momento, e apenas as quatro surdas deste estudo aceitaram colaborar.

As entrevistas foram realizadas no próprio Senac-Gama e contaram com o apoio de um intérprete de Libras, com 13 anos de experiência na área. A pesquisadora fazia a pergunta em Português e o intérprete fazia a mesma pergunta para a surda em Libras. Em seguida, em voz

¹³ Ao longo deste estudo chamaremos de surdos desempregados aqueles sujeitos que nunca tenham trabalhado e que, no momento do estudo não possuíam trabalho informal ou formal, de acordo com o Código de Leis Trabalhistas (CLT).

alta, traduzia a resposta da participante do estudo, para gravação e posterior transcrição.

3.1.5 Procedimento de análise dos dados

Os dados foram submetidos à análise de Conteúdo Categorical proposta por Bardin (1977, p. 42), que pode ser entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Cada entrevista foi analisada separadamente, sendo que, a *priori*, cada uma das quatro transcrições recebeu uma cor de fonte diferente. Assim, quando todas as entrevistas fossem reunidas, as individualidades das respostas seriam preservadas. Em seguida, fizemos um quadro com as seguintes colunas: definição das categorias, categorias, temas de significação e unidades de sentido. Os procedimentos realizados na Análise de Conteúdo podem ser visualizados por meio da Tabela 7, os quais detalhamos cuidadosamente, uma vez que construímos nossos próprios passos nesta análise, ainda que tenhamos nos baseado em Bardin (1977).

Tabela 7. Passo a passo da Análise de Conteúdo.

| PASSOS | PROCEDIMENTOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º Passo: Recorte e nomeação das unidades de sentido: | a) As frases das entrevistas foram recortadas, tendo como base os seus sentidos. Assim, a cada mudança de sentido, era feito um recorte. O recorte foi feito a partir da definição da unidade de registro temática ¹⁴ . b) As verbalizações recortadas foram nomeadas "unidades de sentido". Desta forma, cada verbalização recebeu uma identificação com uma palavra ou frase que melhor a resumisse. |
| 2º Passo: Marcação das unidades de sentido que representem uma mesma ideia. | As unidades de sentido que compartilhavam significados entre si foram marcadas com cores de realce em comum. |
| 3º Passo: Junção das unidades de sentido em uma mesma coluna | Na coluna "unidades de sentido" as unidades de sentido de todas as entrevistas foram reunidas. As unidades de sentido com cores de realce em comum foram agrupadas. |
| 4º Passo: Construção dos temas de significação. | A fim de construir os temas de significação, reuniram-se as unidades de sentido com cores de realce em comum ¹⁵ . Cada grupo de unidades de sentido com cores em comum formou um "tema de significação". Cada tema de significação foi nomeado, a partir do significado compartilhado pelas unidades de sentido. |
| 5º Passo: agrupamento dos temas de significação em categorias e sua nomeação | Os temas de significação foram agrupados em grandes categorias e nomeados. Assim, a reunião de temas de significação em comum formaram uma categoria. |
| 6º Passo: Definição das categorias. | Os principais aspectos de cada categoria foram levantados, de forma que um texto foi construído a fim de defini-la. |
| 7º Passo: Construção de um quadro comum para todas as entrevistas. | O quadro continha as seguintes colunas: categoria, definição, temas de significação, unidades de sentido e verbalizações. |
| 8º Passo: Definição da ocorrência de respostas: | Foram inseridas as frequências de ocorrência de resposta nas unidades de sentido, nos temas de significação e nas categorias, sendo que para uma mesma entrevista pontuam-se várias ocorrências de resposta. |
| 9º Passo: Exemplificação da categoria. | Como ilustração, identificamos alguns extratos de verbalização nas entrevistas que melhor representavam a respectiva categoria. Tais extratos foram inseridos na coluna "verbalizações" |

¹⁴ O tema é uma asserção sobre um determinado assunto, que pode estar resumido em uma sentença composta por sujeito e predicado, um conjunto de sentenças ou mesmo um parágrafo (Franco, 2007).

¹⁵ As categorias devem ser amplas e seguir alguns princípios, a saber (Deslandes, Souza & Minayo, 2007; Franco, 2007) : a) Exclusão mútua: único princípio deve nortear a construção das categorias; b) Pertinência: as categorias devem refletir a intenção do pesquisador; c) Exaustão: todo o material deve estar contemplado nas categorias; e) Exclusividade: cada aspecto do texto deve estar contido em uma única categoria.; f) Concretude: nomear a categoria com termos concretos.

Resultados e discussão

A partir das respostas dadas durante as entrevistas realizadas com as surdas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo Categorical, foi possível sumarizar cinco categorias, agrupadas por temas de significação e unidades de sentido em comum, apresentadas na Tabela 8.

É importante ressaltar que as respostas foram transcritas ora na primeira pessoa do singular, ora na terceira pessoa do singular. Isto se deu devido à mediação do intérprete, que, ao realizar o seu trabalho, verbalizava as expressões das surdas com essas variações.

SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

Esta categoria congrega 33,63% do total das ocorrências de respostas expressas durante as entrevistas. Foram analisadas as respostas referentes aos significados construídos pelas surdas sobre o trabalho, a posição das surdas diante do mesmo, os benefícios que o labor traz para os surdos que trabalham, as motivações para trabalhar e as suas expectativas diante do trabalho. As participantes apontaram a extrema importância do trabalho para elas, principalmente porque permitirá a progressão na vida, assemelhando sua vida à dos ouvintes. O trabalho é, desta maneira, uma forma de conseguir estabilidade financeira e de ter acesso aos bens materiais que os ouvintes usufruem.

Tabela 8. Distribuição das ocorrências das respostas (*f*) acerca do trabalho apresentadas pelas quatro surdas entrevistadas, em categoria, definição, temas de significação e unidades de sentido.

| CATEGORIA (<i>f</i>) | DEFINIÇÃO | TEMAS DE SIGNIFICAÇÃO (<i>f</i>) | UNIDADES DE SENTIDO (<i>f</i>) |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Significado do trabalho (262) | Descreve o trabalho como algo positivo, que proporciona treinamento, atualização, aprendizagem e um futuro melhor. O trabalho, mediante esforço e determinação, oportuniza crescimento e progresso na vida. O trabalho é um objeto de desejo porque garante o acesso ao dinheiro, que permite o consumo e o cuidado à família. O trabalho torna a vida melhor e aproxima o surdo dos ouvintes, garantindo o acesso aos bens de consumo de forma semelhante aos dos ouvintes. As pessoas que trabalham têm mais facilidade para se expressarem verbalmente, bem como no relacionamento com as pessoas. Apesar de não conhecerem as | Significados do trabalho (10) | <u>Aspecto funcional do trabalho</u> : treinamento, atualização, aprendizagem de coisas novas (4) <u>Consequências positivas do trabalho</u> : com o trabalho assegura-se o futuro, o crescimento pessoal e a ampliação do conhecimento (4) <u>Consequências negativas da falta de trabalho</u> : sem o trabalho tem-se dificuldade e a falta de capacitação (2) |
| | | Posição dos surdos diante do trabalho (64) | Surdos não querem enfrentar as dificuldades (17) Surdos não querem trabalhar (7) Trabalho é difícil e chato (5) O trabalho é importante, sendo que os surdos gostam e querem trabalhar (28) Os surdos são bons trabalhadores (5) O trabalho é luta e os surdos querem lutar (2) |
| | | O que o trabalho traz para os surdos (31) | <u>Surdos que trabalham</u> são mais inteligentes, mais espertos e desenvolvidos na comunicação, na interação com os outros e se preocupam mais com o futuro e com a família (20) <u>Surdos que não trabalham</u> são mais preguiçosos, fúteis, levam uma vida desregrada, só querem passear e têm mentalidade diferente (11) |
| | | Trabalhar para quê? (79) | <u>Aspectos relacionais</u> : ajudar a família que tem necessidade, poder dar uma boa educação ao filho, poder se relacionar melhor com as pessoas. (34) |

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>rotinas do trabalho, serão bem recebidas pelo chefe e pelos colegas e se adequaria às normas do trabalho ouvinte.</p> | | <p><u>Aspectos materiais</u>: ganhar dinheiro, pagar IPTU, luz, para melhorar a questão financeira, comprar casa, carro pagar as despesas e reformar a casa. (26)</p> <p><u>Aspectos da vida em geral</u>: para a vida ficar melhor, mais estável, ter mais felicidade, mais estudo, poder cuidar da saúde e fazer cursos e faculdade (19)</p> |
| | | <p>Expectativas em relação ao trabalho (78)</p> | <p><u>Antecipação das rotinas do trabalho</u>: acredita que não seria desprezada, seria bem recebida pelos colegas. Iria ensinar Libras aos colegas (41)</p> <p><u>Adequação às normas do trabalho ouvinte</u> iria respeitar o chefe, ter vontade de trabalhar, responsabilidade e organização (28)</p> <p><u>Aspectos desconhecidos do trabalho</u>: precisaria de explicação diante dos trabalhos que faria a primeira vez ou aqueles que não soubesse fazer (9)</p> |
| <p>Dificuldades de ingresso no mundo do trabalho (195)</p> | <p>Descreve a busca de trabalho (distribui currículos) e a espera por obter um emprego, e as dificuldades para consegui-lo</p> <p>Dificuldades encontradas pelos surdos na busca pelo (principalmente o primeiro emprego): promessas não cumpridas de algumas instituições de encaminhamento de surdos ao trabalho, formação insuficiente,</p> | <p>Dificuldades em conseguir um trabalho (74)</p> | <p><u>Falta de vagas para os surdos</u> (29)</p> <p><u>Dificuldades em arrumar um emprego</u>: está esperando um emprego há bastante tempo, porém, não é chamada (26)</p> <p><u>Ações para conseguir um emprego</u>: está distribuindo currículos (14)</p> <p>ICP¹⁶ promete emprego ao surdo e não cumpre (5)</p> |
| | | <p>Formação Insuficiente (59)</p> | <p><u>Dificuldades das escolas e da sua estrutura</u>: número de escolas insuficientes, escolas distantes, os cursos têm muitas disciplinas, são noturnos, as escolas não têm professores suficientes e intérpretes. Os cursos são caros. (27) <u>Surdos não têm formação</u> (13)</p> <p><u>Desejo dos surdos de aprender e se qualificar</u> (13)</p> <p><u>Necessidade de estudar e aprender coisas novas</u> (6)</p> |

¹⁶ Instituto Cultural e Profissionalizante de Pessoas Portadores de Deficiências do Distrito Federal.

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>falta de vagas para os surdos, falta de experiência, e a superproteção familiar. Encontram dificuldades nos concursos, pois em muitos casos faltam interpretes e as vagas não são específicas para cada deficiência.</p> <p>Sentimentos gerados pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho: frustração, tristeza e apreensão.</p> | <p>Pouca experiência de trabalho (12)</p> | <p><u>Pouca experiência de trabalho</u>: nunca trabalhou e não saberia como agir no ambiente laboral (9)</p> <p><u>Adaptação rápida</u>: não tem experiência, mas logo se acostumaria (2)</p> <p><u>Surdos têm pouca experiência de trabalho</u> (1)</p> |
| | <p>Superproteção familiar (5)</p> | <p>A família não deixa o surdo trabalhar, superprotegendo-o (5)</p> |
| | <p>Dificuldades nos concursos (29)</p> | <p><u>Dificuldade em entender o que está pedindo nas provas</u>, por causa das dificuldades no português. Porém, tem mais facilidade com matemática (9)</p> <p><u>Solicitou intérprete nos concurso, porém, na maioria deles o intérprete não compareceu</u> (8)</p> <p><u>Necessidade de vagas específicas para cada deficiência</u> - física, auditiva, visual, etc (6)</p> <p><u>Fez vários concursos, porém não passou por ter dificuldades</u> (6)</p> |
| | <p>Sentimentos diante das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho (16)</p> | <p>Fica apreensiva, preocupada, triste, frustrada e angustiada por não conseguir um emprego (16)</p> |

| | | | |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Dificuldades no/do emprego (167)</p> | <p>Descreve as dificuldades apresentadas pelos surdos no trabalho. As dificuldades descritas pelos surdos são: dificuldades de comunicação, expressas em situações concretas do cotidiano (<i>savoir-faire</i>), que o leva a não entender o que está sendo pedido, a não entender o que o chefe está dizendo, principalmente quando se trata de coisas novas; exploração por parte dos ouvintes; relações com a chefia e, por fim, o preconceito e a discriminação dos ouvintes, que acreditam que o surdo é menos inteligente e/ou doído.</p> | <p>Dificuldades de comunicação (80)</p> | <p><u>Dificuldades de comunicação e necessidade de intérprete</u> (66)</p> <p><u>Relação com a Libras</u>: tentaria ensinar a Libras, mas acha que os ouvintes não aceitariam aprender (8)</p> <p><u>Dificuldade com o Português</u>: principalmente relacionado à leitura de textos (6)</p> |
| | | <p>Dificuldades de comunicação no <i>savoir-faire</i> (8)</p> | <p><u>Dificuldades de comunicação que levam a dificuldades em realizar atividades no trabalho impostas pela comunicação</u>, como: entender como realizar uma tarefa, entender o que o chefe explica, principalmente novos trabalhos, gerando confusão. (8)</p> |
| | | <p>O surdo é explorado (43)</p> | <p><u>Ouvintes exploram e aproveitam do surdo</u>, sobrecarregando-o com os trabalhos e os mandando trabalhar aos finais de semana (26)</p> <p><u>O trabalho para o surdo é o mais sacrificado</u> e o mais difícil (7)</p> <p><u>Ouvintes fiscalizam</u>, cobram, acusam e reclamam dos surdos no ambiente de trabalho (7)</p> <p><u>Surdo tem que se subordinar</u> porque tem medo de ser mandado embora do trabalho (3)</p> |
| | | <p>Relações com a chefia (10)</p> | <p><u>O chefe é bravo e autoritário</u> (5)</p> <p><u>Surdo tem que reclamar</u> (2)</p> <p><u>Surdo tem que aguentar o chefe</u> (2)</p> <p><u>Surdo tem medo do chefe</u> (1)</p> |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p><u>Os surdos têm menos oportunidades de trabalho</u> que os ouvintes (13)</p> <p><u>As pessoas acham que os surdos não são inteligentes</u> e não entendem o que os ouvintes falam (3)</p> <p><u>As pessoas acham que os surdos são preguiçosos</u> e vagabundos (3)</p> <p><u>Falta de vagas específicas para os surdos</u> (3)</p> <p><u>Surdos sofrem preconceito</u>, pois os ouvintes não aceitam os surdos (2)</p> <p><u>As pessoas acham que os surdos são doidos</u> (2)</p> |
| <p>Trabalho desejado, trabalho adequado e trabalho dispensado aos surdos (81)</p> | <p>Os trabalhos desejados são: auxiliar de biblioteca, informática, organizar e manipular papéis, lojas de roupas, cabeleireiro e intérprete.</p> <p>Por terem baixa qualificação, os trabalhos dispensados aos surdos são: limpeza e trabalhos manuais, organização de papéis, docência, secretariado.</p> <p>Os trabalhos mais adequados aos surdos seriam: informática, assistente administrativo, atendente em lojas, enfim, que não exigissem comunicação verbal.</p> | <p>Trabalhos desejados pelos surdos (25)</p> <p>Informática (11)</p> <p>Lojas de roupas (4)</p> <p>Organizar e manipular papéis (4)</p> <p>Acha difícil trabalhar com informática e como professor (2)</p> <p>Auxiliar de biblioteca (2)</p> <p>Cabeleireira (1)</p> <p>Intérprete (1)</p> <hr/> <p>Trabalhos dispensados aos surdos (34)</p> <p>Limpeza e lavador, porém, os produtos de limpeza têm cheiro forte e fazem mal: (18)</p> <p>Organizar roupas, perfumes, fichas, documentos e notas fiscais (7)</p> <p>Instrutor, porém, ganha pouco (4)</p> <p>Explicação pelo fato do surdo só conseguir trabalho de limpeza: baixa qualificação (2)</p> <p>Secretariado (1)</p> <p>Impossibilidade de trabalhos que exijam comunicação (1)</p> <p>Cabeleireira (1)</p> |

| | | | |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p>Trabalhos adequados aos surdos (22)</p> | <p>Trabalhos que não exijam comunicação (3) Informática (3) Cabeleireiro (2) Assistente administrativo (2) Supermercado (2) Secretariado (2) Intérprete (2) Lojas (2) Professor (1) Artes (1) Trabalhos manuais (1) Todo trabalho é adequado para o surdo (1)</p> |
| <p>Características dos surdos e dos ouvintes (74)</p> | <p>Características positivas dos ouvintes: têm mais facilidade e são mais beneficiados, pois já estão estabilizados financeiramente. Características negativas dos ouvintes: preguiçosos, desanimados e aproveitadores. Fazem fofocas e são ciumentos. Características positivas dos surdos:</p> | <p>Características dos ouvintes (19)</p> | <p><u>Tem mais facilidades</u> e são mais beneficiados, pois encontram tudo pronto. Estão mais estabilizados (7) <u>Preguiçosos</u>, desanimados e encostados (4) <u>Conversam e fofocam</u> (3) <u>Tem bens materiais</u>, como carro zero (2) <u>Aproveitadores</u> (1) <u>Ciumentos</u> (1) <u>Ouvintes são semelhantes aos surdos</u> (1)</p> |

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>aprendem rápido, são concentrados e têm mais facilidade para desenvolverem trabalhos manuais.</p> <p>Características negativas dos surdos: alguns são desanimados, não se esforçam e não querem trabalhar.</p> <p>Os surdos têm problemas de relacionamento, quando colocados juntos fazem fofocas e têm ciúmes. Preferem trabalhar com ouvintes para evitar estes problemas.</p> <p>Os surdos desejam ter as mesmas coisas que os ouvintes. Para tanto, precisam de ajuda e têm a necessidade de reclamar, pois os ouvintes não desenvolvem políticas que os ajudem.</p> | <p>Características dos surdos (55)</p> | <p><u>Surdos aprendem rápido</u> e têm conseguido desenvolver os trabalhos (18)</p> <p><u>Surdos têm mais habilidades para trabalhos práticos e manuais</u>, bem como para organizar coisas (5)</p> <p>Surdos são mais concentrados e dispostos para trabalhar (5)</p> <p>Surdos são um pouco inteligentes (1)</p> <p><u>Surdos têm problemas de relacionamento</u>: quando colocados juntos, os surdos têm problemas de relacionamento, ciúmes e fofocas (9)</p> <p><u>Surdos ficam parados</u>, são desanimados, não se esforçam e não querem trabalhar (5)</p> <p><u>Surdos estão preocupados com a adolescência</u>, querem sair e passear e namorar (2)</p> <p>Preferência por trabalhar com ouvintes (3)</p> <p><u>Desejo de ter as mesmas coisas que os ouvintes</u> (2)</p> <p><u>Surdos precisam de ajuda</u> (2)</p> <p><u>Surdos precisam reclamar</u> (2)</p> <p><u>Surdos não têm como se comunicar</u> (1)</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Significados do trabalho

Em seus aspectos funcionais, as participantes evocam o treinamento e aprendizagem para o trabalho. A referência aos aspectos positivos do trabalho remete à garantia de um futuro melhor e de crescimento pessoal e profissional, enquanto o trabalho em seus aspectos negativos evoca, basicamente, sua falta e a consequência desta falta na vida dos surdos. Como se vê, o trabalho é significado como fator de desenvolvimento dos sujeitos. Por meio dele, podem aprender novas coisas, ter acesso aos bens da cultura, e, assim, terem uma vida mais satisfatória. Porém, a sua falta é motivo de insegurança e sofrimento.

Os resultados corroboram com o que preconizou Dejours (1992) sobre o trabalho. Se, por um lado, é fonte de satisfação, reconhecimento e sentimento de valor próprio, pode se tornar fonte de angústia e sofrimento. No caso do nosso estudo, os aspectos negativos do trabalho são apontados, primordialmente, tendo em vista a sua falta. Santos (1996), na esteira desta premissa, argumenta que a falta de trabalho pode comprometer a integração dos sujeitos nos grupos e a possibilidade de encontrarem seu ponto de referência.

Estes dados nos autorizam a pensar que o trabalho é um elemento importante na construção das identidades das participantes deste estudo, pois ele é representado como algo que irá proporcionar crescimento e futuro melhor, o que influencia no seu autoconceito. Por outro lado, não trabalhar é representado como uma ameaça à positividade das suas identidades.

De fato, em nossa sociedade, o trabalho é um organizador das rotinas e do tempo. Observa-se que a vida das pessoas, seus horários, seus espaços, seus costumes e hábitos têm como norte o trabalho. Assim, o tempo, por exemplo, é estruturado em momento de lazer, de descanso/ tempo de trabalho, obrigação. Para as participantes, o ato de trabalhar é revestido de valoração positiva.

Posição do surdo diante do trabalho

Do total de 24,42% de ocorrências do tema “posição do surdo diante do trabalho” que faz parte da categoria “Significado do trabalho”, 43,75% aponta para o fato de os surdos gostarem e quererem trabalhar, além de se perceberem como bons trabalhadores. Mas, quando se trata de se referir ao Outro surdo, as entrevistas afirmam em 26,56% das ocorrências que os outros surdos não querem trabalhar, além de acharem o trabalho difícil. Pode-se pensar que esta referência à alteridade revela uma posição ambivalente das surdas diante do trabalho, que ao mesmo tempo em que sustentam que o trabalho é importante, não denotam disposição para enfrentar as dificuldades dele decorrentes. Aspecto importante refere-se ao fato de as participantes deste estudo falarem pela boca do Outro, que supostamente não são corajosos e trabalhadores. Provavelmente, atribuem a preguiça ao outro porque, em nossa sociedade, a ideia de trabalho está associada à virtude e à disposição. Portanto, não trabalhar representaria o oposto.

Mais uma vez, notamos o quanto o trabalho participa da construção das identidades dos sujeitos. Assim, estar desempregado, em nossa sociedade ocidental, está ancorado em uma visão de vadiagem. Por este modo, as surdas utilizam as mesmas categorias classificatórias para designarem os seus pares que não trabalham. Desta forma, podem se situar dentro do espaço social e construir suas identidades de maneira compatível com os valores e normas do seu tempo. Na verbalização abaixo este aspecto pode ser observado:

Tem muitos amigos surdos, mas são preguiçosos... perderam emprego. Precisam ser mais batalhadores. Ficam falando: trabalho escravo, trabalho escravo... (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Ao contrário da lógica e rigor que orientam o pensamento no bojo do universo

reificado, vimos anteriormente que o senso comum opera apoiado em uma lógica natural, a qual comporta em si a contradição (Sá, 2004). Assim, para dar conta da perplexidade e explicar a realidade, os sujeitos criam verdadeiras teorias do senso comum, baseando-se em seus *a priori*. A contradição observada frente ao trabalho, expressa um posicionamento diante de um objeto que, possivelmente, ainda causa desconforto pelo seu desconhecimento, ainda que seja desejado pelas entrevistadas. Assim, ao tempo que valorizam e reconhecem a importância de trabalhar, asseguram a indisposição de outros surdos para o trabalho.

Ademais, verificamos que estes achados corroboram com o que preconizou Tajfel (1974) sobre a influência dos grupos na identidade social. Para este teórico, a inserção dos sujeitos nos grupos favorece a potencialização dos aspectos positivos do seu autoconceito. Desta forma, há uma tendência a abandonarem os grupos em que sua identidade social não seja positivada. Caso não consiga abandonar este (s) grupo (s), os sujeitos buscam redimensionar as suas características, melhorando o *status* grupal. Assim, as participantes acreditam que os surdos querem lutar, trabalhar e progredir na vida. Porém, asseveram que o grupo de adolescentes/jovens surdos não tem posição semelhante, na medida em que não querem se esforçar e enfrentar as dificuldades. Apesar de serem igualmente jovens, as participantes dizem não se enquadrar no grupo dos que não querem trabalhar. O que estes dados nos sugerem? Acreditamos, apoiados em Joffe (1994), que para diminuir a estranheza frente a um fenômeno que não lhes é familiar, ordenar a sua realidade e preservar suas identidades positivas, as surdas tendem a atribuir características negativas a outro grupo. Sobre este assunto, Tajfel (1981) nos lembra que esta atribuição não ocorre, necessariamente, somente em relação ao *outgroup*, mas também dentro do *ingroup*, desde que haja uma ameaça à identidade social.

Neste tema de significação, as surdas relataram que o mundo ficará mais chato após a

obtenção de um emprego. Então, questionamos se o trabalho tem valor positivo para o surdo somente quando ele pensa em sua identificação com o ouvinte. Supostamente, as surdas deste estudo internalizaram concepções negativas sobre o trabalho partilhadas pelas demais pessoas, na medida em que relatam tratar de atividade enfadonha, desgastante e cansativa.

Assim, parece que o emprego tem valor para o surdo enquanto mecanismo de inclusão no mundo dos ouvintes. Empregado, o surdo percebe-se mais igual aos ouvintes. Poderá, inclusive, aprender mais coisas, crescendo a partir das normas do mundo ouvinte.

De fato, na falta de modelos surdos de identificação, as participantes deste estudo querem possuir o que os ouvintes possuem. Realçam que o trabalho é um meio para conseguirem estas conquistas. Portanto, à luz da TIS, podemos perceber que o trabalho representa importante elemento na constituição de categorizações e comparações inter e intragupo, pois se transforma em eixo de referência na qual as surdas se reportam para construir as suas identidades. Em tempo em que desejam trabalhar para conseguir assemelhem-se aos ouvintes, podem elencar as características do grupo alheio que desejam conquistar. Assim, as surdas podem reinterpretar os atributos do seu grupo, tornando-os mais aceitáveis, melhorando, desta, forma, a posição que ocupa na sociedade (Tajfel, 1981).

O que o trabalho traz para os surdos

Neste tema de significação, que abrange 11,83% dos temas da categoria “Significado do trabalho”, as participantes argumentam que surdos que trabalham têm mais desenvoltura nas relações interpessoais, na linguagem e no próprio trabalho. Já aqueles que não trabalham são mais fúteis e preguiçosos e até têm filhos mais cedo.

O trabalho, assim como outras modalidades de interações sociais, é importante ferramenta de desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Não é difícil aceitar que os surdos que trabalham, conhecidos pelas entrevistadas deste estudo, sejam mais “saídos”,

como elas próprias relataram:

Tem diferença. No caso dos surdos que trabalham, são mais desenvolvidos no Português, na prática do trabalho, conseguem desenvolver muito mais a questão da comunicação, do próprio Português, porque tá muito em contato. E os outros não, quando vão trabalhar a primeira vez têm uma dificuldade muito maior do que os outros quando vão mudar de emprego (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Compreendemos que as identidades são permeadas pelos jogos de comparações e categorizações sociais, conforme descrevemos alhures. Neste sentido, Tajfel (1981) afiançou que tais comparações podem acontecer, inclusive, entre os membros do próprio grupo, conforme podemos observar na fala das participantes. Para elas os surdos que trabalham têm características positivas em relação àqueles que não trabalham. O que, mais uma vez, confirma a estreita relação entre trabalho e identidades e realça a função identitária das RS (Abric, 1998).

Trabalhar para quê?

Este tema de significação abrange 29,78% das respostas que compõem a categoria em pauta. Três unidades de sentido são encontradas:

a) aspectos relacionais. Esta unidade de sentido, com maior número de ocorrências de respostas (43,03%), remete-se ao caráter afetivo do trabalho, que permite aos surdos dar suporte à sua família. Os surdos se percebem como importantes no contexto doméstico. O trabalho, desta forma, media relações com os membros da família.

Assim, é evidente que o trabalho é entendido como condição para que surdos tornem-se provedores da família e possam oferecer uma vida melhor aos seus pares. Tal como pode ser evidenciado no exemplo de verbalização que se segue:

Aí fica difícil, precisa ajudar a mãe. Falou para mãe dela ter paciência que vai ajudar ela, pagar luz, telefone, IPTU (S4 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Verificamos que as surdas referem-se a um papel estruturador de identidades ocupado no seio familiar, qual seja: o de provedor ou colaborador nas despesas da casa. Sobre este assunto, Pinto (2000) assevera que para cada posição social os sujeitos desempenham um dado papel, que será fator proeminente que distingue uma pessoa de outra. Desta forma, as identidades serão determinadas, em grande parte, pelo papel desempenhado. Assim,

Para um indivíduo a percepção de que os papéis que lhes são submetidos estão desempenhados de modo satisfatório permite que ele desenvolva um sentimento positivo de autoestima, enquanto que a percepção de que seu desempenho está aquém do esperado, que sua performance não atinge os padrões preestabelecidos pelo grupamento social em que vive, pode trazer transtornos para o reconhecimento do próprio valor (Pinto, 2000, p. 13)

Ao nos remetermos à história dos surdos ao longo dos tempos, percebemos que estes foram, em muitos momentos, percebidos como incapazes e peso morto (Klein, 2001). Em nossa sociedade, estar excluído da cadeia produtiva é carregar os traços da ineficácia, da invalidez. De outro modo, ser produtivo e colaborar com as despesas domésticas significam ter competência ao desempenhar um papel, ter valor e *status* perante o grupo. Então, nos perguntamos: os surdos, além de ocuparem o lugar da falta, a falta de audição, não estariam, também, carregando o *status quo* da invalidez e da improdutividade, ainda nos dias atuais, haja vista que, estando fora do mercado de trabalho não conseguem ajudar a sua família? A impossibilidade de ajudar a família representaria o fracasso do seu valor próprio?

Interessante observar que as surdas não se referiram ao trabalho doméstico como forma de ajudar a sua família. Todas elas esperam um trabalho remunerado, porque, assim, poderão contribuir com as despesas do lar.

b) aspectos materiais (32,91%), o trabalho é retratado com base em suas possibilidades financeiras e materiais, como pagar IPTU, aluguel, poder comprar casa e carro. A ascensão econômica pode ser ilustrada em algumas falas das participantes, como a que se segue:

É importante na vida, ter dinheiro, trabalhar, comprar as coisas, dentro de casa, pagar as contas, cuidar família, ir no médico (S4 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

O trabalho, como dito anteriormente, dá sentido de segurança, haja vista proporcionar condições que potencializam a aquisição de bens de consumo, os quais podem proporcionar maior qualidade de vida. Por isto, destacamos a importância do trabalho para as surdas participantes deste estudo. Entendemos que sendo o trabalho uma categoria positiva dentro do grupo, não estar trabalhando pode trazer sentimentos de instabilidade e insegurança, o que repercute em suas identidades. Neste sentido, recorreremos à Maia (2008) para quem trabalho e consumo são referências complementares em termos das identidades. Assim, trabalhar representa poder consumir, ter posses e, por conseguinte, ter identidades positivas.

c) Aspecto da vida em geral (24,05%). O trabalho possibilita a mudança de vida, estabilidade, preparação para o futuro. Assim, o trabalho traria uma melhoria geral da vida, gerando a esperança de viver tempos melhores. Portanto, estes dados nos autorizam a pensar que o trabalho é significado como um divisor de águas. Ou seja, a conquista de um trabalho traria um salto qualitativo na qualidade de vida das surdas participantes deste estudo.

As respostas agrupadas em torno deste tema de significação salientam que a ênfase maior da justificativa para se trabalhar recai nas possibilidades afetivas e relacionais do trabalho. Isto vai ao encontro do que defendemos anteriormente neste estudo, que o trabalho é nuclear na vida do indivíduo (Leopardi, 1999; Antunes, 2003; Organista, 2006). O valor do trabalho como categoria social fundante foi estudado por Organista (2006) junto a camelôs. Suas conclusões se coadunam com os achados de nosso estudo. Apesar de constituírem categoria pouco valorizada socialmente e cujas atividades se realizam em condições precárias, o trabalho representa, para os camelôs, muito mais que a garantia da subsistência. A representação do trabalho para estes sujeitos se liga à possibilidade de reconhecimento, pois por meio dele podem ser valorizados. A condição para a aceitação social está relacionada ao fato de ser trabalhador e “ser trabalhador é construir sonhos, desejos e perspectivas de futuro que se fundam no trabalho, mas que se remetem para além dele, fatores que se esvaem quando se está sem trabalho algum” (Organista, p. 24).

As surdas relacionam trabalho à luta e à persistência, e acreditam ter que se esforçar mais que os ouvintes, porque estes últimos encontram maiores facilidades no ambiente laboral. Querem se igualar aos ouvintes em termos das aquisições materiais. Almejam, assim como os ouvintes, possuir carro, ganhar dinheiro para comprar a comida, poder ajudar a família. Para as participantes, portanto, trabalho seria a ponte que as ligariam ao mundo das oportunidades dos ouvintes.

A participante 2 (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo) relatou preocupação por ver os ouvintes progredindo e os surdos ficando para trás. Interessante notar que, mesmo vivendo em uma sociedade que as considera inválidas e deficientes (Quadros, 2003), as surdas reconhecem suas capacidades.

Vai ficar desempregada? Como que os surdos vão conseguir as coisas? Os ouvintes

progredindo, conseguindo as coisas e eles ficando parados. Não, não. Conseguir casa, dinheiro, carros. Vê que os outros têm carro, carro zero, casa, tudo, e ela quer ser igual a eles também. Os ouvintes estão tudo prontos, estabilizados e ela também quer (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Esta fala nos reporta a uma tendência relatada por Tajfel (1981, 1982), que se refere à valoração positiva do *ingroup* nos processos de comparação social. A fim de preservarem suas identidades, realçam as dificuldades que têm que enfrentar, ao contrário dos ouvintes, que, segundo as surdas, têm mais facilidades. Ainda falam da motivação que têm para conquistar um emprego e alcançar as benesses materiais. Nesta mesma direção, apesar de frisarem o sofrimento gerado pela falta de emprego, reconhecem, nas comparações que fazem, que há ilegitimidade na relação intergrupo. Esta percepção, para Tajfel (1982), pode impulsionar a ação e a mudança social. Não querer “ficar para trás”, no sentido de quer possuir os mesmos bens de consumo dos ouvintes, provavelmente, é um fator de identificação grupal e ressignificação da realidade.

Expectativas em relação ao trabalho

Neste tema de significação, que abrange 29,78% da categoria “significado do trabalho”, mais da metade das unidades de sentido (52,56%) referem-se às expectativas que as surdas constroem sobre o trabalho, a partir de uma antecipação do que poderá acontecer quando estiverem trabalhando. Isto nos leva a pensar nas funções de saber e de orientação das RS. Para Abric (1998), as RS permitem o domínio da realidade, pois se apoiam em referenciais cognitivos e valorativos de elementos presentes na cultura. Logo, guiam e prescrevem comportamentos. No caso de nosso estudo, as surdas parecem antecipar-se à rotina de um ambiente de trabalho, a fim de tentarem dominar algo que lhes é desconhecido.

Em relação aos aspectos incógnitos do trabalho contidos neste tema de significação,

as surdas se referiam às dificuldades relativas ao desconhecimento das normas e funções a serem exercidas, assim como as dificuldades de aprender uma nova tarefa. Notamos que o trabalho para estas surdas ainda é um universo desconhecido, o que pode gerar sentimentos de desconforto e ansiedade. Frente a isto, podem lançar mão de mecanismos como a ancoragem e a objetivação a fim de dirimir tal desconforto (Moscovici, 2003).

Os pressupostos de Abric (1998) podem ser ilustrados a partir dos nossos achados. A ideia de inclusão no trabalho é abordada pelas surdas ao mencionarem que serão bem recebidas pelos colegas de trabalho, apesar de, ao mesmo tempo, afirmarem que não sabem o que acontecerá quando estiverem trabalhando. Assim sendo, frente a um futuro desconhecido ou que lhe causa ansiedade, há a tentativa de transformar o não familiar em algo familiar (Moscovici, 2003).

Em menor número (35,89%) demonstram a preocupação de se adequarem ao ambiente de trabalho para poder nele serem incluídas: buscarão fazer tudo direito, ter responsabilidade, não irão fazer fofoca, serão obedientes e tentarão estabelecer a comunicação. Afirmam, ainda, que querem muito trabalhar, e para tanto, “farão tudo o que o chefe mandar”, pois temem, antes mesmo de ingressarem, serem mandadas embora. Parece que estão se programando para inserir-se no ambiente de trabalho de forma a se adequar a este ambiente, para poder permanecer nele.

Vale salientar que as surdas associam a inclusão no trabalho à submissão do que consideram ser as normas dos ouvintes. Mas, nos perguntamos: será que as normas pensadas por elas correspondem às normas que os ouvintes esperam delas? Será que surdos e empregadores falam das mesmas normas? Ao retomar a nossa hipótese inicial, tal qual postulou Doise et al. (1993), pensamos que surdos e empregadores compartilham elementos da RS do trabalho dos surdos. Tendo isto em vista, no Estudo II poderemos verificar a

pertinência desta hipótese, ao mesmo tempo em que poderemos lançar luz a este questionamento.

Consideramos, a partir das respostas a esta categoria, que o trabalho expressa a capacidade humana de fazer coisas e neste fazer constituir-se como sujeito. O trabalho não é apenas sina e tortura, é sobrevivência e produção da subsistência. “O trabalho sinaliza o pulsar profundo da natureza que precisa trabalhar para evoluir; do ser humano que precisa trabalhar para formar-se, fazer-se” (Demo, 2006, p. 10).

A relação entre o trabalho e as identidades é destacada nas tessituras desta categoria. Assim, ao definirmos as identidades como um processo de construção social do eu (Andrade, 1998), entende-se que os sujeitos desta pesquisa apontam e diferenciam as características dos surdos que trabalham daqueles que não trabalham. Relatam que os surdos que trabalham expressam-se melhor verbalmente e convivem melhor com os outros. Perguntamos então, o que significa, nesta sociedade do consumo, não ter acesso aos bens que, a todo momento, são expostos pela mídia? Como fica, desta forma, a construção das identidades dos surdos? Os resultados deste estudo revelam que as surdas almejam alcançar os mesmos bens que os ouvintes. Na impossibilidade de tê-los no presente, justificam que os ouvintes têm mais facilidades que os surdos e por isto têm mais conquistas. Portanto, alicerçada ao desejo de inserção no mundo do consumo ouvinte, está ancorada a noção de menos valia, noção esta que se torna elemento constitutivo de suas identidades. Ao mesmo tempo, tentam positivar suas identidades, visto que explicam esta situação a partir da comparação social. Por meio deste processo, reverberam sua condição desfavorável para competir com os ouvintes.

Recorremos ao estudo de Sarriera, Silva, Kabbas e Lopes (2001) que investigaram a relação entre trabalho e identidades em pesquisa realizada com 36 adolescentes alunos de cursos profissionalizantes no ano de 1988. Sarriera et al. (2001) constataram que os jovens

vislumbram alcançar a felicidade por meio do trabalho, pois para eles, este representa um caminho para uma vida melhor e um sentido de existência pessoal. A entrada no mercado de trabalho significa o “passe de mágica” para o futuro que lhes possa garantir a realização da identidade pessoal e ocupacional.

Em relação ao nosso estudo, podemos supor que a ausência do trabalho pode deixar marcas nas identidades dos sujeitos, pois ele, como incita Sarriera et al. (2001), é considerado fonte de satisfação. Se por um lado, o trabalho é uma fonte de esperança em dias melhores, o desemprego representa um “fantasma” que assombra principalmente os jovens e fere os alicerces das suas identidades. Neste sentido, o desemprego traz sofrimentos e o sentimento de desestabilidade. Estar desempregado pode, de acordo com Castell (1998), provocar um sentimento de invalidez e de desfiliação social. O que pode ser potencializado nas pessoas surdas, inclusive pela história em que se evidenciava a surdez como falta e deficiência.

DIFICULDADES DE INGRESSO NO MUNDO DO TRABALHO

Esta categoria abarcou 25,03% das respostas das participantes. Nela estão contidas as falas que se referenciam às dificuldades encontradas para conseguir um trabalho, principalmente o primeiro emprego e os sentimentos daí emanados.

Dificuldades em conseguir um trabalho

Neste tema de significação foram encontradas 37,94% das respostas a esta categoria. Assim, um número importante das produções discursivas aludiam à insuficiência de vagas de emprego para os surdos. Segue-se a estas verbalizações a busca de emprego e as dificuldades encontradas nesta trajetória, sendo a distribuição de currículos a principal estratégia de ação para obtenção de um emprego. As surdas relatam que algumas Organizações não-governamentais (ONG's), além de oferecerem qualificação, prometem empregos, promessa

que não conseguem cumprir, de acordo com as participantes da pesquisa.

Neste contexto, presenciamos a diferenciação do *ingroup* em relação ao *outgroup*, tendo em vista que se ressentem em não serem ajudadas pelas instituições formadas pelos ouvintes. Recorremos à TIS, que nos ajuda a compreender esta questão. Nos grupos percebidos como minoritários, a identidade social orienta a identificação dos seus membros, a partir de características comuns, relevantes socialmente, diferenciando de outros grupos. Tais características percebidas pelo grupo minoritário podem produzir sentimento de pertença, a tal ponto que os permitem incluírem-se em uma dada categoria social. “Esta autoconsciência e este sentimento se desenvolverão em função, também, das consequências sociais, de um tratamento discriminatório da parte dos outros grupos e de suas atitudes negativas relativos aos grupos minoritários” (Ribeiro, 2005, p. 96).

Por este modo, os juízos de valores elaborados pelas surdas em relação às instituições formadas por ouvintes têm seu bojo nas comparações sociais e na supervalorização das características positivas do grupo próprio, de modo a positivar as suas identidades. Assim, suas verbalizações elucidam que, apesar de não poderem contar com as instituições de capacitação e encaminhamento dos surdos ao mercado de trabalho, esforçam-se, elas próprias, para conseguirem galgar sua inserção laboral. Além disso, marcam negativamente o *outgroup*, ao indicar que as instituições prometem emprego aos surdos, mas não cumprem tal promessa.

Formação insuficiente

A formação insuficiente é referenciada com insistência (30,25%). Este é um aspecto bastante importante a ser considerado. É relatado pelas entrevistadas que os surdos não recebem formação adequada, apontando as dificuldades físicas, estruturais e de recursos humanos da escola como impeditivos para que possam adquirir a formação necessária para o

ingresso no mercado de trabalho. Mas, ainda assim, querem continuar estudando.

Atualmente, nem todas as escolas inclusivas dispõem de intérpretes de Libras, e quando podem contar com este profissional em seu quadro, muitas vezes estes são um só para todas as matérias. O que dificulta, na opinião dos surdos, é o fato de, em alguns casos, o intérprete não entender a matéria que ele interpreta e acaba dificultando a compreensão do surdo na hora de explicá-la.

As participantes deste estudo insistem em afirmar que as escolas a que têm acesso são distantes, as aulas são oferecidas apenas no período noturno, o número de disciplinas é elevado, faltam professores e cursos gratuitos. Neste aspecto parece que ouvintes e surdos enfrentam um sistema educacional com funcionamento precário. É nesta direção que Góes (1996) argumenta que a escola, tal como ela se encontra hoje, não está preparada para oferecer ensino de qualidade às pessoas consideradas “normais” e tampouco àquelas que têm necessidades especiais.

Nesta mesma direção, Sá (2001) preconiza que as discussões sobre inclusão escolar de surdos devem ir além daquela recorrente nos debates atuais. A autora argumenta que escola inclusiva é aquela que proporciona aprendizagem significativa. Nesta visão, a escola deve romper com acepções que escamoteiam a língua natural dos surdos e tentam normatizar a sua cultura. Desta forma, parece que as escolas descritas pelas surdas vão ao encontro do que relata Sá, na medida em que são percebidas pelas participantes como insuficientes e ineficazes.

Pouca experiência de trabalho

A pouca experiência de trabalho é apontada em 6,15% das respostas. Neste tema de significação a surdas relacionam este problema como uma das causas que dificulta o ingresso no mercado, como pode ser observado na seguinte fala:

Ela acha porque falta experiência, já trabalhou? E ela coloca não nunca trabalhei. Já fez curso? Cadê? É a primeira vez que está fazendo curso agora, por isso que ela acha que é difícil, ela não fica alegre não, ela fica triste (S1 – 22 anos, surdo, Ensino Médio Incompleto).

Apesar da pouca experiência, as participantes deste estudo argumentam que conseguiriam se adaptar ao trabalho. O mercado de trabalho exige que os profissionais que se enquadram dentro dos padrões “normais” detenham um conhecimento sólido na área, titulação adequada, outros conhecimentos paralelos, como Inglês e outros idiomas, além de experiência profissional e boa expressão no idioma Português e um domínio da informática. Em uma pesquisa realizada em 156 empresas do Estado de São Paulo, por exemplo, constatou-se que as maiores dificuldades para se encontrarem candidatos referem-se à falta de experiência, de qualificação profissional e de cursos complementares (Campos et al., 2008). Porém, a exigência cada vez maior por parte das empresas pode gerar um círculo vicioso na medida em que diversos fatores contribuem para a efetiva exclusão do surdo. São eles:

- a) pouca qualidade da escolarização de uma forma geral, muitas vezes dada em uma língua que não a sua língua materna;
- b) acesso restrito aos espaços culturais e sociais, principalmente aos meios de comunicação, pois são raros os programas que propiciam a acessibilidade para que os surdos usufruam das questões relacionadas ao conhecimento dos assuntos da atualidade;
- c) falta de acesso a outros idiomas, e quando têm, o escasso número de estudos e sua aplicabilidade, assim como poucas metodologias para o ensino de idiomas para os surdos.
- d) dificuldade dos pais ou responsáveis em educar os surdos, de modo que os surdos compreendam os comportamentos esperados pela cultura dominante.

Em nossa experiência com surdos no mercado de trabalho temos notado que os empregadores se queixam que suas maiores dificuldades neste ambiente estão relacionadas ao fato dos surdos não terem adquirido os comportamentos desejados socialmente, como por exemplo, as questões referentes à hierarquia. Porém, as surdas deste estudo demonstraram a importância de respeitarem as regras do trabalho. Desta forma, observamos que talvez, surdos e empregadores tenham representações diferentes sobre as normas e normas próprias do ambiente laboral.

Superproteção familiar

Ainda que com uma expressão mais discreta (2,56%), as surdas apontaram a superproteção familiar como mais um fator que dificulta o ingresso no mercado de trabalho. Para elas, a família teme deixá-las enfrentar as dificuldades típicas do mundo do trabalho. Muitas vezes, preferem que eles fiquem em casa, na tentativa de poupá-los destas dificuldades.

Ao terem uma criança dita “normal”, os pais, mesmo na mais permissiva família, promovem a internalização do que é certo ou errado para aquela dada sociedade. A partir da linguagem oral, dizem à criança que ela não pode colocar o dedo na tomada, falar com a boca cheia e/ou interromper quando a mãe está falando. Como estes ensinamentos se dão quando a família se vê diante de um filho com surdez? Um membro da Divisão de Qualificação do INES em entrevista concedida em outubro de 2006, relata que no caso da criança surda,

A mãe do surdo vai fazer o que? Bater. Ela fala: para, para, para! /.../ A criança não atende. Então ela fica nervosa. E muitas vezes também deixa pra lá. Muitas vezes a mãe não trabalha porque não tem com quem deixar os filhos. Porque não trabalha, não tem como pagar uma pessoa. Então é nesse nível que eu falo que o surdo é mais

imaturo. /.../ Tive um aluno, que pelo contrário, ele não era o patinho feio. Ele se vangloriava de ser bonito. Fui passando no corredor e ele colocou a mão na minha barriga, me chamando de gorda. Passei a mão na cabeça dele, ele tinha o cabelo durinho de gel. Fazendo uma crítica também ao cabelo dele. Então ele disse: você tem que me respeitar. Aí então eu disse: igual! E mais ainda. Sou mais velha e sou professora. /.../ Quando eu cheguei aqui as pessoas falavam: surdo não tem limites! Não tem porque ninguém dá! E não é só o surdo, se ninguém não der não irá ter mesmo, seja qualquer criança (entrevista INES, outubro de 2006).

Neste discurso observamos que a própria superproteção é decorrente do preconceito, pois priva o surdo da internalização dos aspectos referentes à cultura na qual ele está inserido. Em continuação à entrevista, é relatado que:

Penso que as pessoas colocam tinta feia em cima do surdo. Não, o surdo não é assim como dizem: agressivo, sem limites... Ele é produto do que fazemos dele. /.../ Imagina, o jovem é cruel, você sabe disso. E aí, está aqui convivendo, não tem um olhar normal em cima do surdo. Aí faz deboche, ih, na empresa acontece muito disso. Aqui no INES aconteceu o seguinte. O surdo pediu para ele deixar ir em uma consulta às 10 horas da manhã. O chefe ficou com pena: tadinho, coitadinho! Deixou ele ir. Imagina se fosse ouvinte. Não! Tem que marcar um horário em que não estivesse trabalhando (entrevista INES, outubro de 2006).

Com efeito, a superproteção familiar parece ancorar-se em representações que se apoiam em modelos ouvintistas, as quais colocam os surdos em posição de inferioridade e infantilidade em relação aos ouvintes. Então, a lógica passa a ser: se inferior, necessita de cuidados especiais e superproteção (Thoma, 2001). Torna-se inegável que as práticas e RS

afetam-se reciprocamente (Guimelli, 2001). Esta ideia nos leva a considerar que as práticas de superproteção em relação aos surdos guardam estreita afinidade com as RS sobre os surdos e a surdez.

Dificuldades nos concursos

Outra dificuldade apontada pelos surdos (14,87% dos temas de significação) foi a relativa aos concursos. Para os surdos, apesar de estar prescrito nas Leis 8.112/90 e 8.213/91 a obrigatoriedade das cotas para pessoas com necessidades especiais, o surdo tem desvantagem quando concorre com outras modalidades de necessidades especiais.

Já fiz quatro concursos e é a mesma dificuldade de entender as palavras que tem lá. Fez a prova de concurso, aí colocou no papel que precisava de intérprete. Chegou no dia o intérprete não foi e aí teve que fazer a prova no Português mesmo. Então, não adianta, não passou, o intérprete não foi, ela teve dificuldade de entender o Português. Dos quatro concursos, todos ela requisitou intérprete, todos diziam que iam e no dia não aparecia ninguém. Aí ela ficou triste todas às vezes e teve que fazer lá, sem saber o que estava escrito e responder chutando mesmo, porque não dava pra entender mesmo (S4 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

As surdas afirmam que têm dificuldade em entender o que se pede nas provas, pelo fato de apresentarem dificuldade com o idioma Português. A aprendizagem do Português, para os surdos, requer certas especificidades e vem sendo alvo de diversas pesquisas (Meirelles & Spinillo, 2004; Arcoverde, 2006). Sabemos que o Português é a segunda língua dos surdos. Em relação à sua primeira língua, a Libras, é uma língua visual-gestual, e neste sentido os surdos podem abstrair, além de conhecer de forma mais abrangente o mundo ao seu redor. Porém, a dificuldade em se entender o Português está justamente no fato de que, conforme descrevemos alhures, a estrutura da língua portuguesa falada e escrita - que engloba artigo, sujeito, verbo e predicado - é diferente da estrutura da língua em Libras, dificultando acesso ao modo de pensar dos surdos.

A língua de sinais brasileira tem uma forma diferenciada do Português, o que não acontece com o BRAILE. Neste sentido, o surdo sente que em provas diversas e, mais especificamente em concursos, ele está em desvantagem em relação às outras necessidades especiais, pois o deficiente físico e o cego têm formas parecidas de apreender o idioma Português, que é a língua corrente das provas. Estas dificuldades, conforme constatamos nas falas das entrevistadas, deixam um sentimento de tristeza e de desânimo, com referências explícitas à necessidade das vagas serem divididas por modalidade de necessidades especiais.

Outro aspecto que sobressai diz respeito à ausência de intérpretes em concurso públicos. Muitas vezes, após marcar em sua inscrição que precisa de um atendimento especial, com necessidade de intérprete, a agência organizadora da prova requisita este profissional. Em muitos casos e por diversas razões, o intérprete não comparece, prejudicando o desempenho do surdo no concurso.

É preciso considerar que a sociedade atual tem avançado no que diz respeito às legislações que prescrevem a equidade dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Muitas destas conquistas são resultado das lutas de grupos minoritários, como os negros, mulheres, homossexuais e pessoas com necessidades especiais. Porém, ao mesmo tempo em que condena-se as formas explícitas de discriminação, desenvolvem-se formas mais veladas de preconceito (Pereira, Torres & Almeida, 2003). É assim que as surdas reconhecem a importância das leis de cotas, mas, denunciam que, na realidade, a legalidade das leis, assimiladas pela maioria, não consegue banir as formas sutis de discriminação. Por conseguinte, há a manutenção dos surdos na condição de excluídos dentro da inclusão, mesmo quando comparados a outras pessoas com necessidades especiais.

Realmente, Doise (1982) considera que as relações intergrupais estão carregadas de

conflitos ideológicos, que se apoiam nas dinâmicas de poder promulgadas pelos lugares sociais ocupados pelos grupos. O preconceito, em uma visão psicossocial, é considerado como as expressões ideológicas, imersas nas relações de poder entre os grupos, que justificam a expressão de atitudes negativas em relação às minorias (Pereira, Torres & Almeida, 2003). Neste aspecto, as RS são princípios geradores de tomadas de posição, que estão ligadas às inserções sociais dos sujeitos, as quais organizam os processos simbólicos e regulam as relações sociais.

Estes pressupostos nos ajudam a compreender que os significados a respeito do trabalho de surdos e da surdez podem conter preconceitos que se coadunam nas diversas barreiras encontradas pelos surdos ao procurar inserirem-se no mercado de trabalho. Vimos que até mesmo quando se trata de concursos, há a desconsideração das particularidades dos surdos, o que acaba por excluí-los dos cargos públicos e privados.

Sentimentos diante das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho

O sentimento de tristeza é uma constante nos relatos das participantes deste estudo. Por muitas vezes narram sentimentos de profunda decepção e desespero quando da busca de emprego.

Já chorei, já pedi ajuda a Deus por que não consegue emprego, já deixei currículo por aí, mas não tem muitas vagas, eles não aceitam os surdos (S1 – 22 anos, surdo, Ensino Médio Incompleto).

Em um estudo realizado com metalúrgicos, Borges (2001) evidenciou que quando o desemprego persiste por um longo período pode ocasionar insônia, problemas neurológicos, doenças cardiovasculares e afetar a sexualidade. Além disso, pode provocar baixa autoestima, ausência de referência e “ruptura nas identidades”, sensação de impotência, de

abandono e de exclusão, culpa, angústia, estresse, depressão, abuso de substâncias químicas, dentre outros sintomas. Isto nos leva a crer, assim como evidenciou Borges, que a ausência de trabalho gera sentimentos de inutilidade e de empobrecimento existencial.

No caso dos surdos, a falta de emprego, e conseqüentemente, a falta de possibilidade de gerir a própria vida, promove a percepção de falta que deixa marcas nas identidades dos surdos. As identidades veiculadas como “natural” são a da eficiência, sendo que o diferente da eficiência é a deficiência (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2004). Portanto, a surdez seria o espaço da falta: a falta de eficiência, a falta de possibilidades, que acoplado à falta de oportunidades ocasionaria a falta de emprego e, conseqüentemente, a falta de autonomia e de possibilidades de sentir-se útil. A falta que acompanha a surdez seria, desta forma, um importante elemento da construção das suas identidades.

DIFICULDADES NO/DO EMPREGO

A terceira categoria - dificuldades no/do emprego (21,44%) agrupa temas de significação concernentes às dificuldades de comunicação (47,90%), à exploração do surdo (25,74%), ao preconceito e discriminação (15,56%), às relações com a chefia (5,98%) e às dificuldades de comunicação do *savoir-faire* (4,79%), especialmente quando os surdos têm que aprender as tarefas cotidianas.

Dificuldades de comunicação

As participantes relatam com muita frequência (47,90%) que têm dificuldades com a língua portuguesa e têm necessidade constante, no ambiente de trabalho, de um intérprete. Para as participantes:

É difícil o trabalho para o surdo, por eles não entender (S1 – 22 anos, surdo, Ensino Médio Incompleto).

Os problemas na comunicação escondem, assim como relatado anteriormente, formas implícitas de preconceito, que se ancoram em RS dos surdos como incapazes. Sá (2001) frisa que as formas de comunicação dos surdos são pouco reconhecidas porque a visão que se tem é a de que, se os surdos são deficientes, seu discurso deve ser também defeituoso. Portanto, resta-lhe ser educado e usar uma língua que não é sua língua materna. A imposição oralista, conforme Perlin (2001), traz repercussões na forma como os surdos aprendem e constroem seu autoconceito.

Dificuldades de comunicação no 'savoir-faire'

As dificuldades de comunicação relacionadas às tarefas diárias são particularmente assinaladas em uma frequência de 4,79% das respostas a esta categoria, uma vez que as surdas temem não entender as explicações de como realizar uma tarefa ou mesmo compreender uma ordem do chefe.

A comunicação, como é para ele explicar como é que tira uma xerox, uma cópia... é difícil para eles se comunicarem (S3 – 19 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

As dificuldades em relação à comunicação parecem, a nosso ver, estar ligadas à sua pragmática, ou seja, às questões relativas ao questionamento sobre como irão exercer uma atividade se não compartilham dos mesmos códigos linguísticos. Porém, é importante ressaltar que as Leis brasileiras garantem a obrigatoriedade da utilização de meios que reduzam as dificuldades de comunicação. O Decreto 5.296/04 estabelece que as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência (nomenclatura utilizada em Lei) ou com mobilidade reduzida. Por atendimento prioritário, compreendem-se os

Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por

intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - Libras e no trato com aquelas que não se comuniquem em Libras, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento (Decreto 5.296/04 – Art. 6º).

Neste mesmo artigo há a determinação que “os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.” Já o Decreto 5.626/2006 estabelece que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Este Decreto regulamenta a Língua Brasileira de Sinais, que foi oficializada pela Lei 10.436/2002, como língua oficial brasileira.

Não obstante às leis que prescrevem a obrigatoriedade da acessibilidade comunicacional, percebemos que, na prática, os surdos ainda encontram dificuldades para se comunicarem no ambiente laboral. A falta de intérpretes e as dificuldades com o Português escrito são os aspectos mais relatados e são causas de maior ansiedade por parte do surdo.

O surdo é explorado

A principal ideia evocada neste tema de significação, que contou com 25,74% das respostas a esta categoria, foi “ouvintes aproveitam e exploram dos surdos”. As surdas temem que os ouvintes as sobrecarreguem com trabalhos excessivos, que eles próprios não querem fazer. Temem, ainda, terem que trabalhar aos finais de semana, o que seria, também, um tipo de exploração.

Em sete unidades de sentido deste tema de significação foram expressos que o

trabalho para o surdo é sempre o mais pesado e mais sacrificado, sendo que os surdos ainda têm que sofrer com a fiscalização dos ouvintes, que a todo momento cobram, acusam e reclamam do surdo. A postura fiscalizadora dos ouvintes foi mencionada em sete unidades de significação. Porém, os surdos verbalizam terem que se submeter a esta exploração, pois temem serem demitidos.

Os ouvintes são mais aproveitadores. Primeiro é mais fácil arrumar emprego e depois quando tem um ambiente que tem ouvinte e surdo no trabalho os ouvintes empurram muito trabalho para o surdo. Fica lá não fazendo nada (S3 – 19 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Percebemos que os surdos queixam-se por não conseguirem inserir-se no mercado de trabalho, mas, queixam-se também quando conseguem entrar, acreditando que o trabalho para os surdos é sempre mais sacrificado. Mas, perguntamo-nos: a exploração no trabalho que eles atribuem à surdez na relação ouvinte-surdo é efetivamente algo específico do mundo dos surdos? Estariam os ouvintes reproduzindo na relação ouvinte-surdo os mesmos mecanismos que operam na relação capital-trabalho, na qual o trabalhador se percebe explorado pelo proprietário dos meios de produção? Ao se perceberem como explorados não estariam os surdos se alijando no contexto do trabalho, reforçando assim o processo de exclusão social, uma vez internalizado seu lugar no mundo estabelecido na relação ouvinte-surdo?

Os resultados sugerem que as surdas enfrentam sua condição de marginalidade ancorando-se em condições conhecidas de preconceito, exploração e humilhação. O estudo de Ribeiro (2005) pode nos dar base para supor que frente a uma realidade excludente, as surdas têm dificuldade de construir suas identidades de modo a articular a realidade objetiva

que as mantém a margem do mercado de trabalho às suas vivências subjetivas, ou seja, ao seu autoconceito. Isto significa dizer que neste estudo, as participantes, colocam-se no lugar de vítimas de ouvintes cruéis e tiranos, o que poderia imobilizá-las no sentido de forjar mudanças. Mas, por outro lado, tentam preservar as suas identidades, ressaltando o seu potencial laborativo. Evidenciamos, portanto, percepção de ilegitimidade em relação ao *ingroup*, que é exposta, principalmente, quando se sentem exploradas pelos ouvintes. Em sua vertente positiva, esta percepção de ilegitimidade da relação intergrupo pode levar a mudança social das suas realidades (Tajfel, 1981).

Relações com a chefia

Este tema contou com baixo índice de respostas (5,98%), porém sua importância complementa a visão negativa de ouvintes que demonstraram no tema de significação anterior. As surdas discorrem que os chefes são bravos e autoritários, mas relatam que precisam suportar esta situação, porque precisam continuar trabalhando.

Assim, ao mesmo tempo em que demonstram imagem negativa do chefe, falam também da necessidade de se adequarem às normas e submeterem ao jogo de seu superior. Como pode ser percebido por meio da frase:

Chefe bravo. Fazer o quê? Tem que obedecer (S3 – 19 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Pensamos que esta visão pautada na obediência ancora-se em um histórico em que as próprias instituições voltadas para a formação profissional de surdos preceituavam o disciplinamento para uma melhor adequação às necessidades do mercado. Desta forma, Klein (2001) relata que, além dos conhecimentos considerados úteis e necessários ao exercício profissional, havia o treinamento comportamental, com o intuito de produzir

surdos mais aceitáveis.

Preconceito e discriminação

Esse tema agrupa 15,56% das respostas da categoria “dificuldades no/do emprego. As respostas refletem as referências às situações de preconceito que podem dificultar a permanência do surdo no mercado. As participantes deste estudo argumentam que os surdos têm menos oportunidades que os ouvintes. Discorrem, ainda que muitas pessoas acreditam que os surdos não têm inteligência, são preguiçosos ou são doidos, como pode-se observar no relato:

O pessoal fala: o surdo é burro, surdo é doido, não pode fazer isso, porque o surdo não gosta, não falam, não entendem. Tem gente que fala, ah! O surdo é burro, vai trabalhar não vagabundo? Calma aí, a gente tem que arrumar emprego, mas é difícil, porque o surdo não tem direito a emprego? Trabalho é difícil porque o surdo não sabe falar. Eles precisam procurar emprego, difícil, trabalho é difícil, mas não é fácil, pra eles não entendem, precisa intérprete, chamar o pai, a mãe, a família, como que eles não entende pra arrumar emprego, trabalho é difícil, não é fácil (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Observamos, nas várias referências ao *outgroup* a presença de uma ideia recorrente: o Outro percebe o surdo como um incapacitado. Em vários momentos foi relatado pelas participantes que algumas pessoas acreditam que o surdo não quer trabalhar, não gosta de coisas difíceis, tem pouca inteligência ou é doido. Em certa medida, tais caracterizações negativas do surdo atribuídas aos ouvintes são reiteradas pelas próprias entrevistadas, como:

... são... preguiçosos, desanimados, encostados. Tem que trabalhar, tem que correr atrás.

Depois, vai lá, consegue trabalho e é mandado embora (S3 – 19 anos, surdo, Ensino Médio

Completo).

Vale retomar aqui que, ao longo dos anos, os surdos conviveram e ainda convivem, com diversos tipos de preconceitos e estereótipos, expressos em termos como “mudinho”, “doidinho”, “coitadinhos”, expressões que os desqualificam, inclusive, como trabalhadores. Assim, conforme destacou Tajfel (1982), a percepção de pertença grupal é carregada de conteúdos valorativos, que resulta em um consenso interno e externo sobre as características definidoras da sua categoria social. Porém, quando há uma autoconsciência de certas características que têm consequências sociais negativas, há duas possibilidades: a primeira pode ser a aceitação das imagens preconceituosas da maioria em relação à minoria, criando-se uma imagem depreciativa de si e do grupo. A segunda perpassa a rejeição total deste posicionamento, fazendo com que partam rumo à mobilidade social. Acreditamos que as surdas do nosso estudo encontram-se em uma fase de transição em termos da construção das suas identidades, pois, apesar de terem internalizado categorizações em relação ao *ingroup* baseadas em preconceitos, começam a vislumbrar possibilidades de mudar as condições do seu grupo, na medida em que realçam a disposição para o trabalho e o desejo de possuírem os mesmos bens que os ouvintes.

TRABALHO DESEJADO, TRABALHO ADEQUADO E TRABALHO DISPENSADO AOS SURDOS

A categoria reuniu 10,40% dos temas de significação que tratam dos trabalhos desejados, dos trabalhos adequados e dos trabalhos conseguidos pelos surdos.

Trabalhos desejados pelos surdos

Em relação aos trabalhos desejados, que abarcaram 30,86% dos temas de significação desta categoria, verificamos que as participantes deste estudo almejam trabalhar, prioritariamente, em atividades ligadas à informática (44%), seguidas pelas lojas de roupas e organização e manipulação de papéis, cabeleireira e intérprete. Em menor número, gostariam

de trabalhar como auxiliar de biblioteca, cabeleireira e intérprete.

Verificamos que as surdas deste estudo almejam trabalhos que, *a priori*, não exigem um maior nível de formação. Assim, podemos encontrar discursos como os que se seguem:

Trabalhar como auxiliar de bibliotecária, cadastramento no computador, organizar (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Porém, perguntamo-nos: será que estas escolhas foram influenciadas pelo lugar social ocupado pelas participantes deste estudo? Nas categorias anteriores, as surdas relataram dificuldades em conseguir pagar os estudos e a necessidade de conseguir um trabalho para ajudarem a família. Este lugar de desfavorecimento sócioeconômico marcaria seus desejos relativos ao trabalho?

A fim de refletir sobre estes questionamentos, apoiamo-nos na teoria societal de Doise (1990, 1993), para quem representar um objeto significa enquadrá-lo em nosso mundo, dotando-o de sentido. Desta forma, os trabalhos almejados pelas surdas guardam estreita relação com as posições ocupadas por estes sujeitos. Isto significa dizer que as RS são orientadas não somente pelos processos simbólicos, mas também pela posição social ocupada por elas. Para Doise, as identidades são RS, e, portanto, a imagem que o sujeito tem de si, assim como as profissões desejadas sofrem influência das regulações sociais, bem como das posições específicas ocupadas pelos sujeitos dentro de um conjunto de relações. Sendo assim, acreditamos que as escolhas das participantes deste estudo muito dizem sobre o lugar social e histórico ocupados por elas. Estes espaços relacionam-se não somente à sua condição sócioeconômica, mas também aos espaços marginais destinados às minorias.

Em relação aos surdos, estimamos que estas falas se ancoram nos próprios significados construídos pela sociedade em termos das profissões mais adequadas para eles

atuarem. É comum, de acordo com Perlin (2001) serem apontados como exímios trabalhadores manuais porque têm facilidade para concentração. Acreditamos que os desejos das surdas carregam esta marca histórica e social pautadas em preconceitos. Nos dizeres de Perlin,

É evidente que as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas face à presença do poder ouvintista que lhe impõe regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo (2001, p. 54).

Trabalhos dispensados aos surdos

Este tema de significação que congregou 41,97% das respostas a esta categoria, mostra que, geralmente, os trabalhos dispensados aos surdos estão relacionados à limpeza, organização de materiais/mercadorias nos arquivos, estoque ou prateleiras (documentos, fichas e notas fiscais, roupas, perfumes). As participantes do estudo argumentam que, apesar dos seus gostos e aptidões, os surdos geralmente se encontram em trabalhos que:

Estão sempre relacionados à limpeza... Empacotador de supermercado, lojas de shoppings, talvez no computador, cabeleireiro, já vi surdos fazendo lavagens de carros (S1 – 22 anos, surdo, Ensino Médio Incompleto).

No presente estudo constatamos que os próprios surdos, apesar de se queixarem de não ocuparem cargos que exigem maior escolaridade, acreditam que o surdo tem mais habilidade em trabalhos manuais. Parece que estamos vivendo em uma época de transição onde várias transformações estão ocorrendo, tanto em relação ao ambiente físico, às tecnologias existentes, como também em relação às significações em relação ao trabalho e ao

trabalho das minorias.

Apesar de várias mudanças positivas em relação à empregabilidade da pessoa com necessidade especial estarem acontecendo, ainda é raro encontrá-los em cargos gerenciais ou que exigem maiores abstrações. O Instituto Ethos (2002b) divulgou uma pesquisa em que demonstrava a distribuição das pessoas com necessidades especiais em cargos em todo o Brasil. Verificou-se nesta pesquisa que embora a sua empregabilidade abranja todos os níveis hierárquicos, apenas 1% desses sujeitos ocupa cargos diretivos, 3,7% o quadro de gerência, 1,6% o de chefia e 3,5% o quadro funcional.

A partir dos pressupostos de Doise (1990, 1993) compreendemos que as formas de representar a si mesmo ligam-se à realidade objetiva, evidenciando o caráter relacional e societal das identidades. Porquanto, as expectativas que se têm dos surdos, assim como os modelos de identificação, que muitas vezes são estruturados a partir da norma ouvinte, bem como a constatação das dificuldades em se ascender em uma carreira sendo surdo, podem interferir na imagem que os surdos constroem sobre si mesmos.

Trabalhos adequados aos surdos

No que tange a este tema de significação, que contou com 27,16% das respostas a esta categoria, verificou-se uma certa homogeneidade nas respostas. Em três unidades de sentido (13,63%) o trabalho adequado seria aquele que não exige comunicação, como por exemplo, as atividades de Informática. Vale questionar sobre qual ramo da Informática estão se referindo: à digitação ou à parte física e lógica da computação? Esta indagação se torna importante, pois, os trabalhos na área física e lógica da computação exigem um grau mais aprofundado de estudo.

Interessante notar que as participantes do estudo se posicionaram mais claramente diante dos trabalhos dispensados aos surdos (41,97%) do que diante dos trabalhos desejados

(30,86%) e dos trabalhos adequados aos surdos (27,16%). Parece ficar evidente que as entrevistadas tiveram mais facilidade em falar daquilo que elas já conhecem ou que de alguma forma já faz parte do seu cotidiano. Porém, chama a atenção as referências, quase que exclusivamente, aos trabalhos que não exigem muito contato com o público, ou, que exigem menor qualificação. Estas representações parecem guardar estreita relação com as formas com as quais as surdas constroem seu autoconceito. Diante das dificuldades financeiras e de escolarização, assim como de uma realidade que lhes causa estranheza, ancoram-se em algo familiar, vislumbrando cargos que acreditam estarem dentro das suas possibilidades ou que lhes são conhecidos. Mesmo porque, se desde os primórdios da educação profissional dos surdos, as escolas oferecem portfólio de cursos restritos a ofícios como serigrafia, informática, marcenaria e cabeleireiro (Klein, 2001).

DIFERENÇAS ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DOS SURDOS E AS CARACTERÍSTICAS DOS OUVINTES

Nesta última categoria, que sumariza 9,50% do total das falas das surdas, agrupamos os relatos que remetem às diferenciações que os surdos fazem entre o seu grupo e o grupo dos ouvintes. Percebemos que as repostas dadas pelas surdas, apesar de trazerem muitos estereótipos relativos ao seu grupo, procuram realçar também os aspectos positivos deste em relação aos ouvintes, conforme nos descreveu Tajfel (1981) sobre a tendência de supervalorização das características do *ingroup*, como uma forma de preservar a identidade social.

Características dos ouvintes

Em relação às características atribuídas aos ouvintes, as participantes acreditam que estes têm mais facilidades que os surdos. Nas respostas, as participantes ressentem-se do fato de que, para os ouvintes, a realidade é muito mais fácil, pois estes não precisam driblar os problemas de comunicação. Ao afirmarem que os ouvintes encontram tudo pronto estariam

se referindo também à ideia de que “o surdo é explorado”? Vale lembrar que os surdos acreditam que são explorados pelos ouvintes e que executam os trabalhos mais pesados. Da mesma forma, a ideia de que o exercício do trabalho é mais tranquilo para os ouvintes, esteve presente em várias das unidades de sentido.

Como dissemos anteriormente, consideramos que esta postura vitimizada seja uma maneira encontrada para lidar com sua realidade. A construção de uma ideia consensual sobre os ouvintes parece ser uma estratégia de enfrentamento, pois encontram severas dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Assim, constroem um conjunto de explicações para suas dificuldades, sendo que o Outro seria a fonte dos problemas enfrentados.

Características dos surdos

No tema “características dos surdos”, que contou com a maioria das respostas a esta categoria (75%), as entrevistadas emitiram respostas em duas direções. A primeira diz respeito às características positivas dos surdos. Neste aspecto, garantem que os surdos aprendem rápido e têm conseguido, com êxito, desenvolver o seu trabalho. O relato a seguir ratifica esta afirmação:

Eu aprendo rápido, normalmente pego as coisas rápido, né. Seria uma facilidade.
(S1- 22 anos, surdo, Ensino Médio Incompleto).

As participantes acreditam que por terem que lutar mais para conseguirem estudar e trabalhar, são mais trabalhadoras. Por isto mesmo, quando conseguem trabalho, são mais pontuais e obedientes ao chefe.

Tem surdos que trabalham bem, que trabalha muito bem, já trabalha há sete anos, nunca foi mandado embora, então são pessoas que têm bom desempenho, bom

trabalho (S3 – 19 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Acreditam, ainda, que têm muita habilidade em atividades manuais e são mais concentrados e dispostos para trabalhar. Assim, descrevem que:

Os surdos têm prática, eles pegam rapidamente a habilidade, mesmo quando não sabem. Organizar coisas, papel, instrução com papel. Eles pegam rapidamente (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Parece que as abordagens que apontam para o surdo como um exímio trabalhador manual, além de estarem desconsiderando suas demais potencialidades, estão se aproximando da ideia existente no passado de despender aos pobres e desafortunados os trabalhos mecânicos, por meio de uma formação profissionalizante. Sabemos que as escolas técnicas, no Brasil, foram criadas com o intuito de ofertar aos órfãos, pobres e desafortunados um trabalho baseado na qualificação do saber fazer, em detrimento do saber pensar, do saber conhecer e do saber conviver.

Mas, será que ainda há uma crença de que os surdos têm uma maior predisposição genética para os trabalhos manuais? Sabemos que o desenvolvimento do ser humano não é definido somente pelas características biológicas. Portanto, não haveria um traço natural que marcaria qualquer característica e que seria definidora do desenvolvimento humano. Mesmo porque, como assegura Lopes (2001, p. 118), é no cotidiano, nas trocas que fazem e nas relações de poder emergentes que os sujeitos constroem ativamente as suas “respostas, resistências e adesões, fazendo-se a si mesmo”. Nos dias atuais, parece que os próprios surdos internalizaram preconceitos e incorporaram o discurso ouvintista, e quando pensam nas suas potencialidades e nas dos membros do seu grupo, referem-se às atividades manuais.

Em relação aos aspectos negativos dos surdos, apontam que estes têm problemas de

relacionamento, principalmente quando trabalham juntos. Por isto, uma surda discorreu que não gostaria de trabalhar com outros surdos. Como no relato a seguir:

Quando coloca juntos às vezes há problemas de relacionamento, fofocas, às vezes um fica cuidando da vida do outro, aí fica falando demais. Eu mesma preferiria trabalhar em um ambiente que só eu fosse surda, poderia ter outro na empresa, mas não ficar o tempo todo ali junto, porque acaba dando problema. Às vezes por ciúme, vê que o outro é melhor no trabalho que o outro, tem relacionamento melhor com o chefe, fica com ciúmes (S2 – 20 anos, surdo, Fundamental Completo).

Segundo os relatos, os surdos são preguiçosos, desanimados, gostam de passear e se divertir, em oposição a estudar e trabalhar. Porém, verificamos que estas respostas foram dadas, em maior escala, quando se referiam aos outros surdos, principalmente aos adolescentes surdos. Quando se referiam aos surdos em geral, relataram serem corajosos e trabalhadores. Em nossos achados, verificamos que as respostas que asseguravam características positivas aos surdos foram em maior número que as negativas, totalizando 29 (52,72%) temas de significação.

Para finalizar, constatamos que para os surdos, o trabalho é considerado importante, na medida em que lhes garante o acesso aos bens materiais que ele e sua família necessitam. Gostariam de trabalhar, porém, encontram dificuldades em conseguir um emprego. Estas dificuldades aparecem relacionadas aos preconceitos, exploração do trabalho surdo, falta de formação, poucas oportunidades de trabalhos para os surdos em relação às outras necessidades especiais, oferta de subempregos. Apesar de suas queixas, relataram que desejariam trabalhar em atividades manuais, nas quais acreditam terem mais habilidades. Em relação à construção das suas identidades, em alguns momentos têm uma visão ambivalente

de si e do seu grupo, acreditando que os surdos são esforçados e, por encontrarem maiores dificuldades que os ouvintes, são mais trabalhadores. Porém, as participantes mencionam que têm muitos amigos surdos adolescentes preguiçosos e que não se esforçam.

Conclusão

O objetivo geral deste Estudo I foi identificar as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos, além de refinar a metodologia utilizada no Estudo II.

Para alcançar o objetivo, partimos do pressuposto de que o trabalho representa a possibilidade de os surdos obterem autonomia, independência e dignidade. Para Costallat (2003), a pessoa com necessidades especiais necessita de trabalho, pois é nele que sua vida social é potencializada. O trabalho é importante instrumento de promoção social, intelectual, psicológica, espiritual e afetiva.

Em relação às **RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos**, verificamos que os participantes deste estudo percebem o trabalho como “divisor de águas” em suas vidas, oportunidade que possibilitaria melhorias no campo financeiro e emocional. Apesar de reconhecerem o valor positivo do trabalho, entendem que, para o surdo, a conquista de um posto de trabalho é muito difícil. As barreiras encontradas para se conseguir trabalho dizem respeito, principalmente, à baixa escolarização e formação profissional, às dificuldades de comunicação e ao preconceito das pessoas, que imaginam que o surdo é menos inteligente ou louco.

As surdas participantes deste estudo sentem-se tristes e, por vezes, desesperadas diante da falta de perspectivas de conseguirem emprego. Porém, em alguns momentos reconhecem que o próprio surdo tem dificuldades de aceitar e conviver com outros surdos. Em muitas ocasiões, elas parecem ter internalizado (pré)conceitos correntes sobre os seus

pares. Afirmam, por exemplo, que a maioria deles são preguiçosos, fofoqueiros e que têm maiores habilidades em trabalhos manuais. Isto é expresso em seus discursos sobre as modalidades de trabalho desejadas.

As surdas relataram que gostariam de trabalhar em atividades na área de Informática, auxiliar de biblioteca, arquivamento ou em lojas. Por outro lado, elas afirmaram também que os empregadores costumam ofertar trabalhos ligados à limpeza. Nenhuma das surdas indicou desejo de trabalhar em cargos de gerência ou de nível superior. Supomos, desta forma, que ante as frustrações ocasionadas pelas dificuldades de se qualificar e se inserir no mercado de trabalho, os surdos deixam de almejar trabalhos com maior nível de remuneração. Outra hipótese é a de que o lugar ocupado por estas surdas, em vista de sua situação sócioeconômica, pode levá-las a desejar somente aquilo que acreditam estar dentro de suas possibilidades. As expectativas, conforme a TRS, são importantes elementos, não somente das representações, mas também como fatores prescritivos de comportamento. Assim, o que eu acredito que as pessoas esperam de mim, o que elas pensam que sou, bem como o que eu penso que sou e o que eu penso das pessoas, são componentes importantes na construção das identidades. Neste sentido, percebemos o quanto o trabalho nos revela aspectos das identidades dos surdos.

Tais considerações nos remetem às funções das RS descritas por Abric (1998). Nesta perspectiva, os sujeitos, ao representarem um determinado objeto, lançam mão de referenciais disponíveis *a priori* na cultura. Neste processo buscam interpretar a sua realidade por meio de um conjunto de normas e valores que orientam as suas ações e prescrevem comportamentos. No caso do nosso estudo, o contexto, pautado em uma sociedade ouvintista, engendra formas específicas dos surdos se verem. Porém, não falamos de um determinismo social. Apoiados em Doise (1984, 1998a), referimos à integração das

regulações sociais às formas particulares dos surdos elaborarem seu conhecimento sobre o mundo. Neste sentido, as surdas consideram-se boas trabalhadoras, cumpridoras das regras no ambiente de trabalho, apesar de relatarem que os adolescentes surdos e outras pessoas do seu grupo não pensam e agem da mesma maneira. Queixam-se da exploração dos ouvintes e por estes dispensarem, exclusivamente, trabalhos que exigem menor grau de escolaridade e complexidade, mas elas mesmas as consideram mais aptas a trabalhos manuais.

Sobre este aspecto, Jovchelovitch (1998) argumenta que as representações dos objetos estão permeadas por processos de alteridade, na medida em que a realidade é palco das interações sociais. Desta forma, as representações de si são mediadas pelos Outros. Na direção de Jovchelovitch, Doise (1984) pressupõe que as identidades são construídas nos relacionamentos intergrupais, a partir das marcações entre o grupo de pertença e o grupo alheio. Assim, se ao longo dos tempos, as visões sobre o trabalho dos surdos foram sublinhadas por ideias pautadas na caridade e na sua incapacidade, seria de se esperar que estes carregassem algumas destas marcas em suas identidades.

Por outro lado, as lutas dos movimentos sociais formados por grupos minoritários têm proporcionado importantes conquistas. Um exemplo é o aparato legal que prevê cotas para pessoas com necessidades especiais, que tem forjado a inserção destes nos espaços laborais. Ao mesmo tempo, verificamos ascender formas sutis de preconceito (Pereira, Torres & Almeida, 2003), onde, até mesmo, há a exclusão dentro da própria inclusão. É assim que os surdos se queixam de que são preteridos em relação a outras pessoas com necessidades especiais ou que os empregadores, ao serem obrigados a cumprir a lei, dispensam trabalhos que exigem menor qualificação.

Portanto, concluímos que as dificuldades enfrentadas pelos surdos para conseguir trabalho afetam sobremaneira a forma como os surdos se veem. Tal constatação nos levou a

refletir sobre os processos de democratização da oferta de emprego para os surdos. O problema das cotas para inclusão de pessoas com necessidades especiais perpassa os problemas de ações efetivas que permitam uma educação profissional mais eficiente, sistemas de habilitação e reabilitação mais adequados e estímulos financeiros às empresas que contratam pessoas com necessidades especiais. E, uma vez inseridos no mercado de trabalho, é necessária a criação de programas de qualidade e de incentivo à permanência no ambiente laboral. Faz-se necessário, ainda, programas promovidos pelas agências de educação profissional, assim como pelo setor de recursos humanos das empresas, para que os surdos possam experimentar uma inclusão que colabore positivamente na construção de suas identidades.

Sobre as **questões metodológicas**, concluímos que as entrevistas realizadas neste primeiro estudo foram decisivas para o desenho do roteiro de entrevistas do Estudo II. Algumas considerações devem ser feitas em relação às constatações metodológicas:

a) As perguntas que formam o roteiro de entrevistas do Estudo II foram elaboradas a partir das categorias extraídas das respostas das surdas do Estudo I, as quais permitiram fazer um roteiro mais aprofundado e preciso a fim de investigar as RS do trabalho de surdos;

b) O roteiro de entrevistas do Estudo II para os empregadores também foi elaborado a partir das categorias extraídas do Estudo I;

c) As perguntas foram construídas sempre levando em conta o *outgroup* e o *ingroup*, porque pressupomos que as identidades se constroem na relação com o outro;

d) As perguntas foram bastante detalhadas e dispostas em blocos. Tivemos que fracionar bastante as perguntas, porque nas entrevistas com as surdas do Estudo I constatamos a necessidade de perguntas bem pontuais. Por isto, tivemos que destripar as nossas perguntas em várias outras.

Após refinada a metodologia do Estudo I, iniciaremos a apresentação do Estudo II a partir das RS do trabalho dos surdos elaboradas pelos empregadores e os próprios surdos.

3.2 ESTUDO II: AS RS DO TRABALHO DE SURDOS PELOS SURDOS E PELOS EMPREGADORES

Este estudo tem o objetivo de identificar as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos. Apoiamo-nos em uma vertente complementar da TRS, a Teoria Societal de Doise, que supõe que as investigações das RS devem abranger três frentes: 1. a partilha das crenças comuns; 2. as diferenciações individuais ou grupais; 3. as ancoragens. A proposta de Doise et al. (1993) pressupõe um estudo para além do que é “massificado” nos discursos, o que implica investigar as RS não somente a partir de elementos consensuais, mas também considerando as variações em função das inserções sociais dos indivíduos ou grupos. Isto vai ao encontro do que preconizou Moscovici (1961/1978) ao afirmar que as RS estão no *carrefour* do individual e do social. Portanto, da mesma forma que se faz necessário identificar os elementos das representações mais amplamente partilhados, temos também que analisar os elementos que diferenciam os indivíduos ou grupos em se tratando das RS do trabalho de surdos elaboradas por empregadores e por surdos.

Com base em nossa escolha teórica - a TRS, que não prevê, *a priori*, superioridade de um método sobre o outro - e nas características dos participantes, propusemo-nos a realizar entrevistas dirigidas. No caso dos surdos, contamos com a tradução do mesmo intérprete do Estudo I. As perguntas eram feitas no idioma Português pela pesquisadora e o intérprete as traduzia para Libras. Os surdos respondiam em Libras e o intérprete traduzia para o Português.

Desta forma, muitos discursos neste estudo foram transcritos na terceira pessoa do singular, tendo em vista que o intérprete se referia à fala dos sujeitos. Temos a clareza de que um discurso é construído na relação e no jogo de sentido estabelecido entre os interlocutores. Portanto, assim como Guarinello et al. (2008), entendemos que o intérprete deixa sua marca

subjetiva na interpretação. Assim, as relações de comunicação são mediadas pelos sentidos construídos pelos sujeitos, suas expectativas e suas reações. Desta forma, há um sujeito que atribui sentidos em uma língua (Português) e procura constituir sentidos em outra.

Cabe um esclarecimento quanto à escolha dos gerentes de supermercado para fazer parte da categoria de empregadores. Optamos por esta categoria funcional para compor a amostra desta pesquisa por acreditarmos, com base em nossa observação, que o setor de supermercados emprega muitas pessoas com necessidades especiais. Assim sendo, os seus gerentes teriam contato cotidiano com estes empregados. Feito este esclarecimento, partimos para a descrição da metodologia utilizada neste estudo e, em seguida, para a apresentação e análise dos dados.

Metodologia

3.2.1 Objetivos

3.2.1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar as RS que surdos e empregadores elaboram sobre o trabalho dos primeiros e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos.

3.2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Examinar o campo comum e a organização das RS do trabalho de surdos elaborados pelos surdos e pelos empregadores;
- b) Identificar as possíveis variações, individuais e grupais, das RS do trabalho de surdos, em decorrência das pertencas sociais dos participantes;
- c) Analisar os elementos sócio-históricos que ancoram as variações nas RS do trabalho de surdos e suas implicações na construção das identidades dos surdos.

3.2.2 Participantes

- a) Empregadores

Participaram desta pesquisa quatorze gerentes de supermercados¹⁷, sendo que metade destes empregavam surdos nos estabelecimentos que gerenciavam. Das sete empresas que empregavam, cinco tinham apenas um surdo em seu quadro de funcionários. Das quatorze empresas, 11 empregavam pessoas com necessidades especiais, incluindo-se surdos e outras modalidades de necessidades especiais. Os supermercados onde trabalhavam localizavam-se nas seguintes regiões administrativas: cinco em Samambaia, quatro em Ceilândia, três em Taguatinga e dois no Plano Piloto. Em média, estas empresas tinham 104 empregados. Em relação à idade, 11 empregadores tinham entre 30 e 40 anos, e em sua maioria eram do sexo masculino (11). Quanto à escolaridade, sete tinham Ensino Médio completo, três tinham Ensino Superior incompleto, dois tinham Fundamental incompleto e dois gerentes tinham Ensino Médio incompleto.

A escolha dos empregadores, gerentes de supermercado, deu-se, inicialmente, a partir de uma entrevista concedida por um empregador de surdo a um jornal de circulação regional. Desta forma, ao receber, por telefone, o aceite para participar da entrevista, realizamos a entrevista na sala do participante, em seu supermercado. Após contatá-lo e realizar a entrevista, comunicamo-nos com outros supermercados da mesma região administrativa e de regiões próximas. Os supermercados do Plano Piloto foram escolhidos, em seguida, por indicação da própria rede de supermercados, quando solicitada a indicar um participante.

b) Surdos

Participaram deste estudo oito surdos, sendo que 4 estavam empregados formal ou informalmente, com base nos parâmetros da CLT. Todos, porém, mesmo que não estivessem trabalhando no momento da entrevista, já haviam trabalhado formalmente. Em relação à idade, 4

¹⁷ O número de participantes foi definido a partir do momento que as respostas começaram a se repetir.

surdos tinham entre 30 a 39 anos, três tinham entre 20 a 29 anos e um surdos tinha entre 40 a 49 anos. Em relação à escolaridade, 4 tinham Ensino Médio completo e 4 tinham Ensino Superior Incompleto (três faziam o curso de Letras/ Libras). Quanto ao sexo, cinco eram mulheres. Os participantes deste estudo moravam nas seguintes regiões administrativas: quatro em Taguatinga, dois em Ceilândia, um em Samambaia e um em Planaltina.

Os participantes foram escolhidos, inicialmente, a partir de um cadastro cedido pela Coordenadoria de Inclusão e Cidadania do Senac - DF. Como critério de escolha, selecionamos os sujeitos que se descreveram nesta lista como portadores de surdez profunda. Porém, devido às dificuldades de contatá-los, a partir do terceiro sujeito, solicitamos que cada participante indicassem um surdo com surdez profunda para participar da entrevista.

3.2.3 Instrumentos de coletas de dados

a) Empregadores

O roteiro da entrevista realizada com os empregadores (cf Anexos 5 e 6), tinha oito eixos. São eles:

A- Surdo. Neste eixo as perguntas giravam em torno das características dos surdos e as suas concepções sobre as diferenças e semelhanças em relação aos ouvintes.

B- Trabalho. Este eixo sumarizou as perguntas relativas aos significados do trabalho elaborados pelos empregadores. É importante ressaltar que a palavra “trabalho” foi utilizada como termo de evocação para que os participantes listassem seis palavras que lhe viessem à mente quando esse termo fosse proferido.

C- Trabalho dos surdos. Abrangia as perguntas relativas às concepções dos empregadores sobre o trabalho dos surdos.

D- Características do trabalho dos surdos. Neste eixo agrupamos as perguntas que se referiam às suas concepções sobre a(s) diferença(s) entre os surdos que trabalham e os que

não trabalham.

E- O surdo no trabalho. Este eixo continha as perguntas relativas às concepções sobre as dificuldades e as facilidades do cotidiano dos surdos, as relações interpessoais, as particularidades da sua comunicação e os trabalhos dispensados aos surdos.

F- Ingresso no mercado de trabalho. Este eixo agrupou três perguntas relacionadas às dificuldades dos surdos para conseguir um emprego.

G- Formação Profissional. As perguntas deste eixo buscavam acessar as concepções sobre a importância da formação profissional do surdo para exercer um trabalho.

H- O surdo na empresa. Neste eixo inserimos as perguntas relativas à existência de outras pessoas com necessidades especiais na empresa, seu desempenho, os requisitos que a empresa observa para a contratação dessas pessoas, as dificuldades e a motivação para a contratação de surdos.

I- Dados sócio-demográficos

b) Surdos

O roteiro utilizado na entrevista com os surdos (Anexos 8 e 9) foi estruturado em oito eixos. São eles:

A- O Surdo. Abrangia as perguntas referentes às concepções sobre as características dos surdos, a causa da surdez, as semelhanças e as diferenças em relação aos ouvintes. Pedimos também que o participante imaginasse como os surdos do seu grupo e os ouvintes descreveriam um surdo.

B- Trabalho. Este eixo foi subdividido em:

Eu mesma

Primeiro oferecemos dois exemplos: mostramos aos participantes fichas com figuras

de uma maçã e de um ônibus, em seguida, listamos seis palavras que vinham à mente da entrevistadora relacionadas a estas imagens, ordenamos as palavras por grau de importância, da mais importante (1) para a menos importante (6), e explicamos porque determinado termo seria o mais importante. Após os exemplos, utilizamos a mesma técnica de evocação e pedimos para que o surdo falasse o que lhe vinha à mente quando lhe era apresentada a palavra “trabalho”.

Os surdos como eu

A mesma técnica foi utilizada novamente, porém, pedindo que o surdo imaginasse o que as pessoas de seu grupo, surdas como ele, diriam quando pensassem na palavra “trabalho”.

Os ouvintes

Da mesma forma, pedimos que imaginassem o que um ouvinte diria quando pensasse na palavra “trabalho”. Em seguida, solicitamos que listasse a ordem de importância e explicasse porque considerava determinada palavra como a mais importante.

Conversando sobre o trabalho

Neste item pedimos para o surdo falar tudo o que ele quisesse e soubesse sobre o trabalho.

C- O trabalho dos surdos. Este eixo foi subdividido em:

Eu mesma

Empregando a técnica de evocação, pedimos aos surdos que falassem o que lhe vinha à mente quando falamos a expressão “trabalho dos surdos”. Depois, pedimos que avaliassem o grau de importância e o porquê da escolha da palavra mais importante.

Os surdos como eu

Pedimos que o surdo pensasse no que seus amigos e conhecidos, que são surdos

como ele, diriam quando pensassem na palavra “trabalho dos surdos”.

Os ouvintes

Utilizando as técnicas da substituição e da evocação, solicitamos ao surdo que exprimisse o que os ouvintes pensariam sobre o trabalho dos surdos.

Conversando sobre o trabalho dos surdos

Pedimos ao surdo que falasse tudo que quisesse sobre o trabalho dos surdos.

D- Característica do trabalho dos surdos

Reunimos as perguntas que giravam em torno da rotina, importância do trabalho para a vida e a diferença da vida dos surdos que trabalham.

E- Eu surdo no trabalho

Neste eixo foram sumarizadas as perguntas relativas à rotina no trabalho, como a relação com o chefe, com os colegas de trabalho, as percepções dos ouvintes sobre ele, sua comunicação, a distribuição das tarefas, dificuldades, trabalhos desejados, trabalhos dispensados e adequados para os surdos.

F- Ingresso e permanência no mercado de trabalho

As perguntas deste eixo eram relativas aos esforços empreendidos para a entrada no mercado e as mudanças que o participante imagina ter (no caso dos surdos desempregados) ou que teve ao conseguir um trabalho.

G- Formação profissional

Neste eixo disponibilizamos duas perguntas relativas à avaliação do participante sobre o peso de sua formação profissional para conseguir um trabalho.

H- Dados Sócio-demográficos

3.2.4 Procedimento de análise dos dados

Para a análise dos dados das entrevistas com os empregadores e com os surdos foi

utilizado o *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale por Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*). Este *software* foi desenvolvido por Max Reinert, na França em 1979, e tem como objetivo auxiliar a interpretação do *corpus* textual (Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Nascimento & Menandro; 2006). Apesar de ser um *software* que se originou na França, permite a análise de textos em Português, por possuir dicionários neste idioma.

Criado para analisar textos (entrevistas, artigos de jornais e revistas, obras literárias, dentre outros), o ALCESTE apoia-se em cálculos estatísticos feitos sobre a co-ocorrência de palavras em segmentos de texto, os quais são considerados representação elementar ou enunciado mínimo em um discurso. O *software* procura, ainda, diferenciar classes de palavras que representem formas diferentes de discurso que correspondam ao objeto de interesse da pesquisa (Nascimento & Menandro, 2006). Portanto, o *software* analisa a estrutura do discurso compreendido por meio de análises estatísticas e matemáticas, com base no fornecimento do número de classe, das relações existentes entre elas, das divisões realizadas no respectivo material, da formação de classes, das formas radicais e das palavras relacionadas aos valores de *qui quadrado* (χ^2) correspondentes, bem como seu contexto semântico.

A análise lexical classifica os enunciados a partir de perfis lexicais, tendo como base a premissa de que dois enunciados serão tanto mais próximos quanto mais eles contenham raízes lexicais próximas (Oliveira et al., 2005). É por isso que essa técnica possibilita identificar o que há de comum nas diferentes visões do objeto em estudo.

O *software* trabalha com vistas a segmentar o *corpus* analisado em grandes unidades, cada uma denominada de Unidade de Contexto Inicial (UCI), que podem ser entrevistas ou respostas às questões de diferentes sujeitos reunidas em um mesmo *corpus*. Ribeiro (2005) descreve que o texto completo é dividido novamente em segmentos de texto, que geralmente

abrangem três linhas. Cada segmento corresponde à ideia de frase ou enunciado do pensamento manifesto, sendo que cada segmento é denominado de unidade de contextos elementares (UCE's). O trabalho de classificação do ALCESTE se faz com base na pertença das palavras do *corpus* a cada UCE.

O processo de análise lexical continua na medida em que retém como lexemas apenas as palavras plenas, que ele lematiza, construindo um Quadro Lexical Inteiro, cruzando seus enunciados e seus lexemas para calcular uma participação disjuntiva de classes de unidades de contexto elementares, de tal maneira que a variância interclasses seja maximizada em função da variância intraclasse, em relação ao que se refere aos lexemas que as unidades de contexto elementares contêm (Ribeiro, 2005).

Todo este processo gera polaridades diferenciadas no uso das palavras, que são ferramentas importantes de análise. No nível semântico, portanto, este processo considera as bases lexicais das chamadas palavras plenas, ou palavras portadoras de sentido (Oliveira et al., 2005). Paralelamente, o programa elabora uma redução do vocabulário por eliminação dos marcadores de sintaxe, das desinências de conjugação e de alguns sufixos, permanecendo apenas as raízes significantes.

A análise estatística denominada Classificação Hierárquica Descendente (CDH) objetiva calcular as participações em classes gramaticais, apresentando duas posições por meio de um dendograma, semelhante a uma árvore (Ribeiro, 2005). Em seguida, uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC) é efetuada com objetivo de visualizar as oposições resultantes da CDF, sob a forma de um plano fatorial. Desta forma, palavras que surgem com muita frequência não são necessariamente rejeitadas, mas são visualizadas acopladas a uma certa classe, como base do valor do *qui-quadrado* (χ^2).

A fim de se realizar análise mais qualitativa por meio do ALCESTE, recorta-se um

corpus em UCE's, agrupando-as em Unidades de Contexto Analisadas (UCA's). Em seguida, efetua-se uma Classificação Hierárquica Descendente (CDH) em função do vocabulário. Esta última etapa irá lançar as bases para a interpretação qualitativa dos dados.

A segunda etapa da análise qualitativa permite uma primeira descrição das classes obtidas. Nesta etapa, conseguem-se os principais resultados e a dependência mútua, assim como o vocabulário dominante de cada uma das classes, elementos estes que irão compor a interpretação dos dados. A terceira etapa consiste na efetivação dos cálculos complementares sobre cada uma das classes. As unidades de contexto mais representativas de cada classe são calculadas e extraídas. Além disso, nesta etapa, há o cálculo dos segmentos repetidos e das Classificações Ascendentes Hierárquicas (CAH).

Assim, o ALCESTE fornece o número de classes resultantes da análise, bem como as formas reduzidas, o contexto semântico e as UCE's respectiva de cada classe. A partir de então, os autores da pesquisa denominam e interpretam cada classe, por meio das informações fornecidas pelo *software*. Isto significa dizer que o ALCESTE permite a análise criativa do autor, tendo em vista o foco de sua pesquisa e suas experiências prévias

As etapas da análise do software ALCESTE seguiram os passos demonstrados na Tabela 9.

Utilizamos, ainda, a análise qualitativa por meio do mesmo *software*, reconstituindo o discurso coletivo dos participantes. Para a reconstrução do discurso condizente com cada classe temática, partimos das palavras e Unidades de Contexto Elementar (UCE's), dadas por meio da análise estatística. Utilizamos desta forma os fragmentos das frases das entrevistas, aproximando ao máximo do seu significado original. Em seguida, reorganizamos os fragmentos de texto, de forma a contemplar a temática representativa de cada classe e de cada eixo.

Tabela 9. Etapas de análise pelo *software* ALCESTE.

| ETAPAS DE ANÁLISE DO ALCESTE | |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Leitura do texto e cálculo dos dicionários | <ul style="list-style-type: none"> a) Reformatação e divisão do texto em segmentos similares – UCE's; b) Pesquisa do vocabulário e agrupamento das ocorrências das palavras por meio das suas raízes (formas reduzidas); c) Criação do dicionário das formas reduzidas. |
| 2. Cálculo das matrizes de dados e classificação das UCE's | <ul style="list-style-type: none"> a) Seleção das UCE's em função dos seus vocabulários e cálculo da matriz das formas reduzidas cruzadas com a UCE; b) Cálculo das matrizes de dados para a Classificação Hierárquica Descendente; c) Classificação Hierárquica Descendente definitiva. |
| 3. Descrição das Classes de UCE's escolhidas | <ul style="list-style-type: none"> a) Definição das classes escolhidas; b) Descrição das classes; c) Análise Fatorial de Correspondência (AFC), gerando uma representação gráfica das relações entre as classes e as variáveis, dispostas em um plano fatorial. |
| 4. Cálculos complementares | <ul style="list-style-type: none"> a) Fornecimento das UCE's mais características de classe; b) Pesquisa de segmentos repetidos por classe; c) Construção de uma matriz de formas associadas a uma mesma classe, cruzando com as UCE's da referida classe; d) Eleição das palavras mais características de cada classe para a demonstração de um "index de contexto de ocorrência"; e) Exportação das UCE's para outros programas de informática. |

Fonte: Ribeiro (2005)

Resultados e discussão

Com base nos pressupostos teóricos de Doise et al. (1993), procuramos analisar as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores, a partir dos seguintes níveis de análise: 1. partilha de crenças comuns, 2. diferenciações individuais/grupais, e 3. ancoragem dos princípios organizadores das diferenciações individuais, ou os elementos sócio-históricos em torno dos quais as RS se organizam. É importante ressaltar que os trechos das falas dos surdos que utilizaremos de exemplo representam a tradução e a interpretação do intérprete de Libras.

Os resultados serão apresentados na seguinte ordem:

a) **SURDOS X EMPREGADORES: O TRABALHO DE SURDOS.** Neste item procuramos identificar a *partilha das crenças comuns*, as *variações individuais* e as *ancoragens* das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e pelos empregadores e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos. As entrevistas de ambos participantes foram reunidas, retirando-se as perguntas contidas no roteiro.

b) **COM A PALAVRA, OS EMPREGADORES: AS RS DO TRABALHO DE SURDOS.** Neste tópico buscamos identificar a *partilha das crenças comuns* das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos empregadores. Buscamos, ainda, as *variações individuais* frente às RS do trabalho de surdos, aludidas por meio da Análise Fatorial de Correspondência (AFC.), tentando identificar as diferenciações presentes neste discurso em função das relações de proximidade e de distanciamento com o universo dos surdos. Finalmente, identificamos as *ancoragens* das diferentes posições, por meio dos resultados extraídos da CDH e da AFC. Com base nestes dados, procuramos tecer relações com a construção das identidades dos surdos.

c) **COM A PALAVRA, OS SURDOS: AS RS DO TRABALHO DE SURDOS.** Neste item procuramos identificar a *partilha do campo comum* das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos próprios surdos e as suas *diferenças individuais*. Em seguida, buscamos evidenciar as *ancoragens* das tomadas de posições dos participantes. Sobretudo, tentamos fazer inferências, com base nestas ancoragens, sobre a relação entre as RS do trabalho de surdos elaboradas pelos surdos e a construção de suas identidades.

SURDOS X EMPREGADORES: O TRABALHO DE SURDOS

1. O campo comum dos significados acerca do trabalho de surdos elaborados por seus empregadores

Neste estudo, juntaram-se os discursos dos empregadores e dos surdos. Foram retiradas todas as respostas correspondentes a perguntas que não eram comuns aos dois roteiros. Assim, mesmo com algumas especificidades relativas à forma de estruturação das frases, dispomos, apenas, o que era comum aos dois grupos, eliminando quaisquer variáveis que pudessem diferenciar os discursos. A correspondência entre as perguntas dos empregadores e dos surdos pode ser visualizada no Anexo 9 desta tese.

Após realizarmos a correspondência das perguntas e respostas, o *corpus* foi submetido à análise por meio do *software* ALCESTE. O *software* identificou 82.241 palavras, sendo 5.235 palavras diferentes, com uma média aproximada de 16 ocorrências por palavras. Os resultados extraídos a partir da Classificação Hierárquica Descendente podem ser verificados na Figura 5.

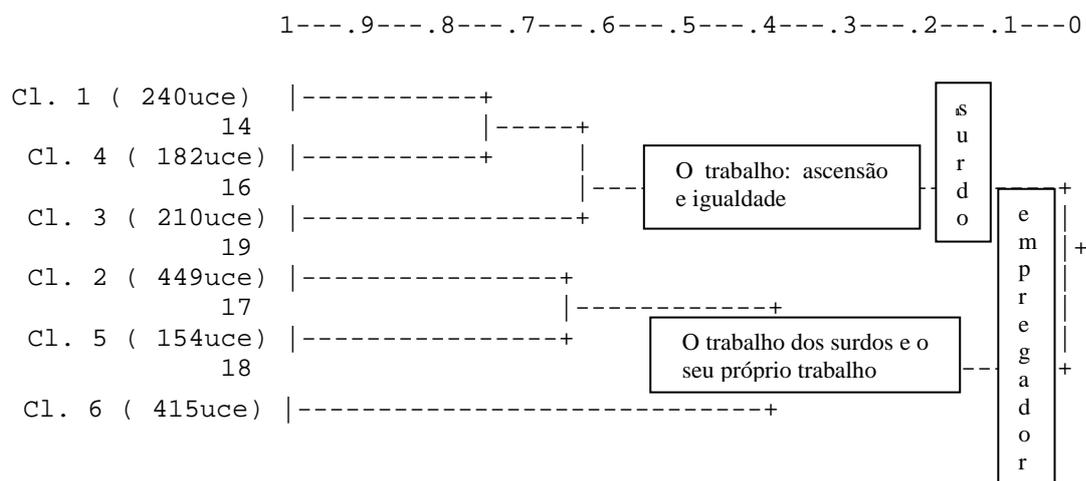


Figura 5. Classificação Hierárquica Descendente sobre o discurso dos empregadores e surdos (N=22).

Os resultados indicaram a presença de seis classes distribuídas em dois grandes eixos. O primeiro, por nós denominado “*O trabalho: ascensão e igualdade*” é composto

pelas classes 1, 4 e 3 e retrata os significados relativos à importância da comunicação e do trabalho para os surdos, além de abarcar as narrativas sobre o ingresso e as práticas do trabalho do surdo. O segundo eixo, aqui denominado “*O trabalho dos surdos e o seu próprio trabalho*” é formado pelas classes 2, 5 e 6 e descreve as dificuldades de se caracterizar o surdo e a surdez, além de mostrar um contraponto entre o trabalho dos surdos e o trabalho do empregador.

EIXO - O TRABALHO: ASCENSÃO E IGUALDADE

Classe 1- A comunicação

Esta classe abrange 240 UCE's de um total de 1.650, explicando 14,55% da variância total do *corpus*. A análise do ALCESTE apontou como sujeitos típicos desta classe os surdos com escolaridade Superior Incompleto. Com base na análise por meio da Classificação Hierárquica Descendente, foi possível identificar no item *Presenças Significativas* os surdos (χ^2 : 448,32) como participantes cujos discursos são mais recorrentes e que estruturam a respectiva classe. Por outro lado, esta mesma análise nos mostra como *Ausência Significativa* os discursos dos empregadores, com um total negativo de χ^2 (-448,32), o que expressa uma ausência total de suas falas no *corpus* que compõe esta classe. Com base nestes dados, é possível afirmar que se trata de uma classe formada tipicamente por surdos. A Tabela 10 demonstra as palavras com maiores χ^2 .

Tabela 10. Classe 1. A comunicação.

| CLASSE 1: A COMUNICAÇÃO | χ^2 |
|--------------------------------|----------|
| Aprender | 122.45 |
| Conseguir | 78.38 |
| Ler | 48.85 |
| Libras | 136.94 |
| Língua de sinais | 128.41 |
| Ouvinte | 378.14 |
| Palavra | 45.43 |
| Por exemplo | 63.96 |
| Português | 102.99 |
| Surdo | 239.13 |
| 14,55% | |

Como podemos verificar na Tabela 10, as palavras mais significativas nesta classe dizem respeito à comunicação. Podemos depreender disto que as falas dos sujeitos evidenciam que a relação surdo-ouvinte e a construção do seu autoconceito são mediadas pela comunicação. Para os surdos, sua comunicação é comumente vista com estranheza pelos ouvintes, visto utilizarem gestos rápidos para se comunicarem. Por isso, os surdos queixam-se de que os ouvintes, além de não terem disponibilidade para aprender sua língua, fazem chacota com eles por utilizarem uma língua gestual.

A maioria dos ouvintes vê aquela conversa toda e bombardeia, só fica brincando fazendo gozação com o surdo. Mas muitos surdos não têm ética. Tem um intérprete falando em libras que fala bem. Aí lá no cantinho tem um grupo de surdos falando muito mal dele (S5 – 36 anos, surdo, Ensino Médio completo).

Apesar de muitos surdos criticarem o intérprete e a forma como falam a língua de sinais, lamentam a falta de intérpretes nas salas de aula e nos processos seletivos de concursos públicos. Realçam a dificuldade que têm no idioma Português, apesar de garantirem que essas dificuldades não os fazem menos inteligentes. Para eles, “há surdos e ouvintes inteligentes, assim como há surdos e ouvintes pouco inteligentes”. Defendem que quando podem utilizar Libras e contar com a presença de intérpretes, sendo capazes de se comunicar, tornam-se iguais aos ouvintes.

Os surdos atribuem características positivas a si e dizem que os ouvintes os acham “burros” e parecidos com “macacos”, por lançarem mão dos gestos para se comunicar. Apesar de repetidas vezes referirem-se ao seu grupo como pessoas animadas, colaboradoras, inteligentes e motivadas para o trabalho, os próprios surdos deixam transparecer a crença que, devido às dificuldades de comunicação, são mais “devagar” e precisam mais de ajuda que os ouvintes.

Na escola também a mesma coisa, consegue se desenvolver igual se for ajudado. O surdo é uma pessoa igual ao ouvinte, mas o ouvinte tem um pensamento mais elevado que o surdo, porque falta ajuda para o surdo. O ouvinte ele tem tudo. Falta o surdo ter acesso a tudo por igual para ser igual. Sempre o ouvinte é superior ao surdo. Pensamento melhor, mais capaz, capaz de fazer tudo, parece que o surdo é mais fraco, vai mais devagar. Pensa que é deficiente. Surdo não é deficiente, é igual ao ouvinte (S8 – 41 anos, surdo, Superior incompleto).

Notamos que os surdos internalizaram o estigma da deficiência propagado em nossa cultura, ao longo da história da humanidade. Acreditam que aprendem com mais dificuldade e com menos velocidade que os ouvintes. Ao mesmo tempo tentam reagir a este estigma,

procurando alternativas para ocuparem outro lugar no mundo. Assim, o surdo acredita se igualar aos ouvintes quando pode superar o mote do estigma, ou seja, quando consegue se comunicar por meio da leitura labial, da Libras, da escrita ou com a presença de intérpretes.

Em uma perspectiva psicossocial, o estigma é considerado um fenômeno social e cultural dinâmico, em que indivíduos e grupos carregam uma marca que não é valorizada pelo grupo majoritário. Por meio do processo de categorização, os sujeitos pertencentes a grupos sociais detentores de características desvalorizadas socialmente podem ser alvo de preconceito e de exclusão. É importante ressaltar que a valoração positiva ou negativa de certas características não é um processo natural, pelo contrário, nasce culturalmente e está relacionada ao movimento de tornar o objeto mais familiar, compreensível e controlável. Para Goffman (1988, p. 41), “a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular”.

Nesta direção, podemos verificar que as falas dos sujeitos apontam para uma demanda de aprimoramento da comunicação entre surdos e ouvintes. Tal aprimoramento é significado como uma forma de transformação da realidade dos surdos, abrindo possibilidades de serem e sentirem-se iguais aos ouvintes, pois eles próprios demonstraram ter internalizado a surdez como uma marca negativa que carregam. Os participantes demonstram que podem reagir aos preconceitos e estereótipos caso estudem, utilizem estratégias para aprimorar sua comunicação, podendo, assim, trabalhar e alcançar os bens materiais e os ganhos psicológicos que os ouvintes têm.

Classe 4- Valor do trabalho

Esta classe revela, por meio de 182 UCE's (com 11,03% da variância total do *corpus*), o trabalho significado a partir do seu valor e dos ganhos que pode trazer. O

trabalho, para os surdos, significa autonomia, independência, ascensão, além da inserção no mundo dos ouvintes. Assim como a classe anterior, esta classe é formada tipicamente por surdos (*Presença Significativa* χ^2 : 317,92) e tem como *Ausência Significativa* a fala dos empregadores (χ^2 : -317,92). A Tabela 11 apresenta as palavras que explicam esta classe.

Tabela 11. Classe 4. Valor do trabalho

| CLASSE 4: VALOR DO TRABALHO | χ^2 |
|------------------------------------|----------|
| Alguns | 68.91 |
| Dinheiro | 202.92 |
| Ficar | 60.79 |
| Filho | 103.02 |
| Futuro | 98.49 |
| Importante | 64.42 |
| Progredir | 63.93 |
| Salário | 133.46 |
| Ter | 88.94 |
| Vida | 110.53 |
| 11,03% | |

Na Tabela 11 agrupa as palavras com alto χ^2 , as quais retratam os ganhos que os surdos podem ter trabalhando: dinheiro, salário, cuidar dos filhos e ter uma vida melhor no futuro. O valor atribuído ao trabalho pelos surdos corrobora com o valor central que a ele se confere, nos tempos atuais, em nossa sociedade (Soares, 1992; Santos, 1995; Oliveira, 1998; Borges, 2001). Assim, todos os participantes surdos demonstram desejo de trabalhar a fim de evoluírem, possuírem salário para garantirem uma vida e um futuro melhor, poderem viajar, pagar suas contas, comprar roupas e comida e zelar pela própria saúde e a da sua família.

Os participantes relatam que o trabalho pode trazer não somente ganhos materiais,

que são importantes para o sustento e para o reconhecimento familiar, mas também ganhos para o desenvolvimento de suas habilidades sociais e cognitivas. Relatam que a própria linguagem e a competência em Português são aprimoradas quando se está trabalhando. Bock (2004) postula, em uma perspectiva sócio-histórica, que o trabalho e a vida em sociedade permitem um “salto” de qualidade no desenvolvimento humano. Assim, pelo trabalho os homens podem superar sua condição biológica, a partir da internalização das atividades social e historicamente construídas.

É interessante perceber que para os surdos, pessoas que não trabalham, apesar de experimentarem a tristeza e o sofrimento, são consideradas “vagabundas”, como pode ser visto na fala de um dos sujeitos:

Ela vê e acha estranho, ah, tudo vagabundo! Não trabalha, fica em casa, quando ela manda procurar, não quer procurar trabalho, fica só de folga (S4 – 34 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Esta afirmativa retrata a atribuição de causalidade individual dada pelo surdo ao desemprego das pessoas do seu grupo. Para Sato e Schmidt (2004) isto pode revelar um pensamento capitalista, acobertado pelo discurso da competência, que reforça as explicações que culpabilizam o indivíduo e descontextualizam a busca de soluções para o desemprego no âmbito social.

Nas discussões sobre o valor do trabalho os surdos revelam o desejo de se igualarem aos “outros ouvintes”, que acreditam terem mais facilidades no mundo do trabalho, como pode ser verificado na fala que se segue:

Para o ouvinte é mais fácil, fala e pronto (S8 – 41 anos, surdo, Superior Incompleto).

Segundo Tajfel (1981), a comparação, a categorização e a identidade social são

elementos que constituem as relações entre os grupos. Portanto, alcançar as benesses proporcionadas pelo trabalho se constitui em uma faceta importante da construção das identidades dos surdos, pois, assim, podem se identificar com um outro, distinto de si, e trazer o balizamento do que é positivado na sociedade em que estão imersos. Desta forma, ao acreditarem que surdos têm que lutar mais que ouvintes, provavelmente sinalizam, de um lado, os aspectos positivos das suas identidades, como a coragem e a motivação, e de outro, adotam a postura de vítimas, acreditando que a vida é muito mais sofrida para eles.

Classe 3- Ingresso e experiências do trabalho

Esta classe engloba 210 UCE's, ou 12,73% do *corpus* total das entrevistas. As falas dos surdos são identificadas como Presença Significativa, com χ^2 : 347,71. Mais uma vez os discursos dos empregadores estavam ausentes (χ^2 : -347,71). As palavras mais significativas podem ser visualizadas na Tabela 12. Estas palavras retratam as narrativas dos surdos sobre as experiências relativas à sua inserção e ao seu cotidiano no trabalho.

Tabela 12. Classe 3. Ingresso e experiências no trabalho.

| CLASSE 3: INGRESSO E EXPERIÊNCIAS NO TRABALHO | χ^2 |
|------------------------------------------------------|----------------------------|
| Amigo | 61.83 |
| Antes | 90.39 |
| Começou | 61.73 |
| Dela | 99.65 |
| Ela | 281.48 |
| Era | 87.44 |
| Ficou | 107.46 |
| Foi | 106.13 |
| Sabia | 63.79 |
| Tinha | 56.30 |
| 12,73% | |

Os relatos das experiências no contexto específico do trabalho incluem situações de abuso por parte dos ouvintes, demonstrando que os surdos têm uma imagem negativa destes. Já em relação ao ingresso no mercado, os surdos sentem-se preteridos em relação a outras modalidades de necessidades especiais ou a outros níveis de surdez, assegurando que os surdos profundos não são escolhidos nas seleções de emprego.

Sobre o cotidiano do trabalho, discorrem que os ouvintes dispensam trabalhos mais pesados para os surdos ou trabalhos aquém do que poderiam fazer. Exemplo dado pelo caso de um surdo surpreendido pelo chefe dormindo no trabalho, entediado por não ter atividades, e que por isso perdeu o emprego.

Os surdos revelam, ainda, que o contato com os ouvintes é difícil, pois eles são alvo de fofocas e deboche por parte daqueles. As dificuldades de comunicação os fazem alvo de discriminação, descaso e solidão, pois se comunicam pouco com os ouvintes.

Às vezes está até falando palavrão para o surdo e o surdo está olhando, está rindo, não entendendo nada. Acontece, acontecem situações, já aconteceu com ela. Ela leu lábios e viu que estava falando deles, falando palavrão, xingando o surdo e ela foi e chamou a atenção e o ouvinte ficou sério. Opressão, preconceito, muitos surdos não sabem ler lábios. Aí fazem isso, não tem respeito, não tem ética (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Mesmo assim, salientam o valor do trabalho para seu desenvolvimento e para sua progressão.

O arquivo a ajudou a conhecer muitas coisas relacionadas à língua portuguesa, onde esse amigo surdo dela trabalhava e ensinou para ela (S6 – 29 anos, surdo, Superior Incompleto).

Encontramos nas falas dos surdos dupla posição em relação às suas experiências no trabalho. De um lado, sentem-se vítimas em relação a outros grupos, sejam eles de ouvintes ou de surdos parciais. De outro, sentem que o trabalho ajuda em seu desenvolvimento, por isso podem sonhar e fazer planos para o futuro. Pensamos que este espaço de reconhecimento dos desejos frente ao mundo do trabalho, que os fazem almejar a aprovação em um concurso público, cursar uma faculdade para alcançar melhores postos de trabalho, “abrir uma fábrica de roupas em Belo Horizonte”, como nos relatou uma surda, é uma importante faceta de negociação de significados, próprias do período de transição que estamos vivendo. Este espaço de negociação pode impulsioná-los a agir como uma Minoria Ativa (Moscovici, 1981). Desta forma, podem inovar socialmente e buscar um projeto social e individual que transforme os papéis vivenciados pelos surdos na sociedade.

EIXO- O TRABALHO DOS SURDOS E O SEU PRÓPRIO TRABALHO

Classe 2 - As dificuldades dos “normais”

Esta classe foi formada por 449 UCE's (27,21% do *corpus* total das entrevistas). A análise de palavras com *Presença Significativa* indicou que o discurso dos empregadores tem um alto χ^2 (362,98). O discurso dos surdos foi apontado como ausente nos textos que compõem esta classe, com χ^2 negativo (-362,98), o que nos leva a afirmar que esta classe é representada pelos empregadores. Na Tabela 13 podemos identificar as palavras mais significativas. A análise destas palavras nos permite constatar que há certos obstáculos para se definir as dificuldades no trabalho dos surdos, na medida em que há sempre um contraponto: acho, acredito, certeza.

Tabela 13. Classe 2. As dificuldades dos "normais".

| CLASSE 2: AS DIFICULDADES DOS "NORMAIS" | χ^2 |
|------------------------------------------------|----------|
| Acho | 171.06 |
| Acredito | 133.29 |
| Certeza | 57.28 |
| Dificuldade | 86.55 |
| Eu | 123.17 |
| Formar | 57.65 |
| Nenhum | 60.85 |
| Pessoa | 85.28 |
| Seria | 65.81 |
| Teria | 72.88 |
| 27,21% | |

A princípio, os empregadores asseguram que surdos são pessoas normais que exercem seu trabalho da mesma forma que ouvintes. Garantem que a relação entre surdos e ouvintes é satisfatória, sem chacotas ou discriminação. O surdo é visto pelos empregadores como esforçado, bem-humorado, e considerado, por sua luta, uma lição de vida para os ouvintes.

Sempre sorridente, a gente tem até que pegar a fórmula. /.../. Ele não impõe nenhuma dificuldade em nada, nem em relacionamento, nem em nada (S12 – 30 anos, empregador, Superior Incompleto).

Porém, à medida que a conversa avança, relatam que os surdos necessitam de atenção especial e de olhar fraternal:

É como uma mãe que tem uma atenção com o filho, às vezes a mãe tem cinco filhos, e vamos supor que nasce um surdo, com certeza, a atenção da mãe vai se voltar mais

para aquele filho que tem essa necessidade. Então, o brasileiro graças a Deus tem o coração muito bom. Com certeza você vai ter um carinho especial, você vai ter um tratamento especial, o coração do brasileiro é muito fraterno (S10 – 32 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Observamos que os empregadores, embora reiterem a normalidade dos surdos, os desqualificam ao infantilizá-los ou referirem-se a eles como pessoas que necessitam da caridade. Esta lógica da caridade também é usada para definir o trabalho de surdos. Por isso, sempre que se referem ao preconceito, o fazem como se um “outro” o praticasse. Em seu supermercado, porém, isto nunca aconteceria.

Eu acho que o medo de ter alguma deficiência no trabalho, de não ser um trabalho tão eficaz de outras pessoas ... eu acho totalmente errado. Às vezes a pessoa até trabalha melhor do que a pessoa que não tem nenhum tipo de deficiência, eles devem ter algum tipo de preconceito ou medo de não ser um bom funcionário. Não teria medo não, tirando por mim e pela empresa que eu trabalho (S18 – 37 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Entre as dificuldades de trabalho enfrentadas pelos surdos apontadas pelos empregadores temos: dificuldade de inserção, devido à falta de apoio governamental e ao preconceito dos “outros”, a falta de acompanhamento das agências de formação e as dificuldades de comunicação. Em relação à última, os empregadores garantem que se tivessem um surdo em seus estabelecimentos se comunicariam por meio da escrita e por gestos. Desta forma, os surdos deveriam compensar suas deficiências se esforçando mais e sendo mais disciplinados.

Constatamos que a RS dos surdos e de seu trabalho, para este grupo, é fundada na

ideia da compaixão e do “mito do bom brasileiro”. Apesar do “bom coração dos brasileiros”, os empregadores reconhecem que há muito preconceito por parte de outros grupos, que não o seu. Desta forma, empregar surdos é muito mais um ato de caridade por parte do supermercado do que um ato racional. Este movimento, provavelmente, se dá no sentido de preservação das identidades do grupo próprio, atribuindo ao grupo alheio toda a fonte de preconceito e discriminação, conforme evidenciado por Tajfel (1981).

Classe 5. O trabalho do surdo/normal

O binômio normal X anormal aparece mais uma vez, por meio desta classe que contabilizou 154 UCE's (9,33% do *corpus* total das entrevistas). Portanto, é uma classe que participa de forma menos expressiva no conjunto das entrevistas. Esta classe, assim como a anterior, é típica dos empregadores, na medida em que a análise apontou os empregadores com o maior índice de Presença Significativa (χ^2 : 635,16). Já o discurso dos surdos foi apontado como a maior Ausência Significativa (χ^2 :-103,57). A Tabela 14 apresenta as palavras com maior χ^2 , que compõem esta classe. Podemos perceber a preocupação de ressaltar que se trata de um posicionamento individual (acho, meu, ponto de vista, supor) em relação ao surdo no mercado de trabalho.

Tabela 14. Classe 5. O trabalho do surdo/normal.

| CLASSE 5: O TRABALHO DO SURDO/NORMAL | χ^2 |
|---------------------------------------------|----------------------------|
| Acho | 83.15 |
| Entendeu | 115.76 |
| Mercado de trabalho | 87.76 |
| Meu | 99.12 |
| Necessidade | 184.16 |
| Pessoa | 81.02 |
| Pessoa surda | 97.74 |
| Ponto de vista | 175.58 |
| Seu | 71.06 |
| Supor | 97.35 |
| | 9,33% |

Os empregadores demonstram certa dificuldade em entender a surdez, mas asseguram que o surdo é uma pessoa normal. Apontam a dificuldade de comunicação e de compreensão como barreiras para o trabalho do surdo, pois eles teriam menos conhecimento e “pegam as coisas com mais dificuldade”. Por isso, acreditam que ao buscarem emprego não deveriam procurar sozinhos e sim acompanhados por uma instituição.

Para os empregadores, os surdos conseguem realizar alguns trabalhos da mesma forma que os ouvintes, desde que a atividade seja mais simples e não tenha muito contato com o público.

Acho que uma reposição porque é uma tarefa fácil e ao mesmo tempo ela se torna difícil, porque você vai estar lidando com produtos e o produto na verdade você tem que ser bem cauteloso em termos de datas, limpeza, organização. Então eu acho que seria uma área boa para ele, que na verdade ele, o contato dele vai ser ele, o produto e a gôndola, tranquilo. Eu acho que é um serviço assim para ele ligar, no

atendimento, vamos supor, no laticínio, até mesmo, na verdura, no hortifruti, e até mesmo no açougue. Eu acho que seria um pouco mais difícil para ele, porque o cliente pode chegar no açougue, eu quero dois quilos de acém. Entendeu? Já fica um pouco mais difícil para ele (S15 – 39 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

O trabalho é representado pelos empregadores como aspecto central da vida. Sendo assim, acreditam que surdos que trabalham são mais alegres. Porém, para eles, aqueles que não estão empregados não querem trabalhar, pois não procuram trabalho no estabelecimento que gerenciam. Outra explicação para o fato de não haver muitos surdos trabalhando pode estar na constatação do preconceito das pessoas que os contratam.

Podemos compreender, assim como Magalhães e Dias (2005, p. 7), que a afirmação/negação, a todo custo, da normalidade do surdo repercute consideravelmente na construção de suas identidades, pois “inicia-se um jogo de ‘gato e rato’ porque o outro afirma que ele é ‘igual’ a todos, mas o trata de forma que o leva a entender o contrário”. Os dados da pesquisa demonstram que, apesar de sinalizarem a normalidade do surdo, os empregadores deixam transparecer que os surdos têm mais dificuldades de compreensão e precisam ser tutorados por uma instituição que acompanhará seus passos desde a busca por um emprego. Além do mais, quando pensam em um trabalho ideal para o surdo, imaginam aqueles que exigem menor escolaridade. Diante de tal posicionamento, acreditam que somente no futuro os surdos terão o reconhecimento e serão considerados normais.

Classe 6- Falando de si e do trabalho dos surdos

Esta classe revela a *Presença Significativa* do discurso dos empregadores (χ^2 : 325,3). Em relação à *Ausência Significativa*, encontramos a omissão do discurso dos surdos (χ^2 :- 325,3). Isto nos faz pensar que se trata de uma classe tipicamente caracterizada pelo discurso

dos empregadores. Assim, não há quaisquer elementos das falas dos surdos presentes nestes discursos.

Os resultados mostram a tensão na relação eu/surdo, nas 415 UCE's agrupadas em torno desta classe. A Tabela 15 demonstra as palavras mais significativas desta classe que apontam a fala a respeito do surdo a partir do prisma de sua própria experiência (ele, mudo, eu; loja, mercearia).

Tabela 15. Classe 6. Falando de si e do trabalho dos surdos.

| CLASSE 6: FALANDO DE SI E DO TRABALHO DOS SURDOS | ² % |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Aqui | 147.84 |
| Ele | 76.35 |
| Eu | 94.24 |
| Gente | 51.81 |
| Hoje | 52.61 |
| Loja | 137.22 |
| Mercearia | 48.08 |
| Mudo | 44.38 |
| Tranquilo | 52.04 |
| Você | 44.43 |
| 25,15% | |

Configuram-se nesta classe as falas que detalham aspectos do trabalho dos surdos, ressaltando a eficiência e a eficácia das estratégias de convivência utilizadas na relação com o ouvinte. Em continuidade, os empregadores descortinam suas próprias experiências e desafios no trabalho, talvez uma tentativa de decifrar o trabalho dos surdos tendo como referencial o seu próprio trabalho.

Os empregadores demonstram certa tranquilidade em relação ao cotidiano e às expectativas frente à contratação de surdos. Aqueles que empregam surdos relatam casos que

avivam a eficiência e o comprometimento do surdo nas atividades diárias. Aqueles que não os empregam vislumbram estratégias para possibilitar a comunicação.

Então ele já sabe o que ele tem que fazer. Ele pega a etiqueta, troca de manhã. Quando ele vê um produto sem preço, ele já vem aqui na tela do computador, ele mesmo já tira aqui, oh, tranquilo, normal, tranquilo. Por gestos mesmo, com as mãos, com os lábios (S11 – 31 anos, empregador, Ensino Médio Incompleto).

Porém, esta relação nem sempre é relatada como pacífica. Conforme relatam, algumas vezes os clientes que não estão cientes da condição dos surdos se irritam ao tentarem se comunicar para solicitar alguma coisa.

Os empregadores falam, ainda, do seu próprio trabalho, das metas que têm que cumprir e da sua trajetória profissional. Provavelmente os participantes recorrem a essa estratégia a fim de ancorarem em sua história a trajetória que imaginam que os surdos têm que percorrer para conseguir um trabalho. Ao falarem de suas lutas, sinalizam que os surdos têm de batalhar para conseguir “um lugar ao sol”. Isto pode indicar a tentativa de buscar elementos comuns, para que sejam categorizados a partir da percepção de semelhanças, articuladas na necessidade que os dois grupos de sujeitos tiveram e ainda têm, de lutar para alcançar o sucesso (Ribeiro, 2005). Assim, lançam-se, inclusive, a aconselhar os surdos quanto ao imperativo dos sonhos:

Porque desde quando eu comecei a trabalhar em supermercado, há vinte anos atrás, é ideal você ter um sonho, ter um sonho e trabalhar para que aquele sonho se torne realidade. Há uns doze anos atrás, eu fui supermercado P. Na entrevista perguntaram: qual é o seu objetivo na nossa empresa. Naquele dia eu coloquei, me lembro como se fosse hoje, tem de doze a quinze anos, eu coloquei lá ser gerente de uma grande loja

do supermercado (S10 – 32 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Apresentamos desta forma, um panorama dos significados tecidos por surdos e por empregadores a respeito das RS do trabalho de surdos. Observamos dois eixos com conteúdos distintos, formados por sujeitos distintos.

O *Primeiro Eixo* é constituído exclusivamente por surdos e retrata a importância dada por eles à comunicação, entendida como mediadora das relações de trabalho e promotora da distinção/igualdade em relação aos ouvintes. Apesar das dificuldades de inserção e permanência, os surdos representam o trabalho a partir das possibilidades de ascensão que ele traz.

Já o *Segundo Eixo*, formado somente pelo discurso dos empregadores, demonstra a preocupação de afirmar a normalidade do surdo e emitir um discurso pautado na inclusão laboral, que acreditam ser socialmente esperada. Ao falar do trabalho de surdos demonstram um paradoxo: o racional, que os obriga a trabalhar focados em metas e resultados X o irracional, que reporta o trabalho do surdo ao lugar da compaixão e da caridade.

É importante ressaltarmos que as classes que contemplam o *Segundo Eixo* congregam maior número de UCE's. Enquanto as classes do *Primeiro eixo* somam 632 UCE's, as classes que compõem o segundo totalizam 1.018 UCE's. Apesar do menor número de UCE's não é possível supor que o surdo tenha um repertório verbal mais pobre que o do ouvinte, porque não podemos perder de vista que estamos utilizando uma estratégia de análise para a Língua de Sinais a partir de sua interpretação. Assim, a análise do ALCESTE não considerou a Libras, e sim o Português falado pelo intérprete de sinais. Por trabalharmos com uma população que tem características específicas, é possível que as ideias expressadas por meio dos sinais representem um conjunto de significados muito maior que aquele traduzido verbalmente pelo intérprete. Portanto, estamos diante de uma

organização distinta e não deficitária. Neste caso, não podemos afirmar que o *corpus* das entrevistas dos empregadores é mais agregador ou mais rico que o *corpus* das entrevistas dos surdos.

Vale ressaltar que os achados nos autorizam refutar a hipótese da partilha de um campo comum das RS do trabalho de surdos por parte de empregadores e surdos (Doise et al., 1993), na medida em que encontramos duas RS diferentes. Esta constatação baseou-se na análise realizada pelo *software* ALCESTE, que evidenciou a polarização de dois eixos de significação claramente distintos, conforme podemos verificar no Dendograma exposto por meio da Figura 5. Nestes dois grandes eixos se evidencia a dicotomia entre o discurso dos empregadores e o discurso dos surdos.

É pertinente pensar que empregadores e surdos, além de constituírem grupos sociológicos distintos, são grupos sociais diferentes, pois para a TRS o conceito de grupo está ligado intrinsecamente à partilha de uma RS (Moliner, 1996). Ora, se entendemos que as RS têm função identitária, conforme defende Abric (1994), podemos imaginar que elas orientam a construção das identidades e permitem a manutenção das especificidades dos grupos.

Isso nos oportuniza dizer que as RS do trabalho de surdos são significadas de maneira diferente por surdos e empregadores. Os surdos concebem o trabalho a partir da sua importância, das estratégias e das dificuldades de comunicação, além de evidenciarem os ganhos que têm com sua inserção no mundo do trabalho. Reconhecem as dificuldades que enfrentam para esta inserção, mas asseguram estar dispostos a enfrentá-las tendo em vista as possibilidades de ascensão por meio do trabalho. Os empregadores falam com base no que a sociedade espera deles, que é a inclusão dos surdos no mercado, tentando conciliar esta resposta pautada na desajustabilidade social às necessidades da empresa. Sustentamos, desta

forma, que a dicotomia das RS do trabalho de surdos pode gerar dificuldades no diálogo entre surdos e empregadores, e isto pode representar uma barreira à inclusão laboral dos mesmos.

2 - As diferenças das falas em função das características dos sujeitos

Os resultados apresentados por meio da Análise Fatorial de Correspondência indicaram a presença de duas grandes dimensões, como pode ser observado na Figura 6.

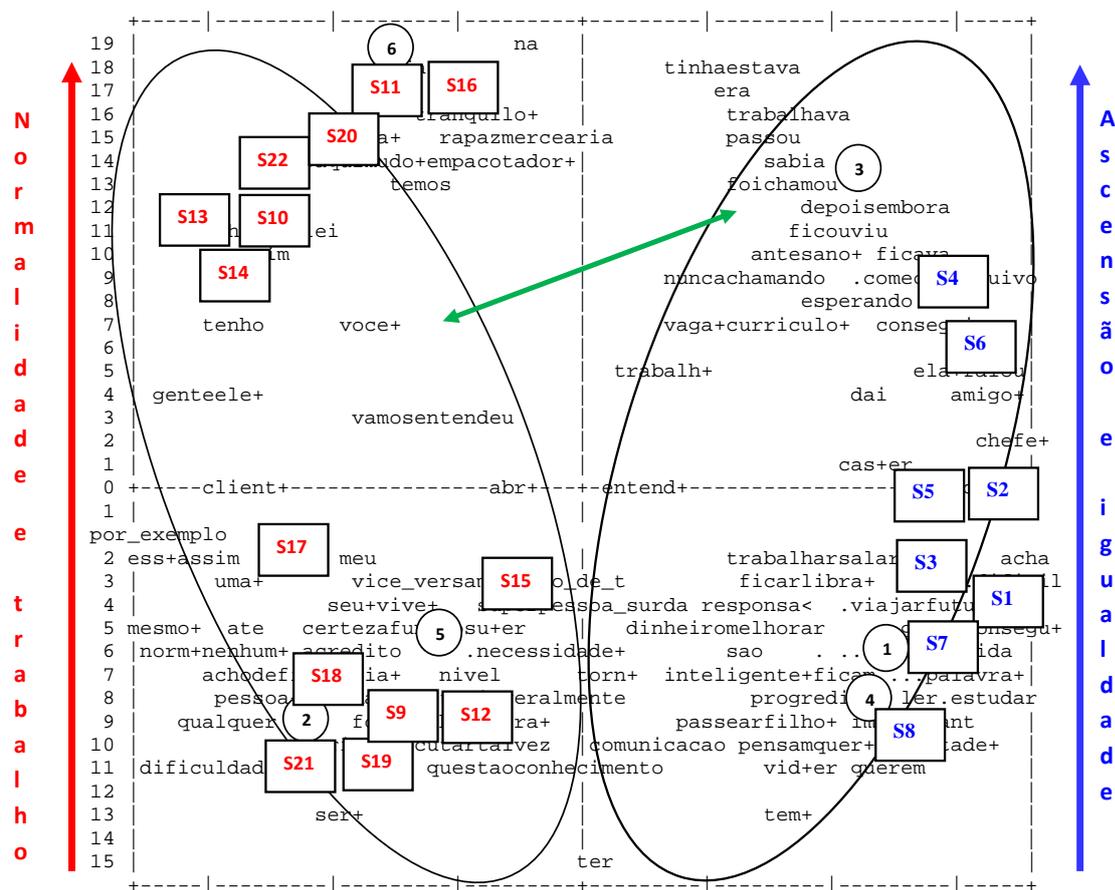


Figura 6. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos empregadores e dos surdos.

A primeira dimensão, à direita do plano fatorial (seta azul), é denominada *Ascensão e igualdade*, pois retrata a valoração do trabalho como via de promoção de progresso e igualdade dos surdos em relação aos ouvintes. A segunda dimensão, à esquerda do plano fatorial, representada pela seta vermelha, é denominada *Normalidade e trabalho* e reflete a tentativa de normalização do surdo e do seu trabalho por meio de discurso que elucida a desejabilidade de uma sociedade exposta à filosofia da inclusão.

A dimensão *Ascensão e igualdade* remete ao discurso dos oito surdos entrevistados neste estudo, estabelecendo uma tensão com a dimensão *Normalidade e trabalho*, representada pelos empregadores. Como podemos observar, as diferentes pertenças sociais dos sujeitos delimitam a oposição das respectivas dimensões, pois é nítida a aglomeração dos surdos (sujeitos marcados com a cor azul) de um lado X a dimensão onde se encontram os empregadores (sujeitos com a cor vermelha).

Na primeira dimensão (*Ascensão e igualdade*), os surdos sinalizam o significado do trabalho em suas vidas e as dificuldades para inserirem-se no mercado. As dificuldades de inserção e de permanência no mercado são agrupadas no plano superior, à direita. Observamos que este plano se encontra próxima à classe 3, que exprime os significados acerca das experiências dos surdos no contexto de trabalho, incluindo-se as histórias vivenciadas de preconceito, deboche e exploração por parte dos ouvintes. Além do mais, são relatados os problemas relativos ao preterimento de surdos profundos no momento da contratação. É interessante notar que o relato das dificuldades não é exclusivo dos surdos que não estão trabalhando. Em que pese as características dos participantes, os sujeitos mais próximos a este plano, e que por isso evidenciam maior relação com esta classe, são os sujeitos 4 e 6, um que trabalha e outro que não está trabalhando, respectivamente, o que nos leva a crer que as queixas das dificuldades de inserção e de permanência são inerentes aos

dois grupos de surdos.

Ainda em relação a esta dimensão, encontramos os relatos sobre a importância da comunicação e de um trabalho que proporcione salário, progresso, acesso aos bens de consumo e relacionamento com as pessoas. As classes 1 e 4 marcam este discurso e são representadas tanto pelos surdos empregados quanto por surdos desempregados. Porém, o sujeito 7, empregado e com curso superior incompleto, é o que mais se apropria do discurso relativo à comunicação. Apesar de os sujeitos desta dimensão realçaram a importância da comunicação, relatam que ela ainda se dá de forma incipiente, pois não há, conforme afirmam, uma disponibilidade por parte dos ouvintes para o aprendizado da língua de sinais, ou, quando o fazem, essa aprendizagem se desenvolve de forma rudimentar.

Estes resultados corroboram os achados do Estudo I, em que as surdas relataram que uma das dificuldades no/do emprego é justamente a comunicação. Sobre este tema, em comunicação pessoal realizada no dia 21 de agosto de 2007, um membro da diretoria da FENEIS, relatou à pesquisadora desta tese e à sua orientadora, com a mediação de um intérprete de Libras, que o problema de comunicação tem início na escolarização infantil e pode repercutir na inclusão do surdo no mercado de trabalho:

Acha que melhor seria começar pela área educacional, que hoje é uma bagunça. Desenvolver uma metodologia que leve em conta a identidade dos surdos. O processo de inclusão poderia ser feito de uma forma muito mais eficiente, onde os surdos estariam na sala de aula, mas com tratamento diferenciado. Talvez eles pudessem aprender muito melhor o idioma Português e já eliminaria o problema de comunicação e automaticamente a questão do trabalho melhoraria também. Então tudo começa na educação, porque é um problema, ele não trabalha porque não conhece Português, tem pouco conhecimento, não foi profissionalizado, mas por que

não foi? Porque não tem preparo no sistema educacional. Então como é que se faz, então tem que mudar lá na raiz o problema. Por exemplo, o padre mandou a mãe bater na mão dele, bater, bater, bater pra ele poder falar e ele sofreu. Aí ... Mandou crismar. Religião, não entendia nada, nada, zero por cento, mandava ler lá. Não entendia nada, como se fosse um papel riscado. Aí foi lá crismou, que é isso, Jesus, quem é Jesus? Porque acontece o seguinte, são duzentas pessoas ouvintes só quatro surdinhos lá no meio deles, tudo falando, falando, aprendendo, e os quatro lá tudo quieto só fala 'oi' (em Libras). O ouvinte aprende a falar 'oi', oh que bonitinho!

Esta fala sintetiza algumas queixas relatadas nos Estudos I e II. Notamos que, para os surdos de ambos os estudos, os problemas de comunicação permeiam as RS do trabalho de surdos elaborados pelos próprios surdos. Ao mesmo tempo, essas representações nos dão pistas de por onde se deve começar o entendimento do problema e onde está a raiz da sua solução. Entendemos que a inclusão laboral de surdos deve levar em conta não somente as adaptações físicas no ambiente de trabalho e o cumprimento de leis que tratam do tema, mas também abranger políticas públicas de educação/formação dos surdos. Apesar de a educação dos surdos não fazer parte do escopo desta tese, encontramos neste tema importante ponto de interseção com o trabalho dos surdos, que merece ser observado. Ratificamos as considerações de alguns autores (Bueno, 1998; Perlin, 2001; Skiliar, 2001a, 2001b; Quadros, 2003) que defendem que a educação dos surdos deve levar em conta não somente os aspectos da cultura ouvinte na qual estão inseridos, mas também a forma com que os surdos fazem a leitura do mundo, com base nas experiências viso-espaciais, e as diferenças políticas que constituem a cultura surda.

Esta dimensão, composta essencialmente por surdos, trata da importância do trabalho, suas dificuldades, principalmente no que tange aos problemas de comunicação.

Para além dos seus problemas, a comunicação é percebida como importante elemento que, quando bem desenvolvida, é promotora de igualdade em relação aos ouvintes. Já o trabalho, apesar dos preconceitos e dificuldades desde o momento da inserção, é entendido como fonte de dignificação do surdo.

Mas, o que nos diz a outra dimensão?

A segunda dimensão, intitulada *Normalidade e trabalho*, retrata as falas dos empregadores sobre o surdo e seu trabalho. No quadrante superior esquerdo se posicionam os discursos de sete empregadores. Destes, seis empregam surdos em seus estabelecimentos, o que nos leva a considerar que se trata de um quadrante tipicamente de empregadores que empregam surdos. Segundo descrevem, a convivência com o surdo no ambiente de trabalho é tranquila, pois esses desenvolvem seu trabalho com eficiência.

Ainda na mesma dimensão, no quadrante inferior esquerdo, os empregadores, representados pela maioria que não empregam surdos, tentam defini-los como pessoas normais, mas que enfrentam várias barreiras devido ao preconceito das outras pessoas. Acreditam que, apesar da suposta normalidade, surdos são pessoas que necessitam de cuidado especial, pois têm menor conhecimento acerca do mundo quando comparados aos ouvintes.

Esta racionalidade contraditória no discurso dos empregadores, que ora ratificam a normalidade do surdo, ora salientam sua deficiência e suas dificuldades, colocando-o no lugar de “coitadinho” e alvo do preconceito alheio - pode ser compreendida pela TRS. Spink (1993) enfatiza que o pensamento do senso comum é marcado não somente pela lógica e coerência, mas também pela diversidade e contradição. No caso de nossos participantes, acreditamos haver a tentativa de articular seus conhecimentos prévios sobre deficiências e diversidade humana com as pressões sociais em prol da inclusão. Por outro lado, é levado,

devido ao cargo que ocupa, a priorizar as demandas comerciais: vender, alcançar metas e atender os clientes. Essa mistura de ancoragens e objetivações, em um processo interativo e dinâmico, colabora para construção de sua forma de interpretar o surdo e o seu trabalho.

Como podemos perceber, os discursos dos participantes congregam não somente diferenças interclasses, mas também intraclasse. Desta forma, posteriormente, faremos uma análise de cada grupo de participantes em separado, tentando identificar, com mais detalhes, as nuances destes discursos.

3 - Ancoragens das diferenças

Os resultados da Análise Fatorial de Correspondência das falas dos empregadores e dos surdos indicam diferentes posicionamentos frente às RS do trabalho de surdos. Isto nos leva a questionar o motivo destas diferenças na representação do mesmo objeto. Doise (1990) lembra que as RS são princípios geradores de tomadas de posição e relacionam-se com as inserções sociais dos sujeitos. Daí podemos depreender que, se surdos e empregadores têm posições sociais diferentes, seria de se esperar que tivessem igualmente RS sobre o trabalho de surdos distintas. A história dos surdos foi marcada por oscilações quanto ao respeito às suas diferenças e à aceitação de sua língua e passou por diferentes fases até chegar ao movimento de inclusão, que preconiza a inserção social do surdo e a consideração de sua língua e sua cultura. Esta história, muitas vezes escrita pelas mãos dos ouvintes, ditou parâmetros pautados, sobretudo, na desmutização do surdo e no ouvintismo (Mottez, 1992; Perlin, 2001; Skliar, 2001a, 2001b).

Estes autores advertem que embora vivamos um momento histórico marcado pelo discurso da inclusão de grupos minoritários, na prática, podemos estar experienciando uma “inserção às avessas”, na medida em que se difunde a homogeneização, que desconsidera as peculiaridades dos “incluídos”, silenciando suas vozes e gerando ainda mais exclusão.

A própria definição de surdez explicitada pelos empregadores, marcada por um paradoxal jogo de mostrar/esconder a deficiência dos surdos, reflete a visão clínico-terapêutica. Para os empregadores, a surdez significa ser normal, mas ter mais dificuldade e ser mais lento para obter o conhecimento. Para os surdos, ela é marcada pela diferença na comunicação e na forma de apreender o mundo. Esses achados corroboram as conclusões de Wrigley (1996), cuja tese é a de que se para os ouvintes a surdez é definida pelo impedimento auditivo, para os surdos, é caracterizada pelos matizes culturais e linguísticos. Ademais, como nos aponta Lopes (2001, p. 109), “a falácia da ‘igualdade’ camufla outras narrativas e poderes desiguais que mostram a discriminação e o fracasso de muitos grupos culturais”.

Para os empregadores que não empregam, surdos são trabalhadores como outros quaisquer, apesar de serem “mais sensíveis”, mais divertidos, mais obedientes. Merecem, porém, nossa compaixão e têm necessidade de tutoria de instituições especializadas. A fim de entender melhor estes achados, recorreremos à Thoma (2001), que, em pesquisa com profissionais de uma escola de Porto Alegre, encontrou dados semelhantes. Nos depoimentos dos participantes de sua pesquisa, o significado de ser surdo relacionava-se à noção de sujeito infantil, que carece de cuidados para desenvolver-se e conviver com os ouvintes. Para a autora, a ideia corrente gira em torno da manipulação política, que faz com que o objetivo a perseguir seja sempre a adaptação ao mundo dos ouvintes. Thoma argumenta que “na melhor das hipóteses” o surdo tem sido visto como sujeito com possibilidades de sucesso, desde que consiga superar as dificuldades que sua condição biológica impõe.

Os que empregam focalizam as situações diárias que demonstram e comprovam o desempenho dos surdos e o seu próprio desempenho. Os surdos dizem que desejam trabalhar para obter bens de consumo e bem-estar psicológico e asseguram que sempre que

trabalharam foram bem sucedidos. De fato, todos os participantes ressaltam a importância do trabalho para surdos e ouvintes. O labor, desta forma, é entendido como fonte de satisfação e desenvolvimento. Esta ideia é corroborada pela corrente da Psicologia sócio-histórica. Esta corrente defende que por meio da atividade humana os sujeitos podem adaptar-se à natureza e ao mesmo tempo modificá-la, internalizando capacidades das gerações anteriores e desenvolvendo novas e superiores habilidades (Leontiev, 1978). Tendo em vista estes pressupostos, acreditamos que o trabalho, remunerado e não-remunerado, é uma atividade que proporciona o desenvolvimento das funções psicológicas dos sujeitos.

A importância que empregadores e surdos atribuem ao trabalho corrobora com os estudos sobre centralidade do trabalho, que evidenciam sua importância para a vida das pessoas, ainda que em uma sociedade marcada pelo desemprego e por outros valores (Oliveira, 1998; Antunes, 2000, 2003, 2004; Borges, 2001).

Verificamos que os surdos se queixam de uma comunicação incipiente com os ouvintes. Já os empregadores, principalmente aqueles que empregam surdos, garantem que conseguem se comunicar com eles seja por gestos, leitura labial ou por escrito. Será que os surdos e os empregadores estão falando da mesma comunicação? Parece que não. Entendemos, com base neste estudo, que os surdos reconhecem a existência de uma comunicação inicial, básica com os ouvintes, mas esta comunicação, segundo analisam, é precária e sem profundidade. Quadros (2003) defende que a linguagem é primordial na identificação e no reconhecimento do ser. Sendo assim, os surdos, ao se autodefinirem, marcam a diferença pela via da linguagem, até mesmo ao se reconhecerem como surdos ou surdos oralizados, o contrário do que nomeiam de ouvinte.

A ideia de uma exclusão total dos surdos não nos parece adequada. Na verdade, desde o nascimento, essas pessoas se encontram em contato com o mundo ouvinte. Não

queremos com isto negar a exclusão que desconsidera sua língua, seus direitos, seu acesso à educação de qualidade. Queremos dizer que desde cedo os surdos compartilham também da cultura dos ouvintes e não ficam ilesos a ela. Precocemente eles iniciam as comparações, as categorizações, que os ajudam a saber quem eles são. Por isso, quando “tocados” pelos estereótipos podem ter dificuldades de se autodefinirem positivamente. Evidenciamos que os surdos encontram-se em uma fase de transição em relação à construção das suas identidades. De um lado, definem-se como inteligentes, trabalhadores, animados e cooperativos. De outro, acreditam ser mais lentos para aprender, devido às diferenças na comunicação com os ouvintes. Isto nos reporta a Perlin (2001), autora surda, para quem as relações sociais onde se realizam as representações da alteridade surda são relações onde prevalecem poderes. Desta forma, Perlin identifica algumas facetas diferentes das identidades surdas. Uma delas, a identidade surda de transição. Esta refere-se aos surdos que conviveram, desde o nascimento, com a cultura hegemônica dos ouvintes. Após contato com a comunidade e cultura surdas, passaram por momento de transição, no qual, apesar da internalização de estigmas ouvintistas, que inclusive participam na construção das suas identidades, começam a tomar consciência de suas particularidades e de suas potencialidades.

Estas reflexões nos remetem a Tajfel (1974, 1981). Para este autor, a fim de preservar e garantir uma identidade individual positiva, os sujeitos tendem a valorizar e avaliar o grupo positivamente. Para Quadros (2003, p.94), “o surdo se vê como diferente (como sujeito que reivindica seus espaços)”, o que se expressa no fato de os surdos identificarem a maior facilidade dos ouvintes no trabalho e assegurarem que não estão empregados porque encontram dificuldades de diversas ordens. Mas, se estão empregados, merecem o reconhecimento dos ouvintes porque tiveram que superar muitas barreiras para estarem ali.

Ao buscar uma via de ancoragem para explicar as diferenciações entre os dois

grupos, identificamos que empregadores e surdos não possuem a mesma representação porque não compartilham as mesmas modalidades de comunicação que os ouvintes. Os tipos de comunicação - escrita, gestos rudimentares feitos pelos ouvintes ou leitura labial - não permitem que os empregadores percebam mais profundamente as verdadeiras necessidades dos surdos. Parece que eles estão decifrando a linguagem de outro ouvinte: o que é importante para a empresa e o que é considerado bom pela sociedade. A base da construção de uma RS é a comunicação (Jodelet, 2001). Assim, pode-se supor que a presença de uma comunicação truncada, apoiada em significações distintas acerca dos objetos sociais colabora para explicar a presença de RS distintas acerca do trabalho dos surdos e vice-versa. Este objeto suscita elementos que são diferentes dos elementos do outro grupo. De fato, o campo comum das RS é partilhado no processo de comunicação. Assim, uma vez que este processo está comprometido, como surdos e ouvintes confirmam, não há efetivamente porque esperar a partilha de um campo comum nas representações.

A constatação de representações distintas refuta a hipótese da partilha de um campo comum e nos conduz à análise das RS de cada grupo isoladamente, buscando identificar detalhadamente seus conteúdos e suas variações intragrúpicos.

COM A PALAVRA, OS EMPREGADORES: AS RS DO TRABALHO DE SURDOS

1. O campo comum das RS do trabalho de surdos elaborados por empregadores

A análise do *corpus* das entrevistas dos 14 empregadores por meio do *software* ALCESTE se mostrou estável, uma vez que, ao ser repetida, apresentou resultados semelhantes. O *software* analisou 61.195 palavras, sendo 4.220 palavras diferentes, com uma média de 15 ocorrências por palavra. Os resultados indicaram a presença de dois grandes eixos. O eixo que engloba as classes 1, 4 e 5, que denominamos de ***Do desconhecido ao conhecido: processos de familiarização***, que descreve a tentativa dos empregadores de compreender a surdez e dominar todo o estranhamento gerado pelo desconhecido universo dos surdos. Os empregadores reconhecem que por meio do trabalho o surdo pode se dignificar, mas realçam os preconceitos e as dificuldades vivenciadas por eles. Falam, principalmente, dos preconceitos dos “outros”. Já o eixo composto pelas classes 2 e 3, que denominamos de ***Relações cotidianas com os surdos no contexto do trabalho***, remete às relações vivenciadas na interação surdo-empregador, assim como às estratégias de convivência e de comunicação utilizadas pelos empregadores.

A Figura 7 apresenta o Dendograma das classes estáveis, extraído por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CDH).

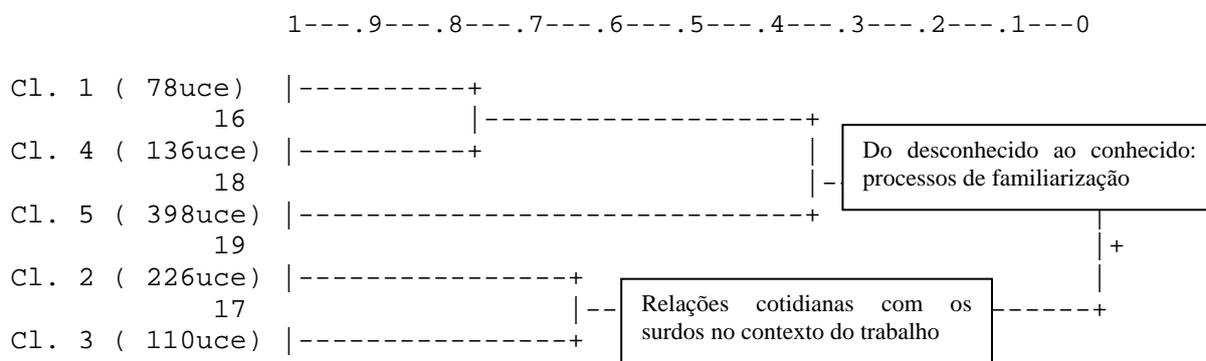


Figura 7. Classificação Hierárquica Descendente sobre o Discurso dos Empregadores (N=14).

EIXO - DO DESCONHECIDO AO CONHECIDO: PROCESSOS DE FAMILIARIZAÇÃO

Classe 1- O diferente como normal

Esta classe abrange 78 UCE's e explica 8,23% da variância total do *corpus*. As falas dos sujeitos desta classe expressam a necessidade de dominar o estranhamento frente a surdez. Diante disto, surge a pressão para tratar igualmente os diferentes, caracterizada no discurso pautado na deseabilidade social. Assim, ao mesmo tempo que os empregadores consideram o surdo uma pessoa normal, discorrem que ele é diferente, mas não sabem especificar ao certo a natureza desta diferença. Para eles, tratar o diferente como igual é, de certa forma, falar que ele é normal, eliminando a patologia da diferença.

Na Tabela 16 podemos visualizar as palavras que obtiveram maior *Qui quadrado* nesta classe. Os empregadores realçam a normalidade do surdo, mas dizem que somente no futuro o valor do seu trabalho será reconhecido (futuramente, conhecimento, necessidade). A insistência em falar da normalidade do surdo parece exprimir uma tentativa de decifrar a surdez, que até então lhe era estranha.

Tabela 16. Classe 1. O diferente como normal.

| CLASSE 1: O DIFERENTE COMO NORMAL | χ^2 |
|------------------------------------------|----------------------------|
| Até | 41.59 |
| Conhecimento | 52.95 |
| Entendeu | 73.87 |
| Futuramente | 44.80 |
| Mesmo | 47.28 |
| Necessidade | 185.72 |
| Ponto | 59.19 |
| Ponto de vista | 134.78 |
| Supor | 99.51 |
| Vice-versa | 146.20 |
| 8.23% | |

Não obstante a expressa necessidade de afirmar a normalidade dos surdos, os discursos dos participantes revelam o estranhamento por parte destes sujeitos diante da surdez. Os empregadores relatam que é “muito complicado” definir e entender o que é a surdez e o sujeito surdo. Diante desta dificuldade, tentam normalizar o diferente, afirmando que os surdos são muito parecidos com os ouvintes e, portanto, normais. Por trás desta afirmação, parece haver a pressão para a normatização, em torno da qual se estrutura um “discurso politicamente correto”.

Ao longo das entrevistas percebemos que o tratamento dispensado aos surdos, igualando-os aos ouvintes, não é totalmente capaz de camuflar a percepção negativa dos empregadores sobre os surdos. Quando reconhecem que percebem os surdos como diferentes apoiam-se em noções que os desqualificam, assinalando que eles têm menos conhecimentos, têm dificuldade de se fazer entender e entender as coisas ao seu redor, comunicam-se por gestos, e as tarefas que fazem geralmente são aquelas que exigem menor qualificação. Isto é demonstrado, principalmente, quando os gerentes dizem que o surdo não tem o mesmo conhecimento que os ouvintes, é mais lento para “pegar as coisas” e não tem a possibilidade de assumir as mesmas responsabilidades.

É uma pessoa normal. A partir do momento que você percebe, vamos supor, é um ponto assim até meio difícil de explicar, porque é uma pessoa normal. /.../, só que a diferença é que a pessoa que não é surda, vamos supor, você fala alguma coisa ele já captura. E o surdo não, para você estar passando alguma coisa para ele você tem que estar sinalizando ou mostrando algo para ele, até mesmo por escrito, a diferença é essa. É uma pessoa que tem um cuidado especial, para mim é isso. /.../ É uma pessoa especial (S7 – 39 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Como vimos, apesar da afirmação contundente da normalidade do surdo, o participante realça sua diferença, suas necessidades próprias e especiais. Porém, demonstra dificuldade de clarificar qual a natureza desta diferença. Afirma que o surdo é diferente, mas diz não ser tão diferente assim. A tentativa de normalização do surdo parece se enquadrar na ideia marcada pelo histórico binômio normal X anormal, que impôs e ainda impõe a sobreposição do mundo ouvinte sobre o universo dos surdos.

Em relação a tais categorizações, que são baseadas em estereótipos e interferem na construção das identidades dos surdos, Perlin (2001; p. 54) assinala que

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, a uma representação que não conduz a uma política da identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada.

De fato, apesar das dificuldades de especificar as diferenças dos surdos, os gerentes, no transcorrer das entrevistas, clarificam esta diferenciação apontando para algumas dificuldades dos surdos. Falam dos problemas de comunicação como elemento que salienta as diferenças entre surdos e ouvintes, na medida em que os primeiros têm dificuldade de conversar e de transmitir o que querem falar. Os ouvintes também têm dificuldades de se fazerem entender pelos surdos, pois, como argumentam, tudo tem que ser sinalizado para eles. Em síntese, a maior dificuldade descrita é a que se refere à comunicação, que seria responsável pelo temperamento mais irritado e sensível dos surdos.

É mais temperamental. Eu acho porque ele não expõe o que ele tem vontade, só com gesto. Tem hora que ele quer falar e não consegue (S12 – 30 anos, empregador, Superior

Incompleto).

A normalidade dos surdos citada pelos empregadores é caracterizada, sobretudo, com base na ideia de submissão. Isto pode ser observado na fala de um dos participantes, a qual supõe que se os surdos se submetem às normas são mais aceitos pelos ouvintes. Os empregadores enumeram as qualidades que os surdos devem possuir para serem aceitos no mercado de trabalho: ser educado, ter conhecimento e ter atitude favorável. Inclusive, discorrem que gostariam de ter mais funcionários surdos, devido à facilidade de aceitarem as regras da empresa.

Uma pessoa que está ali sempre prestativo, mantendo o seu local de trabalho sempre organizado, limpo. É uma pessoa normal, entendeu? A necessidade é só que a pessoa, futuramente, vai ter um conhecimento que até mesmo ela vai fazer gesto que não está ouvindo ou vice-versa (S7 – 39 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Estes achados nos autorizam pensar que as identidades surdas, conforme assegura Klein (2001, p. 79), são marcadas pelos poderes implícitos e explícitos que permeiam os discursos sobre sua formação e atuação profissional. A autora argumenta que a educação dos surdos para o labor esteve, e ainda está, centrada no treinamento comportamental que visa produzir “surdos aceitáveis para a sociedade dos que ouvem”.

Ainda em relação às características dos surdos, os empregadores fazem alusão à sua pouca escolaridade, insinuando que eles não têm a escolarização necessária para inserir-se no mercado de trabalho.

A escolaridade. Eu acho que isso aí, está naquela perguntinha anterior, da formação dele. O surdo-mudo, muitos deles não tiveram oportunidade de ir pra escola (S6 – 35

anos, empregador, Superior Incompleto).

Como dissemos, os empregadores ressaltam que surdos são normais, mas deixam escapar algumas ideias pré-concebidas sobre eles. Porém, quando falam da discriminação em relação ao surdo, falam do “outro”, demonstrando, mais uma vez, a pressão para ser “politicamente correto” e tratar o diferente de forma igual. Então, eles afirmam pela “boca” de outros empregadores, ou mesmo por meio de uma “entidade abstrata”, que “o mercado de trabalho fecha as portas”. Porém, quem seria o “mercado de trabalho”?

Afirmar o discurso socialmente aceito e referir-se ao preconceito dos outros são estratégias que parecem coadunar com aquilo que se denomina Zona Muda. A Zona Muda diz respeito a uma representação que, embora partilhada por um grupo, é escondida ou “mascarada” devido à sua inadequação social. Estas representações “não se revelam facilmente nos discursos diários e, ainda mais, nos questionários de investigação. Os estereótipos negativos e os preconceitos incluem-se nesta categoria” (Menin, 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29843.pdf>. Acessado: 14 de julho de 2009).

Assim, desenvolveu-se uma técnica que tenta capturar estas representações: Técnica da Zona Muda. A técnica prescreve que, para alcançar a zona muda, é preciso reduzir a pressão normativa, atribuindo ao outro determinados pensamentos, a fim de reduzir a implicação do sujeito com um determinado contexto. Desta forma, pede-se a pessoa que dê sua própria opinião sobre determinado tema. Depois, pede-se que responda como outro que tenha proximidade faria quando questionado sobre o mesmo tema.

Os resultados mostraram que, para os participantes, oferecer oportunidade de trabalho aos surdos é dar “um ombro amigo”. Desta forma, empregar surdos é um ato fundado não apenas na racionalidade, mas também na afetividade e na solidariedade, o que possibilita a inclusão do diferente. Este discurso traz um conteúdo afetivo e emocional.

Presumimos que este discurso auxilia a aceitação dos surdos em um ambiente dominado pela racionalidade. Pois, de certa forma, vem na “contramão” da racionalidade que orienta o ambiente de trabalho.

Mesmo pautando-se em uma noção de caridade, empregar surdos exige que o ambiente de trabalho seja preparado para recebê-los. Os empregadores, segundo seus próprios relatos, precisam de orientação na relação com os surdos. Para diminuir o estranhamento diante do desconhecido e para tentar compreender o objeto não-familiar, eles reafirmam a necessidade de que alguém, como os funcionários do setor de recursos humanos, os ajudem a compreender o universo dos surdos.

Classe 4- O trabalho assegurando a normalidade dos surdos

Esta classe engloba 136 UCE's e, portanto, explica uma porcentagem maior do *corpus* total (14, 35%), em comparação com a classe anterior. Por isso, esta análise nos autoriza a pensar que atrelada à pressão por tratar o diferente como igual, encontra-se a crença de que o trabalho pode ser uma via para a dignificação e a normalização dos surdos.

Os achados apontam para a exaltação do trabalho como agente de realização e de dignificação do ser humano, conforme palavras apontadas como mais significativas (Dignidade, dignifica, família, filho, responsabilidade, útil) pela Tabela 17.

Tabela 17. Classe 4. O trabalho assegurando a normalidade dos surdos.

| CLASSE 4: O TRABALHO ASSEGURANDO A NORMALIDADE DOS SURDOS | χ^2 |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Dignidade | 48.17 |
| Dignifica | 35.14 |
| Família | 54.37 |
| Filho | 47.08 |
| Importante | 38.77 |
| Responsabilidade | 41.52 |
| Seu | 52.74 |
| Trabalho | 67.07 |
| Útil | 41.23 |
| Vida | 80.89 |
| 14.35 % | |

Podemos identificar que para os empregadores, o trabalho significa ter responsabilidade e sentir-se útil. Além disso, traz a possibilidade do surdo ter uma vida mais feliz e saudável. Para os empregadores, o trabalho representa não somente ter a integridade moral, mas também ter a integridade física, conforme evidenciado na seguinte fala:

Trabalho é responsabilidade, criatividade, faz bem para saúde e diversão (S9 – 37 anos, empregador, Ensino Médio Incompleto).

As respostas dos participantes da pesquisa nos conduzem ao entendimento de que o trabalho também traz a possibilidade do surdo poder ajudar a família e formar a sua própria linhagem. Este significado vai ao encontro daqueles evidenciados pelos surdos do Estudo I, bem como ao encontro das respostas dos surdos deste estudo, que serão apresentadas posteriormente. Os surdos atribuem valor ao trabalho nos seus aspectos relacionais, ou seja, como um instrumento capaz de ajudar a família e poder dar uma boa educação aos filhos.

O trabalho dignifica a pessoa. Traz o bem estar, que traz o prazer, que traz alegria, que traz a formação de uma boa família (S1 – 41 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Na opinião dos empregadores, o trabalho possibilita a restauração da dignidade do surdo. Tanto que, para eles, os surdos que trabalham são mais felizes, mais dispostos e mais motivados em relação à vida. A ausência do trabalho para os surdos pode trazer a depressão e a baixa autoestima.

Acho que os que estão em casa ficam deprimidos, não veem mais expectativa nenhuma, não se veem no mercado de trabalho e até sua autoestima deve ficar muito baixa. (...) Em matéria nenhuma eles podem ser iguais. Vai ter uma diferença muito grande. O que trabalha com certeza vai estar muito mais feliz (S1 – 41 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

A importância dada pelos empregadores ao trabalho é reiterada por Pinto (2000), em sua dissertação de mestrado intitulada “Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou”, ao assegurar que o labor é um eixo central na vida humana, pois, a partir dele é possível alcançar a plenitude, a legitimação social, o pertencimento grupal e a construção das identidades. O trabalho, desta maneira, traz o senso de realização e de utilidade, que muitas vezes pode promover a felicidade. A ausência do trabalho, pelo contrário, pode trazer a desilusão e a baixa autoestima. No caso dos surdos, não poderia ser diferente.

Os empregadores questionam: quais os fatores que interferem no fato de alguns surdos não estarem trabalhando? Para responder a esta pergunta, fazem referência à falta de oportunidades, mas, ao mesmo tempo, mencionam a possibilidade do surdo não estar disposto a enfrentar o mercado de trabalho.

“É falta de uma oportunidade, será que é por falta de motivação própria? O que às vezes causa isso?” (S2 – 32 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Na tentativa de compreender as dificuldades enfrentadas pelos surdos em inserir-se e manter-se no mercado de trabalho, ancoram suas falas em algo que já conhecem, responsabilizando a família dos surdos por um suposto tratamento diferenciado.

Porque a própria família no caso, a mãe do surdo, o pai, pela deficiência, eles já tratam de forma diferente. Não, não ele vai ser discriminado! Já tem medo e eu acho que já limitam (S5 – 38 anos, empregador, Superior Incompleto).

Em síntese, para os empregadores, o trabalho adquire papel de suma importância para a vida dos surdos, na medida em que, por meio dele podem alcançar a felicidade, a sua dignidade e a dignidade da sua família. Por isso, o trabalho representa não somente a ascensão financeira, mas a ascensão moral, haja vista que a sua falta traz a depressão e a acomodação. Para tentar dominar o desconhecimento dos fatores que interferem no fato dos surdos não estarem trabalhando, responsabilizam os aspectos sociais e financeiros, que se relacionam com a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a superproteção familiar, bem como os fatores individuais, onde o próprio surdo seria o responsável pelo seu desemprego, sugerindo que este não encontra trabalho porque não se esforça.

Classe 5- O preconceito frente ao desconhecido

Esta classe agrega um grande número de UCE's (explicando 41.98 % da variância total do *corpus*). Nesta classe os empregadores fazem menção a algumas barreiras encontradas pelos surdos para se inserirem e permanecerem no trabalho. Estas dificuldades dos surdos em relação ao trabalho podem ser sinalizadas por meio do sentido que as palavras

da Tabela 18 assumem no discurso dos empregadores.

Tabela 18. Classe 5. O preconceito frente ao desconhecido.

| CLASSE 5: O PRECONCEITO FRENTE AO DESCONHECIDO | χ^2 |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------|
| Acredito | 42.12 |
| Contratar | 32.21 |
| Dificuldade | 60.43 |
| Currículo | 26.79 |
| Empresa | 36.77 |
| Função | 30.06 |
| Nenhum | 28.16 |
| Seria | 42.17 |
| Talvez | 36.94 |
| 41.98 % | |

Quando os empregadores comentam os entraves encontrados pelos surdos no mercado de trabalho citam principalmente o preconceito. Mas, como já afirmamos na discussão da Classe 1, os empregadores utilizam a “boca do outro” para fazer emergir este discurso. Dizem que os outros discriminam, mas ele e o seu supermercado não têm tal atitude. Assim, os participantes fazem menção ao preconceito do outro, representado, principalmente, pelo “mercado de trabalho”, os clientes, os funcionários e os gerentes dos outros supermercados, apesar de demonstrarem, eles próprios, algumas atitudes preconceituosas:

Eu acho que as pessoas que escutam têm que diminuir o preconceito. Acho que só a questão de preconceito mesmo. Essa ideia que a pessoa já tem formada: ah, vai me dar problema, não vai dar conta (S5 – 38 anos, empregador, Superior Incompleto).

O processo de atribuir ao outro a causa dos problemas, que no nosso caso é o preconceito, é discutido por Joffe (1994). A autora salienta que os sujeitos tendem a atribuir a culpa ao outro com o objetivo de compreender um fenômeno. Assim, para criar uma sensação de conforto e de controle da situação diante de algo não-familiar são criadas representações defensivas, como aquelas relacionadas à ideia do “eu não”, “meu grupo não”. “O que se busca é o controle e o sentido de comunidade por meio da projeção do medo na realidade externa” (p. 317).

O preconceito pode ser explicado a partir de várias perspectivas. Segundo Pereira, Torres e Almeida (2003), a definição clássica desse fenômeno é dada por Allport na década de 1950. Para este teórico, o preconceito é uma atitude negativa em relação a uma pessoa com base na crença de que ela é integrante de um grupo que tem características indesejadas. Outras teorias, elaboradas principalmente a partir da década de 1940, atribuem o preconceito à frustração-agressão ou a uma característica autoritária de personalidade. Da parte da teoria da cognição social, o preconceito é explicado pelo prisma do erro do processamento da informação. Apesar de dar pistas iniciais para a compreensão deste fenômeno, estas perspectivas têm sido amplamente criticadas, pois explicam o preconceito com base em fatores meramente individuais, desconsiderando seus componentes sociais e culturais.

Vale destacar que, conceitualmente, o preconceito é entendido como conjunto de ideias extremamente genéricas, que tem como base os estereótipos, e que redundam em atitude e comportamento injusto e negativo em relação a um grupo ou a uma pessoa que supostamente é membro daquele grupo. É formado por componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Entre os aspectos cognitivos, podemos destacar as crenças fundadas em estereótipos em relação ao grupo que sofre o preconceito. Em relação aos aspectos afetivos, encontram-se as emoções geradas diante da presença ou da mera lembrança do indivíduo ou

do grupo alvo do preconceito. Já os componentes comportamentais, congregam as predisposições para se comportar de maneira discriminatória quando se é obrigado a estabelecer contatos com membros do grupo alvo do preconceito (Pereira, 2002).

A relação causal preconceito-discriminação, apesar de citada por muitos autores, nem sempre é tida como verdadeira. Nesta perspectiva, uma pessoa pode ser extremamente preconceituosa e não encontrar os meios e as condições para adotar comportamentos discriminatórios, seja por força de lei ou por pressão do ambiente. Por outro lado, o sujeito pode não apresentar qualquer preconceito em relação aos membros de um determinado grupo social, mas, por força de normas do grupo, pode adotar comportamentos discriminatórios. Atualmente, há uma forma distinta de preconceito e discriminação. “Quem discrimina, apesar de ser uma pessoa que explicitamente professa valores igualitários e que se vê como alguém desprovido de preconceitos, termina por discriminar ou adotar uma atitude preconceituosa em relação a um outro” (Pereira, 2002, p.79). Esta forma de preconceito, na maioria das vezes, é praticada de maneira bastante sutil. Pensamos ter encontrado esta nova forma de preconceito, apontada por Pereira, neste estudo, pois atualmente, há pressão social em torno da extinção de todas as formas de discriminação e preconceito. Desta forma, o discurso dos empregadores demonstra a negação do preconceito por parte do próprio grupo, atribuindo-o ao grupo alheio.

Seguindo a vertente psicossociológica, representada pela TIS, o preconceito assume dimensão psicossocial, pois surge como recurso para afirmação de *status* e autoestima por meio da valorização das características do grupo próprio e a desvalorização do grupo alheio. Para isso, os sujeitos tendem a realizar um ordenamento do mundo social, com base no que Tajfel (1981) denominou categorização. Este ordenamento, conhecido como diferenciação intergrupala, permite a identificação do que é característico ao grupo próprio, o que pode

gerar um processo de comparação entre “nós” e “eles”.

No processo de comparação social, ocorre a diferenciação e a valorização das características do grupo próprio em detrimento do grupo alheio, gerando-se aí uma identidade social positiva. Portanto, o preconceito é processo tipicamente social, promovido pela inserção dos sujeitos em certas categorias sociais e por seu grau de identificação, que demarca o caráter das crenças e conhecimentos partilhados sobre a natureza do grupo próprio e dos grupos alheios. Assim, quanto maior a identificação com o grupo próprio, maior a diferenciação entre as características do *ingroup* e do *outgroup*, e, mais preservada a identidade social positivada (Pereira et. al, 2003).

Complementando esta perspectiva, Doise (1982) assegura que o preconceito é decorrente das relações de poder que permeiam os grupos. Estas relações geram representações ideológicas que justificam atitudes de discriminação e preconceito em relação aos indivíduos provenientes de grupos minoritários. Tendo isto em vista, os processos de preconceito são permeados pelos matizes das relações entre os grupos sociais, e pelas relações de poder daí decorrentes.

Com base no que foi exposto, concluímos que os sujeitos tendem a simplificar e significar o mundo ao seu redor por meio de processo que exacerba diferenças interclasse e minimizam diferenças intraclasse. Além da categorização, a comparação social também entra em jogo, pois as comparações serão tanto mais distorcidas quanto maior a necessidade de positivar a imagem do *ingroup* e, conseqüentemente, de si próprio. Em se tratando do *outgroup*, há tendência a atribuir comportamentos negativos e a negligenciar aspectos positivos do grupo.

Analisando os dados colhidos nesta pesquisa, constatamos nos relatos dos empregadores a referência aos preconceitos como típicos de quem não conhece os surdos e

suas capacidades. Alegam que após conhecerem e conviverem com um surdo podem “driblar” os problemas de comunicação, com estratégias como leitura labial, mímica, gestos e escrita. Para os empregadores, todas as pessoas que empregam surdos percebem que eles são capazes de exercer diversas funções, desde que não sejam relacionadas à área de atendimento ao cliente. Estas funções seriam, principalmente, em áreas internas, como centro de faturamentos, precificação e informática.

Realmente, observamos nas respostas uma tendência dos participantes que não empregam surdos em dissertar sobre preconceitos em maior escala que aqueles que os empregam. Parece que aqueles que não empregam surdos, por falarem de um “lugar do desconhecido”, temem as dificuldades que podem aparecer com sua contratação. Já os que empregam parecem atenuar o impacto destas dificuldades, tendo em vista as estratégias possíveis e já utilizadas na relação com os surdos no cotidiano. Portanto, é possível afirmar que a familiarização com os surdos pode desenhar possibilidades não pensadas por aqueles que não os empregam.

Esta constatação corrobora com uma das propostas de combate ao preconceito: a hipótese do contato. De acordo com Pereira (2002), esta hipótese sustenta que o preconceito pode diminuir, consideravelmente, caso pessoas de grupos diferentes estabeleçam contato mais intenso entre si. Porém, esta teoria não considera a possibilidade de o contato “acirrar os ânimos” dos grupos. Por isso, quando nos referimos a este recurso, temos em mente a insuficiência do simples contato. É preciso considerar que, como postula Pereira, o contato deve contar com forte apoio instrucional e vir acompanhado, principalmente, de estratégias de maximização da cooperação e minimização da competição.

Os participantes relatam que uma das razões para não empregarem surdos é o pouco interesse destas pessoas, que não procuram trabalho.

Eles não entregam currículo, então eles precisam realmente estar se preparando em alguma área. Não tem, a gente não vê essas pessoas entregarem currículos (S1 – 41 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Outro fator apontado pelos empregadores que impede a contratação dos surdos é a pouca qualificação. Os empregadores dizem que a empresa não pode contratar estes sujeitos somente porque são surdos, mas porque estes têm possibilidades de serem bons funcionários. A pouca qualificação, segundo os empregadores, pode advir da superproteção dos pais, como podemos perceber na seguinte fala:

Eu posso contar nos dedos os que procuram. E os que procuram nesses anos todos que eu tenho de empresa, os que procuraram não tinham qualificação. Por causa da formação dos pais. Porque a limitação dos pais, mesmos os pais impõe (S5 – 38 anos, empregador, Superior Incompleto).

Quando se referem à deficiência na formação, os empregadores atribuem às instituições de formação de pessoas com necessidades especiais - como a APAE, o Senac e a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA) - a responsabilidade de qualificarem e acompanharem a contratação e a permanência dos surdos no trabalho. Os empregadores relatam que sozinhos, as chances de os surdos conseguirem emprego é quase nula, mas se vierem “podados” e encaminhados por estas instituições, as chances de empregabilidade aumentam consideravelmente.

Porque quando você vem procurar um emprego, e já vem moldado, você já vem com o devido conhecimento ou que você já vem com a devida abertura para novos conhecimentos, é legal. É muito melhor do que você chegar completamente imaturo, completamente cru e as pessoas daquela instituição comercial é que vão ter que estar

moldando você (S2 – 32 anos, empregador, Ensino Médio Completo).

Os empregadores, inclusive, referem-se à contratação de pessoas com necessidades especiais tendo em vista a obrigatoriedade prevista em lei.

Eu acredito que tenha sido o negócio do governo mesmo, que tipo assim, é obrigatório uma empresa, uma empresa com cem, não sei se é dez, acima de trinta funcionários terem três, duas pessoas deficientes. Cumprir a lei (S12 – 32 anos, empregador, Ensino Médio Incompleto).

Concordamos com os empregadores quando defendem a responsabilidade das instituições citadas quanto à capacitação, inserção e acompanhamento dos surdos no mercado de trabalho. Sabemos que o papel da APAE, Sociedade Pestalozzi, Senac, APADA, ONG's, entre outras, são de suma importância. Nos relatos dos surdos participantes deste estudo, apresentados posteriormente, identificamos certo ressentimento em relação a algumas destas instituições, haja vista que eles acreditam que poderiam receber maior apoio delas em sua empregabilidade.

Os próprios empregadores vislumbram algumas soluções para facilitar a inserção de surdos no mercado de trabalho. A primeira seria a aproximação com seu universo. Ou seja, somente conhecendo suas capacidades no dia-a-dia é que poderão compreender todo o potencial laborativo destes sujeitos. A segunda sugestão seria a veiculação de mais campanhas na mídia e a conscientização, por parte do governo, a fim de sensibilizar empregadores, para que empreguem os surdos.

Assim, dando condições ou ferramentas, conhecimento, treinamento para poder introduzir na sociedade. Informando, colocando em mídia, que são pessoas normais, que podem talvez executar, é, qualquer função que assim, que tenham oportunidade,

que tenha treinamento (S4 – 30 anos, empregador, Superior Incompleto).

A solução apontada pelos empregadores vai ao encontro de outra ação para diminuir o preconceito, encontrada na literatura, denominada “redução da ignorância”. De acordo com esta hipótese, a ignorância é a base dos preconceitos. Por isso, devem-se fornecer informações objetivas que demonstrem claramente as diferenças entre as concepções estereotipadas e as consideradas aceitáveis para representar determinado grupo. Fator que dificulta a concretização desta proposta é o fato de que a mudança de concepções já cristalizadas podem ser processo bastante demorado. Porém, concordamos com Pereira (2002) ao defender que as informações devem ser veiculadas, a fim de suscitar debates e gerar, mesmo que lentamente, as mudanças pretendidas. Todavia, a influência dos meios de comunicação não pode intervir isoladamente, deve ser acompanhada de mudanças nos instrumentos legais e nos processos de influência interpessoal e grupal.

Somando-se as classes que compõem este eixo, totalizamos 64,56% do *corpus* das entrevistas. Como vimos, trata-se de um importante eixo que descreve, minuciosamente, o estranhamento e a dificuldade inicial de se definir a surdez. Sumariza, ainda, o papel do trabalho para resolução deste problema. Apresentamos, a seguir, a reconstituição do discurso representacional dos participantes, procurando seguir a estrutura de linguagem própria dos gerentes de supermercado. É importante ressaltar que as palavras sublinhadas marcam aquelas expressões que obtiveram maiores χ^2 .

No meu ponto de vista, é um pouco complicado para você entender o que se passa com uma pessoa surda. A única diferença é que o surdo tem essa necessidade. E eu já pego as coisas mais fácil, porque eu ouço, entendeu? Então a dificuldade dele e só uma, no meu ponto-de-vista, entender o que está se passando do seu lado, o que está

ao seu redor ou vice-versa. Eu acho que é complicado. A diferença entre os surdos e a pessoa normal é só essa, é o conhecimento. Se você tem conhecimento e a pessoa do seu lado te ajuda e está orientando, você está sabendo. Tudo tem que ser sinalizado para uma pessoa que é surda, muda. O surdo sempre faz um gesto ou vice-versa. Você pergunta para ele, ele não vai entender. Para ele pode ser mais difícil, pois ele não vai saber conversar com a pessoa, ou até mesmo, não tem uma forma assim de passar o que ele quer para essa pessoa. É uma pessoa normal, eles são muito sensíveis realmente. São muito fiéis. Eu acho que são pessoas tão carentes, que necessitam talvez de oportunidade. O surdo-mudo em casa ele já é tratado diferente, já começa essa diferença em casa.

Futuramente com um conhecimento melhor, ele pode melhorar de vida. Todos vão reconhecer o trabalho dele e todos futuramente vão saber que ele é uma pessoa surda, normal. Hoje, as pessoas que procuram o mercado de trabalho, você pode ver, tem uma mente fechada. Hoje eles estão um pouco esquecidos. Às vezes a pessoa pode receber de braços abertos ou até mesmo pode fechar as portas para ele. Eu, no meu ponto de vista, eu acho que tem pessoas que assim, fecham as portas.

É normal, normal, pelo contrário, se ele for um funcionário, vamos supor, que seja nota 10, uma pessoa que está ali sempre prestativo, mantendo o seu local de trabalho sempre organizado, limpo. É uma pessoa que tem que ter um cuidado especial, até mesmo para atravessar uma rua. Então a diferença é essa, ele é uma pessoa especial.

Por ele ser uma pessoa especial, então quando está fazendo a contratação, a pessoa que está fazendo o processo tem que reunir todos e passar essa situação para os demais, para eles estarem sabendo da necessidade de uma pessoa que tem necessidade física.

O trabalho dos surdos é tudo, porque ele é que te dá o ombro amigo. O trabalho é uma das coisas principais na nossa vida. A pessoa não vive sem trabalho. É o que dá sentido, porque o trabalho te proporciona o seu lazer, a saúde. Trabalho significa estar feliz, ter sucesso, dedicação, motivação. O emprego é importante, para bater suas metas de construir uma família e tudo o mais. Significa o seu sucesso pessoal, financeiro, sua autoestima, e também você estar bem consigo próprio sabendo que você pode produzir, é você ser útil. Ter dignidade e prosperidade. É a base da construção familiar. Sem trabalho você perde toda a sua estrutura. A pessoa sem trabalho é incompleta. Eu acho que a pessoa até vive só.

Os surdos que trabalham vivem melhor, porque só dele estar ocupando a mente dele, eu acho que ele se torna uma pessoa melhor. Os surdos que não trabalham e estão em casa ficam deprimidos, não veem mais expectativa nenhuma, e até a sua autoestima deve ficar muito baixa. O surdo que trabalha se sente mais útil. Os surdos que não trabalham, será que é por falta de uma oportunidade, será que é por falta de motivação própria? Talvez tenha dificuldade de ter candidatos e ele ser qualificado. A empresa não vai contratar só porque ele é deficiente, algum tipo de qualificação ele deve ter.

Eu acho que tem um pouco de preconceitos sim, porque um ou outro vai ter um tipo de qualificação. Se não contrata de forma alguma, se não quer contratar, tem um pouco de preconceito sim.

Talvez porque realmente cria essa barreira, muitas vezes há um receio de quem não conhece. Depois que conhece talvez nem queira trocar a mão de obra por outra pessoa, por outro tipo de mão de obra. Para acabar com este preconceito tem que estar informando, colocando em mídia, dizendo que são pessoas normais, que podem

talvez executar qualquer função desde que tenham oportunidade, que tenham treinamento.

Eles não se apresentam. Eu mesmo nunca peguei currículo de algum deficiente. Não sei por que eles não sabem que a gente pega, talvez seja por isso.

O surdo ele não seria apropriado para área de atendimento, na área interna, na área de informática, centro de faturamentos, qualificações de preço. Então acho que tava na hora, muitas vezes, assim, de dar uma mudada, mas vai devagarzinho. Algumas empresas dão prioridade a isso, tem o interesse nesse tipo de prestação de serviço.

EIXO - RELAÇÕES COTIDIANAS COM OS SURDOS NO CONTEXTO DO TRABALHO

Classe 2 - Estratégias de convivência

Esta classe revela os meandros do cotidiano dos surdos. Contém 23,84% do total de UCE's. Os empregadores relatam que, no cotidiano, encontram estratégias para sanar as principais dificuldades da interação com os surdos, como as de comunicação, conforme pode ser visualizado na Tabela 19.

Tabela 19. Classe 2. Estratégias de convivência.

| CLASSE 2: ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA | χ^2 |
|---------------------------------------------|----------|
| Chega | 29.35 |
| Comunica | 36.33 |
| Ele | 45.12 |
| Entender | 69.72 |
| Entendia | 32.29 |
| Fala | 64.62 |
| Falava | 34.03 |
| Falou | 35.42 |
| Olhou | 27.52 |
| Papel | 45.28 |
| 23.84 % | |

Nesta classe, representada principalmente pelos participantes que empregam surdos, encontramos falas que esboçam otimismo quanto à relação surdo-ouvinte no ambiente de trabalho. No discurso de um dos participantes, podemos perceber as estratégias utilizadas para superar as dificuldades de comunicação:

Aqueles que não sabem se comunicar com ela, ela chama imediatamente alguém que sabe comunicar para informar. Então é imediato, vai e volta, mostra para camisa que está escrito que ela não fala e pede para esperar e chama alguém para se comunicar (S6 – 35 anos, empregador, Superior Incompleto).

Certamente, alguns problemas relacionados ao cotidiano dos surdos ocorrem na área de atendimento ao cliente, como a situação relatada por um dos empregadores. Segundo ele, uma cliente solicitou a um empacotador surdo que não embalasse os alimentos perecíveis. Como o empacotador não ouviu a recomendação, embalou todas as mercadorias. Diante da

irritação da cliente, ele demonstrou, por gestos, ser surdo, o que deixou a cliente bastante envergonhada. Na tentativa de resolver problemas deste tipo, um dos supermercados pesquisados adotou uniformes especiais que contém informações indicando a surdez do funcionário. Poderia ser esta uma atitude excludente dentro de um processo de inclusão? Pode ser que sim, mas defendemos que as diferenças não podem ser negadas, e diante delas há de se desenvolver ações que facilitem o cotidiano de surdos e das pessoas que com eles convivem. Porém, os empregadores asseguraram que os surdos não se deixam abater por ocorrências deste tipo.

Agora eu fico falando com ele, eu gritei com ele esses dias brincando, porque ele brinca muito comigo, tem a maior liberdade com isso também. Aí ele falou assim: eu ‘ouvo’, não precisa gritar, que eu ‘ouvo’, tá! Ele falou sendo surdo, aí ele falou que ia para o forró, ele falou: eu ‘ouvo’, ouvo a música e danço! Ele escuta, ele fala que ouve. Se você falar alto perto dele ele grita com você: eu ‘ouvo’, não precisa gritar não que eu ‘ouvo’ (S8, – 56 anos, empregador, Fundamental Incompleto).

Ao falarem sobre as estratégias utilizadas para atenuar as dificuldades enfrentadas, os empregadores relatam a importância do trabalho para a melhora da comunicação destas pessoas. Os participantes reconhecem que os surdos, desde que começaram a trabalhar, aprenderam a se comunicar de forma mais eficiente.

Quando ele entrou, ele escrevia. Hoje ele já quase fala, ele quase fala, não sei se ele desenvolveu uma forma de entender, mas ele consegue ler lábios e entender sons, ele emite sons aí ele consegue falar hoje, meio complicado, mais ele se comunica. Ele vai lá do mesmo jeito que se faz entender, ele dá um jeito. Quando a gente fala assim: vai lá e fala com fulano, olha você conta isso e fala pro M. que é meu outro

estoquista, para ele contar isso. Eles entendem muito bem (S5 – 38 anos, empregador, Superior Incompleto).

Encontramos nas falas dos empregadores de surdos certa dose de bom-humor e de atitudes de cuidado quando se referem às relações com outros funcionários e com o chefe. Um empregador contou que ensinou um surdo a falar palavras de baixo nível. Não é possível saber, porém, se esta seria uma tentativa de assemelhação com os ouvintes ou chacota com o surdo, como podemos verificar:

É esse que não falava nada, mais na minha vinda para cá, primeiro eu ensinei ele a xingar, aprendeu rapidinho, hoje xinga direto, tudo ele fala, só eu acenar hoje ele fala (S8 – 56 anos, empregador, Fundamental Incompleto).

Entre as estratégias de convivência utilizadas na relação surdo-ouvinte no trabalho, notamos que os empregadores identificam que os surdos leem lábios, escrevem, fazem gestos, enfim, utilizam vários recursos para superar as dificuldades de comunicação. Com isto, os participantes estão mostrando que existem estratégias de convivência com surdos e que estas são aceitáveis no cotidiano.

O otimismo encontrado nos relatos dos empregadores de surdos, quando discorrem sobre as estratégias do cotidiano de trabalho, leva-nos à hipótese de que o preconceito, mencionado na classe 5, parece ligado aos empregadores distantes dos surdos, pois a classe 2 é típica daqueles que os empregam. Como esta classe se contrapõe muito fortemente à classe 5, que é típica daqueles que não os empregam, supomos que a proximidade com os surdos pode atuar no sentido de uma gradual diluição do estranhamento. Com a convivência, as dificuldades se amenizam, porque existem estratégias aceitáveis e concretas de comunicação. Provavelmente, o desconhecido, o não tangível, acentua a perplexidade e dá margem para o

crescimento de ideias preconceituosas. Concordamos com Tarde (2003, p. 69), que argumenta ser o preconceito a “tendência inexplicável de imaginar homogêneo tudo aquilo que ignoramos”.

Chamamos a atenção para o fato de que, nesta classe, os empregadores sinalizaram importante questão para a inclusão dos surdos no mercado de trabalho: primeiro é preciso aproximar ouvintes e surdos, independentemente de os primeiros saberem ou não Libras. Em seguida, a criação de estratégias de comunicação, que serão consequência da relação surdo-ouvinte. Mitos e a potencialização de algumas dificuldades, na prática, serão superados, desde que se tenha predisposição para aceitar as diferenças.

Classe 3- Proximidade e distanciamento no enfrentamento da surdez

Esta classe corresponde a 11,60 % do *corpus* total das entrevistas. Abrange, portanto, pequena parte do total das UCE's. Evidencia as atividades que os surdos podem desenvolver no ambiente de trabalho. A Tabela 20 apresenta as palavras com maior *qui-quadrado* e que dizem respeito às atividades diárias dos surdos no trabalho (compra, dia, estoquista, gerente, loja, rede).

Tabela 20. Classe 3. Proximidade e distanciamento no enfrentamento da surdez.

| CLASSE 3: PROXIMIDADE E DISTANCIAMENTO NO ENFRENTAMENTO DA SURDEZ | χ^2 |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Aqui | 40.31 |
| Compra | 60.56 |
| Dia | 31.43 |
| Estoquista | 38.29 |
| Gerente | 52.98 |
| Hoje | 70.82 |
| Loja | 35.87 |
| Nossa | 31.43 |
| Oito | 46.00 |
| Rede | 45.31 |
| 11.60 % | |

Esta classe revela duas visões por parte dos empregadores. A primeira demonstra a perspectiva dos que empregam surdos e a segunda, daqueles que não os empregam. A perspectiva dos que empregam salienta as responsabilidades assumidas pelos surdos em seu trabalho. Já os que não empregam, falam de si e de funções para os surdos que não exigem muita qualificação, como desossador e açougueiro. Os participantes que não empregam surdos falam muito de si e não conseguem falar dos surdos, mesclam seus próprios objetivos e o papel dos surdos ante as demandas do supermercado.

Os empregadores dizem que em seus supermercados padronizam os locais que acreditam serem apropriados para o trabalho dos surdos. Estes trabalhos se relacionam a atividades que exigem pouco contato com o público, como Informática e setor de contas a pagar, embora também encontremos referência a atividades de atendimento, como empacotador, limpeza, repositor e açougueiro.

Tem vários setores nossos que não precisam de muita comunicação, por exemplo, depósito. Aquele encarregado de câmara fria, temos o quê mais, limpeza, principalmente limpeza. (...) Por falar nisso, nós esquecemos de uma profissão boa hoje no mercado de trabalho, porque desossador é uma profissão boa hoje no mercado de trabalho, que é açougueiro e encarregado de cortes especiais. Que isso pode ser a função do surdo-mudo também. Hoje, eu distribuiria na minha rede, na minha loja aqui, eu distribuiria o seguinte para o surdo-mudo. Exemplo: a desossa, porque vai ficar lá só desossando o boi, que é uma profissão muito boa, para limpeza ou depósito, para o refeitório, para fazer o almoço da gente, dá para cozinha, tem vários cargos. Normal, como qualquer um, normal, tranquilo, normal. Ah, hoje seria, um exemplo: digitador, o digitador, análise de sistema, entendeu? Trabalhar no CPD, mexer mais aqui, só com computador, abrir tudo direitinho, mandar as cargas para as lojas. Organizar as coisas tudinho (S3 – 31 anos, empregador, Ensino Médio Incompleto).

Este discurso sugere uma espécie de *apartheid* em relação ao trabalho dos surdos, pois os empregadores garantem haver locais de trabalho específicos para surdos, independentemente de seu perfil e formação. As atividades citadas, com exceção daquelas ligadas à Informática, exigem menor grau de formação e, por isso, são muitas vezes dispensadas aos surdos. Nos supermercados pesquisados, a grande maioria dos surdos trabalhava de empacotador, repositor, *office boy* ou limpeza. Nas entrevistas realizadas com os surdos, verificamos que eles lamentam não encontrar trabalho em outras atividades senão as que exigem menor qualificação, o que vai ao encontro das respostas de seus empregadores.

É verdade que a maioria das vagas abertas para surdos são as que exigem menor grau

de qualificação. Mas também detectamos, entre os surdos empregados nos supermercados pesquisados, alguns que ocupam cargos com razoável nível de responsabilidade, como é o caso de um repositor, cuja contagem de mercadorias orienta todas as compras da loja. Neste supermercado, as compras só são realizadas depois que este surdo entrega a lista de quanto comprar e do que ainda há no estoque. Há ainda o caso de um entregador de malote que transporta e distribuiu importantes documentos do supermercado.

Assim, constatamos que os surdos são capazes de assumir papéis importantes na empresa. Apesar disto, não encontramos, nos supermercados pesquisados, um surdo exercendo papel de comando. É importante salientar que, da mesma forma, poucos ouvintes ocupam cargos de chefias e para isto, geralmente, exige-se nível de escolaridade mais elevado. Então, nos perguntamos: o fato de poucos surdos ocuparem cargos de chefia está relacionado à baixa escolaridade ou à falta de oportunidades?

Acreditamos presenciar um período de negociação, no qual os surdos começam a se inserir no mercado de trabalho e as pessoas a aceitar a ideia de um mercado mais inclusivo, ainda que o esta transformação esteja ocorrendo por força da lei. O Censo Educacional de 2005, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), revela que os surdos ainda possuem pouca escolarização. Dos 3.887.022 alunos do ensino superior brasileiro, apenas 5.078 são pessoas com necessidades especiais. Na educação básica, há 62 mil surdos matriculados. Já no ensino superior, os dados do Censo da Educação Superior de 2004 revelam que 974 surdos estão matriculados em algum curso de graduação (Disponível: http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/actas/oliveira_gotti_pt.htm. Acessado: 20 de maio, 2009).

Ainda que os surdos estejam exercendo funções que exigem menor qualificação, percebe-se avanços neste aspecto. Considerando que ainda há aqueles que sequer empregam

surdos, verificamos que os que empregam, asseguram que os surdos conseguem estabelecer relação com os ouvintes e reconhecem a importância de seu trabalho. Os empregadores relatam que os surdos têm responsabilidades e funções definidas dentro da empresa. Mas, de fato, eles ainda não são suficientemente qualificados, o que pode ser um indicador, aliado aos preconceitos em relação às suas potencialidades, que limita as funções por eles exercidas.

Nesta classe também foram sumarizadas as falas nas quais os empregadores relatam sua própria rotina, seus sonhos e suas responsabilidades. Provavelmente, com o intuito de destacar o valor do trabalho em suas vidas, e, por extensão, para remarcar um grau de exigência para a qual os surdos não estariam qualificados.

Eu procuro me dedicar ao máximo. Eu até hoje, nunca, por seis anos, nunca cheguei um dia atrasado, tem trânsito, mas eu tenho que chegar aqui 7:00 horas, eu saio de casa 6:10, 6:15, eu gasto 15 a 20 minutos de lá aqui, eu tenho uma tarefa com o gerente geral que é o A., que eu pego, eu sou responsável pelas vendas de todas as lojas. Todo dia eu tenho que passar para ele. A primeira coisa quando levanta, ele já liga para mim, entendeu? (S8 – 56 anos, empregador, Fundamental Incompleto).

Ao analisar as falas dos empregadores sobre as rotinas de trabalho com os surdos, buscamos reconstituir o discurso coletivo que permite melhor visualização dos significados construídos pelos participantes da pesquisa:

Quando o surdo chegou, a funcionária do setor de Recursos Humanos me perguntou se eu entendia. Eu falei que entendia um pouco. O R. tem a responsabilidade de contar a mercadoria e me dizer o que e a quantidade do que precisa comprar. Ele

fala: isso aqui não está vendendo. Ele se comunica, dá um jeito de se comunicar. Se não entender, ele diz: não estou entendendo. Aqui os surdos e os outros funcionários brincam, eles se divertem, eles trabalham, tira brincadeira um com o outro, normal. Um surdo pega o malote, a A. dá os malotes para ele. Para você ver, os malotes onde estão toda a documentação que dá para ele: você tem que entregar esse aqui, para tal fulano, esse aqui tem que entregar para tal fulano e esse aqui para tal cicrano. Ele entende tudo. É tanto que quando ele precisa de folga ele fala com a gente: amanhã eu estou de folga. A gente fala: beleza! Ele não ouve. Você fala com gestos com ele. Outro encarregado surdo lê os lábios e escreve tudo. Ele comunica bem. Ele trabalha na mercearia, olha o preço, tira preço, faz tudo, ele é mais esperto que os outros. Eu tenho surdo-mudo e mudo que não é surdo. A gente procura entendê-los o mais rápido possível, porque se você falar com ele olhando para ele, ele entende. Agora se der as costas fica difícil. Eu me dou muito bem com eles porque eu já acostumei. Eu trato igual às outras pessoas, igual aos outros funcionários. E tinha um que não falava nada, mais na minha vinda para cá, primeiro eu ensinei ele a xingar, aprendeu rapidinho. Hoje xinga direto, tudo ele fala. Nós temos vários setores que padronizam o lugar para o surdo trabalhar. Eles trabalham na limpeza. Uma boa profissão para o surdo pode ser encarregado de cortes especiais ou açougueiro. Pode trabalhar também como empacotador, limpeza e como repositor. Eu procuro me dedicar ao máximo. Eu, até hoje, nunca, por seis anos, nunca cheguei um dia atrasado.

2- As diferenças das falas em função das características dos sujeitos

A Análise Fatorial de Correspondência indicou a presença de duas grandes dimensões, que podem ser observados por meio da Figura 8. A primeira dimensão (à direita do plano fatorial) é denominada *Familiarização com a surdez* e agrupa as falas que retratam

o estranhamento diante da surdez e a conseqüente tentativa de normatizá-la. Os empregadores demonstram acreditar na importância do trabalho para a dignificação dos surdos, apesar de observarem que eles encontram várias dificuldades no ambiente de trabalho, como o preconceito por parte das outras pessoas. A segunda dimensão (à esquerda do plano fatorial) é denominada *Trabalho dos surdos* e agrupa as estratégias de convivência com os surdos no cotidiano e as responsabilidades assumidas por eles no trabalho, assim como as possíveis atividades desenvolvidas pelos surdos.

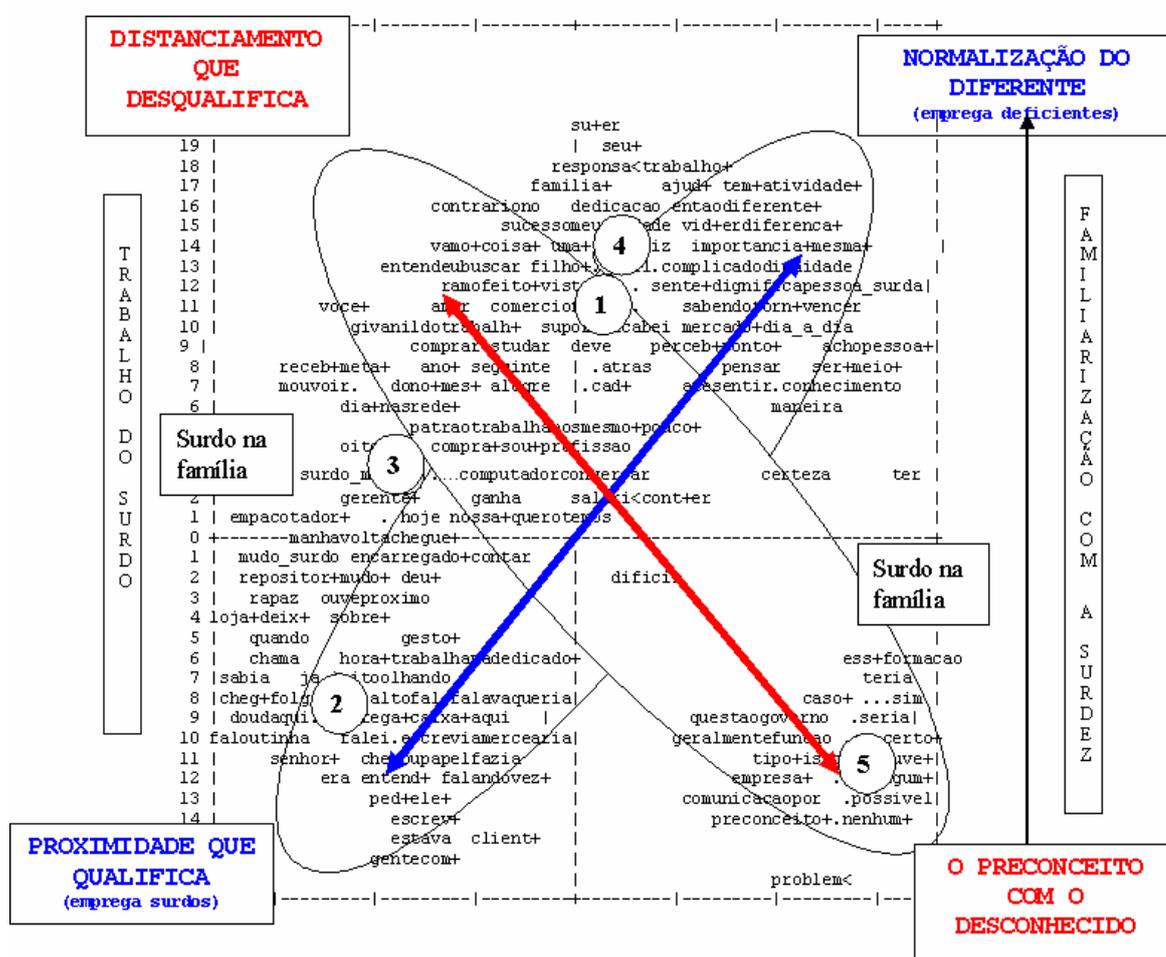


Figura 8. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos empregadores (N=14).

A primeira dimensão, denominada *Familiarização com a surdez*, opõe dois polos e

sintetiza a dualidade entre o que é conhecido (classes 1 e 4) *versus* o que é desconhecido (classe 5). Como podemos observar, as classes 1 e 4 correspondem ao polo que englobam uma “nuvem” de significados mais positivos (cor azul) e se encontram à direita/acima do eixo central. Já o segundo polo, representado pela cor vermelha, é formado pela classe 5 e se encontra à direita/abaixo do eixo central.

O primeiro polo é representado por aqueles que empregam pessoas com necessidades especiais (outras modalidades, com exceção da surdez) e aqueles que não empregam sequer outras modalidades de necessidades especiais. Os primeiros, ainda que no plano teórico, tentam familiarizar-se com o diferente, tentativa testemunhada por discursos que reiteram repetidas vezes a normalidade do surdo, apesar de aos poucos deixarem transparecer a crença de que os surdos são mais lentos, não têm conhecimentos, são mais sensíveis e mais carentes. Apesar de eles próprios demonstrarem algumas ideias preconceituosas, ensaiam uma aproximação com o universo do surdo e tentam compreender a surdez, o que é considerado por nós como algo positivo. Desta forma, os dados indicam que os sujeitos representativos destas classes, se não empregam surdos, pelo menos empregam pessoas com necessidades especiais em seus estabelecimentos, o que lhes garante uma proximidade maior com o universo do diferente em relação àqueles que não convivem com pessoas com necessidades especiais no ambiente de trabalho. Por certo, o contato com o diferente e a descoberta de possibilidades de convivência antes não pensadas, provavelmente, contribuem para o desenvolvimento de ideias e comportamentos cada vez mais favoráveis à inclusão do surdo no ambiente laboral.

Ainda na dimensão denominada *Familiarização com a surdez*, há um *segundo polo* em que sequer apareceu a variável empregar ou não empregar surdos ou pessoas com necessidades especiais como algo significativo. Os empregadores se prendem às dificuldades

e às barreiras encontradas pelos surdos no mercado de trabalho, criando uma “cortina de fumaça” que embaça o vislumbre de possibilidades de convivência.

Chamamos a atenção para o fato de que os sujeitos que falam de preconceitos, o fazem a partir de um lugar do desconhecido. Provavelmente, aqueles que se referem aos preconceitos não têm contato, no cotidiano do trabalho, nem com pessoas com necessidades especiais, nem com trabalhadores surdos. Esta fala do lugar do desconhecido pode levá-los a enxergar mais dificuldades na inclusão laboral dos surdos do que aqueles que com eles convivem. Sobre a importância das inserções sociais na construção das RS, Ribeiro (2005) discorre que as noções sobre os diversos fenômenos expressam formas próprias e específicas de compreendê-los, a depender do contexto e dos discursos usados para descrevê-los. Portanto, representar o trabalho do surdo “equivale a inseri-lo em um mundo particular, fazendo com que assumam um sentido partilhado pelos habitantes desse mundo” (p. 159). Ao mesmo tempo, partilham representações, negociam significados e ressignificam suas ações, com base em suas inserções sociais.

Desta forma, ao evidenciarem preconceitos em relação aos surdos, os empregadores clarificam uma contradição existente. De um lado, há pressão para tratar o diferente como normal, de outro, ainda se reproduzem, na prática, comportamentos preconceituosos que impedem a inclusão do surdo no mercado de trabalho. Esta divergência entre norma e comportamento é apontada por Moscovici (1981), ao pontuar que para se iniciar uma mudança social é preciso, *a priori*, que haja a introdução do conflito, o que provoca instabilidade no âmbito das normas e dos valores sociais. Esta instabilidade pode gerar a busca pelo reequilíbrio.

Portanto, a tentativa de se compreender a surdez, associada à pressão atual por uma sociedade inclusiva, retira os sujeitos de uma posição de conforto, outrora experimentada.

Isto é melhor compreendido quando retomamos os argumentos de Almeida (2001), que discorre que as RS, no nosso caso as RS acerca do trabalho dos surdos, orientam as trocas simbólicas e ajudam os sujeitos a codificarem, nomearem e classificarem a realidade social. Sendo desta forma, as RS funcionam como guias de interpretação da realidade, permitindo que os sujeitos se posicionem diante dos fatos e definam a natureza de suas ações. Portanto, além de constituírem um conjunto de conhecimentos sobre a surdez e o trabalho dos surdos, as RS orientam as práticas, permitindo aos sujeitos se situarem e dominarem o mundo ao redor. Estes pressupostos nos levam a pensar que as práticas relacionadas aos surdos são congruentes com as RS do trabalho de surdos partilhada pelas pessoas em dado contexto.

A segunda dimensão, denominada *O Trabalho dos surdos*, é composta pelas classes 2 e 3. Nela encontramos a tensão entre dois polos: o pólo nomeado “proximidade que qualifica” (classe 2), caracterizado pela cor azul, e o polo denominado “o distanciamento que qualifica”, representado pela cor vermelha.

O *polo proximidade* é marcado pelo pensamento dos participantes que empregam surdos em seus supermercados e expressa as falas dos empregadores que fazem menção às estratégias de convivência com os surdos no cotidiano, como leitura labial, escrita, gestos e atividades por eles desenvolvidas. O relato dos empregadores dos surdos desvela tranquilidade no relacionamento com esses sujeitos, o que confirma nossa hipótese de que a proximidade com o universo dos surdos faz com que algumas dificuldades imaginadas em seu cotidiano sejam desmistificadas.

No *polo Distanciamento que desqualifica* não encontramos a variável empregar e não empregar surdos ou pessoas com necessidades especiais como representativa desta dimensão. Porém, quando reportamo-nos à Classificação Hierárquica Descendente, verificamos que a variável não empregar é típica da classe 3, a qual participa deste polo.

Assim, pode-se estimar que, apesar de aqueles que empregam relatarem não encontrar dificuldades significativas no trato diário com os surdos, os que não empregam referenciam como atividades dispensadas aos surdos aquelas que não exigem comunicação, contato com o cliente e maior qualificação. Por isso, apontam como atividades apropriadas para os surdos as ligadas à Informática, limpeza, açougue e desossa de carne.

Ao mesmo tempo, aqueles empregadores que empregam surdos relatam que dispensam a eles atividades de responsabilidade, como a entrega de documentos importantes e a contagem de mercadorias para a compra de reposição. Nas proposições delineadas neste estudo verificamos como as inserções específicas dos sujeitos orientam as RS e suas práticas (Doise, 1993). Empregar surdos ou pessoas com necessidades especiais parece fazer com que a realidade do trabalho dos surdos e as questões daí emergentes (deficiente/eficiente; surdo/normal; inclusão/exclusão) se tornem visíveis e passíveis de questionamento e ressignificação. Entendemos que ao se empregar um surdo, a diferença não pode ser negada, mas pensada para além das dificuldades. Provavelmente, o cotidiano trata de demonstrar que o foco da questão deve ser muito mais os mecanismos compensatórios que a ineficiência em si (Vygotsky, 1920/1995).

Os quadrantes daqueles que empregam pessoas com necessidades especiais de maneira geral, não surdos (superior, direita) e surdos (inferior, esquerda), são representados pela seta azul. O fato de empregarem pessoas com necessidades especiais ou, mais especificamente os surdos, faz com que os empregadores tenham um discurso em torno da normalização e de estratégias de convivência. Os quadrantes representados pela seta vermelha indicam aqueles empregadores que não empregam surdos ou pessoas com necessidades especiais de maneira geral, e, por isso, demonstram visões mais negativas a respeito da surdez e do trabalho dos surdos, o que se percebe por meio da menção às

dificuldades encontradas pelos surdos no mercado de trabalho, do preconceito sofrido e das atividades dispensadas aos surdos, que exigem menor qualificação.

Além de englobarem as falas dos sujeitos que não empregam surdos, os quadrantes representados pela cor vermelha reúnem, ainda, os discursos daqueles que têm surdos na família. Isto nos leva à suposição que ter surdos na família não é fator suficientemente capaz de impedir o preconceito. Parece que os surdos são mais dignificados quando se encontram no contexto do trabalho, da cultura, enfim, do espaço público. Ter contato com surdos apenas no contexto familiar não foi suficiente para que os empregadores adotassem uma visão mais positiva em relação ao seu trabalho. Destarte, a convivência de âmbito privado não ajudou os empregadores a familiarizarem-se com os surdos, tampouco a reconhecerem suas potencialidades. Ao contrário, empregar ou não empregar pessoas com necessidades especiais ou surdos é fator mais relevante, que orienta a construção de discursos mais positivos em torno do trabalho dos surdos.

Isto, talvez, explique-se pelo fato de a esfera privada, historicamente, ser relegada ao *locus* do afeto e da irracionalidade, em contraposição à racionalidade que orienta o mundo do trabalho. Portanto, é no âmbito do espaço público que os indivíduos devem ser avaliados. Esta cisão entre espaço público e espaço privado parece indicar a presença de uma RS conservadora (Almeida, 1999). No âmbito desta cisão, durante anos, as relações interpessoais e de desenvolvimento humano foram afetadas por esta separação radical entre o que é valorizado e o que é desvalorizado socialmente.

3 - Ancorando as diferenças

Em nossa pesquisa foram identificadas algumas possíveis variações intergrupais nas RS do trabalho de surdos elaboradas pelos empregadores. Assim como Doise (1995), percebemos que as inserções sociais dos sujeitos são de suma importância para as variações

de tomadas de posições, bem como para a construção de significados sobre o potencial laborativo dos surdos. Apesar de ambos - os que empregam e os que não empregam surdos - demonstrarem preconceito, os posicionamentos dos que não empregam, ante o estranhamento causado por uma realidade pouco conhecida, são centrados na pressão por normalizar a deficiência. Estes sujeitos falam do preconceito sempre utilizando a “boca do outro” para revelar que nem todos apostam na normalidade dos surdos. Assim, relatam alguns empregadores, clientes e funcionários são preconceituosos e fecham as portas do mercado de trabalho para o surdo.

Apesar de falarem do preconceito sempre a partir da perspectiva do outro, deixam transparecer que acreditam que os surdos são mais sensíveis e mais lentos para adquirirem conhecimentos, são menos motivados para procurar trabalho e menos qualificados e, por isso, devem exercer cargos que exijam menor nível de escolaridade e que tenham o mínimo de contato com o público. Klein (2001, p. 84) esclarece essa naturalização dos postos de trabalho para os surdos. Em seus dizeres,

Há quase uma unanimidade entre os educadores de surdos em reconhecerem certas atividades como áreas naturais para os surdos, como, por exemplo, a Informática, o desenho, a marcenaria, pois consideram essas, atividades que exigem atenção, concentração - atributos divulgados como próprios das pessoas surdas.

Sabemos que as identidades são formadas não somente pelo conjunto de características por meio do qual os grupos se definem, mas, também, pelas características que não lhes pertencem e os diferenciam de outros grupos (Silva, 1998). Neste sentido, constatamos, à luz de nossos dados, que as identidades dos surdos são marcadas por estereótipos provenientes da cultura ouvinte. Um desses estereótipos é a figura do surdo

como exímio trabalhador braçal, devido às suas possibilidades de concentração, imaginadas pelos ouvintes. Recorremos à Perlin (2001) para esclarecer que estes estereótipos podem dificultar a ascensão dos surdos para atividades de coordenação ou gerência. Mas, por que isto acontece? Magalhães (2003) argumenta que ao ser categorizado como desviante, anormal, mais emotivo ou sensível e detentor de competências que o habilita, exclusivamente, às atividades operacionais, todos os atos dos surdos passam a ser interpretados a partir dos atributos estereotipados.

Percebemos que, ao lado da reiterada necessidade de afirmar a normalidade do surdo, encontra-se a recorrente oposição entre eficiência/deficiência, surdo/ouvinte, normalidade/anormalidade. Assim, nas falas dos empregadores encontramos expressões como “o surdo é mudo, mas é inteligente” ou “é mudo mais sabe falar”, ou ainda, “é surdo, mas gostaria de ter mais funcionários como ele” e “é normal, mas precisa de ajuda para encontrar trabalho”. Klein (2001) afirma que estes discursos dicotômicos explicitam a busca pela normalização e pelo controle da surdez. Neste aspecto, a ideia é sempre de uma deficiência a ser superada, sendo o ambiente de trabalho o espaço privilegiado para que esta superação aconteça.

Já na perspectiva daqueles que empregam, o relacionamento cotidiano do surdo com o chefe, colegas de trabalho e clientes é mediado por estratégias de convivência que reforçam a possibilidade de o surdo alcançar, por meio do trabalho, dignidade, autoestima, enfim, integridade física e financeira. Por isso, não veem dificuldades que impeçam a contratação e a delegação de tarefas que exigem mais autonomia e responsabilidade ao surdo.

Desta forma, verificamos que, não obstante as garantias da legislação brasileira, na prática, há muitas ambiguidades neste processo. Apesar dos avanços legais, muitos são os

entraves para a inclusão social das pessoas com necessidades especiais no trabalho. Entre as dificuldades, estão a baixa qualificação, que dificulta a contratação, as oportunidades de mobilidade de carreira nas empresas e a forma como estes sujeitos são significados em nossa cultura.

Retomando a história da educação dos surdos, verificamos que as condições reais de sua instrução estiveram alicerçadas no treino, reprodução de métodos e modos de viver da cultura ouvinte, pressão em prol da ouvintização e na desconsideração da língua de sinais, enfim, das particularidades e potencialidades dos surdos (Lacerda, 1998; Skliar, 2001a; Sacks, 2005, Pimenta, 2008). A visão dos surdos, vigente ainda hoje, como “coitadinhos”, sujeitos de aprendizagem comprometida e, até mesmo, mudos, pode estar ancorada nas representações da surdez herdadas deste passado, em que a eles destinavam-se apenas a aprendizagem de tarefas automatizadas e que exigiam pouca qualificação. Em se tratando dos currículos da formação profissional, Skliar chama a atenção para o fato de que os cursos desta modalidade de educação concentram-se em atividades já saturadas de profissionais, como carpintaria e digitação. Além disso, a formação é, sobretudo, para formar auxiliares de ouvintes.

Os empregadores, afirmando a necessidade de os surdos terem apoio de instituições como APADA, APAE, Senac, parecem insinuar sua incapacidade e a incapacidade da sociedade de empregá-los. Sobre este aspecto, Lopes (2001) nos revela a tendência de se perceber os surdos como deficientes e incapazes de se desenvolverem sem o auxílio de grupos dominantes culturalmente.

Por outro lado, os discursos dos empregadores também demonstraram que estamos passando por processos de negociações, que culminam em um período de transição. Skliar (2001a), ao falar das mudanças nos últimos anos em termos do tratamento dispensado aos surdos, esclarece que atualmente o discurso passou do âmbito metodológico para a

necessidade da transformação das concepções sobre os surdos e da análise das relações de saberes e poderes entre surdos e ouvintes. Como vimos alhures, de acordo com o MEC, no Brasil, cerca de 970 surdos fazem algum curso de graduação. No ano de 2008, foram 83.000 empregos “especiais”, dos quais 41% em São Paulo e 11% no Rio de Janeiro (Russo, 2009). Se, por um lado, constatamos o fracasso do sistema educacional dedicado aos surdos, de outro, a inserção de alguns surdos no ensino superior e no mercado de trabalho podem estar apontando para mudanças nas RS do trabalho de surdos.

Assim, parece que a familiarização com o universo dos surdos ajuda na superação das suposições preconceituosas e estabelece as discussões a respeito das possibilidades de se construir uma relação sadia e produtiva com os surdos. Se antes, empregar surdos poderia significar generosidade, hoje, para os que empregam, pode começar a significar atribuir responsabilidades a quem de fato poderá cumpri-las.

É certo que a maioria das contratações, conforme observamos nas entrevistas, ainda são motivadas pela obrigatoriedade imposta pela Lei de Cotas. A despeito desta constatação, Russo (2009) sustenta que a obrigatoriedade pode forjar a convivência entre os diferentes, o que pode ser muito benéfico, tendo em vista que a inclusão das pessoas com necessidades especiais acontece lentamente.

Podemos também considerar que este movimento provocará uma mudança de comportamento social importante, pois muitos hoje convivem e têm parceiros de trabalho com deficiência, situação oposta à que tiveram no período em que frequentaram a escola e não desfrutaram dessa convivência (2009, p. 14).

Concordamos com Russo, pois os resultados deste estudo nos permitem perceber que, apesar de algumas falas justificarem a não-contratação de surdos devido à sua baixa

qualificação e ao despreparo dos próprios empregadores, funcionários e clientes para lidarem com estes sujeitos, há de se contratá-los, pois a necessidade e as demandas do dia-a-dia irão impeli-los a se prepararem para conviver com eles.

Os resultados desta pesquisa sugerem que os empregadores entendem a contratação de surdos como gesto de generosidade. Em uma nítida desqualificação dos surdos, principalmente aqueles que não empregam surdos compreendem a inserção laboral dos surdos como altruísmo, a despeito de outros ganhos agregados à imagem da empresa. Porém, ao que parece, a contratação de surdos passa não somente pela via emocional, conforme assinalaram os empregadores. Em pesquisa publicada no ano de 2002 pelo Instituto *Ethos*, intitulada *Responsabilidade Social das Empresas - Percepção do Consumidor Brasileiro*, 43% dos entrevistados afirmaram que, entre os aspectos que os levariam a escolher um produto de determinada empresa, em detrimento de outra, seria o fato de ela contratar pessoas com necessidades especiais (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2002a). Se a contratação de pessoas com necessidades especiais motiva o consumidor, do ponto de vista mercadológico, empregar estas pessoas traria outras vantagens. Segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2004), a ampliação da empregabilidade destas pessoas poderia estender o contingente do mercado consumidor, o que acaba por aquecer a economia e produzir mais empregos em todos os setores. Ademais, reduziriam-se os benefícios sociais e previdenciários, que tanto oneram as redes públicas de proteção social. Portanto, o discurso da inclusão dos surdos, para além da via emocional, passa também pela via racional, tão presente no mundo produtivo.

Percebemos que os empregadores constroem suas RS a respeito do trabalho de surdos pautando-se nos significados que têm sobre surdez e trabalho. Asseguram que o trabalho é importante instrumento de emancipação. Porém, quando se trata dos surdos, classificam-no

como ato de caridade, pois para muitos deles, os surdos são mais lentos, aprendem com mais dificuldade e não se interessam em conseguir emprego.

Marin e Góes (2006) realizaram pesquisa com surdos a fim de investigar o modo como participam das diversas atividades do cotidiano. Concluíram que os surdos tendem a atribuir a si mesmos, com muita naturalidade, a responsabilidade pelos problemas encontrados no dia-a-dia. Para estas autoras, a culpabilização e as RS construídas sobre uma noção de inferioridade podem estar atreladas à relação de poder existente entre ouvintes e surdos. Assim, este processo pode impactar na construção das identidades dos surdos, pois a forma como nos vemos está estritamente associada à forma como os outros nos veem. Será que os estereótipos encontrados nas falas dos empregadores - “mudim”, especiais, sensíveis, lentos - são também encontrados nas falas dos surdos a respeito de si e do seu trabalho? A partir desta indagação, investigamos as RS sobre o trabalho de surdos e a relação destas com a construção de suas identidades.

COM A PALAVRA, OS SURDOS: AS RS DO TRABALHO DE SURDOS

1 - O campo comum dos significados acerca do trabalho de surdos elaborados pelos próprios surdos

A análise do *corpus* das entrevistas dos oito surdos participantes deste estudo se mostrou estável após sua repetição. O *software* ALCESTE analisou 31.053 palavras, sendo 2.804 palavras diferentes, com média de 11 ocorrências por palavra. Os resultados indicaram a presença de três grandes eixos. O eixo que engloba as classes 1 e 4, denominado **Mundo do Trabalho**, expressa a dialética do surdo no mundo do trabalho, suas ambições, a necessidade de escolarização para a conquista de emprego melhor e os preconceitos por eles sentidos no mercado de trabalho.

O segundo eixo, denominado **Os processos de comunicação entre surdos e ouvintes**, abrange as classes 2 e 5 e destaca o pensamento dos surdos sobre a comunicação, bem como as atividades e as rotinas permeadas pelos processos comunicativos. A comunicação é percebida como o principal fator que diferencia surdos e ouvintes. Por outro lado, a comunicação é elemento que iguala ouvintes e surdos quando ambos conseguem se entender e se fazer compreendidos.

Por último, o terceiro eixo, denominado **O nascimento e as perdas X o trabalho que promove conquistas** é composto pelas classes 3 e 6 e refere-se, sinteticamente, à vida dos surdos desde o nascimento, passando por suas conquistas e perdas.

A Figura 9 apresenta o Dendograma das classes estáveis, realizado por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CDH.)

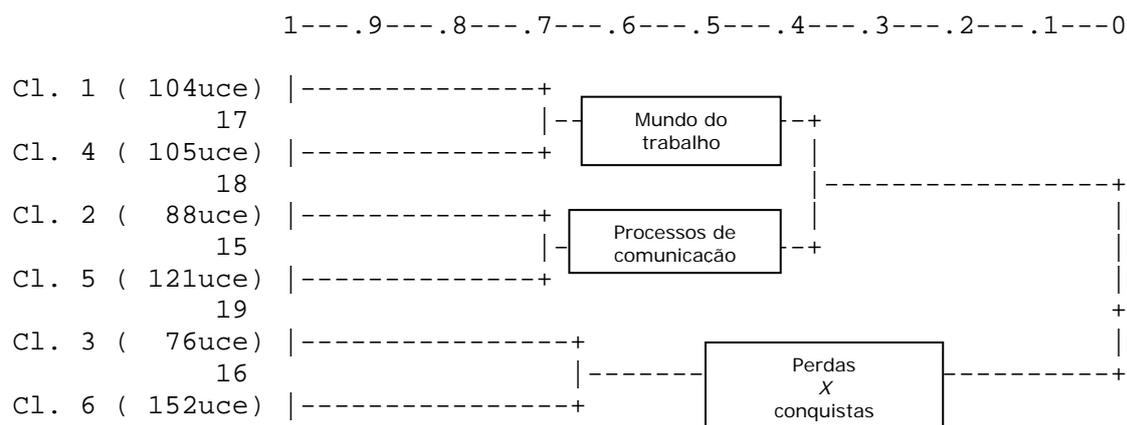


Figura 9. Classificação Hierárquica Descendente sobre o discurso dos surdos.

EIXO-MUNDO DO TRABALHO

Classe 1- Trabalho: do desejo ao preconceito

Esta classe abrange 104 UCE's e explica 16,04% da variância total do *corpus* das entrevistas. As falas dos participantes retratam a complexidade do mundo do trabalho. Os surdos falam sobre as exigências do mercado, a capacitação, a qualificação, o preconceito ao ser tratado como incapaz, e a necessidade de haver mais concursos para eles. Os surdos reconhecem, ainda, a necessidade de estudarem mais para conseguirem melhores trabalhos. As palavras que melhor representam as ideias presentes nesta classe são aquelas que expressam qualificação do surdo (capaz), atribuição de responsabilidades (empresa, governo) e trabalho dispensado ao surdo (limpeza), as quais podem ser visualizadas por meio da Tabela 21.

Tabela 21. Eixo 1 - Classe 1. Trabalho: do desejo ao preconceito

| CLASSE 1: TRABALHO: DO DESEJO AO PRECONCEITO | χ^2 |
|-----------------------------------------------------|----------|
| Capaz | 41.35 |
| Empresa | 45.85 |
| Governo | 26.57 |
| Limpeza | 45.74 |
| Passar | 27.73 |
| Pensam | 28.58 |
| Pensar | 53.64 |
| Ser | 35.39 |
| Surdo | 26.71 |
| Trabalhar | 30.19 |
| 16.04% | |

Os surdos criticam seus pares que não querem estudar, que se resignam aos trabalhos com menor complexidade ou mesmo informais, como é o caso da venda de adesivos e balas nos sinais de trânsito. Os participantes condicionam a conquista de trabalhos de maior complexidade ao aumento da escolarização. Para eles, os surdos que não têm escolaridade razoável somente irão encontrar trabalhos manuais, como de limpeza.

Porque ela sabe que quem faz faculdade tem um salário melhor e porque precisa cuidar da sua vida. Porque antes os surdos não queriam estudar, por isso que intérprete ganha pouco, agora melhorou, ficou mais importante. /.../. Porque todas as empresas, quando o ouvinte liga, é vaga para limpeza, porque os surdos não têm estudo. O ouvinte pensa que o surdo não tem estudo. Tem muitos surdos que fazem faculdade e o ouvinte não está nem aí. Dois anos, procura, procura, não consegue trabalhar e ela disse que não vai trabalhar de limpeza porque ela esta fazendo faculdade (S6 – 29 anos, surdo, Superior Incompleto).

Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2008 aponta que, para cada ano de estudo além da média, há uma perspectiva de aumento de 15% no salário. Assim, pós-graduados podem ganhar até 544% a mais em relação àqueles que nunca estudaram. Além disso, o tempo de escolaridade incide na probabilidade de se conquistar emprego. Um graduado, por exemplo, tem 387% mais chance de conseguir trabalho que uma pessoa que nunca tenha estudado (Disponível: <http://www.fgvpr.br/novo2/noticias.asp?IdNoticia=355>. Acessado: 25 de maio, 2009). Esta estatística se aplica também aos surdos? O relato dos participantes parece indicar que há maior dificuldade até para os surdos que já cursam o ensino superior. Os surdos alegam que os ouvintes generalizam a condição de pouca escolaridade a todos os surdos. Porém, atualmente, observamos um crescimento no número de surdos que cursam alguma graduação. Neste estudo, por exemplo, metade dos participantes tinha Ensino Superior incompleto.

Outro tipo de preconceito apontado pelos participantes diz respeito à crença dos ouvintes segunda a qual os surdos são deficientes mentais, incapazes e pouco inteligentes. Por não acreditarem em sua capacidade, acabam por não contratá-los ou, quando admitidos, destinam-lhes trabalhos menos complexos.

Pensam que os surdos não vão conseguir fazer as coisas, que não sabe fazer nada, são doentes. Pensa que é deficiente mental. Não, já aconteceu com ela muito (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Relembramos a tese de Tajfel (1981) que afirma que membros de grupos aos quais se atribuem características socialmente desvalorizadas, podem internalizar uma autoimagem desfavorável, refugiarem-se em guetos ou, contrariamente, negociarem estas relações de poder com os grupos majoritários.

No caso dos surdos participantes deste estudo, parece não haver internalização integral de características negativas atribuídas ao grupo, apesar de notarmos certa tendência a acreditarem que alguns surdos não querem estudar, e que por isso exercem atividades desvalorizadas socialmente. Ao mesmo tempo em que culpam as pessoas de seu grupo por não quererem estudar, realçam que nenhum grupo é homogêneo. Portanto, os participantes entendem que há surdos que estudam e surdos que não querem estudar, da mesma forma que há ouvintes trabalhadores e ouvintes desanimados para o labor.

Assim, percebemos que os participantes preservam uma imagem positiva de seu grupo, na medida em que asseguram serem os surdos trabalhadores, inteligentes e animados, apesar de alguns poucos não quererem estudar. Esta parece ser uma tendência das minorias, como sustenta Tajfel (1981), ao afirmar que alguns grupos têm buscado redefinir suas crenças de modo que as diferenças intergrupais não se baseiam em categorizações pautadas em relações de poder, o que implica a subordinação de seu grupo em relação a certo grupo dominante.

Assim, os participantes demonstram ambição de ascender por meio dos estudos e chamam a atenção daqueles que não querem estudar. Mas, asseguram que as dificuldades não desaparecem após a obtenção de um diploma. Mesmo aqueles que concluíram o Ensino Médio e até cursam graduação encontram apenas trabalhos que exigem menor escolaridade. O trecho a seguir, extraído da fala de uma surda com ensino médio completo, mediada pelo intérprete, aborda esta questão:

Na entrevista tinha um intérprete de Libras e perguntou, você aceita trabalhar? Aceito, mas para fazer o que? Simples, coisa simples. Pegar milho, separar o milho, salário de quinhentos e cinquenta reais. Tirar o milho da espiga e a capa do milho. Quarenta e quatro horas semanais. Mas perguntei, posso trabalhar com Informática?

Não, não gosto de trabalhar com milho. Aquela poeira entrando no meu nariz, eu gosto de Informática (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Encontramos ainda, nas falas dos participantes, referências a pouca ambição de alguns surdos, que não se preparam e não aspiram a trabalhos melhores. Os participantes relatam que os surdos, muitas vezes, se conformam com serviços mais simples:

Tem muitos surdos que não têm ambição, aceitam trabalhos mais simples. Então acabam pegando um trabalho mais simples de carregar coisas, trabalhar num mercado, limpeza, trabalhar num Hospital, mexer com lixo. Muitos sentem que não querem isso, querem uma coisa a mais. Aprender bastante, estudar. Ele consegue mais fácil arrumar um emprego (S8 – 41 anos, surdo, Superior Incompleto).

Quanto às carreiras que gostariam de seguir, elencam, principalmente, os relacionados à Informática, Administração, Contabilidade, Arquivologia e Secretariado. Alegam, ainda, que os ouvintes acreditam que certos trabalhos não combinam com os surdos e, portanto, dispensam a eles somente tarefas relacionadas à limpeza e outras de menor complexidade. Reclamam que as atividades disponibilizadas pelas instituições que empregam os surdos são apenas aquelas que exigem menor qualificação.

Sobre as associações que têm como mote a formação profissional dos surdos e o encaminhamento dessas pessoas ao mercado de trabalho, os participantes afirmam:

No X, que é uma associação, normalmente os trabalhos de lá são esses tipos de trabalhos. Não são trabalhos superiores, trabalhos mais difíceis, mais complexos. Ele acha ruim essas associações porque não defendem os surdos para mostrar que o surdo é capaz. Ele prefere que não tenha essas associações. Que o surdo pegue o

currículo dele e mande direto para as empresas (S8 – 41 anos, surdo, Superior Incompleto).

Além da baixa escolarização e da omissão das instituições que representam os surdos, há dificuldades para o ingresso em cargos públicos. Os surdos relatam o desejo de serem aprovados nos processos seletivos, reclamam maior número de concursos e a necessidade de as seleções levarem em conta suas especificidades. Para eles, há muitas barreiras por causa das dificuldades relacionadas ao idioma Português. Argumentam que há exclusão dentro do próprio processo de inclusão, pois as cotas em concursos públicos não diferenciam os diferentes. Esta indiferenciação acaba por desconsiderar as especificidades dos surdos, pois eles não têm o Português como primeira língua. Uma alternativa apresentada é a presença de intérpretes para auxiliá-los na provas. Mas, argumentam os surdos, muitas vezes os intérpretes faltam nos dias das provas ou pouco colaboram para a interpretação dos enunciados das questões.

Reiteramos as dificuldades apontadas pelos surdos, pois, nos concursos públicos, eles têm como concorrentes cadeirantes e deficientes físicos, que foram alfabetizados em Português, além dos cegos, que embora alfabetizados em BRAILLE, aprendem a estrutura do Português. Estas reclamações corroboram os achados do Estudo I, e demonstram a necessidade de se pensar maneiras de a Lei 8.112/91 discriminar cotas por modalidade de necessidades especiais.

Em relação às dificuldades de ingresso, permanência e progressão no mercado de trabalho, os surdos apresentam soluções para os impasses inerentes à sua inclusão no mundo do trabalho. Eles próprios reconhecem que a proximidade com seu universo é o caminho para superação dos preconceitos. Finalizamos as discussões desta classe com a fala de uma surda que retrata esta questão:

O ouvinte precisa conhecer, pesquisar, ver na televisão, se informar mais, estudar, encontrar com os amigos para entender melhor a vida do surdo. Porque quando o ouvinte aprender Libras ele vai ver que é tudo igual (S5 – 36 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Classe 4 - Por que trabalhar?

Esta classe abrange 105 UCE's e explica 16,42% da variância total do *corpus*. Os surdos trazem à tona a necessidade e o desejo de trabalharem e os benefícios trazidos pelo labor (casar, dinheiro, filho, futuro, progredir, vida), como pode ser evidenciado na Tabela 22.

Tabela 22. Classe 4. Por que trabalhar?

| CLASSE 4: POR QUE TRABALHAR? | χ^2 |
|-------------------------------------|----------|
| Casar | 36.76 |
| Diferente | 28.24 |
| Dinheiro | 58.79 |
| Filho | 45.16 |
| Futuro | 69.21 |
| Importante | 37.36 |
| Progredir | 31.00 |
| Ter | 60.60 |
| Trabalho | 37.54 |
| Vida | 83.84 |
| 16.42% | |

As falas dos participantes surdos chamam a atenção para a importância do trabalho em suas vidas, pois por meio dele poderão ter ganhos materiais, sociais e psíquicos. Sobre os ganhos materiais, relatam que somente por meio do trabalho poderão ter dinheiro, carro, casa, melhor padrão de vida, alimentar bem, pagar impostos, cuidar da saúde, enfim, ter o

que os ouvintes têm. Além disso, ressaltam a importância não apenas dos ganhos materiais advindos do trabalho, mas também dos ganhos psíquicos, pois por meio dele podem se realizar. Pelo trabalho, é possível alcançar reconhecimento pelas responsabilidades que lhes são atribuídas, e, assim, serem melhores e mais felizes.

Como vai comprar roupa? Como vai pagar água, luz? Por isso o dinheiro é importante, mas o trabalho é mais importante que o dinheiro, do que o dinheiro, porque o trabalho também traz saúde, sua mente fica boa, você aprende, pode fazer muitas coisas, dirigir. Pode comprar o que você quer. O trabalho distrai, você pode comer carne, ir ao Hospital (S5 – 36 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Segundo relatam os surdos, o trabalho possibilita, ainda, o aumento da autoestima e a construção de uma imagem positiva de si mesmo. Para os participantes, trabalhar significa poder comprar cosméticos e se arrumar para enfrentar um dia de trabalho. É interessante observar que os surdos evocaram imagens relacionadas à gravata, maquiagem e outros “apetrechos” de beleza imaginando a preparação para ir ao trabalho, o que pode retratar o desejo de exercerem trabalhos que exigem mais qualificação:

Tudo, botar roupa, maquiagem, ficar bem bonita, cabelo, tudo, perfume, tudo limpo, higiênico, tudo limpo (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Ele pensa num trabalho de nível superior, que você vai trabalhar de gravata (S1 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Aos ganhos materiais e psíquicos somam-se os ganhos sociais, que dizem respeito às relações familiares e suas responsabilidades diante da sociedade. A dimensão relacional do trabalho foi citada também pelas surdas participantes do Estudo I, bem como pelos

empregadores deste estudo. Parece que o trabalho promove sensação de segurança e bem-estar quando pode assegurar, não somente ao sujeito, mas também ao seu grupo, conforto e bens materiais.

Não somente o presente, mas também a vida futura é preocupação dos surdos. Eles desejam trabalhar formalmente hoje para garantir a aposentadoria na velhice e o conforto familiar no futuro. O trabalho possibilita, ainda, que uma família seja formada. Os surdos solteiros demonstraram desejo de namorar, casar e ter filhos. Mas, dadas as despesas com o sustento familiar, relatam que só poderão fazê-lo quando alcançarem um trabalho com remuneração razoável.

As coisas que ele pode ter: carro, casa, casamento, filho. Tem que dar as coisas, progredir no futuro, se aposentar. E ajudar os filhos a se formar. Neto, futuramente os netos. Obediência, esforço, gerente, casa. Porque casamento não é fácil, precisa realmente de dinheiro para manter. Ter uma casa própria exige muito trabalho. Aí depois quando vem os filhos, aí os filhos querem estudar, fazer faculdade. Tem namorada. Não, não, só no futuro, primeiro o dinheiro (S1 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

A importância do trabalho também foi expressa nas afirmações dos participantes de que os surdos que não trabalham, não têm dinheiro, são menos motivados e não se desenvolvem nos aspectos relacionais e comunicativos como aqueles que trabalham. Por isso, segundo relatam, os surdos que não trabalham são mais nervosos e correm o risco de se envolverem com o crime.

Concordamos com a constatação dos surdos, em que o trabalho figura como promotor do desenvolvimento humano. Sabemos (Leontiev, 1978) que por meio do trabalho

as pessoas podem, convivendo com os outros, ampliar sua capacidade cognitiva no desenvolvimento das tarefas cotidianas, que exigem abstração, generalização, lógica e comunicação. Os surdos, no trabalho, podem, inclusive, aprimorar suas habilidades comunicacionais, em uma troca que, além da possibilidade de ensinar aos colegas de trabalho sua língua, podem se habilitar cada vez mais no idioma Português. Por meio do trabalho, a pessoa potencializa seu desenvolvimento e a imagem que tem de si própria, como pode ser constatado nas palavras de uma pessoa com necessidades especiais:

As pessoas pensavam que, por ser deficiente, eu não representava nada. Mas agora estão vendo que eu enfrento qualquer coisa. Depois do curso de Reflexoterapia que fiz no Senac, a minha vida mudou muito. Hoje faço massagens e os meus clientes se sentem bem, relaxam, dormem melhor. Até meus vizinhos que jogam bola e se machucam acreditam no meu trabalho e sempre me procuram para fazer massagem. Eles já estão até me chamando de ‘Chico massagista’. Me sinto muito feliz por isso (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2004).

Como já discutimos, trabalhar possibilita o reconhecimento e a valorização social. Para Klein (2001), desde o início, os movimentos surdos colocaram, e ainda colocam, no trabalho a conquista da cidadania. Klein destaca que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela participação de surdos em associações, e a partir delas os surdos compreenderam que o trabalho poderia trazer a ascensão almejada. Nestas associações, o desejo de trabalhar esteve sempre relacionado com a possibilidade de independência e de autonomia dos surdos.

As ideias presentes desde então relativas à inclusão dos surdos no trabalho organizaram diferentes formas de se pensar a surdez. As escolas de surdos, por exemplo,

previam que o treino e a educação disciplinadora para o trabalho poderiam ouvintizá-los e aproximá-los do mundo dos “normais”, tornado-os menos pesados para a família, comunidade e associações de caridade. O trabalho, desta forma, seria o redentor dos surdos e da surdez. A começar pela escolha dos cursos a serem ministrados nestas escolas, que, para Klein, refletem a crença de pais e educadores de que atividades mais individuais, que exigem o mínimo de contato com o público e mais concentração (seguindo a crença de que os surdos se concentram facilmente) e que não exigem escolaridade mais avançada seriam ideais para os surdos.

O poder redentor e reabilitador do trabalho permeou as falas dos participantes de nosso estudo. Decerto, o trabalho é agente de desenvolvimento. Porém, ele é percebido, também, como elemento de desenvolvimento do idioma Português e do comportamento que os participantes imaginam ser o esperado pelos ouvintes. Os surdos, assim como os empregadores, referem-se, em suas falas, à importância das agências de formação profissional de surdos. Os empregadores relatam que os surdos deveriam procurar emprego acompanhados destas instituições. Os participantes queixam-se da pouca atuação destas agências. Realmente, verificamos que os surdos e seus familiares procuram apoio e auxílio destas instituições. O grande obstáculo é que, em muitos casos, a oferta destas agências não corresponde às expectativas dos surdos. Isto porque, geralmente, afirmando a responsabilidade de lutarem pela empregabilidade dos surdos, estas instituições acabam por perpetuar práticas em que os surdos são tutorados, porque são considerados infantis e inferiores.

Perguntamo-nos ainda: o que significa a garantia que o empregador deseja de, ao contratar pessoas com necessidades especiais, ter a intervenção heroica de uma instituição, que trabalharia no sentido de tutorá-los? Esta não seria a lógica da medicalização e da

correção da “anormalidade” e da “deficiência”? Acreditamos, assim como Lopes (2001, p. 114), que estas práticas são condizentes com representações em que surdos são percebidos como desajustados, deficientes e “incapazes de se desenvolverem sem o auxílio de grupos dominantes culturalmente”.

Ao finalizarmos o primeiro eixo, reconstituímos o discurso representacional dos participantes:

Os surdos querem trabalhar com Informática, financeiro, com dinheiro, com contas, Contabilidade. Mas, a maioria pensa só em trabalhar, não pensa em estudar. Muitos surdos não têm ambição, aceitam trabalhos mais simples, como carregar coisas, trabalhar num mercado, limpeza, trabalhar num hospital, mexer com lixo. Alguns estão vendo que para trabalhar precisam estudar. Os surdos precisam estudar. Muitas empresas querem só as pessoas que tenham faculdade, para ter um trabalho melhor. Se o surdo só tem a oitava série, vai trabalhar com trabalho simples, limpeza. Muitos pensam que uns tipos de trabalho não combinam com o surdo e passam serviços mais simples, como limpeza, faxina. No X, que é uma associação, só tem esses trabalhos desse tipo. Precisa ter mais concurso para os surdos. Os surdos precisam aprender mais Português para passar nos concursos. Mas, falta intérprete. Querem mais vagas em concurso. Aí passam todos os cadeirante e surdo não passa na mesma vaga. Os ouvintes pensam que o surdo é incapaz, deficiente, doente. Pensam que os surdos só querem trabalho de passar, limpar, cortar grama. Os ouvintes pensam que, por causa dos sinais, da expressão facial, os surdos são malucos, doentes mentais. Mas o mesmo que eles fazem os surdos podem fazer igual. Os surdos não são burros. Os ouvintes pensam que os surdos não sabem nada, que não sabem ler, que são analfabetos, que não precisam trabalhar. Caso arrumasse um emprego, ia ficar muito

feliz. Quem não tem emprego fica vagabundo, não tem dinheiro, não faz nada. O trabalho é importante na sociedade, na vida futura, poder namorar, casar, ter uma casa, uma vida melhor. Se não trabalhasse, ficasse a toa não ia ter nada, ia continuar do mesmo jeito. Tem vontade de progredir, trabalhar, ter responsabilidade. Quer ter salário, porque tem família que ajuda. O surdo quer trabalhar, quer casar, ter casa, pagar aluguel, luz, ter carteira assinada para se aposentar. O trabalho distrai, você pode comer carne, o trabalho também traz saúde, sua mente fica boa, você aprende. Quer trabalhar, melhorar a vida.

EIXO - OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES

Classe 2- Falando sobre a comunicação

Esta classe corresponde a 13,62% do *corpus* das entrevistas, ou seja, 88 UCE's, abrangendo, portanto, uma pequena parte do total das entrevistas. Sumariza as falas dos participantes que explicitam como se dá o processo e a importância da comunicação, conforme pode ser visto na Tabela 23.

Tabela 23. Classe 2. Falando sobre a comunicação.

| CLASSE 2: FALANDO SOBRE A COMUNICAÇÃO | χ^2 |
|----------------------------------------------|----------|
| Comunica | 31.95 |
| Comunicar | 30.32 |
| Conversando | 31.93 |
| Diferença | 109.46 |
| Está | 28.46 |
| Exemplo | 43.00 |
| Grupo | 31.22 |
| Libras | 77.53 |
| Ouvinte | 33.40 |
| Surdo | 41.57 |
| 13.62% | |

Os participantes realçam, mais uma vez, a necessidade de os ouvintes se aproximarem dos surdos e, assim, conhecerem melhor as suas potencialidades, superando preconceitos e estereótipos. Porém, os próprios surdos caracterizam negativamente certos aspectos de seu grupo. Alegam que os surdos não têm ética, fazem muita fofoca quando estão juntos e, por não falarem, se desenvolvem menos.

Diferente, por exemplo, o ouvinte tem uma mente boa, o surdo tem uma mente extremamente ruim. Ah, não sei, diferente. Ela falou que é exatamente por causa do surdo, por falar pouco, desenvolve menos (S4 – 34 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Apesar de atribuírem algumas características negativas ao grupo - como a falta de ética, a fofoca, a mente ruim e o desenvolvimento inferior -, os participantes relatam que surdos e ouvintes são semelhantes, sendo que a única coisa que os diferencia é a

comunicação. Relatam, ainda, que devido às dificuldades de comunicação, os ouvintes podem pensar que os surdos não são inteligentes. Porém, logo advertem que os surdos são pessoas normais, que, assim como os ouvintes, não representam um grupo homogêneo. Segundo observam, cada sujeito carrega possibilidades negativas e positivas, como podemos encontrar no relato de uma surda:

Normal, eu sou assim, surda normal, porque perante Deus todo mundo é igual. Olhando um para o outro todo mundo é diferente. Eu sou diferente de você, que é diferente dela. Acho que todo surdo é igual, todo mundo se comunica, todo mundo fala Libras, mas tem uma diferença no sentimento, na personalidade (S5 – 36 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Não obstante, a comunicação entre ouvintes e surdos nem sempre possibilita aos últimos mostrarem quem são, apesar de explanarem ter clareza de suas características positivas. Desta forma, percebemos que os surdos constroem suas identidades no interjogo de comparações com o grupo dos ouvintes, como teorizou Tajfel (1981). Para o autor, a partir dos elementos objetivos da realidade e das escolhas que fazem, os surdos constroem a imagem que têm de si mesmo. Assim, embora afirmem que os ouvintes percebiam todos os surdos como igualmente sem inteligência e incapazes de desejarem e executarem atividades mais elaboradas, o que denota preconceito, eles próprios se definem como pessoas inteligentes, capazes e trabalhadoras. Ao mesmo tempo, asseguram que alguns surdos detêm características negativas.

Os surdos frisam que a maior dificuldade entre surdos e ouvintes é a comunicação, principalmente porque alguns ouvintes não têm paciência para se comunicar com surdos. No que tange ao trabalho, muitas vezes, segundo os participantes, os ouvintes se restringem a

aprender palavras simples e isoladas em Libras, mas não estão dispostos a aprofundar os seus conhecimentos.

A diferença é a comunicação. Existe, por exemplo, um grupo de surdos e um grupo de ouvintes. O surdo ele se comunica só que a comunicação dele é limitada, é toda em Libras ou em gestos. Já o ouvinte ele tem uma comunicação maior, onde ele pode ouvir, pode entender. O surdo tem a comunicação limitada (S7 – 30 anos, surdo, Superior Incompleto).

Como podemos observar, os surdos definem sua comunicação como limitada, apesar do esforço em falar das semelhanças entre eles e os ouvintes. Para eles, os surdos sabem Libras e os ouvintes se comunicam. Provavelmente, os surdos, por conta do processo de “ouvintização”, consideram válida a comunicação por meio da língua portuguesa. Porém, Karnopp (2005) defende que ser surdo e usuário da língua de sinais significa também enfrentar uma situação bilíngue, pois a todo momento o surdo tem contato com a língua portuguesa, seja em sua modalidade oral, seja em sua modalidade escrita. Somente assim ele poderá ter acesso ao mundo social e linguístico.

Também no seio familiar, os surdos encontram dificuldades relacionadas à comunicação, pois, nem todos da família sabem Libras. Outra dificuldade é relatada por uma participante:

Até conversa pouco com ela. Ela abraça, ri, faz cócegas, mas comunicação é pouquinho. Não gosta, ela detesta língua de sinais. Diz que parece macaco. Ela odeia, ela acha horrível. Aí falei com ela: mãe agora tem uma lei que fala em sinais. Antes não tinha, muitos surdos não querem leitura labial, mas não adianta. Não quer. É melhor ficar calada (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Classe 5- A atividade da comunicação

Esta classe abrange 121 (18,37%) UCE's do *corpus* total das entrevistas e resgata o papel e a importância da comunicação no cotidiano dos surdos. Verificamos que as classes 2 e 5 falam da comunicação. Mas, diferentemente da classe anterior que tratava dos processos de comunicação, nesta classe os participantes discorrem sobre as práticas da comunicação em seu cotidiano. A Tabela 24 demonstra as palavras com maior χ^2 , as quais elucidam os recursos utilizados para se comunicarem e aprenderem (escrevendo, escrever, leitura labial, língua de sinais).

Tabela 24. Classe 5. A atividade da comunicação.

| CLASSE 5: A ATIVIDADE DA COMUNICAÇÃO | χ^2 |
|---------------------------------------------|----------------------------|
| Aprender | 25.63 |
| Entender | 33.86 |
| Entender | 31.74 |
| Escrevendo | 26.28 |
| Escrever | 44.07 |
| Explica | 27.95 |
| Leitura labial | 26.11 |
| Língua de sinais | 31.74 |
| Palavra | 40.49 |
| Veza | 23.50 |
| 18.37% | |

Os surdos afirmam que a vida para os ouvintes é mais simples, pois eles conseguem se comunicar com facilidade. Muitas vezes, no trabalho, os surdos têm dificuldades de se fazer entender e compreender o que é dito pelo chefe. Quando isto acontece, utilizam estratégias como a escrita, os gestos e a leitura labial. A fim de apreender os ensinamentos do chefe, observam os outros funcionários ao seu redor, e os imitam quando necessário. Mas,

apesar destas dificuldades, acreditam que aprendem as atividades com rapidez.

Apesar das estratégias utilizadas, os surdos reconhecem que as pessoas do seu grupo demoram a entender:

O surdo precisa de ajuda, mas o ouvinte consegue ajuda mais rápido. Ele acha que o surdo é mais devagar. Por causa da audição. O surdo demora muito tempo para entender. Aí vai falando não entende a palavra, vai escrevendo não entende a palavra, aí com o tempo ele fala “ah entendi”, depois aprende rápido, depois que entende (S1 – 21 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Demonstram dificuldade no dia-a-dia e nas reuniões de trabalho, pois, na ausência de intérprete e de pessoas que traduzam o que é falado não podem captar completamente o que é dito:

Às vezes tem uma reunião, ela fica lá, não tem intérprete, fica só falando, falando, e ela fica lá, não entende nada, fica só olhando, aí pergunta para o ouvinte, o ouvinte não sabe dizer, não sabe traduzir, às vezes faz um gesto, aí fala. Só isso, só isso. Fica rindo, ela tem dificuldade no trabalho, com reunião, essas coisas, então ela fica curiosa em saber quando têm anúncios, reuniões, informativos no local de trabalho e não consegue se comunicar. Por exemplo, no dia seguinte ela pergunta: o que falou ontem na reunião? Ele falou tanto, a pessoa só escreve lá três, quatro linhas. Mas só isso? Só foi isso. Aí resume, mas a pessoa falou tanto tempo. Então ela vê que não quer falar, não tem paciência em explicar (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Os surdos afirmam que o idioma “Português do ouvinte é a língua de sinais do surdo”. Por meio da Libras eles podem se expressar, fazer amigos, inserir-se no grupo dos

surdos, aprender, enfim, progredir. Sobre a importância da Libras no trabalho, um participante diz que:

É mais fácil porque o sentimento do surdo está através da Libras e ele tem que se expressar através da Libras. Ela está falando que quando mais você vai aprendendo sinais, se comunicando com o surdo, mais a sua vida vai facilitando (S6 – 29 anos, surdo, Superior Incompleto).

É importante salientar que, de acordo com os relatos dos participantes, quando eles não são entendidos se sentem tristes e se recolhem. Nas discussões sobre o uso da Libras, os surdos reforçam a ideia de que esta língua representa um importante fator de desenvolvimento e socialização. Alguns surdos até conseguem fazer leitura labial, mas relatam que a Libras possibilita uma comunicação efetiva, pois, por meio dela conseguem exprimir sentimentos e raciocinar com mais facilidade. Desta forma, utilizar os diversos recursos de comunicação que ajudam os surdos a falar, ler, fazer leitura labial permite aos mesmos sentirem-se mais iguais aos ouvintes, pois se sentem compreendidos por eles. Destacamos, desta forma, importante achado de nossos resultados: para os surdos participantes da pesquisa, a igualdade com os ouvintes passa pela melhoria dos processos comunicativos.

O sentimento de igualdade, como vimos, é mediado pela linguagem, marcada social e culturalmente. Para além da possibilidade de assemelharem-se aos ouvintes, os surdos desejam ser ouvidos e compreendidos. E, neste sentido, a língua é instrumental necessário e essencial. Os surdos não demonstraram desejo de realizar implantes cocleares, utilizar aparelhos auditivos ou prótese para se tornarem mais próximo dos ouvintes. Desejam apenas serem entendidos e se comunicar. Concordamos com Thoma (2001, p. 66) quando afirma

que “normalizar os surdos fazendo-os ouvintes através de implantes cocleares significa, para muitos surdos, ter seus corpos invadidos, suas identidades silenciadas e sua cultura apagada”. Assim, os participantes do estudo parecem entender a surdez como diferença própria de pessoas que utilizam a cultura visual e outra modalidade de comunicação, conforme preconiza a visão sócio-antropológica da surdez. Apesar destas diferenças, os surdos desejam se comunicar e interagir com os ouvintes.

Nas discussões em torno dos processos e das atividades de comunicação entre surdos e ouvintes, buscamos reconstituir o discurso coletivo que nos possibilita compreender os significados construídos pelos surdos:

O ouvinte precisa conhecer o mundo do surdo. Quando o ouvinte aprender Libras ele vai ver que é tudo igual. Precisa de mais de informação. Os surdos não têm muita ética. Quando estão reunidos, todo mundo conversando muito rápido, e quando o ouvinte vê e acha estranho. O pai dela tem muita dificuldade para se comunicar. Eu penso que as pessoas são iguais, mas nem tanto. Tem um pouquinho de diferença. A maior diferença entre o surdo e o ouvinte é a comunicação. O surdo sabe Libras e o ouvinte se comunica. Tem uma vida completamente normal. O surdo faz todas as atividades. A diferença consiste exatamente na comunicação. O surdo se comunica, mas a comunicação dele é limitada, é toda em Libras ou em gestos. Têm surdos que não trabalham, são nervosos. Mas tem surdos inteligentes, capazes, mais capacitado do que muitos ouvintes. As pessoas pensam que todo surdo é igual, que todos não sabem nada, que todos são burros. O grupo de surdos são pessoas animadas, que conversam muito entre si, que se comunicam, ensinam muito Libras um para o outro. Mas a relação com os ouvintes é difícil porque o ouvinte não tem paciência para se comunicar. Tem muitos ouvintes que veem aquele tanto de gente falando em Libras e

pensam assim: o que é isso? Eu não entendo nada. Tem ouvintes que são diferentes, mas tem ouvinte que atacam muito os surdos, que “metem bala” mesmo, atacam e tem um sentimento ruim em relação ao surdo. Tem ouvintes que são muito rancorosos. Tem ouvintes que discriminam. A comunicação é difícil. Às vezes fica triste, às vezes ela vê muito ouvinte conversando, alegre, aí ela fica calada, triste. O surdo não é burro, é inteligente. Às vezes o surdo está triste por não estar conseguindo falar, ele não consegue ter muitos amigos, a vida do surdo melhora quando ele tem um grupo de amigos. Alguns surdos têm dificuldade com o chefe no trabalho, pois ele tem que escrever para o surdo, faz leitura labial, às vezes escreve. Quando o chefe vai mostrar para ele um trabalho, aí ele presta atenção, vê outra pessoa fazendo e normalmente aprende fácil. Nos concursos, não adianta, às vezes até bota um intérprete, mas o intérprete não ajuda. Fica lá, só ajuda para coisa básica como ir ao banheiro, mas não interpreta a questão, não dá para entender. Para o ouvinte é mais fácil, fala e pronto. O Português do ouvinte é a língua de sinais do surdo. Quando ele consegue falar com alguém, lê, faz leitura labial, ele se sente igual ao ouvinte, porque ele fala, o ouvinte entende. Os ouvintes não têm vontade de aprender língua de sinais. Querem apenas leitura labial ou pelo papel. Ele consegue alguma coisa labial, escrevendo, ele vai se virando, mas perde muito, ele não é bobo, consegue entender, pegar as coisas, falar. Os ouvintes acham que o surdo é mais devagar por causa da audição. O surdo demora muito tempo para entender. A família não ensina nada, não ensina as palavras, por exemplo, começa a ler e vê uma palavra, pergunta para família e a família não explica. No trabalho, nas reuniões o chefe explica e no dia seguinte ela pergunta: o que falou ontem na reunião? Ele falou tanto, a pessoa só escreve três, quatro linhas. Mas só isso? Só, foi isso. Aí resume, mas a

pessoa falou tanto tempo. Então ela vê que não quer falar, não tem paciência em explicar. O que é natural dos surdos é a língua de sinais, os gestos, sinais.

EIXO - O NASCIMENTO E AS PERDAS X O TRABALHO QUE PROMOVE CONQUISTAS

Classe 3- Habilitando-se para o trabalho

Esta classe totaliza 76 UCE's (11,6%), representando uma pequena parte do *corpus* total das entrevistas e sumariza os discursos acerca do cotidiano de trabalho dos surdos.

Os surdos fazem menção à busca por emprego, relatando o sofrimento causado pelas poucas oportunidades de trabalho e a espera daí decorrente. Ao falarem do desejo de conseguir um trabalho, os surdos desempregados relatam que têm esperanças de obter êxito e continuam esperando. A Tabela 25 apresenta as palavras com maior χ^2 e que exprimem a busca pelo emprego (cedo, currículo, entrevista, surdo parcial, surdo profundo, vaga) e as expectativas geradas (esperando), além das atividades diárias realizadas até a conquista de um emprego desejado (unha).

Tabela 25. Classe 3. Habilitando-se para o trabalho.

| CLASSE 3: HABILITANDO-SE PARA O TRABALHO | χ^2 |
|-------------------------------------------------|----------------------------|
| Cedo | 29.88 |
| Currículo | 46.26 |
| Ela | 34.76 |
| Entrevista | 37.79 |
| Esperando | 37.28 |
| Hora | 56.35 |
| Surdo parcial | 37.79 |
| Surdo profundo | 29.88 |
| Unha | 30.19 |
| Vaga | 46.26 |
| 11.6% | |

Conforme observamos, a procura por trabalho quase sempre vem acompanhada de tristeza e muito sofrimento.

Já distribuiu currículo. Aqui no S. ela já veio. Numa faculdade aqui atrás, no Ministério também, em alguns lugares. Um ano. Fica triste, muito triste, com vontade de trabalhar. Fica preocupada. Porque quer ajudar a mãe, o pai. Vai ver um trabalho, aí pede, por favor, para arrumar o trabalho, mas não consegue (S4 – 34 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Os participantes demonstraram experimentar sensação de abandono por parte dos empregadores, pois acreditam que os surdos são preteridos em relação a outras pessoas com necessidades especiais. Mais uma vez verificamos que, não somente em concursos públicos, mas também nas seleções de empresas privadas como bancos, faculdades empresas de telefonia, a queixa dos surdos diz respeito à falta de proporcionalidade das cotas, o que pode gerar a preferência por cadeirantes e outras modalidades de necessidades especiais.

Cansa de mandar currículos para as empresas, mas quando vê que é surdo não quer, querem outro deficiente, mas não surdo. Então precisariam experimentar trabalhar com o surdo para ver como é igual a um cadeirante, que uma pessoa que é paraplégica. Pode sim, cada um trabalhar, desenvolver de algum jeito (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Os participantes relatam, ainda, que mesmo dentro da categoria de surdos há diferenças na aceitação por parte dos empregadores. Por não necessitarem de intérpretes, as pessoas com surdez parcial levam vantagem no momento da contratação, como podemos verificar:

É difícil, demora muito. Já entregou muitos currículos. Às vezes olha e vê que é surdo profundo, daí não chama, quando é surdo parcial chama. Exemplo teve na Faculdade Y chamando surdo, contrataram vários surdos, mas não contrataram surdo profundo, só surdo parcial. Ela entregou o currículo, outros amigos dela conseguiram, ela não. Ela entregou primeiro o currículo, depois ela viu que era surdo parcial. Na Empresa de Telefonia Z também já teve vagas para surdos. Ela entregou o currículo lá, e ficou esperando, esperando, esperando. Chamaram um amigo dela, chamou outro, cada um tinha uma deficiência. O que era surdo profundo não chamou. Chamou o que era surdo parcial. E essa amiga que era surda profunda tinha até faculdade, bastante tempo trabalhando e não chamou. Então só está chamando surdo parcial. Se for surdo profundo não chamam, porque tem que ter intérprete. Ela sente triste, magoada. Às vezes ela chora, porque ela precisa trabalhar, precisa de dinheiro. Às vezes não tem dinheiro nenhum (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo) .

Observamos nesta fala que, atualmente, pode estar acontecendo um processo de inclusão às avessas. A lógica da normalização pode levar empregadores a favorecerem pessoas com necessidades especiais “mais próximas do normal”. Estes dados vão ao encontro do que alertou a coordenadora do INES, em entrevista à autora desta tese, em outubro de 2006, ao assinalar que muitos empregadores fazem contato com a instituição procurando a indicação de surdos com pouco comprometimento.

Trazendo à tona estas dificuldades, os surdos apontam sugestões para a transformação desta realidade. A primeira, já referida neste estudo, é a promoção de ações que permitam a aproximação dos ouvintes ao universo dos surdos. Assim, os primeiros poderiam conhecer melhor as qualificações e as potencialidades dos segundos.

Não obstante os surdos do Estudo I e os empregadores deste estudo, que relataram que a superproteção familiar é obstáculo para empregabilidade, os surdos deste estudo asseguram que suas famílias os pressionam para trabalharem. Nas falas dos participantes, é possível identificar que pais têm preocupação em preparar os filhos surdos para o trabalho, para que, por ocasião de sua falta, eles estejam mais preparados para enfrentar as dificuldades da vida.

Quando era menor, não sabia nada sobre trabalho. Aí os ouvintes falaram para ela, olha você tem que ter responsabilidade, você tem que trabalhar. Papai e mamãe vão morrer. Você que vai ser responsável em manter a casa, tem que abrir o olho. Aí me deram conselho sobre trabalho, aí eu ficava: é verdade. Vovó e vovô vão morrer, eu preciso estudar e trabalhar, fazer faculdade, ter meu salário. Fazer curso, passar num concurso. Sempre fiquei preocupada com isso, tem que se empenhar, só que até hoje ela procura, procura e difícil demais um trabalho (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Além de discutirem os processos de seleção e a procura por trabalho, os surdos relatam, nesta classe, os meandros de sua rotina. Demonstram interesse pelo desenvolvimento do trabalho, cumprimento do horário e bom atendimento dos clientes.

Ela não gosta, mas alguns gostam, são curiosos, quer saber a vida de todo mundo. Ih, separou, divorciou, o que aconteceu? Então alguns fofocam, ficam perguntando. Ela não gosta de fofoca. Se alguém vier falar as coisas, fofocas, eu não quero saber. Ela fala: desculpa, desculpa, eu não quero saber (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Empreender negócio próprio foi estratégia utilizada por uma surda, participante do

estudo. Após a espera mal sucedida por trabalho, resolveu abrir um comércio. Atualmente, tem uma banca de roupas em uma feira do Distrito Federal. Faz suas compras com fornecedores em Belo Horizonte, para onde viaja algumas vezes por ano dirigindo seu carro. No futuro, pretende montar uma confecção na cidade mineira. Este caso nos sugere que vivemos um momento de transição e negociação em termos de inclusão dos surdos no mercado de trabalho. Assim, já encontramos casos em que os surdos exercem papel de minoria ativa, como postulou Moscovici (1981, 2003). Para este autor, os sujeitos promovem influência e mudanças sociais, em um processo de partilha e construção de significados. Portanto, se uma minoria deseja mudar sua posição na sociedade e tornar-se ativa, ela tem de propor mudanças consistentes e comunicá-las, implementando uma estratégia de convencimento a fim de angariar novos membros e influenciar a maneira de pensar e agir da maioria.

No caso dos surdos, percebemos um movimento de mudança de paradigmas, que busca influenciar os ouvintes no sentido da percepção de que é preciso conhecê-los melhor para verificarem o quanto são capazes de exercer uma atividade no mercado de trabalho. Insistindo na proximidade como saída para os ouvintes decifrarem a surdez e compreenderem sua potencialidade, buscam inserir novos critérios de categorização do trabalho de surdos.

A par de tudo isso, observamos que o trabalho é elemento importante na vida dos surdos, e que participa na construção de suas identidades. O trabalho permite controle e gerenciamento da própria vida, assegura a cidadania, conforme discorre Pereira, em depoimento no livro *Responsabilidade Social e Diversidade - Deficiência, Exclusão e Trabalho*:

Primeiro a gente fala muito na necessidade do indivíduo se tornar cidadão, mas ele só

consegue ser cidadão pleno quando consegue, ele próprio, custear a sua vida. Para custear a sua vida, ele precisa de emprego. E ele só pode trabalhar se puder ir e vir (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2004).

Em nossa visão, habilitando-se para o trabalho, os surdos almejam conquistar não somente ganhos materiais, mas também a autonomia e o senso de utilidade que o trabalho pode firmar.

Classe 6 - Do nascimento da surdez às conquistas e perdas

Esta classe totaliza 23,53%, ou 152 UCE's. Portanto, é uma classe significativa em termos de participação no *corpus* total das entrevistas. Revela a história dos surdos: o nascimento, o momento em que tomam consciência da surdez e sua posterior escolarização. Os surdos falam, ainda, das conquistas e das perdas em sua vida, que acreditam ser decorrentes do emprego. A Tabela 26 apresenta as palavras com maior χ^2 . É interessante observar que todos os verbos se encontram no passado, denotando os relatos sobre a etiologia da surdez.

Tabela 26. Classe 6. Do nascimento da surdez às conquistas e perdas.

| CLASSE 6: DO NASCIMENTO ÀS CONQUISTAS E PERDAS | χ^2 |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------|
| Antes | 43.37 |
| Começou | 40.63 |
| Ela | 47.24 |
| Era | 117.07 |
| Falava | 38.23 |
| Ficava | 43.96 |
| Foi | 121.52 |
| Sabia | 47.31 |
| Tinha | 99.50 |
| 23.53% | |

A causa da surdez é percebida pelos surdos como fatalidade. Em três casos a surdez teve etiologia pré-natal, os outros casos relacionam-se a fatores pós-natais. Entre os participantes cuja gênese da surdez ocorreu após o nascimento, encontra-se o caso de um que ficou surdo após uma queda durante os primeiros meses de vida. Duas pessoas tiveram rubéola ou sarampo após o nascimento.

Em relação às causas pré-natais, três pessoas relataram que a consanguinidade foi o fator desencadeador da surdez. Dois participantes tinham outros irmãos com a mesma dificuldade:

Os pais são primos e em casa têm seis irmãos surdos. Os médicos disseram que

talvez a surdez seja do casamento dos primos (S7 – 30 anos, surdo, Superior Incompleto).

Para outro surdo, a falta de informação da mãe foi crucial para a ocorrência da deficiência:

A mãe dela era inocente, não sabia. Aí depois ela descobriu que a filha estava surda. A mãe levou ao hospital, o médico examinou, aí comprovou que ela tinha nascido surda. A mãe ficou assustada, foi pesquisar, viu que nunca tinha tido problema na família de genética, outros casos. Aí evidenciou que a mãe dela esqueceu que tinha tomado a vacina, tinha que fazer um tratamento para grávida e tomar um remédio contra a vacina e ela não tomou. A mãe dela ficou muito triste, chorando (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Os relatos dos surdos mostram como, com o passar do tempo, eles foram tomando consciência da surdez. Esta conscientização evidencia o que Tajfel (1981) denominou comparação social e categorização. Por meio deste processo, as identidades são construídas com base em um ordenamento que os sujeitos fazem entre o que é “de dentro” e o que é “de fora”, essencial para a definição do sentimento de identificação com um grupo. No caso desta pesquisa, os surdos foram descobrindo, no convívio com os outros, que há pessoas surdas e pessoas ouvintes e que eles se enquadravam na categoria dos surdos.

No passado eu não sentia nada, achava normal. Era jovem. Aí foi crescendo, foi crescendo, estudou no C. No C. da Asa Norte começou a estudar jovem. Aí tinha um padre e falava ‘Vocês são surdos, são jovens. Vocês vão conseguir, nós vamos ajudar vocês’. Daí ele começou a ver. O que aconteceu? Tem uns que são ouvintes, outros surdos. Daí ele começou a ver e perguntava para um e para outro. Daí falava, ah,

meu pai e minha mãe eram primos. Aí casaram, aí nasceu assim. Fazer o quê? Paciência. Não fica triste. Normal, acontece. Deus sabe o que faz. Ele se sente normal (S8 – 41 anos, surdo, Superior Incompleto).

Para além da identificação e da qualificação das diferenças, a aprendizagem da língua de sinais é retratada pelos surdos como fator que os ajuda a se sentirem iguais aos ouvintes, na medida em que, por meio dela, conseguem se comunicar e expressar seus sentimentos. Apesar disso, na família, ainda encontram dificuldades para utilização da Libras:

E na adolescência descobre que a diferença é mínima porque existe Libras. Aí vai aprendendo, vai estudando, vai fazendo oralização, vendo as pessoas, pegando informações e sempre aprendendo Libras, escrevendo. Aí vai se acostumando com a situação. Libras se torna comum em casa, embora seja pouco, as palavras são muito difícil para as pessoas da família (S5 – 36 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

O método oral foi utilizado na alfabetização de grande parte dos surdos de nossa pesquisa. Na maioria das vezes, estes surdos estudaram em uma escola oralista para surdos localizada no Plano Piloto. Porém, estudos apontam que mesmo após extenso período de escolarização, tendo como objetivo a oralização, os surdos apresentam dificuldades na língua escrita. Nesta direção, os participantes realçam a importância da utilização do método bilíngue, pois precisam, também, conviver com o mundo dos ouvintes. Conforme assinalou Karnopp (2005), a experiência bilíngue é importante para os surdos, pois a sinalização e leitura-labial são métodos que se completam e ajudam os surdos a se sentirem partícipes da sua comunidade, pelo uso da linguagem de sinais, e conviverem com os ouvintes, pelo método oral.

Quanto mais você vai aprendendo sinais, se comunicando com o surdo, mais a sua

vida vai facilitando. Ela foi alfabetizada no projeto de inclusão, onde ela tinha uma professora intérprete e uma professora de alfabetização. Ela foi alfabetizada junto com alunos ouvintes, onde ela aprendia a oralização. Tanto que ela é surda profunda e consegue falar por causa do processo de alfabetização. Ela teve aula de oralização e aprendeu junto com crianças ouvintes. Paralelo aprendia Português e Libras junto (S6 – 29 anos, surdo, Superior Incompleto).

Ainda sobre a escolarização, os surdos descrevem as dificuldades encontradas com a aprendizagem do Português.

Acho que sou maluca. Parece engraçado, na oitava série estava bem em Português, nunca tirou nota abaixo da média. Aí depois quando passou para o segundo grau se perdeu, aí ficou achando que era maluca. Muito engraçado isso. Não sabe dizer se era ela ou o professor. Na faculdade, por exemplo, Matemática na faculdade tira notas boas, muito bem. Nossa, é meu forte, é Matemática, Matemática. Sempre Português na faculdade na média (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Dos quatro surdos que cursavam graduação, três faziam Letras-Libras na UnB. Esses, falam com orgulho de seu curso, das matérias que têm mais dificuldade, como Linguística, das médias alcançadas e da esperança de melhorarem o currículo com o curso superior, além da perspectiva de conseguirem um trabalho por meio dos estudos.

Aí ele consegue chegar em casa estudar, aprender, evoluir. Eu em casa estudo o meu trabalho da faculdade. Isso tudo através do professor, por isso que professor é tão importante, tanto para Libras quanto para Português (S7 – 30 anos, surdo, Superior Incompleto).

As conquistas descritas pelos participantes estão relacionadas ao seu ingresso no mercado de trabalho, pois, por meio dele, puderam ou poderão conquistar bens materiais, como carro ou casa. Para aqueles já empregados, em termos de relações familiares, o trabalho permitiu o casamento, viagens com esposa e filhos, compra da casa dos pais e ajuda à família.

Dejours (1992) argumenta que o trabalho é de suma importância para o desenvolvimento humano. Assim, a partir do trabalho se dá o reconhecimento social, a visibilidade entre os pares e a construção de um sentido positivo para vida. Em uma sociedade organizada com base nos ditames produtivos, a posição ocupada pelo sujeito determina, sobremaneira, sua condição de existência. Portanto, a pergunta *o que você faz?* reporta ao significado de *quem você é?*, produzindo para o sujeito e para seu grupo o senso de valor próprio.

Para os surdos do nosso estudo, o trabalho também trouxe grandes progressos em termos da aprendizagem. Os surdos ressaltam que pela via do trabalho conseguiram melhorar a comunicação com o chefe, aprimorar suas habilidades de organização e, principalmente, evoluir em suas competências em Português. É importante ressaltar que mesmo aqueles surdos desempregados já haviam trabalhado em algum momento da sua vida. Por isto, tinham como frisar a importância do trabalho para si.

Nesta classe, os surdos também descreveram alguns sucessos de outras pessoas, como as aquisições materiais. Supomos que, quando falam do outro, os surdos estão desejando os bens materiais conquistados por meio do trabalho também para si.

Ela comprou um carro. É difícil. Falou que vendeu o carro, com os juros muito altos, que não sabia, foi enganada. Está a maior história. É difícil, falou que o amigo lá fugiu, era um carro roubado (S4 – 34 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Ao lado das conquistas proporcionadas pelo trabalho, encontram-se também as perdas e as dificuldades que têm como cenário o ambiente de trabalho. Os participantes se ressentem por terem sido perseguidos pelos ouvintes no trabalho. Em alguns casos, a angústia culminou em doença que os fez deixar o trabalho. Em outros, conversaram com o chefe sobre os abusos sofridos.

Os ouvintes gostam de mandar fazer as coisas, aumentam a carga de trabalho, ficam mandado, às vezes fala mal do surdo, às vezes junta dois ou três ouvintes para falar, se o surdo é gordo, falam que é gordo. Quando é velho, falam que é velho. Ela trabalhou em um órgão federal três anos. Ela mudou de área lá, aí ela ia fazer um lanche, o ouvinte ficava olhando, aí ele falava para ela não pode fazer lanche. Por que não pode? Estou com fome, tenho que comer. Você não pode. Aí ela falava: eu tenho que ter uma boa saúde. Não. Você está gorda. Levantava a blusa, aí ela brigou, porque não queria, falavam que ela era gorda, pegaram na barriga dela, apertou a barriga dela. Ela ficou muito nervosa, quase que ela ficou com depressão por causa disso, porque não respeitavam ela. Ela chorava, chorava muito em casa. Depois ela ganhou força e desprezava essas pessoas. Mas ela não gostava desse tipo de abuso. Ela chamou o intérprete, foi junto, conversou. O chefe falou: você não pode fazer isso, se fizesse com sua filha você ia gostar? Não, não. O chefe chamou essa pessoa, brigou, pediu desculpa para ela e mandou embora o ouvinte que fez isso (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Desta forma, além das dificuldades iniciais de se conseguir trabalho condizente com o desejo de exercer atividades mais complexas, que exijam maior nível de formação, os surdos afirmam que ainda enfrentam o preconceito e o desrespeito dos colegas. De fato, a

acessibilidade no ambiente de trabalho deve incluir a sensibilização das pessoas que compõem este cenário. Por muitos anos convivemos com representações da surdez que relegaram os surdos ao lugar da ignorância e do retardo mental. Por isso, eles eram, e ainda são, vistos como coitadinhos, ingênuos, objeto de abusos. Esta forma de percebê-los influencia a construção de suas identidades. Neste caso, apesar do sofrimento, a participante recorreu às instâncias que lhe cabiam a fim de assegurar sua saúde física e mental.

Nesta direção, Carvalho (2003) argumenta que o trabalho, por si só, não constitui via de acesso à cidadania e à qualidade de vida. Para que isto aconteça, faz-se necessário que ele promova saúde mental e desenvolvimento. Assim, os sujeitos devem exercer papéis e funções e ser reconhecidos socialmente. Notamos que o trabalho, para os participantes desta pesquisa, é representado por seus aspectos positivos, embora alguns deles testemunhem ter vivenciado situações de sofrimento neste ambiente.

Analisando o conteúdo das falas dos participantes, reconstruímos o discurso representacional que compõem este eixo.

Nasceu surdo profundo, porque os pais são primos casados. Por causa do sangue igual deu problema. No passado eu não sentia nada, achava normal, era jovem. Aí foi crescendo, foi crescendo, estudou no C. Ele tem quatro irmãos ouvintes e seis surdos no total. São dez irmãos na família. Entrega o currículo, aí chama, faz a entrevista, aí se prepara. Já veio aqui duas vezes. Daí o RH liga para casa dela, fala que vai conseguir, mas não chama nunca. Faz muita entrevista, na entrevista fala que vai chamar, que vai me ligar, daí não liga. Exemplo teve na Faculdade U. chamando surdo, contrataram vários surdos, mas não contrataram surdo profundo, só surdo parcial. Ela entregou o currículo. Outros amigos dela conseguiram, ela não. E ela entregou primeiro o currículo. Depois ela viu que era surdo parcial. Parece que deixa de lado o surdo. Não sei, lá eles não falam o que é, mas parece

que deixa de lado. Se arrumar trabalho ia acordar muito cedo, cinco horas da manhã, tomar banho, arrumar tudo, botar roupa, maquiagem, ficar bem bonita, cabelo, tudo, perfume, tudo limpo, higiênico, tudo limpo. Tem um pouquinho de medo sim, de não conseguir fazer o trabalho, mas se me ensinasse eu ia aprender, eu acho que ia conseguir sim. Já ia estar com um mês, dois meses, aí poderia ir acostumando com o trabalho, o horário. Acorda às nove, chega nove e meia no salão. Trabalha até as oito da noite e depois volta. Fica conversando normal, não tem fofoca, não tem nada, normal. Tem outro salão do lado, aí lá ela vê as amigas aí fala: oi, tudo bem? Aí quando chega alguém para fazer a unha, aí fala, dá licença, vou fazer unha, aí volta. Ela compra roupa de uma amiga que é surda em Belo Horizonte. Ela chega a Belo Horizonte, a amiga a leva nas bancas, ajuda a comprar as roupas e ela abaixa, faz negociação, aumenta de preço, abaixa. É uma loucura! Eu vi que ela comprou um carro, falou que está endividada. É difícil. Só que ela sabia que carro nunca ia comprar. Com isso aí foi procurar mais trabalho. Sentia muita vontade de trabalhar, mas ficava triste? Não, não ficava triste. Fazia muito artesanato na época. Fazia boneca, a mãe foi ensinando, comprava o material para ela fazer e ganhava um pouquinho aqui, um pouquinho ali. Nunca tira nota acima da média. Aconteceu na oitava série em Português a melhor nota. Depois no segundo grau foi horrível. Ela não entendeu nada, como pode? Em Matemática tão bem, e Português horrível. Acho que sou maluca! Depois que consegui trabalhar mudou muito. Ele conseguiu casar rápido, com 20 anos ele já era casado. Ele tinha muita responsabilidade com o pai, com a mãe, ajudava os pais mesmo casado. Ela aprendeu muito com isso e fez com que ela tivesse uma noção de Arquivo. Porque antes ela não sabia nada. Na verdade, o arquivo ajudou muito a ela conhecer muitas coisas relacionadas à língua portuguesa, onde esse amigo surdo trabalhava e ensinou para ela. Chegou, conseguiu entender tudo o que o chefe falava, porque ele falava

tudo devagarzinho. Aí explicou que ela trabalharia só na organização. Ela começou a trabalhar na organização e adorou tudo o que ela tinha que fazer. Trabalhava com informática lá um ano e quatro meses. Ficou doente demais, aí abandonou porque era muito oprimida. Os ouvintes ficavam mexendo demais, perturbando. Não conversavam com ela, ficavam fazendo coisas contra ela e começou a ficar doente. Preconceito. Não queriam trabalhar junto, não queria ajudar, não queriam conversar. Ela chamou o intérprete, conversou. O chefe falou você não pode fazer isso, se fizesse com sua filha você ia gostar? Não, não. O chefe chamou essa pessoa, brigou, pediu desculpa para ela e mandou embora o ouvinte que fez isso. E ela ficou. Depois de um ano ela mudou para outro órgão. Ela leu lábios e viu que estava falando deles, falando palavrão, xingando o surdo e ela foi e chamou a atenção e o ouvinte ficou sério. Mas ele falou: eu sou esperto e li os lábios! Eu não sou bobo não! Aí nunca mais falou nada. Aí ele foi e falou com o amigo dele, o amigo ficou ressentido.

2- As diferenças das falas em função das características dos sujeitos

A Análise Fatorial de Correspondência nos permitiu identificar as diferenças nas falas dos surdos em relação às suas pertencas sociais. Os resultados indicaram a presença de duas grandes dimensões, como pode ser observada na Figura 10.

A primeira dimensão (à direita superior do plano fatorial) é denominada ***Comunicação para igualar*** e sintetiza as falas que correspondem à importância da língua de sinais como elemento que proporciona o sentimento de igualdade com os ouvintes. A segunda dimensão (inferior do plano fatorial e à esquerda superior do plano fatorial) denominada de ***O mundo do trabalho*** e representa o valor dado ao labor, pois por meio dele pode-se conquistar bens materiais para si e para a família, além da saúde física e psíquica.

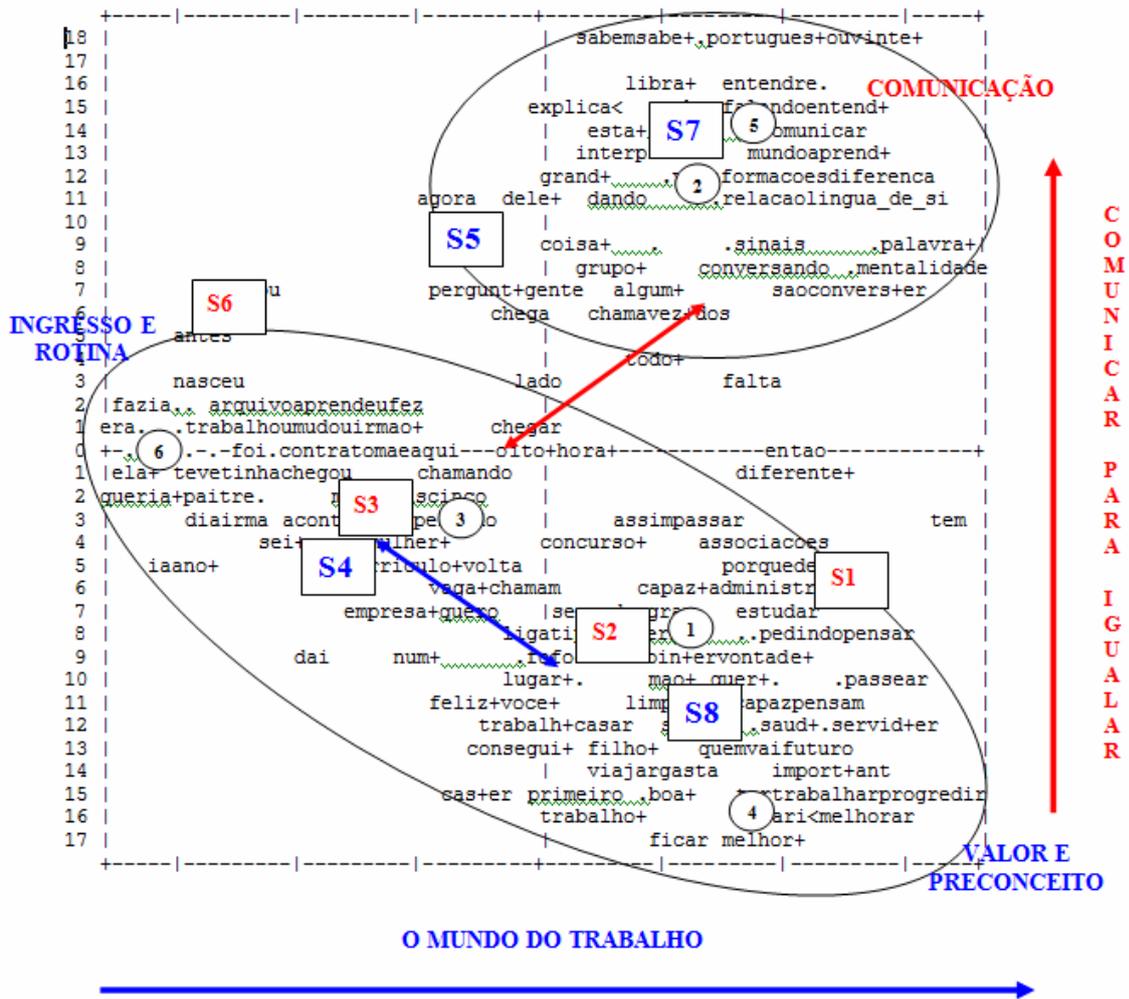


Figura 10. Projeção das palavras analisadas por meio da Análise Fatorial de Correspondência do discurso dos surdos.

A primeira dimensão, denominada *Comunicação para igualar* (seta vermelha), é formada pelas classes 5 e 2. Nesta dimensão encontramos as primeiras distinções individuais dos participantes. Os participantes mais representativos são os 5 e 7, ambos surdos que trabalham, afirmam claramente em seus discursos a comunicação como via de igualdade. Esta evidência nos autoriza pensar que se trata de uma dimensão típica daqueles surdos que atualmente trabalham. Baseado nesta constatação, concluímos que os participantes que trabalham enfatizam mais a importância da comunicação e mantêm um discurso mais estruturado sobre os processos comunicativos.

Os achados evidenciam que a comunicação participa na construção das identidades dos surdos, como podemos observar na fala do sujeito 2, mediada pelo intérprete:

Animado, às vezes triste, às vezes ela vê muito ouvinte conversando, alegre, aí ela fica calada, triste. Surdo não é burro, é inteligente. Às vezes o surdo está triste por não está conseguindo falar, ele não consegue ter muitos amigos. A vida do surdo melhora quando ele tem um grupo de amigos. Aí vai progredindo. Tem um grupo grande de amigos surdos. Ela é do Maranhão, lá ela ficava mais com ouvintes, não tinha surdos, tinha um ou outro, não falava língua de sinais, só mímica. Cresceu com os ouvintes, depois mudou para Brasília. Aí começou a conviver com os surdos. Aí aprendeu, diminuiu o grupo de amigos ouvintes aqui. Ela acha que os dois são inteligentes, espertos (S2 – 27 anos, surdo, Ensino Médio Completo).

Esta fala ilustra a função da língua de sinais como elemento estruturador da cultura e das identidades surdas, pois por meio desta língua os sujeitos podem se reconhecer como surdos. A língua de sinais permite ainda que os surdos se insiram em um grupo e se sintam partícipes dele, podendo assim se comunicar e construir sua identidade social. Sobre a

relação entre identidades e interações grupais, Ribeiro (2005) recorre à Tajfel para explicar que os sujeitos, quando atuam de forma ativa, buscam critérios próprios, e não mais fora do grupo, para a definição de si mesmos. Esta interpretação de si mesmo permite a reconstrução de sua identidade social. Em nossa pesquisa, constatamos que os surdos alternam percepções positivas e negativas ao se autodefinirem. Os participantes realçam que o grupo tem características importantes que devem ser levadas em consideração, apesar de, às vezes, verbalizarem que os surdos são mais lentos para aprenderem e se desenvolverem. Destacam ainda que os surdos não formam um grupo homogêneo e que, assim como no grupo dos ouvintes, há diferenças individuais dentro dele, como por exemplo, sujeitos desmotivados para o trabalho e sujeitos trabalhadores.

Entendemos que os surdos carregam um legado da visão clínico-terapêutica que influencia a construção de suas identidades, daí que eles se percebam com certos traços negativos. Ao mesmo tempo, notamos um movimento no sentido da mudança, na medida em que a própria sociedade tem aberto espaços de negociação. Assim, os movimentos de surdos são espaços legítimos de reflexão dos direitos e deveres desta minoria, e podem funcionar como mola propulsora das primeiras transformações das representações elaboradas pelos próprios surdos, de si mesmo e de seu trabalho.

Assim, ao responderem à questão *quem é o surdo?*, reconhecem a comunicação como elemento que diferencia surdos e ouvintes. No entanto, ao mesmo tempo em que a comunicação é elemento de diferenciação, constitui também meio de se igualarem surdos e ouvintes. Para tanto, é necessário que ambos entendam e se façam entender, como testemunha a fala de um dos participantes:

Se não fosse Libras não teria surdo trabalhando, porque antes nenhum surdo trabalhava, era tratado como um deficiente mental, e através das Libras o surdo

trabalha hoje. Através da Libras hoje o surdo consegue dirigir, consegue trabalhar, o surdo consegue muitas coisas, porque o cognitivo do surdo e do ouvinte é igual, é a mesma coisa. Só que a Libras é diferente, aí o ouvinte aproveita mais e o surdo aproveita menos. Mas com o intérprete fica a mesma coisa e com Libras também, aprende igualzinho (S7 – 30 anos, surdo, Superior Incompleto).

Por isso, entendemos que a igualdade entre surdos e ouvintes pode ser conquistada por meio da melhoria da comunicação, ou seja, quando os surdos se fazem entender e os ouvintes os entendem, eles se sentem iguais.

A segunda dimensão (seta azul), denominada *O mundo do trabalho*, engloba as classes 1, 3, 4 e 6. Nela, os surdos discorrem sobre a busca pelo trabalho, cujo objetivo é a melhoria de vida e a reabilitação social, pois por meio dele terão ganhos materiais, sociais e psíquicos. Desta forma, os participantes relatam a busca pelo trabalho, as dificuldades encontradas e o cotidiano do trabalho. Constatamos que este eixo se opõe à primeira dimensão, que trata da comunicação. Esta oposição nos faz supor que a comunicação pode representar para os surdos o grande entrave para conquista e permanência no trabalho.

Além da oposição externa interdimensões, há a oposição intradimensão, que revela a tensão entre dois polos: de um lado, *o valor do trabalho e os preconceitos sofridos pelos surdos* ao tentarem ingressar no mercado e exercerem uma atividade, polo representado pelos surdos que trabalham. De outro lado, encontramos *explicações detalhadas das rotinas e afazeres no trabalho*, cujos sujeitos típicos são os surdos que não trabalham.

Pensamos, desta forma, que o discurso mais estruturado a respeito do trabalho e do trabalho dos surdos é expresso por aqueles que trabalham. Os sujeitos que não trabalham falam mais das atividades cotidianas, sem, no entanto, “teorizar” sobre o valor do trabalho. Esta constatação sugere que a proximidade com o objeto de representação permite uma

vivência maior e, conseqüentemente, conhecimento que gera um discurso mais agregado sobre o trabalho dos surdos.

De fato, o trabalho promove o desenvolvimento humano. Porém, encontramos uma ambivalência que pode gerar uma exclusão contínua. Os discursos dos participantes que trabalham são mais expressivos e estruturados, tanto no que se refere à comunicação, quanto ao trabalho e ao trabalho de surdos. Verificamos, assim, que os participantes surdos que trabalham demonstram maior poder de argumentação e experiência em relação ao trabalho, quando comparados àqueles que não trabalham. Por outro lado, o mercado está cada dia mais exigente e cobra cada vez mais experiência profissional. Mas, como demandar experiência se os surdos não a possuem justamente por estarem fora do mercado? É o próprio trabalho que gera a tomada de consciência das necessidades impostas pelo mundo do trabalho, quais sejam: estudar, se comunicar e progredir.

Outra diferença diz respeito à escolaridade dos participantes. Os participantes que têm grau de escolaridade menor (Ensino Médio completo) falam de rotinas, obrigações, desde o início até o término do dia. Isto nos leva a pensar que os surdos que ainda não cursam graduação estão em um nível mais concreto e se prendem mais às atividades desenvolvidas durante o cotidiano e menos a reflexões sobre os valores do trabalho e os preconceitos sofridos.

Sobre as questões expostas acima, recorremos a Dowbor (2004, p. 66), que argumenta que “herdamos um sistema patológico, em que a tecnologia vai para a frente e as relações sociais para trás”. A ênfase individualista que responsabiliza o sujeito por sua situação de desemprego reforça a ideia de que sua exclusão do mercado de trabalho se deve à sua inadequação em relação às demandas de qualificação exigidas. Diante da emergência do desemprego, a educação é apontada como o elemento capaz de responder às exigências

impostas, na medida em que deverá gerar um profissional que atenda, com a competência desejada, às demandas do mercado.

As identidades dos surdos estão marcadas, em grande parte, pela negação da ascensão no trabalho, por conta dos diversos estigmas sociais a eles imputados. Apontados como incapazes, em muitos casos, não conseguem construir identidades positivas de si mesmo. “A subjetividade do indivíduo é esmagada pelo estigma e nele esvaem-se desejos, sonhos, habilidades, talentos, enfim, o potencial criativo e realizador que caracteriza a condição humana” (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa Deficiente, 2004).

3 - Ancorando as diferenças

Os resultados obtidos por meio da Análise Fatorial de Correspondência das falas dos surdos indicam diferentes posicionamentos frente aos significados construídos sobre o trabalho de surdos. Percebemos que estar ou não trabalhando é fator que diferencia as falas dos sujeitos, pois, as diversas experiências por eles vivenciadas os colocam em lugares sociais diferentes. Embora todos os participantes já tivessem trabalhado em algum momento da vida, aqueles que trabalhavam à época da realização desta pesquisa conviviam mais de perto com as demandas impostas pelo mundo do trabalho, quais sejam: capacitar-se permanentemente, desenvolver estratégias de comunicação e desenvolver-se cognitivamente e emocionalmente.

Além disso, verificamos que o trabalho tem papel central na construção das identidades dos surdos. Na ausência do trabalho, os sujeitos sofrem e têm abalado seu sentimento de pertença a um grupo, pois o trabalho em nossa sociedade é o modo privilegiado de se fazer uma atividade, de existir, de ter identidades. Sem o trabalho, a falta de rumo e de sentido se instalam (Enriquez, 2001).

Os surdos demonstraram desejo de trabalhar. Mas, principalmente aqueles que já

estão no mercado de trabalho reconhecem que precisam estudar e aprimorar seus conhecimentos. Sabemos que, atualmente, a baixa escolarização é a grande queixa dos empregadores em relação às pessoas com necessidades especiais. De acordo com o Instituto Ethos (2002b), as empresas que se propõem a contratar estas pessoas esbarram em três grandes dificuldades. A primeira está relacionada à escassez de informação por parte de empregadores e empregados. A segunda, diz respeito à inexperiência das pessoas em relação à convivência com os diferentes. Por último, a educação e a profissionalização incipiente da maioria das pessoas com necessidades especiais.

Os surdos colocam no estudo a esperança de conseguir trabalho. Porém, afirmam que alguns dos seus congêneres não querem estudar e se acomodam com trabalhos que exigem menor qualificação. Relatam, ainda, que aqueles que não trabalham são “vagabundos” e desanimados para o labor. Identificamos, desta forma, que os participantes tendem a culpabilizar os surdos que não trabalham, atribuindo-lhes a responsabilidade por sua situação ao fato de não estudarem e não trabalharem. A responsabilização e a culpabilização nos levam a supor que os atores sociais, inclusive os próprios surdos, tendem a reproduzir o pensamento hegemônico. Criam, assim, um círculo vicioso, desconsiderando-se que as oportunidades estão relacionadas à condição sócioeconômica das pessoas. Neste sentido, a pobreza pode obrigar as pessoas a trabalhar precocemente, dedicando mais tempo ao serviço e menos aos estudos. Esta situação agrava-se ainda mais quando se associa a esta condição a surdez e todas as dificuldades de comunicação daí decorrentes.

Atualmente, muitas conquistas em prol da educação das pessoas com necessidades especiais foram firmadas. A própria Constituição Federal e outros aparatos legais tratam de preconizar condições igualitárias nas mais diversas esferas sociais. Apesar disso, os surdos ainda encontram diversas dificuldades para se inserir socialmente. Como vimos, um dos

grandes problemas da inserção social destas pessoas diz respeito à escolarização. Os problemas, segundo nos relata Oliveira (2008), têm início na educação infantil e se estende por toda vida escolar. Conforme a autora, observamos mudanças nas formas de inserção e nos discursos, mas ainda persiste a segregação das crianças com necessidades especiais que buscam oportunidades no sistema escolar.

A própria mídia cria, modifica e mantém representações nas quais a educação dos surdos é concebida do ponto de vista da caridade e da superação. Em matéria intitulada “Sinais que falam”, publicada no jornal *Correio Braziliense*, no dia 18 de abril de 2009, relata-se a conquista de três jovens surdos mestrados do Departamento de Linguística da UnB. Presumimos que a matéria coloca estes sujeitos em posição de heróis, que vêm conseguindo superar barreiras e realizar verdadeira “revolução acadêmica”. Não obstante, e em que pese a superestima, o artigo subvaloriza os surdos ao afirmar que “são apenas surdos. Surdos que falam”.

Com o objetivo de examinar a imagem dos surdos divulgada pela mídia, Thoma (2001) analisou várias reportagens jornalísticas. Em uma delas encontrou-se conteúdo semelhante ao do jornal *Correio Braziliense*. A perplexidade de uma das matérias se devia ao fato de os surdos estarem frequentando escolas e “até, (surpreendentemente!), cursos de mestrados”. Em outra reportagem, datada de 1991, um deputado do Rio Grande do Sul surpreende-se com uma escola de surdos que vem conseguindo ensinar conteúdos teóricos, realizando assim verdadeiro milagre na educação destas pessoas. A autora defende que muitas vezes a mídia faz circular conteúdos que testemunham uma visão da educação e do trabalho de surdos a partir do viés da caridade e da compaixão. Nas matérias analisadas, as representações legitimam visões que ora se mostram sensíveis às dificuldades enfrentadas pelos surdos em sua escolarização e empregabilidade, ora insinuam que são capazes de

realizar tarefas embora sejam “deficientes”.

Ao lado dos problemas de escolarização, o preconceito é apontado também como barreira à empregabilidade dos surdos. Segundo eles, muitas vezes, esses sujeitos são tachados de pouco inteligentes, e o grau de surdez define aqueles que são preferidos e aqueles que são preteridos. Na pesquisa com os empregadores, identificamos algumas questões que nos remetem a este achado. Realmente, apesar da pressão social, os empregadores deixam transparecer preconceitos e estereótipos quando relatam que surdos e ouvintes são iguais, embora o surdo seja mais lento para aprender e se comunicar oralmente. Então, nos perguntamos: qual o parâmetro para se dizer que uma língua é convencional? Provavelmente, o parâmetro seja a norma da cultura ouvinte. Lembramos que os participantes que empregam surdos são menos enfáticos nos preconceitos e mais contudes na afirmação da normalidade do surdo e no reconhecimento das possibilidades e das estratégias de convivência entre surdos e ouvintes.

Todavia, parece que o discurso premente sobre o preconceito sofrido pelos surdos camufla a visão de que esses sujeitos estão alcançando índices cada vez maiores de escolarização e capacitação profissional. Em relação aos participantes deste estudo, por exemplo, a maioria dos surdos tinha escolaridade maior que a dos empregadores. Enquanto encontramos gerentes de supermercado com Ensino Fundamental incompleto, quatro surdos participantes do estudo tinham ensino médio completo e quatro Ensino Superior incompleto. Todavia, a alocação dos surdos dentro da empresa, conforme constatamos, ainda desconsidera sua escolaridade, demandado a eles serviços na área de limpeza, desossa de carnes e açougue.

Os resultados deste estudo mostram que a inclusão deve começar pela prática da inclusão. É preciso contratar os surdos e demais pessoas com necessidades especiais, porque

assim haverá oportunidade de conhecer, ainda que se esteja, ou se pense estar, despreparado para lidar com o diferente. Esta assertiva não descarta a necessidade de estudo, capacitação e adaptação do ambiente e das pessoas para inclusão dos diferentes. Porém, defendemos que o conflito, oriundo da convivência e das demandas daí decorrentes, impulsiona a capacitação para lidar com as diferenças.

A premissa que se pauta na necessidade de que a inclusão dos surdos no mercado de trabalho seja impulsionada pelas próprias práticas inclusivas têm respaldo na pesquisa de Guimelli (2001). Como demonstramos anteriormente, o autor constatou que a transformação em torno das práticas da Enfermagem trouxe mudanças nas RS que se tinha deste profissional. Por seu turno, tais mudanças nas práticas, que geraram mudanças de RS, convergiram em mudanças nas escolhas profissionais das enfermeiras, que se viram mais valorizadas e acolhidas pelos hospitais. Tais resultados permitiram à Guimelli concluir que práticas e RS estão em estreita relação, sendo que uma pode levar à transformação da outra.

No nosso caso, entendemos que as práticas de inclusão dos surdos no mercado de trabalho podem forjar mudanças de RS do trabalho de surdos, pois, convivendo com os colegas de trabalho, empregadores e clientes poderão tanto demonstrar o que são capazes de produzir, quanto melhorar sua capacidade de produção na relação com os outros, pois, como assegurou Vygotsky (1920/1995), o desenvolvimento atípico é impulsionado pelas interações sociais.

Podemos compreender melhor a justificativa dos empregadores para não contratar surdos, que salienta sua pouca escolarização, com base em um contraponto com a inclusão escolar. Para tanto, recorreremos à Cardoso (2003) que assegura que uma das reações dos professores para justificarem serem contrários à inclusão é afirmarem que não estão preparados para lidar com as diferenças em sala de aula. O que pode ser explicado pela

insegurança frente ao incógnito. Então, a insegurança frente ao desconhecido não estaria, também, presente entre os empregadores? É provável que este medo seja superado quando se verifica, na prática, que os surdos têm potencial para o trabalho.

Os surdos demonstraram oscilar entre aspectos positivos e negativos na hora de definir seu autoconceito. Este movimento pode ser resultado das mudanças que ocorrem na sociedade, acompanhadas pelo medo, ansiedade e pressão pela inclusão das diferenças, assim como pelas mudanças nas legislações e a luta dos movimentos sociais organizados para que a sociedade se constitua em espaço aberto para a convivência das diferenças.

Atualmente, estes movimentos se servem da mídia para divulgar campanhas sobre a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. O Instituto Meta Social é um exemplo. Trata-se de organização não governamental sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento de projetos de informação e parcerias com o meio acadêmico e empresas com vistas à inclusão de pessoas com necessidades especiais. Em parceria com vários canais de comunicação, o instituto realiza eventos e campanhas com o objetivo de divulgar as potencialidades destas pessoas. Busca-se, por meio destas campanhas, formar uma rede positiva e dinâmica de informações capaz de “mudar comportamentos em relação às diferenças”. Com o lema “ser diferente é normal”, desde 1996 várias campanhas vem sendo veiculadas. No ano de 2002, a propaganda voltou-se para a inclusão no mercado de trabalho. Segundo informações constantes no *site* da instituição, “a campanha teve grande impacto positivo na sociedade, resultando na contratação de pessoas com deficiência por empresas que abraçaram a causa” (Disponível em: www.institutometasocial.org.br. Acessado: 25 de abril, 2009).

Para apurar os indicadores relacionados à contratação de pessoas com necessidades especiais no Brasil, o Instituto *Ethos* (2002b) reuniu o nome de algumas empresas que

declararam ter um programa de responsabilidade social com vistas a contratar e capacitar pessoas com necessidades especiais. Das 39 empresas listadas, encontramos grandes marcas, como Avon, Abril, Azaléia, Itaú, Serasa, Shell Brasil, Unibanco, entre outras. Apesar dos avanços, devemos considerar o grande contingente de pessoas com necessidades especiais que ainda estão fora do mercado de trabalho. De acordo com o Instituto Ethos, o número de pessoas com necessidades especiais em idade de trabalho pode chegar a nove milhões. Destas, apenas 1 milhão (11,1%) exercem alguma atividade remunerada, e apenas 200 mil (ou seja, 2,2%) estão registradas com carteira assinada.

Especificamente em relação aos surdos, a FENEIS também realiza campanhas com o mote da inclusão laboral. Em 2004, na cidade de Recife, a Federação e mais 16 entidades organizaram uma passeata nas ruas da cidade para reivindicar mais empregos para os surdos e a presença de intérpretes de Libras nas empresas, além da especificação, nos editais de seleção, da quantidade de vagas, em cada setor, destinadas para surdos e outras pessoas com necessidades especiais (Disponível: www.jc3.uol.com.br/2004/09/27/not_74567.php. Acessado: 25 de abril, 2009).

As lutas dos movimentos organizados baseiam-se no pressuposto segundo o qual o trabalho possibilita aos surdos autonomia para gestão de sua própria vida, além da possibilidade de ajudar a família. Os participantes que estavam trabalhando à época da pesquisa salientam a importância do trabalho para o consumo, alimentação, pagamento de impostos, estudos e garantia de acesso aos hospitais e medicamentos, enfim a importância do trabalho para que eles possam exercer sua cidadania plenamente. Muitos deles, embora sonhem com a melhoria do trabalho, e até se preparem para isso estudando, reconhecem que a atividade que exercem lhes proporciona muitos ganhos, inclusive para sua autoimagem. Aqueles que não trabalhavam, apesar de se sentirem tristes por isso, não atribuíam o

desemprego à sua condição, mas apontavam o preconceito como empecilho para o exercício de suas potencialidades. Também percebiam o baixo nível de formação e qualificação como impeditivos à sua inclusão no mercado de trabalho.

Portanto, segundo constatamos, as RS do trabalho de surdos, elaboradas pelos próprios surdos, carregam os traços da história da sociedade ocidental, na qual o trabalho é categoria central da vida. Sua falta resulta o sofrimento e a insatisfação, o que não se explica por fatores internos, mas como produto de uma sociedade não preparada para reconhecer o potencial dos surdos.

Conclusão

As questões suscitadas pelo movimento inclusivo impõem também a compreensão do fenômeno do trabalho dos surdos. O estranhamento inicial que pode advir do contato com o universo dos surdos pode se resolver pelo processo em que se aproximam o objeto de estranhamento e os conhecimentos prévios sobre a surdez, o trabalho e o trabalho de surdos.

Objetivamos identificar as RS que empregadores e surdos elaboram sobre o trabalho de surdos e a relação dessas representações com a construção das identidades dos surdos. Partimos do pressuposto segundo o qual a categoria “trabalho” norteia a construção de significados simbólicos, os quais influenciam modos de vida, a imagem que os sujeitos têm dos outros e de si próprios (Carvalho, 2003).

Com base nas ideias de Doise et al. (1993), objetivamos examinar o campo comum e a organização das RS do trabalho de surdos elaboradas pelos participantes desta pesquisa. Além disso, buscamos identificar as variações inter e intragrupo das RS do trabalho de surdos em função das pertencas sociais dos participantes. Por fim, procuramos analisar os elementos sócio-históricos que ancoram as diferenciações individuais/grupo nas RS do trabalho de surdos.

O Estudo II foi dividido em três partes. Na primeira, denominada *O que pensam os surdos e os empregadores sobre o trabalho dos surdos*, os discursos de surdos e ouvintes foram agrupados, na tentativa de apreendermos o campo comum, as variações intergrupo e as ancoragens dessas variações. A análise realizada, por meio da Classificação Hierárquica Descendente, polarizou dois eixos de significados, cada um deles representado por um grupo de participantes. Os resultados nos levaram a desconsiderar a hipótese inicial da existência de um campo comum nas representações dos participantes. De um lado, o eixo representado pelo discurso dos surdos reuniu as representações sobre a comunicação, o desejo e as

expectativas em relação ao emprego, as exigências e os ganhos do trabalho, as experiências e as dificuldades enfrentadas no mercado, assim como as situações de preconceito e o progresso pessoal no ambiente de trabalho.

De outro lado, há o eixo que sumarizou as falas dos empregadores, na tentativa de explicar o surdo e a surdez pela via da normalização. Os empregadores também afirmam que os surdos são pessoas especiais, sensíveis, que têm dificuldades para se comunicar e que, por isso, apresentam dificuldades para construir o conhecimento. Como contraponto, os empregadores falam do próprio esforço e de aspectos de sua vida, insinuando que os surdos devem lutar para conseguir lugar no mercado de trabalho. Quanto ao desemprego, atribuem à falta de vontade dos próprios surdos, ao preconceito dos ouvintes e à ausência de atuação das agências de qualificação dos surdos.

A tentativa de definir o surdo a partir da normalidade, aos poucos, foi contraposta pelo discurso da anormalidade, que supõe a tutoria e a compaixão. Sobre isso, Quadros (2003) argumenta que a normalidade deve ser relativizada se levarmos em conta os diferentes grupos sociais e culturais que compõem uma sociedade multicultural. Sendo assim, a questão perpassa a reflexão das consequências da imposição da cultura oralista aos surdos. Estas consequências podem esconder “palavras silenciosas” que, apesar de não ditas, disseminam diferentes concepções que se refletem na prática.

Esta concepção clínico-terapêutica da surdez, que se alternou ao longo dos tempos, pode determinar representações em que os surdos são vistos como portadores de uma patologia, defeituosos, carentes de ações normalizadoras e reabilitadoras. Por muitos anos, a visão clínico-terapêutica da surdez engendrou, no campo do trabalho, a atribuição de atividades profissionais operacionais aos surdos. Talvez por isso, seja tão comum, em instituições de formação profissional, a oferta exclusiva de cursos que correspondem ao que

a sociedade acredita ser naturalmente destinados aos surdos. Na maioria das vezes, estes cursos reduzem-se à marcenaria, serigrafia, artesanato e Informática.

Assim, no que tange a hipótese que supunha a partilha de crenças comuns por surdos e empregadores, destacamos que foi refutada, devido a diferenças importantes que marcam as RS do trabalho de surdos. Estas diferenças podem se relacionar com os diferentes lugares ocupados por surdos e empregadores (Doise, 1993). Pelas diferentes vivências em relação ao trabalho e ao trabalho de surdos e por não se comunicarem com os mesmos códigos linguísticos, apresentam diferentes significações a respeito do tema. Para empregadores, os elementos que constituem a RS são a produção, a oposição entre normalidade/anormalidade e o altruísmo. Já para os surdos, destacam-se o papel da comunicação, da dignificação e da igualdade do surdo por meio do trabalho.

Este espírito de altruísmo também foi mencionado por Klein (2005). Para a autora, muitas vezes, os discursos de benevolência e idealismo permeiam os projetos de educação dos surdos. Assim, legitima-se certa noção de que qualquer coisa vale, desde que haja boa vontade. Isto nos faz reportar aos achados de nossa pesquisa de mestrado, onde ficou evidenciado que os professores consideravam que as atividades dispensadas às crianças com deficiência múltipla não careciam de planejamento e de sistematização. Explicavam que devido às limitações de seus alunos, restaria aos professores a ação benevolente semelhante a “babás”, que ajudavam os pais nas funções de cuidado, higiene e alimentação das crianças (Silveira, 2004).

Apesar de ambos falarem da comunicação e da importância do trabalho, os ouvintes lançam mão dos problemas da comunicação para marcar a diferença entre surdos e ouvintes. Os surdos não somente falam dos aspectos negativos que as diferenças de comunicação podem trazer como também ressaltam que surdos e ouvintes são iguais, desde que estas

dificuldades sejam superadas. Frisamos, porém, que a igualdade pela comunicação não significa ouvintizar o surdo ou sinalizar o ouvinte, na medida em que entendemos que estas diferenças trazem em seu bojo aspectos que vão muito além da mera utilização de uma língua. Compreendemos, assim como outros autores, que as diferenças linguísticas perpassam um posicionamento político, cultural e filosófico (Perlin, 2001; Skliar, 2001a).

A relação entre comunicação e trabalho dos surdos foi verificada por Araújo (2005). Em seu artigo, a autora investigou um programa que objetiva qualificar jovens surdos para o trabalho no ramo de comércio varejista em Salvador. Araújo observou que os trabalhadores surdos não compreendiam todas as etapas do seu trabalho, sinalizando a necessidade de uma reestruturação das estratégias de ensino-aprendizagem, principalmente no que diz respeito à maior ênfase no aprimoramento da linguagem. No campo do trabalho, primado pela necessidade de que o sujeito tome iniciativas e assuma responsabilidades, é essencial que se aprimore a comunicação entre surdos e ouvintes, mediada pela língua de sinais, para que o surdo possa construir conceitos mais subjetivos a respeito do trabalho e compreender o mundo do trabalho e as demandas a ele atribuídas.

Uma tendência dos surdos ao falarem da comunicação é recorrerem a sua história de escolarização, muitas vezes marcada pela supremacia da língua oral sobre a gestual. Relatam que muitos surdos ridicularizam o uso da língua de sinais, ou, simplesmente, o desconsideram. Os próprios membros da família têm dificuldade em usá-la e reconhecer o seu valor, conforme relatam os surdos. Porém, eles asseguram que pela língua de sinais se desenvolvem melhor e podem, inclusive, tornarem-se iguais aos ouvintes. Estes dados vão ao encontro do que preconizou Quadros (2003, p. 93). Para essa autora, as palavras mais frequentes de muitos surdos sobre a possibilidade de utilizar a língua de sinais são: “alívio, tranquilidade, fácil, possível, completa, expressiva, perfeita, suave, leve”, demonstrando a

importância dessa língua para a constituição do ser surdo.

Sobre o trabalho, os empregadores utilizam a ótica da luta e do esforço diário para alcançarem metas, atender bem os clientes e trabalhar praticamente todos os dias da semana. Os surdos ratificam a importância do trabalho dada pelos empregadores, mas falam muito mais das suas benesses e do seu significado, muito ligado à ideia de ascensão e igualdade, pois o trabalho vem acompanhado de ganhos sociais, materiais e psíquicos. Com o salário, fruto do trabalho, pretendem progredir na vida, desenvolverem-se no idioma Português, cuidar da saúde própria e da família, investir em educação, pagar os impostos e as despesas do dia-a-dia, alimentar-se melhor, enfim, viver com mais dignidade.

Os surdos falam também do seu desejo de trabalhar e do que precisam fazer para terem mais chances para entrarem no mercado. Acreditam que têm que estudar e se preparar profissionalmente para tal. Interessante notar que não encontramos, no discurso dos empregadores, nenhuma menção aos estudos como via da inclusão laboral. Mais interessante ainda é perceber que, em sua maioria, os surdos têm uma escolaridade mais elevada que os empregadores.

Os empregadores que empregam surdos asseguram que a convivência diária no trabalho entre surdos e ouvintes é tranquila. Já os surdos discorrem que a relação surdo/ouvinte é marcada por conflitos, preconceitos, dificuldades de comunicação e abuso por parte do ouvinte. Um empregador, inclusive, referiu-se a um fato em que ensinou um surdo a xingar. Porém, os surdos queixam-se das piadas e chacotas das quais são alvo, por não compreenderem bem o que os ouvintes dizem.

Em relação ao preconceito, ambos os grupos realçaram que este é um dos principais entraves para o trabalho dos surdos. Mas, do que falam especificamente? Os empregadores falam de um preconceito externo, uma ameaça que vem de fora dos muros do seu

supermercado. Mas não sabem especificar muito bem esse problema. Já os surdos qualificam o preconceito e relatam detalhadamente as dificuldades que têm, relativas a essa questão. Recorrem às vivências cotidianas no trabalho para exemplificarem as barreiras que enfrentam. Logo na inserção, acreditam que são preteridos em relação a outras pessoas com necessidades especiais e a surdos parciais, pois muitos ouvintes acreditam que os surdos são “doidos”, “burros” e doentes mentais. Nos concursos, têm dificuldades relativas à falta de intérpretes e com o idioma Português, além de concorrerem com outras modalidades de pessoas com necessidades especiais, o que acaba os deixando em desvantagem. Em relação à permanência no trabalho, acreditam que ouvintes os acham pouco inteligentes e sem qualificação, pois dispensam trabalhos que exigem menor nível de qualificação, mesmo para aqueles que cursam uma faculdade.

Outra discrepância pode ser apontada e diz respeito aos trabalhos dispensados/desejados. Para os empregadores, algumas atividades são mais adequadas aos surdos, como aquelas que não dependem de comunicação e de contato direto com o cliente. Desta forma, as atividades de açougueiro, desossador de carnes, limpeza e repositor de mercadorias seriam as mais indicadas para os surdos trabalharem. Já os surdos almejam trabalhar como auxiliar administrativo, arquivística, secretário e digitador. Contudo, os surdos queixam-se que os ouvintes desconsideram o seu preparo, a sua experiência e o seu nível de escolarização e dispensam a eles somente trabalho que exigem menor qualificação. Mas, o que propõem os surdos? No período de 1998 a 2000, a FENEIS do Rio Grande do Sul organizou a I e II Conferências Estaduais dos Direitos Humanos dos Surdos, as quais discutiram, dentre várias temáticas, a questão do trabalho dos surdos. Dentre as propostas oriundas desta conferência encontramos uma relativa à padronização dos postos de trabalho para os surdos: “Lutar pela extinção das listas de profissão para surdos que acabam

atribuindo-lhes incapacidade para certos cargos e limitando-lhes oportunidades de emprego” (Klein, 2005).

Entendemos que, ainda nos dias atuais, a pouca escolarização continua sendo um problema recorrente entre os surdos. Muitas vezes, ao terminarem o Ensino Médio ainda encontram severas dificuldades com o idioma Português – sua segunda língua. Pensamos que esta dificuldade tem suas bases em décadas de currículos essencialmente ouvintistas, os quais desconsideraram as suas peculiaridades, pois, em sala de aula, a cultura ouvinte é a norma contemplada nos projetos políticos pedagógicos (Góes, 1996; Lopes, 2004a). Se, no passado, a escola, a partir da visão clínico-terapêutica, impunha o oralismo a todo custo e tentava desmutizar o surdo, ensinando a língua portuguesa com base em métodos equivocados, atualmente, segundo Góes, a escola, em nome da inclusão irrestrita, não consegue ensinar o surdo, por não ter um entendimento político-ideológico da surdez. No momento, a nossa escola ainda não consegue oferecer ensino com dignidade a todos; que dirá àqueles que têm especificidades linguísticas e, conseqüentemente, na maneira de apreender e pensar o mundo. Portanto, a inclusão do surdo na escola, tal qual a escola se encontra hoje, vai em direção oposta ao movimento da inclusão (Góes, 1996).

Mediante a impossibilidade de falarmos em um campo comum para surdos e empregadores em se tratando das RS do surdo, partimos para uma análise de cada grupo em separado, a fim de verificarmos com mais detalhes e de forma mais aprofundada, o que pensam cada um deles sobre o tema do trabalho dos surdos e as possíveis variações intragrupo das RS do trabalho dos surdos. Desta forma, as análises realizadas com os empregadores, na segunda parte do Estudo II, denominada *Com a palavra, os empregadores: as RS do trabalho dos surdos revelaram*, com mais profundidade e detalhes, os mesmos conteúdos presentes na primeira parte deste estudo relativo às significações dos

empregadores sobre o trabalho dos surdos. Um aspecto que merece ser destacado, já insinuado na análise conjunta, é que as elaborações dos empregadores sobre o trabalho dos surdos é orientada pelos processos de familiarização com a surdez. O que isto significa? Observou-se que os empregadores que empregam surdos se posicionam frente ao trabalho dos surdos diferentemente daqueles que não empregam. Os que empregam falam menos dos preconceitos e das dificuldades enfrentadas pelos surdos e pautam-se mais nas estratégias de convivência entre surdos e ouvintes e nas atividades bem sucedidas dos surdos no âmbito do trabalho. Esta relação de familiarização/desconhecimento da surdez e do sujeito surdo nos levou a considerar que o processo de inclusão do surdo no mercado de trabalho deve passar por uma aproximação maior de surdos e ouvintes. O próprio surdo convida os ouvintes para conhecê-los melhor, a fim de desmistificar preconceitos e estereótipos.

Falta conhecer mais o surdo, não tem conhecimento da vida dele dos surdos (S3 – 31 anos, surdo, Superior Incompleto).

Cambra (2002) ao analisar as concepções de 792 adolescentes espanhóis sobre a inclusão de alunos surdos em suas salas verificou a necessidade de que os grupos de surdos e ouvintes sejam colocados juntos, desde o início da escolarização, a fim de ir minimizando a intolerância entre eles. Será que isto aconteceria também no trabalho? Acreditamos que sim, pois a interação entre surdos e ouvintes no ambiente laboral pode ser benéfica a ambos, desde que o respeito às diferenças seja considerado.

Na terceira e última parte do Estudo II, denominada *Com a palavra, os surdos: as RS do trabalho dos surdos*, analisamos as respostas dos surdos a respeito das representações que constroem sobre o trabalho. Conforme vimos na primeira parte deste estudo, os surdos assumem que, quando entendem e se fazem entender, se sentem iguais aos ouvintes.

Ressaltam o valor da língua de sinais para compreenderem o mundo, para construir conhecimentos e expressar sentimentos. Por isto, acreditamos que a base da inclusão laboral está, de fato, no aprimoramento da comunicação entre surdos e ouvintes.

Porém, em alguns momentos deixam transparecer que acreditam que a comunicação do surdo é limitada. Não por sua incapacidade, mas pelas dificuldades dos ouvintes em terem disponibilidade para aprender a Libras. Relatam que quando estão em grupo, por utilizarem uma mesma língua, são animados, cooperativos uns com os outros, desenvolvendo, portanto, o sentimento de pertença a um grupo. Por outro lado, reconhecem que a relação surdo-ouvinte tem problemas devido às dificuldades na comunicação. Estas dificuldades podem gerar sentimentos de tristeza, desânimo e desespero.

Mas, como fica o surdo e a construção das suas identidades frente a estas dificuldades? Verificamos em nosso estudo que ao se autodefinirem e ao definirem os ouvintes, os surdos demonstraram uma visão não homogeneizada a respeito das características destes grupos, ao pontuarem que assim como há surdos trabalhadores, há aqueles desanimados para o trabalho. Da mesma forma, há ouvintes trabalhadores e preguiçosos. Há aqueles que discriminam os surdos e aqueles que são colaboradores. Neste processo de comparação social demonstram ter uma imagem positiva de si, ao afirmarem que são capazes de exercer uma atividade com responsabilidade e eficiência. Reafirmam que são inteligentes, apesar de relatarem que os ouvintes acreditam no contrário. Aqueles que cursam uma graduação falam com orgulho do seu curso e realçam o quanto se esforçam para superar disciplinas complexas, como a linguística.

É importante frisar que os surdos relatam que a tomada de consciência da surdez se deu a partir da convivência com os outros em função do processo de comparação social. Isto nos faz considerar, assim como Tajfel, que a identidade social está intrinsecamente

relacionada com os processos de comparação grupal e de saliência às características positivas do *ingroup*, a fim de manter e proteger o sistema de valores grupais. Ao mesmo tempo, o contato com o diferente permite saber “quem sou”, a partir do que é valorizado e desvalorizado socialmente (Tajfel, 1982).

Consideramos que, em se tratando da construção das identidades dos surdos, acesso a um posto de trabalho e comunicação são princípios que sustentam a RS do trabalho de surdos elaboradas pelos próprios surdos. Para eles, ser surdo trabalhador e poder se comunicar com os outros, eleva-os a um lugar da dignidade. Portanto, entendemos que *a priori* a inclusão laboral dos surdos passa, prioritariamente, pela melhoria na comunicação entre os surdos e os ouvintes. Como isto pode acontecer? Os próprios surdos dão a pista: aproximando os dois grupos. Assim, nas urgências do cotidiano e nas demandas típicas do trabalho iriam se conhecendo a ponto de perceberem melhor as possibilidades que existem em ambos. Daí poderiam emergir estratégias de comunicação e de convivência, tão caras à inclusão laboral do surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o conteúdo das RS do trabalho de surdos sustentadas pelos próprios surdos e pelos empregadores? Esse questionamento orientou a nossa busca por decifrar os significados sobre o trabalho dos surdos, pois compreendemos que o trabalho é, em nosso mundo ocidental, uma importante via de construções de significados e identidades. Interessávamos compreender a relação entre a construção das identidades e as RS sobre o trabalho de surdos, tendo em vista que, muitas vezes, os surdos encontram severas dificuldades em se inserirem nas diversas esferas sociais.

Sabemos que o labor ainda ocupa lugar central na vida das pessoas, apesar de convivemos, nos dias atuais, com o desaparecimento de milhares postos de trabalho (Oliveira, 1998). A escassez do emprego faz com que seja ainda mais difícil a inserção do surdo no mercado, pois, em uma cultura marcada pela normatização ouvinte e pela hegemonia da visão clínico-terapêutica, os surdos são percebidos como “deficientes mutilados”, infantis, incapazes, mudos e com problemas intelectuais. Essas visões a respeito dos surdos podem fazer com que a eles sejam dispensadas apenas atividades meramente operacionais (Skliar, 2001a, Thoma, 2001)

Tendo em vista a atualidade e a relevância de nosso estudo, partimos para a investigação das RS do trabalho de surdos elaboradas por empregadores e pelos próprios surdos. A TRS se mostrou um caminho bastante pertinente para a nossa investigação, na medida em que seus pressupostos nos permitiram estudar não somente os conteúdos das representações, mas também, as variações individuais e as ancoragens que sustentam os significados e as práticas construídas pelos empregadores e pelos surdos acerca do trabalho dos surdos (Doise et al., 1993). Essa escolha teórico-metodológica nos permitiu avançar para além do discurso coletivo, contemplando, também, as diferenciações grupais e individuais

sobre o tema. Como guias de interpretação e de organização da realidade, as RS do trabalho dos surdos podem delinear as escolhas e as tomadas de posição dos empregadores e dos surdos frente ao trabalho destes últimos e funcionarem como princípios organizadores das suas identidades (Sá, 1998; Almeida, 2003).

Portanto, o nosso desafio, e talvez o que sublinhará o ineditismo e a contribuição desta tese encontra-se, sobretudo, na investigação, pela via da TRS, das RS do trabalho de um grupo minoritário como os surdos, elaboradas por dois grupos sociais distintos: surdos e empregadores. Ademais, a partir da ótica da TIS, nos lançamos à análise do trabalho como um elemento que participa da construção das identidades dos surdos. Constatamos que o trabalho é palco por excelência onde são reeditadas as categorizações sociais, que marcam o jogo de comparação, diferenciação e identificação do *ingroup* e do *outgroup*. Assim, se reconhecemos que as identidades são construídas a partir dos sentimentos de pertença e de partilha de experiências em comum, conforme nos indicou Tajfel (1981), podemos depreender que o lugar e os papéis ocupados pelos surdos e pelos ouvintes na teia produtiva e as RS do trabalho de surdos daí decorrentes nos dão pistas importantes sobre as identidades desses sujeitos. Isto porque, como nos assegurou Moscovici (2003), as RS são princípios organizadores das identidades. Assim, se a história dos surdos foi escrita pelas mãos dos ouvintes e marcada por avanços e retrocessos em relação à consideração da sua diversidade linguística e da particularidade na apreensão visual dos conhecimentos de mundo (Skliar, 2001a, 2001b), podemos imaginar que as identidades dos surdos são construídas a partir das ancoragens que se pautam na imagem de um “ouvido doente”, ou seja, na sua condição de falta (Lopes, 2001).

Ainda que história da educação e do trabalho dos surdos revele diversos emaranhados do poder ouvinte, não podemos deixar de levar em conta que as políticas de inclusão laboral

das pessoas com necessidades especiais avançaram bastante nos últimos anos. O Brasil é conhecido por ter uma legislação muito avançada nesse quesito, a qual assegura a reserva de cotas na iniciativa privada e nos concursos públicos: a chamada Lei de Cotas (Assis, Pussoli & Lacerda, 1994). Presumimos que este cenário de avanços legais e sociais orienta as RS acerca da surdez e do trabalho dos surdos e pressiona os sujeitos a se posicionarem a partir de um discurso que privilegia, pelo menos teoricamente, a inclusão das minorias nos mais diversos espaços sociais. Afirmamos que o tempo atual revoga uma transitoriedade na forma de pensar e nas práticas existentes relativas à inclusão dos surdos no ambiente laboral, o que, seguramente, interfere nas identidades destes. Isto significa dizer que os surdos demonstram terem internalizado alguns estereótipos em relação ao seu próprio grupo, como serem mais adequados para trabalhos manuais ou mesmo fofoqueiros, mas, por outro lado, buscam positivar as suas identidades, ressaltando que são inteligentes e capazes de exercer uma atividade.

Destacamos, porém, que os avanços legais e comportamentais, muitas vezes, não são capazes de banir o preconceito implícito que se esconde por trás da insistência em reafirmar a normalidade dos surdos, quando, na verdade, se postula a sua inferioridade, por meio de discursos pautados na compaixão e no altruísmo. Desta maneira, o que se vê é uma nova forma de preconceito, onde, mediante a impossibilidade de formas mais visíveis de discriminação, se adota discurso que se dobra a pressão social. Apesar disto, evidencia-se uma prática em que os surdos profundos são preteridos em relação a outras pessoas com necessidades especiais, dispensa-se atividades para os surdos incompatíveis com sua escolaridade ou potencialidade, ou mesmo, desconsidera-se as suas particularidades linguísticas e culturais.

Assim, tanto **surdos** quanto **empregadores** frisam a importância do trabalho como

forma de trazer a autonomia, o senso de utilidade e de responsabilidade aos surdos. Mas, por ocuparem lugares tão distintos socialmente, e, talvez, por não compartilharem uma mesma linguagem com nítidos entraves na comunicação, não partilham crenças comuns a respeito das RS do trabalho dos surdos, o que nos faz refutar a hipótese de partilha das crenças comuns entre os dois grupos. Os empregadores falam do trabalho dos surdos apoiando-se no discurso da produtividade e da dificuldade em definir a surdez. A fim de decifrá-la, tendem a normatizar a surdez e o trabalho dos surdos e atribuem o preconceito ao *outgroup*. Porém, são principalmente aqueles que não empregam surdos os que acabam por desqualificá-los, ao afirmar que eles são mais sensíveis, necessitam da bondade alheia e da tutoria de uma instituição que os ampare e os encaminhe para o mercado de trabalho. Já os surdos oferecem mais detalhes sobre o preconceito vivido por eles, mas ressaltam o valor do trabalho, a sua busca e as ambições por um labor. Os surdos dão grande ênfase à comunicação, que é significada como instrumento capaz de igualar/diferenciar surdos e ouvintes.

No que tange ao discurso dos **empregadores**, constatamos que, apesar da pressão social para definirem os surdos como pessoas normais, partilham uma representação do trabalho dos surdos pautada nas dificuldades destes para exercerem uma atividade. Em relação aos trabalhos dispensados aos surdos, recorrem àqueles que exigem menor grau de escolaridade, como açougueiro, desossador, repositor e serviços gerais, o que confirma os relatos dos surdos dos Estudos I e II, quando dizem que os ouvintes, ao atribuírem um trabalho aos surdos, desconsideram o seu grau de escolaridade e as suas potencialidades e dispensam a eles apenas trabalhos que exigem menor escolaridade.

Há de se ressaltar, porém, que os empregadores que empregam surdos em seus estabelecimentos, por terem uma familiarização maior com este universo, buscam casos vivenciados no cotidiano, que retratam o bom desempenho dos surdos, pautando-se nas

estratégias de convivência e de comunicação no trabalho, demonstrando terem uma visão mais otimista do trabalho dos surdos que os empregadores que não empregam esta categoria social.

As análises realizadas com os **surdos** nos Estudos I e II indicam que os surdos representam o seu trabalho como algo que poderá lhes proporcionar benefícios materiais (ter dinheiro, pagar os impostos, liquidar as dívidas, comprar roupas, remédios, comida, enfim, bens de consumo), sociais (ajudar a família, casar-se) e psíquicos (progredir na vida e nos conhecimentos, além de evoluir no idioma Português, conquistar a autonomia, sentir-se útil). Os surdos falam do trabalho como um meio de se assemelharem aos ouvintes e de conquistarem os bens materiais que os ouvintes têm. Estes posicionamentos vão ao encontro do que postulou Borges, Bello, Leite e Araújo (2002). Para esses autores, o trabalho tem sido uma forma dos surdos conquistarem sua autonomia, tendo em vista que é um meio de integração à sociedade, além de ser uma ponte que os liga à dignidade e à cidadania.

A situação de não estar trabalhando é percebida, tanto pelos empregadores quanto para os surdos, como falta de preparo e ânimo para o trabalho por parte do surdo. O que nos evidenciou este dado? Pensamos que tanto os surdos quanto os empregadores tendem a culpar quase que exclusivamente os surdos pelos seus fracassos. Notamos esse tom de culpabilização quando os empregadores aludem que os surdos não costumam procurar emprego em seus estabelecimentos e, quando o fazem, são superprotegidos por suas famílias. Os surdos do nosso estudo, apesar de realçarem que nenhum grupo é homogêneo, acreditam que os desempregados são “vagabundos”, preguiçosos e pouco preparados para o trabalho, pois, segundo relatam, muitos não querem estudar. Além do mais, asseguram que alguns surdos têm “mentalidade ruim” e comunicação limitada.

Porém, nesse jogo de comparações e atribuições, os surdos adotam, também, uma

postura de vítimas, ao afirmarem que o trabalho dos surdos é sempre mais sacrificado, fiscalizado e explorado pelos ouvintes. Os surdos, ao falarem da importância e do desejo de trabalharem, exprimem sentimentos de tristeza, desânimo e desespero quando se deparam com os vários entraves à sua empregabilidade, como o preconceito por parte dos ouvintes, as dificuldades na comunicação, as dificuldades com o idioma Português e a falta de vagas para os surdos na iniciativa privada e em concursos públicos. Na iniciativa privada, relatam serem preteridos por outras pessoas com necessidades especiais, inclusive por sujeitos com surdez leve e moderada. Em relação aos concursos públicos, queixam-se da falta de intérpretes e das severas dificuldades com a língua portuguesa, além da ausência da divisão da cota por modalidades de necessidade especial. Na busca pelo trabalho, falam com desesperança e descontentamento das instituições que os representam e tem como missão o preparo e o encaminhamento dos surdos para o mercado de trabalho.

Verificamos uma diferença em relação aos surdos participantes do Estudo I e do Estudo II. No Estudo I, questionamos se os trabalhos desejados pelas surdas, os quais exigem menor qualificação, ligados à digitação, auxiliar de biblioteca, cabeleireiro, organizador de papéis, organizador de roupas em lojas de departamento, eram fruto da posição ocupada por elas, por terem baixa escolarização e condição socioeconômica. Caso comparemos com os trabalhos desejados por surdos com maior escolarização, verificaremos que as atividades por eles mencionadas exigem maior elaboração (Informática, Administração, Secretariado). Porém, ambos os grupos de surdos asseguram que os ouvintes dispensam apenas trabalhos como limpeza e serviços gerais.

Assinalamos neste estudo que as identidades são construções dinâmicas e mediadas socialmente. Portanto, as RS de si e dos outros se refletem na forma como o autoconceito dos surdos são edificados. Isto significa dizer que a forma como os surdos se percebem tem

influência na forma como esses sujeitos se posicionam perante o mundo (Pimenta, 2008). Desta maneira, acreditamos que as mudanças em prol da inclusão social dos grupos minoritários e toda a pressão por reconhecê-los em suas potencialidades ainda convivem lado a lado com representações e práticas que insistem em normalizá-los e desmutizá-los. Esta pressão pela normatização acaba por negligenciar suas diferenças linguísticas, históricas, culturais e sociais.

Assim, a imagem que os surdos têm de si não passa ilesa a todo esse contexto ouvintista. Nesse aspecto, parece haver a internalização, por parte dos surdos, dos valores arraigados pela sociedade ouvinte, que tem seu modo de funcionamento baseado na supremacia da língua oral, principalmente quando os empregadores e os surdos garantem que estes últimos são mais habilidosos com os trabalhos manuais e mais concentrados ao desenvolverem suas atividades. Ademais, os surdos discorrem que seus pares são “pouco inteligentes” e fofoqueiros, o que os leva a não desejarem trabalhar com outros surdos.

É evidente que os surdos são sujeitos ativos, que a todo momento ressignificam suas identidades, agindo sobre o mundo e transformando-o, ao mesmo tempo em que transforma a sua forma de se perceber. Um exemplo são os movimentos sociais e os grupos e associações de surdos, que lutam em seu cotidiano para que seus direitos sejam reconhecidos. Essas lutas passam pelo desejo de terem uma escolarização cujos princípios norteadores se guiem pelas diferenças culturais advindas das suas experiências visuais. Além disso, querem ser inseridos no mundo do trabalho porque, em nossa sociedade, trabalhar significa muito mais que assegurar a subsistência. O trabalho é significado pelos empregadores e pelos surdos como a possibilidade dos surdos alcançarem a ascensão, a dignidade e o senso de autonomia, muitas vezes abalado pela necessidade especial. Assim sendo, imaginamos que as dificuldades enfrentadas pelos surdos para se inserirem e se

manterem no mercado de trabalho afetam as suas identidades, fazendo com que os surdos se vejam como portadores de características negativas, ao mesmo tempo em que lutam por redefini-las, quando afirmam que são capazes, inteligentes, colaboradores e animados. Essa redefinição das características do grupo do qual fazem parte é, segundo Tajfel (1981), uma tentativa de melhorar o *status* perante a sociedade.

Os surdos acreditam que os ouvintes são exploradores, pouco colaborativos e detentores de uma visão da surdez que, segundo eles, está imersa em preconceitos. Essas visões, conforme relatam, reúnem significados que desqualificam a língua de sinais. Entre os surdos a língua de sinais é significada como um importante instrumento de comunicação e de identificação com os seus pares. Entre os ouvintes a língua de sinais é comparada à linguagem de macacos.

Estes achados nos autorizam a dizer que os surdos apresentam identidades surdas de transição (Perlin, 2001), pois, apesar de terem consciência da condição política da surdez, cujas diferenças se encontram na existência de uma cultura visual e no reconhecimento de suas características positivas, no trabalho e na sociedade de maneira geral, ainda vivem como estrangeiros em terra de ouvintes. Assim, a representação hegemônica da surdez demarca o seu autoconceito, que é baseado, também, naquilo que não são.

Portanto, acreditamos que, ao se localizarem a margem da normalidade pautada no mundo ouvinte, os surdos tendem a representar a si e ao seu trabalho nessa zona de transição, haja vista que congregam elementos que são desvalorizados socialmente. Ao mesmo tempo, posicionam-se como minorias ativas, na medida em que as lutas dos seus movimentos sociais têm ressonância em suas identidades, fazendo com que se percebam como sujeitos capazes e detentores de características dos grupos que desejam pertencer (Doise, 2001). Esse conflito desvelado entre os surdos, tentando reafirmar a dignidade do seu trabalho contra os

ouvintes ‘exploradores’, parece se valer como uma tentativa de preservação ou de alcance de uma identidade social positivada.

Entendemos que, como minorias ativas, os surdos podem ser capazes de redimensionar o seu papel, pois, conforme nos assinalou Ribeiro (2005, p. 107), “quanto mais o conflito se intensifica, mais os sujeitos são levados a buscarem saídas”. Isto levará à eminência de processos de negociação entre os surdos e os empregadores, levando em conta os seus interesses, suas crenças, seus valores e suas opiniões.

Em face ao exposto, acreditamos que o momento é profícuo para as construções de significados a respeito do trabalho dos surdos e a sua inclusão social. Contudo, não queremos desconsiderar o sofrimento vivenciado pelos surdos ao se encontrarem à margem do mercado de trabalho. Aqui se pontuou toda a tristeza vivenciada por esses sujeitos no que diz respeito à supremacia da cultura ouvinte, que se pauta na visão clínico-terapêutica da surdez, a qual se coaduna com a falta de oportunidade de trabalho, com as dificuldades de comunicação e de escolarização, bem como com a formação para o trabalho. Não deixamos de observar que o mercado de trabalho ainda é ditado pelos modelos ouvintistas e que, mesmo em um processo de inclusão laboral, pode estar se promovendo práticas excludentes, principalmente quando não há a preparação do ambiente e dos sujeitos que dele fazem parte para acolher os diferentes.

Porém, sabemos que as RS da surdez que permeiam as RS do trabalho dos surdos têm mudado, mesmo que lentamente. Basta vermos as elaborações daqueles que os empregam, as quais estão muito mais próximas do reconhecimento do surdo como um trabalhador que pode assumir responsabilidades. Para além das dificuldades com o idioma Português, provenientes de um histórico em que se privilegiou a oralização como “cura da surdez”, os surdos que participaram do nosso estudo procuram, nos dias atuais, cursar uma

faculdade e alcançar um *status* antes não pensado para esse grupo. É certo que ainda não alcançaram o lugar social que desejam. Mas, eles próprios asseguram que é preciso caminhar, avançar nas políticas e nas práticas inclusivas porque, quando “os ouvintes conhecerem mais os surdos”, como relatou um participante, poderão, ainda, enxergar as suas reais potencialidades e, também, se preparar para lidar com as suas dificuldades. Para nós, a inclusão começa pela inserção dos surdos no mercado de trabalho e com a consequente familiarização dos atores sociais com este universo singular das diferenças. Mas também perpassa o aprimoramento da comunicação entre surdos e ouvintes. E para que isto aconteça é preciso romper o silêncio social em torno dos excluídos, no sentido de questionarmos o que querem os surdos e estarmos dispostos a ouvir sua voz.

É neste sentido que falamos da inclusão dos surdos no mercado de trabalho. A inclusão que narramos é aquela que transforma e dá sentido ao trabalho dos surdos, mesmo que esteja relacionada às atividades que exigem menor qualificação. Dissertamos sobre uma inclusão laboral que demande uma construção e coresponsabilização coletiva e que preveja o acolhimento das diferenças em todos os seus espaços e momentos, seja na definição das tarefas, nas reuniões de trabalho, nas políticas de promoção de carreira e de incentivo à formação/qualificação profissional.

Falamos de uma inclusão que não somente reúna surdos e ouvintes em um mesmo espaço e que repetidas vezes seja reiterada a sua normalidade. Acreditamos que a negação das diferenças traz danos às identidades daqueles que a todo custo devem se encaixar na forma da normalidade ouvinte. Assim, presumimos que as diferenças sejam entendidas não como deficiências, mas como constituintes da condição histórica, cultural e social do ser humano. Por fim, acreditamos que não é possível igualar as condições de acesso ao trabalho se não transformamos as nossas representações e as nossas práticas educativas tendo em

vista o cotejo das habilidades que os surdos possuem e não daquelas que os faltam. Para tanto, é necessário colocarmos em cheque as bases desiguais que sustentam as relações de poder que permeiam o cotidiano de surdos e de ouvintes (Lima, 2004).

Assim, a inclusão pelo trabalho - atendidas as prerrogativas de acessibilidade e de respeito às diferenças, e levando em conta sua língua materna - pode expandir as possibilidades de o surdo reconhecer-se como participante de uma comunidade específica e de compartilhar elementos comuns à cultura hegemônica. Este entendimento é fator *sine qua non* para construção de suas identidades. Além do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua dos surdos, é importante compreender que a construção de suas identidades se funda nas representações sobre surdez, surdo, sua educação e seu trabalho. E não menos importante que isso é observar as particularidades de sua educação e de seu desenvolvimento cognitivo.

Almejamos que, com a progressão dos estudos sobre o tema, redefinam-se os papéis que os surdos têm exercido na sociedade, concretizando-se a cidadania defendida por movimentos em prol de sua inclusão laboral. Acreditamos que essas conquistas somente serão significativas se as lutas empreendidas alicerçarem-se em movimentos sociais articulados e interessados em compreender aspectos da subjetividade de seus membros, e se as esferas políticas responderem ao apelo destes grupos. Porque, como aponta Ramsey (1997), nem surdos, nem ouvintes podem se desenvolver isolados de outros, tampouco podem se desenvolver de forma neutra.

Ao finalizarmos esta tese, ressaltamos que as nossas elaborações nos proporcionaram reflexões contínuas com alcance para além das construções sobre o papel social ocupado pelos surdos em sua relação com o trabalho. Estas elucubrações nos fizeram pensar nas representações hegemônicas que habitam a cultura e promovem as sutilezas dos espaços

sociais. Pensar a surdez e o trabalho dos surdos retrata as nossas preocupações com os mecanismos de poder que violentam os grupos minoritários e os impele a transformar as práticas cristalizadas. Falamos de um lugar que enxerga a surdez pelas lentes da visão sócio-antropológica e credita a efetividade das práticas de inclusão do surdo às mudanças nas representações da surdez e da normalidade, bem como ao aprimoramento da comunicação entre surdos e ouvintes como via potencial da inclusão social dos surdos. Por isso mesmo, nosso estudo se lança às necessidades de novas construções acadêmicas, tendo em vista que as identidades dos surdos são múltiplas e estão em constante construção. Desta forma, como agenda para pesquisas futuras, sugerimos:

1- Estudar as relações de gênero que permeiam as RS do trabalho dos surdos, pois o gênero é um dos elementos das identidades dos sujeitos (Louro, 1997).

2- Analisar as RS do trabalho dos surdos elaboradas pelas famílias de surdos, visto que a inserção social dos familiares – que se encontram mais próximos aos surdos – podem demarcar RS diferentes dos empregadores.

3- Realizar estudos que privilegiem os mecanismos de preconceito e estereótipos nas RS do trabalho dos surdos.

4- Levantar o número de empresas que empregam surdos no Distrito Federal, identificando a formação, os setores e as funções ocupadas por estes sujeitos.

5- Realizar estudo a fim de compreender a relação entre os principais marcos legais e sociais na história dos surdos e o aumento das publicações na vertente sócio-antropológica nos anos de 2006 e 2007.

6- Analisar a eficácia dos programas de educação para a diversidade nas escolas do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

- Abric, J-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB Editora.
- Abric, J-C. (2001). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. Em J. C. Abric (Ed.). *Prácticas sociales y representaciones* (pp. 11-32). Mexico: Coyoán.
- Abric, J-C. (1984) A theoretical and experimental approach to the study of social representations in a situation of interaction. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.). *Social representations*. London, Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de L' Homme.
- Abric, J-C. (1993) Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2, 75-78.
- Abric, J-C. (1994) *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Almeida, A. M. O. (2001). A pesquisa em representações sociais: fundamentos teórico-metodológicos. *Ser social*, 9, 129-158.
- Almeida, A. M. O. (1999). Desenvolvendo competências em universos múltiplos. Em M. G. T. Paz & A. Tamayo. *Escola, saúde e trabalho: estudos psicológicos* (pp. 101-118). Brasília: EDUnB.
- Álvaro, L. A., & Garrido, A. (2006) *Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. Trad. Fernandes, M. G. São Paulo: McGraw- Hill.
- American National Standards Institute (ANSI-1989). Disponível em: www.ansi.org. Acessado em: 04 de abril, 2009).
- Andrade, M. A. A. (1998). A identidade como representação e a representação da identidade. Em A. S. P., Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 141-149). Goiânia: AB Editora.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo Editorial. Campinas, SP.
- Antunes, R. (2003) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. (2004). Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho. Em L. Dowbor, O. Furtado, L. Trevisan & H. Silva (Orgs.). *Desafios do trabalho* (1ª ed. pp. 38-46). Petrópolis: Vozes.

- Araújo, E. A. C., Escobal, G., & Goyos, C. (2006) Programa de suporte comunitário: alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12 (2), 221-240.
- Araújo, J. P, Schmidt, A. (2006). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 12(2), 241-254.
- Araújo, M. A. N. (2005). A estruturação da linguagem e a formação de conceitos na qualificação de surdos para o trabalho. *Psicologia: ciência e profissão*, 25 (2), 240-251.
- Arcoverde, R. D. L. (2006). Tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos. *Cadernos CEDES*. Campinas, 26(69), 251-267.
- Arendt, H. (1983). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2003). *Psicologia Social: Preconceito, causas e curas* (291-309). São Paulo: LTC Editora.
- Arruda, A (1998). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro- negociando a diferença. Em A. Arruda (Org.). *Representando a alteridade* (pp. 17-46). Petrópolis: Vozes.
- Assis, O. Q, Pussoli, L., & Lacerda, V. A. (1994). *Os direitos da pessoa portadora de deficiência*. São Paulo: Lúmen.
- Bardin, L. (1977). *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.
- Bastos, A. V. B., Pinho, A. P. M., & Costa, C. A. C. (1995). Significado do trabalho. Um estudo entre os trabalhadores em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (6), 20-29.
- Batista Júnior, J. R., (2008). *Os discursos docentes sobre a inclusão de alunos e alunos surdos no ensino regular: identidades e letramentos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Batista, C. A. M. (2003). Educação profissional e inclusão no trabalho: entraves e possibilidades. Em M. H. A. Oliveira (Org.). *Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais*. Brasília: Dupligráfica Editora.
- Bauer, M, W. (2004). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Em M. W. Bauer, G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis: Vozes
- Bock, A M. M, Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2001). *Psicologias : uma introdução ao estudo da Psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bock, A. M. M. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização do ser humano: a adolescência em questão. *Caderno. CEDES*, 24(62), 26-43.

- Borges, A. (2001). *A saúde mental do desempregado metalúrgico: um estudo sobre os impactos psicossociais do desemprego de longa duração. Dissertação de Mestrado.* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Borges, L., Bello, R., Leite, S., & Araújo, R. P. C. (2002). O deficiente auditivo e o mercado de trabalho. *Revista ciências médicas biológicas*, 1 (1), 99-104.
- Brie, A. P., & Nord (1990). *Meaning of occupational work: a collection of essays.* Massachusetts/ Toronto: Lexington Books.
- Brunner, J. (1997). *Atos de significação.* Porto Alegre: Artmed.
- Bueno, G. S. J. (1998). A nova LDB e as necessidades educativas especiais. *Cadernos CEDES*, 46, 27-35.
- Cambra, C. (2002). Acceptance of deaf students by hearing students in regular classrooms. *American annals of the deaf*, 147(1), 38-45.
- Campos, K. C. L., Franciscon, V., Camargo, A. P., Scheguschewski, A., Tavares, F. T., Piovezan N. M., Alkschbirs, S. R. (2008). Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, 8 (2), 159-183.
- Canho, P. G. M., Neme, C. M. B., & Yamada, M. O. (2006). A vivência do pai no processo de reabilitação da criança com deficiência auditiva. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 261-269.
- Cardoso, M. (2003). Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada. Em J. M. Mosquera & C. Stobaus (Orgs.). *Educação especial: em direção à educação inclusiva* (pp. 15-26). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Carmo, P. S. (1997). *A Ideologia do Trabalho.* São Paulo: Editora Moderna.
- Carvalho, E. N. S. (2003) Trabalho e construção da subjetividade: focalizando a pessoa com deficiência mental. Em M. H. A. Oliveira (Org.). *Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais.* Brasília: Dupligráfica Editora.
- Castell, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Petrópolis: Vozes.
- Castro Júnior, N. P., Almeida, C. I. R., & Campos, C. A. H. (2007), Sudden sensorineural hearing loss and vertigo associated with arterial occlusive disease: three case reports and literature review. *São Paulo Medical Journal*, 125(3), 191-195.
- Castro, A. R., & Carvalho, I. S. (2005). *Comunicação por língua brasileira de sinais.* Brasília: Editora Senac-DF.

- Cavalcante, J. Q. P., & Neto, F. F. J. (2004). O portador de deficiência no mercado de trabalho. *Revista Zênite- IDAF Informativo de Direito Administrativo e LRF*. Curitiba: Zênite 41, 495-504.
- Ciampa, A. C. (1984). Identidade. Em W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado: 04 de abril, 2009).
- Corina, D. P., & Mac Burney, S. L. (2001). The neural representation of language in users of American Sign Language. *Journal of communication disorders*, 34, 455-471.
- Correio Braziliense (2009). *Sinais que falam*. Matéria publicada no dia 18 de abril, 2009.
- Costallat, F. L. (2003). *O direito ao trabalho da pessoa deficiente: manual de orientação: legislação e jurisprudência*. Campinas: Fundação Síndrome de Down.
- Cunha, L. A. (1980). *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Cursino, H. M., Rodrigues, O. M. P. R., Maia, A. C. B., & Palamin, M. E. G. (2006). Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(1), 29-48.
- Dowbor, L. (2004). Apresentação- Trabalho e relações de produção: repensando metodologias. Em L. Dowbor, O. Furtado, L. Trevisan & H. Silva (pp. 7-15). Petrópolis: Vozes.
- De Masi, D. (2003). *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília: Editora UnB.
- Decreto n ° 5.296 de 2 de dezembro de 2004* (2004). Regulamenta as Leis n° 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei 10.098, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível: www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Decreto/5296_04.html. Acessado: 08 de abril, 2009.
- Decreto n ° 5.626, de 22 de dezembro de 2005* (2005). Regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Acessível: www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=4&cod=17. Acessado: 04 de abril, 2009.
- Decreto n ° 3.298, de 20 de dezembro de 1999* (1999). Regulamenta a Lei n ° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf. Acessado: 04 de abril, 2009.

- Decreto-Lei 5.452 de 10 de maio de 1943 (1943). Aprova a consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_4602b05542de6.pdf. Acessado em: 14 de maio, 2009.
- Dejours, C. (1992) *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Atlas
- Dell'aringa, A. H. B., Adachi, E. S., & Dell'aringa, A. R. (2007). A importância da leitura orofacial no processo de adaptação de AASI. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 73(1), 101-105.
- Demo, P. (2006). Trabalho: sentido da vida! *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro: Senac, 32(1), 4-17.
- Deslandes, S. F., Gomes, R., Minayo, M. C. S. (2007). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Dizeu, L. C. T. B., & Caporali, S. A. (2005). A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educação e Sociedade*, 26(91), 583-597.
- Doise, W (1990). Social belief and intergroup relations: the relevance of some sociological perspectives. Em C Fraser & G. Gaskell (Eds). *The social psychological study of Widespread beliefs* (pp. 142-159). Oxford: Press
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1984). Social representations, inter-group experiments and levels of analysis. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.). *Social representations* (pp. 255-268). London, Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de L' Homme.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: définition d'un concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.). *L'étude des représentations sociales* (pp. 81-94). Paris: Deleaucaux e Néslé
- Doise, W. (1988). Les relations entre groupes. Em S., Moscovici. *Psychologie sociale* (Org.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1995). Représentations sociales dans L'identité personnelle. Em Beauvois, J-L, Dubois, N & Doise, W. *La construction sociale de la personne* (pp. 201-214). Grenoble, PUG.
- Doise, W. (1998a). Représentations sociales dans L'identité personnelle. Em J-L, Beauvois, N. Dubois & W. Doise. *La construction sociale de la personne*. Saint- Martin-d'Hères: Presses Universitaires de Grenoble

- Doise, W. (1998b). Conflictual dynamics and values in social representations of human rights. Em J. L. Alves (Org.). *Ética e o futuro da democracia* (pp. 485-496). Lisboa: Colibri.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. Em D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 187-203). Rio de Janeiro, EdUERJ.
- Doise, W. (2002b). *Direitos do Homem e Força das Ideias*. Lisboa: Horizonte.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, R. (1993). *The quantitative analysis of Social Representations*. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Durkheim, E. (1898/1970). Representações Individuais e Representações Coletivas. Em E. Durkheim. *Sociologia e Filosofia* (pp. 15-49). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Enriquez, E. (2001). Instituições, poder e “desconhecimento”. Em J. N. G., Araújo & T. C. Carreiro (Orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta.
- Escobal, G. Araújo, E. A. C., & Goyos, C. (2005). Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 355-372.
- Escobal, G., Araújo, E. A. C., & Goyos, C. (2005). Escolha e desempenho no trabalho de adultos com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 355-372.
- Farr, R. (1993). Theory and method in the study of social representations. In G. M. Breakwell, D. V. Canter. *Empirical approaches to social representations* (pp. 15-23). Clarendon Press: Oxford.
- Farr, R. M. (1984) Social representations: their role in the design and execution of laboratory. Em R. M, Farr & S. Moscovici (Orgs.). *Social representations*. London, Paris: Cambridge University Press e Editions de La Maison des Sciences de L Home.
- Fávero, M. H., & Pimenta, M. L. (2006). Pensamento e linguagem: a língua de sinais na resolução de problemas. *Psicologia. Reflexão e Crítica*, 19 (2), 60-71.
- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (1993). Relatório Anual: 1993. Rio de Janeiro: FENEIS, 1993.
- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (1995). Desenvolvimento do surdo “enquanto pessoa”. Belo Horizonte: FENEIS.
- Ferreira-Brito, L. (1997). Língua Brasileira de Sinais - Libras. *Série Atualidades Pedagógicas*, 4(3), 19-61
- Franco, M. L. P. B. (2007). *Análise de Conteúdo*. Brasília: Líber Livro.
- Gaskell, G. (2004). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer, G., Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.

- Gesueli, Z. M. (2006). Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação e Sociedade*, 27(94), 277-292.
- Góes, M. C. R. (1996). *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gorz, A (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guarinello, A. C., Berberian, A. P., Santana, A. P., Massi, G., & Paula, M. (2006). A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(3), 317-330.
- Guarinello, A. C., Massi, G., & Berberian, A. P.(2007). Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(2), 205-218.
- Guarinello, A. C., Santana, S. P., Figueiro, L. C., Massi, G. (2008). O intérprete universitário da Língua Brasileira de Sinais na cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14(1), 63-74.
- Gugel, M. A (2006). Aprendizagem do Adolescente com Deficiência no Trabalho. *Anais. I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. "Acessibilidade: você também tem compromisso"*. Brasília.
- Guimelli, C. (2001). La función de enfermera. Prácticas y representaciones sociales. (J. D. Chevrel & F. F. Placios. Trads.). J-C. Abric. *Prácticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Coyoacán.
- Guyader, A. (2005). Claude-Henri de Saint-Simon: nascimento do intelectual orgânico da sociedade industrial. Em D. Mercure & J. Spurk (Orgs.). *O trabalho no pensamento da história ocidental* (pp. 137-166). Petrópolis: Vozes
- Habermas, J. (1987). A nova intransparência- a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Em: *Novos Estudos CEBRAP*, 18, 103-114.
- Hall, S. (2003). A identidade cultural na pós-modernidade. (Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2000) Quem precisa da identidade? Em T. T, Silva (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 103-133). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Harris, M., & Moreno, C. (2004). Deaf childrens use of phonological coding: evidence from reading, spelling and work memory. *Jornal of deaf studies and deaf education*, 9 (3), 253-268.
- Harvey, D. (2003). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

- Hoffmann, F. M. R., Rodrigues, P. F., Santos, T. M. M., Sartorato, E. L., Maciel-Guerra, A. T., Matas, C. G., Moraes, V. C. S. (2008). Interação entre audiologia e genética no estudo de uma família: a complexidade do diagnóstico molecular e do aconselhamento genético. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 74(5), 698-702.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia. Acessado: 04 de abril, 2009.
- Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2004). *Responsabilidade social e diversidade: deficiência, trabalho e exclusão*. Rio de Janeiro: BNDES.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2002a). *Responsabilidade Social das Empresas - Percepção do Consumidor Brasileiro*. São Paulo.
- Instituto Ethos, (2002b). *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência* São Paulo.
- Jacques, M. G. C. (1998). Identidade. Em: M. N. Strey et al. *Psicologia social Contemporânea* (pp. 159-167), Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (1984). La representation social: fenômenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.). *Psicologia Social* (pp. 469-494) Barcelona: Paídos.
- Jodelet, D. (1985). La Representación Social: Fenómenos, concepto y teoría. Em: S. Moscovici (Org.). *Psicologia Social* (469-494). Barcelona: Paídos.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como processo e produto psicossocial. Em A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Org.). *As representações sociais*. (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Joffe, H. (1994). Eu não, meu grupo não. As representações transculturais da AIDS. Em: P., Guareschi, S., Jovchelovitch (Orgs.) (pp. 297-322). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (1998). Re(des)cobrando o outro- para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. Em A. Arruda (Org.). *Representando a alteridade* (pp. 69-82). Petrópolis: Vozes.
- Karnopp, L. B. (2005). Letramento e educação de surdos. Em A. S., Thoma & Lopes, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez- cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (103-127). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Klein, M. (2001). Os discursos sobre surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. Em C. Skliar. *A surdez. Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação.

- Klein, M. (2005). Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.). *A invenção da surdez- cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 83-99). Santa Cruz do Sul:UDUNISC.
- Lacerda, C. B. F. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Caderno CEDES*, 19 (46), 4-16.
- Lacerda, C. B. F. (2007). O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(2), 257-280.
- Lancillotti, S. S. P. (2003). *Deficiência e trabalho. Redimensionando o singular no contexto universal*. Campinas: Autores Associados.
- Lei 10.436/2002, de 24 de abril de 2002* (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível: [www. mp.ro.gov.br/c/document_library](http://www.mp.ro.gov.br/c/document_library). Acessado em: 9 de abril, 2009.
- Lei n º 10.436 de 24 de abril de 2002* (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Acessível: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf. Acessado em: 04 de abril, 2009.
- Lei n º 3.071* de 1º de janeiro de 1916 (1916). Regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e as suas relações. Acessível em: www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acessado em: 13 de maio, 2009.
- Lei n º 4.024* de 20 de dezembro de 1961 (1961). Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Acessível em: www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=545. Acessado em: 13 de maio, 2009.
- Lei n º 8.213 de 24 de julho de 1991* (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível: www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/Leis/8213_91.html. Acessado: 04 de abril, 2009.
- Lei n º 8.112 de 11 de novembro de 1990* (1990). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível: www.trt02.gov.br/Geral/tribunal2/Legis/Leis/8112_90/TITULOI.html. Acessado: 04 de abril, 2009.
- Lei n º 9.394* de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf. Acessado em: 13 de maio, 2009.
- Leontiev, A. (1978) *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Leopardi, M. T. (1999). A vida do Trabalhador como centralidade no Trabalho. Em M. T. Leopardi. *O Processo de Trabalho em Saúde: organização e subjetividade*. (pp. 71-81) Florianópolis: Papa-Livros.

- Levy, C. C. A. C., & Simonetti, P. (1999). *O surdo em si maior*. São Paulo: ROCA.
- Lima, M. S. C. (2004). *Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o predito e o feito. Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Lopes, M. C. (2001). Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. Em C. Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 105-121). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Lopes, M. C. (2004a). A natureza educável do surdo. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.). *A invenção da surdez- cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (33-55). Santa Cruz do Sul: Edunisc
- Lopes, M. C. (2004b). A mediação material e sócio-cultural no processo de interação de crianças surdas. Em C. Skliar (Org.). *Educação e exclusão- Abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Louro, L. G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Lulkin, S. (2001). O discurso moderno na educação de surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. Em C. Skliar (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças* (2ª ed., pp. 33-49). Porto Alegre: Mediação.
- Lunardi, M. L. (2001). Cartografando os estudos surdos: currículo e relações de poder. Em C., Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 157-168). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Magalhães, P. R. B. (2003) Traduções para as palavras diferença/deficiência: um convite à descoberta (pp. 21-33). *Reflexões sobre a diferença: compreendendo a educação especial*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- Magalhães, R. C. B. P., & Dias, A. M. I. (2005). Identidade e estigma no contexto da escola inclusiva: uma leitura a partir de Erving Goffman. *Anais. 28ª Reunião Anual da Anped, Caxambu-MG*.
- Maia, V. H. (2008). *A identidade social: estudo das relações de consumo e produção dentro do trabalho bancário. Tese de doutorado*. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Manente, M. V., Rodrigues, O. M. P. R., & Palamin, M. E. G. (2007). Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(1), 27-42.
- Maniglia, L. P., Moreira, B. C. L., Silva, M. A. O. M., Piatto, V. B., Maniglia, J. V. (2008). Rastreamento da mutação mitocondrial A1555G em pacientes com deficiência auditiva sensorioneural. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 74(5), 731-736.
- Marin, C. R., & Góes, M. C. R. (2006). A experiência de pessoas surdas em esperas de atividades do cotidiano. *Cadernos CEDES*, 2(69), 231-249.

- Martins, C. B. (1994). *O que é Sociologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Marx e Engels (1848/1998). Manifesto do Partido Comunista. Estudos Avançados, 12 (34). Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300002&script=sci_arttext. Acessado: 26 de junho de 2009.
- Meirelles, V., & Spinillom, A. G. (2004). Uma análise da coesão textual e da estrutura narrativa em textos escritos por adolescentes surdos. *Estudos em Psicologia*, 9(1), 131-144.
- Melo, S. N. (2004). *O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência. Ação afirmativa- O princípio constitucional da igualdade*. São Paulo: LTR.
- Melo, T. M., Moret, A. L. M., & Bevilacqua, M. C. (2008). Avaliação da produção de fala em crianças deficientes auditivas usuárias de Implante Coclear Multicanal. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 13(1), 45-51.
- Menin, M. S. S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 43-52.
- Mercure, D. (2005). Adam Smith: as bases da modernidade. Em D. Mercure & J. Spurk (Orgs.). *O trabalho no pensamento da história ocidental* (pp. 115-136). Petrópolis: Vozes
- Migeotte, L. (2005). Os filósofos gregos e o trabalho na Antiguidade. Em D. Mercure & J. Spurk (Orgs.). *O trabalho no pensamento da história ocidental* (pp. 17-36). Petrópolis: Vozes.
- Miranda, G. M. D., Queiroga, B. A. M., Lessa, F. J. D., Leal, M. C., Neto, S. S. C. (2006). Diagnóstico da deficiência auditiva em Pernambuco: oferta de serviços de média complexidade - 2003. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 72(5), 581-586.
- Moliner, P. (1996). Les conditions d'émergence d'une représentation sociale. In P. Moliner. *Images et représentations sociales* (33-48). Grenoble: PUG.
- Moscovici, S. (1976/1978). *A Representação Social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- Moscovici, S. (1981). *Psicologia de las minorias activas*. Madrid: Ed. Morata
- Moscovici, S. (1984). Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. Em D. Jodelet. *As Representações Sociais* (pp. 45-66). Rio de Janeiro: ED UERJ.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.

- Mottez, B. (1992). Los banquetes de sordos mudos e el nacimiento del movimiento sordo. *Geles*, 6(5). Babel Editora.
- Muller, H. P. (2005). Trabalho, profissão e “vocação” - O conceito de trabalho em Max Weber. Em D. Mercure & J. Spurk (Orgs.). *O trabalho no pensamento da história ocidental* (pp. 234-258). Petrópolis: Vozes
- Nascimento, A. R. A., Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
- Náufel, J. (2000). *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.
- Neder, J. A., Bagatin, E., & Nery, L. E. (2006). Avaliação da disfunção e da incapacidade nas pneumoconioses. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 32(2), 93-98.
- Neres, C. C., Corrêa, N. M. (2008). O trabalho como categoria de análise de análise na educação do deficiente visual. *Cadernos CEDES*, 28(75), 149-170.
- Néri, M. C., Carvalho, A. P., & Costilla, M. G. (2002). Políticas de cotas e inclusão trabalhista das pessoas com deficiência. *Ensaio Econômico da EPGE /FGV*, 462: Fundação Getúlio Vargas. Disponível: virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/518/1310.pdf. Acessado: 08 de abril, 2009.
- Offe, C. (1989). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das Representações Sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. Em M. S. S. Menin, A. M., Shimizu, (Orgs.). *Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-200). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, D. F. A. (2007). *Professor, tem alguém ficando para trás! As crenças de professores influenciando a cultura de ensino/aprendizagem de alunos surdos. Dissertação de Mestrado*. Universidade de Brasília, Brasília.
- Oliveira, L. B. (1998). *Significado do trabalho e socialização organizacional: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados. Tese de Doutorado*. Universidade de Brasília, Brasília.
- Oliveira, S. F. (2008). Letramento de alunos surdos em classe bilíngue: possibilidades e desafios. *Dissertação de mestrado*. Universidade de Brasília. Brasília.
- Organista, J. H. C (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. Ed Expressão Popular: SP.
- Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Disponível em: <<http://www.eerp.hpg.com.br/ddpd.htm>>. Acessado em: 04-04-2009.

- Pagliuca, L. M. F., Fiúza, N. L. G., & Rebouças, C. B. A. (2007). Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. *Revista da Escola de Enfermagem*, 4 (3), 411-418.
- Pastore, J. (2000) *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*. São Paulo: LTR.
- Peixoto, R. C. (2006) Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. *Cadernos CEDES*, 26(69), 205-229.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 95-107.
- Pereira, H. R. (2004). *A crise da identidade na cultura pós-moderna*. *Mental*, 2(2), 89-100.
- Pereira, M. C. C. (2004). Bilinguismo e aquisição da língua (gem) por crianças surdas. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Eds.). *Temas em educação especial: avanços recentes* (pp. 43-48). São Carlos: EdUFSCar.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: E.P.U.
- Perlin, G. T. (2004). O lugar da cultura surda. Em A. S., Thoma & Lopes, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez- cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 73-82). Santa Cruz do Sul: Edunisc
- Perlin, G. T. T. (2001). Identidades surdas. Em C. Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 51-73). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Piatto, B. B., Nascimento, E. C. T., Alexandrino, F., Oliveira, C. A, Lopes, A. C. P. V, Sartorato, E. L., & Maniglia, J. V. (2005). Genética molecular da deficiência auditiva não-sindrômica. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 71(2), 216-223.
- Pimenta, M. L. (2008). *Produção e compreensão do texto escrito: um estudo comparativo junto a surdos e ouvintes universitários*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Pinto, R. J. V. (2000). *Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Prado, A. C. (2007). Principais características da produção vocal de deficientes auditivos. *CEFAC*, 9(3), 404-410.
- Pupo, A. C., Balieiro, C. R., & Figueiredo, R. S. L. (2008). Estudo retrospectivo de crianças e jovens com deficiência auditiva: caracterização das etiologias e quadro audiológico. *Revista CEFAC*, 10(1), 84-91.

- Quadros, R. M. (2003). Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Ponto de Vista*, 05, 81-111.
- Quadros, R. M. (1997). *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ramalho, J. R., & Santana, M. A. (2004). *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ramsey, C. L. (1997). *Deaf children in public schools: placement, context and Consequences*. Gallaudet University Press.
- Reily, L. (2007). O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(35), 308-326.
- Ribeiro, A. M. D., & Câmara, V. M. (2006). Perda auditiva neurosensorial por exposição continuada a níveis elevados de pressão sonora em trabalhadores de manutenção de aeronaves de asas rotativas. *Cadernos de Saúde Pública*. 22(6), 1217-1224.
- Ribeiro, S. A. (2005). *Os homossexuais em busca de visibilidade. Tese de doutorado*. Universidade de Brasília. Brasília.
- Rouquette, M. L. (1998). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. Em A. S. P., Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 39-46). Goiânia: AB Editora
- Russo, L. (2009). Inclusão- um dever de todos. *Revista do Sesc Rio*, 1(7), 12-15.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, N. R. M. (2001). O discurso surdo: a escuta de sinais. Em C., Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 157-168). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Sá, C. P. (2004). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em M. J. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano* (pp. 169-192). São Paulo: Brasiliense.
- Sacks, O. (2005). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santana, A. P., & Bergamo, A. (2005) Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação e sociedade*, 26 (91), 565-582.
- Santos, M. F. S. Representação social e identidade (1998). Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira. *Estudos interdisciplinares de Representação Social* (151-159). Goiânia: AB Editora.
- Santos, J. F. (1996). *As relações supervisor-subordinado e o significado do trabalho: um estudo psicossocial das atividades dos chefes de gabinete dos Senadores da República*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

- Santos, M. F. S. (1990). *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU.
- Sarriera, J. C., Silva, M. A., Kabbas, C., P., & Lopes, V. B. (2001). Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6(1), 27-32.
- Sassaki, R. K. (2003) O censo de pessoas com deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 4 (31).
- Sassaki, R. K. (2005). Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão. Em M. H. A. Oliveira (Org.). *Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais*. Brasília: Dupligráfica Editora.
- Sassaki, R. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, WVA.
- Sato, L., & Schmidt, M. L. S. (2004). Psicologia do trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focando o desemprego. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 365-371.
- SENAC (2004). *Eliminando barreiras, construindo pontes: programa deficiência e competência: primeiros resultados*. Rio de Janeiro.
- Silva, A. B. P., & Pereira, M. C. C. (2003) O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 19 (2), 173-176.
- Silva, A. B. P., Pereira, M. C. C., & Zanolli, M. L. (2007). Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 279-286.
- Silva, D. N. H. (2006) Surdez e inclusão social: o que as brincadeiras têm a nos dizer? *Cadernos CEDES*, 26(69), 121-139.
- Silva, L. P. A., Queiros, F., & Lima, I. (2006). Fatores etiológicos da deficiência auditiva em crianças e adolescentes de um centro de referência APADA em Salvador-BA. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, 72(1), 33-36.
- Silva, R. C. L., & Araújo, S. G. (2007). Os resultados do implante coclear em crianças portadoras de Neuropatia Auditiva: revisão de literatura. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 12(3), 252-257.
- Silva, T. T. (1998). *Contrabando, incidentes de fronteira: ensaios de estudos culturais em educação*. Porto Alegre.
- Silveira, F. F. (2004). *Deficiência múltipla ou múltiplas diferenças: um estudo sobre as concepções de pais e professores sob uma perspectiva inclusiva*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Skliar, C. (2001a). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Skliar, C. (2004). Apresentação. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.). *A invenção da surdez-cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação (7-12)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc

- Skliar, C. B. (2001b). Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. Em: S. Silva, M. Vizim. (Org.). *Educação Especial. Múltiplas leituras e diferentes significados* (1ª ed., pp. 85-110). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Soares, C. R. V. (1992). *Significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais. Dissertação de Mestrado*. Universidade de Brasília, Brasília.
- Souza, J. (1999). A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. Em J. Souza (Org.). *O Malandro e o Protestante* (pp. 17-54). Brasília: Editora UnB.
- Souza, R. M. (1998). *Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes.
- Spink, M. J. (1993). O estudo empírico das representações sociais. Em M. J. Spink (Ed.). *O conhecimento no cotidiano* (pp. 85-108). São Paulo: Brasiliense.
- Stuchi, R. F., Nascimento, L. T., Bevilacqua, M. C., & Brito-Neto, R. V. (2007). Linguagem oral de crianças com cinco anos de uso do implante coclear. *Pró-Fono: Revista de Atualização Científica*, 19(2), 167-176.
- Tajfel, H. (1963). Stereotypes. *Race & Class*, 5, 3-14.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social science information*. 13, 65-93.
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais. Estudos em Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982). Social Psychology of intergroup relations. *Annual Reviews Psychology*, 33, 1-39.
- Tanaka, E. D. O., & Manzini, E. J. (2005). O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(2), 273-294.
- Tap, P. (1979). Relations interpersonnelles et genèse de l'identité. In *Homo XVIII-XIX*. Tomo XV, 2, 7-43.
- Tap, P. (2001) Construction de l'identité et du lien social entre 2 et 3 ans. Affirmation, caprice, agressivité ? Em M. P. Thollon-Behar. *Accueillir l'enfant entre 2 et 3 ans*, (pp. 32 – 54), Toulouse, Erès.
- Tarde, G. (2003). *Monadologia e Sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Teske, O. (2001). Em C., Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 139-155). Porto Alegre: Editora Mediação.
- Thoma, A. S. (2001). Surdo: esse “outro” de que fala a mídia. Em C. Skliar (Org.). *A surdez. Um olhar sobre as diferenças* (pp. 105-121). Porto Alegre: Editora Mediação.

- Tinós, L. M. S., & Castro, S. F. (2007). De Cadernos de Educação Especial a Revista Educação Especial: uma análise dos últimos 5 anos (2002 - 2006). *Revista Educação Especial*, 27 (30). Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/index.htm>. Acessado: 05 de maio, 2009
- Tiryakian, E. A. (2005). O trabalho em Émile Durkheim. Em D. Mercure & J. Spurk (Orgs.). *O trabalho no pensamento da história ocidental* (pp. 215-233). Petrópolis: Vozes
- Vygotsky, L. S (1920/1995). Problemas fundamentales de la defectologia. Em L. S. Vygotsky. *Obras Escogidas V. Fundamentos de Defectología*. Madrid: Visor.
- Wagner, W (1998). Sociogênese e características das representações sociais. Em A. S. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de Representações Sociais*. Goiânia: AB Editora
- Willame, J. P. (2005). As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. Em D. Mercure & J. Spurk. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes
- Wrigley, O. (1996). *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press.
- Zugliani, A. P., Motti, T. F. G., & Castanho, R. M.. (2007). O auto-conceito do adolescente deficiente auditivo e sua relação com o uso do aparelho de amplificação sonora individual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(1), 95-110.

ANEXOS

1. Termo de Consentimento - Estudo I
2. Roteiro de entrevista com surdos empregados - Estudo I
3. Roteiro de entrevista com surdos desempregados - Estudo I
4. Termo de Consentimento- Estudo II
5. Roteiro de entrevista com gerentes que empregam surdos - Estudo II
6. Roteiro de entrevista com gerentes que não empregam surdos - Estudo II
7. Roteiro de entrevista com surdos desempregados - Estudo II
8. Roteiro de entrevista com surdos empregados - Estudo II
9. Correspondência das questões - Roteiros das entrevistas/Estudo II

ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO - ESTUDO I

UNIVERSIDADE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, com ____ anos, concordo em participar, por minha livre e espontânea vontade, de uma pesquisa proposta pela UnB que tem como título: **O TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A IDENTIDADE DOS SURDOS**, sob a coordenação do Profª Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida.

Declaro estar esclarecido(a) e informado(a) que a pesquisa tem como objetivo conhecer e examinar o que os surdos pensam sobre o trabalho. As informações resultantes da pesquisa poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas em prol da inclusão dos surdos no trabalho.

De livre e espontânea vontade responderei às perguntas feitas na entrevista e estou ciente de que:

- a) Não serei identificado(a) no trabalho escrito ou apresentado;
- b) Tenho a liberdade de recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem quaisquer prejuízos profissional ou pessoal;
- c) Os dados confidenciais envolvidos na pesquisa serão mantidos em sigilo;
- d) Neste estudo não serei remunerado ou terei qualquer despesa.

O termo foi assinado por mim, por uma testemunha e por um dos pesquisadores.

Respondente _____

Testemunha _____

Pesquisador _____

Brasília, _____ de _____ de 2006.

Contatos do pesquisador coordenador da pesquisa:

Ângela Maria de Oliveira Almeida

Endereço: COLINA - UnB. BL F, APT 203.

Telefone: 61 3307-2625 ramal 404.

ANEXO 2. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SURDOS EMPREGADOS - ESTUDO I

Olá! Estamos realizando uma pesquisa junto a jovens que ainda não tiveram experiência em trabalho formal (com carteira assinada) como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutorado da Universidade de Brasília.

Pedimos a sua colaboração no sentido de responder às perguntas feitas, sendo que o que você responder contará com o sigilo e demais preceitos éticos concernentes à pesquisa científica.

Obrigada!

Flávia Furtado Silveira- Doutoranda em Psicologia- Universidade de Brasília. Brasília

Sobre o trabalho e o trabalho dos surdos

- 1- Quando você pensa em trabalho, quais palavras lhe vêm à mente (Liste pelo menos quatro palavras). Justifique a mais importante para você.
- 2- Hoje, o que é trabalho para você?
- 3- E o que é o trabalho para os seus amigos?
- 4- Seus amigos que trabalham são diferentes dos seus amigos que não trabalham?
 - A) Como é a vida dos seus amigos que trabalham?
 - B) Como é a vida dos seus amigos que não trabalham?
- 5- O que você espera do trabalho que você exerce atualmente?
- 6- Você acredita que exista um trabalho que seria mais adequado para você? Qual?
- 7- Você acredita que exista um trabalho mais adequado para um surdo? Qual?
- 8- Como era a sua vida antes de trabalhar?
- 9- Como é a sua vida agora que está trabalhando?
- 10- Antes de você trabalhar, como foi a sua procura por um emprego?
- 11- Você encontrou dificuldades para conseguir um trabalho?
- 12- Como é o seu trabalho?
 - A) Quais as tarefas que realiza?
 - B) Como é o seu relacionamento com os colegas de trabalho?
 - C) Você se relaciona com outros surdos no trabalho?
 - D) Como é a comunicação com seus colegas de trabalho?
 - E) Como você se sente diante de situações novas?
- 13- Como é um dia de trabalho do surdo? Como são os seus relacionamentos com colegas, suas tarefas, sua comunicação?
- 14- Os surdos encontram dificuldades para desenvolver o seu trabalho?
- 15- Os surdos encontram facilidades em seu trabalho?
- 16- O que é difícil para você em uma situação de trabalho?

- 17- O que é fácil para você em uma situação de trabalho?
- 18- Você acha que os jovens surdos gostariam de trabalhar? Por que?
- 19- Você acredita que exista um trabalho mais adequado para as pessoas surdas?
- 20- Quando você começou a trabalhar, como foi recebido pelo seu chefe?
- 21- E como você foi recebido pelos seus colegas de trabalho?
- 22- E um surdo que nunca tenha trabalhado, como você pensa que é recebido pelo seu chefe?
- 23- E como ele é recebido pelos colegas de trabalho?

Sobre o trabalho e as identidades

Agora, eu irei começar uma frase e você, por favor, complete-a:

- 24- Os surdos são.....
- 25- Os surdos que trabalham são.....
- 26- Os surdos que não trabalham são.....
- 27- Os não surdos são.....
- 28- Os não surdos que trabalham são.....
- 29- Os não surdos que não trabalham são.....
- 30- Os outros acham que os surdos são.....
- 31- Os outros acham que os surdos que trabalham são.....
- 32- Os outros acham que os surdos que não trabalham são.....
- 33- Os outros acham que os não surdos são.....
- 34- Os outros acham que os não surdos que trabalham são.....
- 35- Os outros acham que os não surdos que não trabalham são.....

Dados Pessoais:

1. Iniciais: _____
 2. Escolaridade: _____
 3. Você já trabalhou com carteira assinada? _____
 4. Você possui algum problema relacionado à audição? _____
 5. Endereço: _____
- 36- Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o que pensa do trabalho e do trabalho dos surdos?

ANEXO 3. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SURDOS DESEMPREGADOS - ESTUDO I

Olá! Estamos realizando uma pesquisa junto a jovens que ainda não tiveram experiência em trabalho formal (com carteira assinada) como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutorado da Universidade de Brasília.

Pedimos a sua colaboração no sentido de responder às perguntas feitas, sendo que o que você responder contará com o sigilo e demais preceitos éticos concernentes à pesquisa científica.

Obrigada

Flávia Furtado Silveira- Doutoranda em Psicologia- Universidade de Brasília. Brasília

Sobre o trabalho e o trabalho dos surdos

1- Quando você pensa em trabalho, quais palavras lhe vêm à mente (Liste pelo menos quatro palavras). Justifique a mais importante para você.

2- Hoje, o que é trabalho para você?

3- E o que é o trabalho para os seus amigos?

4- Seus amigos que trabalham são diferentes dos seus amigos que não trabalham?

4.1 Como é a vida dos seus amigos que trabalham?

4.2 Como é a vida dos seus amigos que não trabalham?

5- Quando você pensa em trabalho, o que você espera do trabalho?

6- Você acredita que exista um trabalho mais adequado para você? Qual?

7- Que tipo de trabalho você gostaria de ter?

7- Você acredita que exista um trabalho que seria mais adequado para as pessoas surdas? Qual?

8- Como é a sua vida sem trabalho?

9- Como você pensa que seria a sua vida com você trabalhando?

10- Você já tentou conseguir um emprego?

11- Você encontrou dificuldades? Quais?

12- O que você acha que pode conseguir no mercado de trabalho?

13- Vamos imaginar que você conseguiu um trabalho em uma agência de empregos.

- A) Como você acha que será o seu trabalho?
 - B) Quais as tarefas que irá realizar?
 - C) Como será o seu relacionamento com os colegas de trabalho?
 - D) Como será a comunicação com seus colegas de trabalho?
 - E) Como você se sentirá diante de situações novas?
 - F) Você encontraria dificuldades em uma situação de trabalho?
 - G) O que seria fácil para você em uma situação de trabalho?
 - H) Ao chegar no local de trabalho, como você imagina que seu chefe o receberá?
 - I) Ao chegar no local de trabalho, como você imagina que seus colegas o receberão?
- 14- Como é um dia de trabalho do surdo? Como são os seus relacionamentos com colegas, suas tarefas, sua comunicação?
- 15- Os surdos encontram dificuldades para desenvolver o seu trabalho?
- 16- Os surdos encontram facilidades em seu trabalho?
- 17- Você acha que os jovens surdos gostariam de trabalhar? Por que?
- 18- Você acredita que exista um trabalho mais adequado para as pessoas surdas?

Sobre o trabalho e as identidades

Agora, eu irei começar uma frase e você, por favor, complete-a:

- 19- Os surdos são.....
- 20- Os surdos que trabalham são.....
- 21- Os surdos que não trabalham são.....
- 22- Os não surdos são.....
- 23- Os não surdos que trabalham são.....
- 24- Os não surdos que não trabalham são.....
- 25- Os outros acham que os surdos são.....

- 26- Os outros acham que os surdos que trabalham são.....
- 27- Os outros acham que os surdos que não trabalham são.....
- 28- Os outros acham que os não surdos são.....
- 29- Os outros acham que os não surdos que trabalham são.....
- 30- Os outros acham que os não surdos que não trabalham são.....
- 31- Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o que pensa do trabalho e do trabalho dos surdos?

Dados Pessoais:

1. Iniciais: _____
2. Escolaridade: _____
3. Você já trabalhou com carteira assinada? _____
4. Você possui algum problema relacionado à audição? _____
5. Endereço: _____

ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO - ESTUDO II

UNIVERSIDADE BRASÍLIA – UnB
 INSTITUTO DE PSICOLOGIA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, com _____ anos, concordo em participar, por minha livre e espontânea vontade da pesquisa: **SURDEZ E TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADES.**

Declaro estar esclarecido(a) e informado(a) que a pesquisa tem como objetivo conhecer e examinar o que os surdos pensam sobre o trabalho. As informações resultantes da pesquisa poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas em prol da inclusão dos surdos no trabalho.

De livre e espontânea vontade responderei às perguntas feitas na entrevista e estou ciente de que:

- a) Não serei identificado(a) no trabalho escrito ou apresentado;
- b) Tenho a liberdade de recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem quaisquer prejuízos profissional ou pessoal;
- c) Os dados confidenciais envolvidos na pesquisa serão mantidos em sigilo;
- d) Neste estudo não serei remunerado ou terei qualquer despesa.

O termo foi assinado por mim, por uma testemunha e por um dos pesquisadores.

Respondente _____

Testemunha _____

Pesquisador _____

Brasília, _____ de _____ de 2008.

Contatos do pesquisador coordenador da pesquisa:

Ângela Maria de Oliveira Almeida

Endereço: COLINA - UnB. BL F, APT 203.

Telefone: 61 3307-2625 ramal 404.

ANEXO 5. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GERENTES QUE EMPREGAM SURDOS - ESTUDO II

Olá! Estamos realizando uma pesquisa junto a surdos para saber o que eles pensam sobre o trabalho e sobre o trabalho dos surdos.

Pedimos a sua colaboração no sentido de responder às perguntas. Suas respostas são muito importantes nesta pesquisa e serão mantidas em sigilo. Não há perguntas certas ou erradas. Apenas gostaríamos de conhecer o que pensam sobre o trabalho e o trabalho dos surdos.

Agradecemos sua valiosa colaboração!

Obrigada.

Angela Maria de Oliveira Almeida – professora responsável

Flávia Furtado Silveira - Doutoranda em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações - Universidade de Brasília. Brasília

Roteiro de entrevistas sobre as Representações do trabalho dos surdos

A- Surdo

- 1- Como é uma pessoa surda? Quais as características de um **surdo**?
- 2- Quais são as diferenças dos surdos em relação aos ouvintes?
- 3- Quais são as semelhanças dos surdos em relação aos ouvintes?
- 4- Imagine como as pessoas do seu grupo, que são gerentes como o senhor (a), descreveriam as características de um **surdo**.
- 5- Imagine como os seus funcionários e os clientes descreveriam um **surdo**.
- 6- Agora imagine que é um surdo se descrevendo. Como um surdo falaria das características de um **surdo**?

B- Trabalho

7- Quando eu falo “**trabalho**”, repetindo “trabalho”, quais as palavras que lhe vem à mente. Diga pelo menos quatro palavras.

- a) _____;
- b) _____;

- c) _____;
- d) _____;
- e) _____;
- f) _____.

8- Dessas palavras, quais as três mais importantes? Por que o senhor (a) falou que estas três palavras são mais importantes?

9- Dessas três palavras, qual é a mais importante de todas? Por que o senhor (a) falou que esta palavra é a mais importante? Explique melhor.

10- Agora eu vou falar de novo a palavra “**trabalho**”. O senhor (a) vai falar bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que vem na sua cabeça sobre o trabalho. Tudo o que o senhor (a) quiser falar e souber sobre o trabalho pode falar. Não precisa ser somente quatro palavras.

11- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, os seus amigos e os seus conhecidos que são gerentes, como o senhor. O que eles diriam quando pensassem na palavra “**trabalho**”?

12- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o “**trabalho**”? Diga tudo o que acha que os surdos pensam sobre o trabalho.

C- Trabalho dos surdos

13- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora eu gostaria que falasse o que acha do **trabalho dos surdos**.

14- Imagine o que as pessoas do seu grupo, que são gerentes como o senhor, fariam do **trabalho dos surdos**.

15- Imagine o que os seus funcionários e os seus clientes fariam do **trabalho dos surdos**.

16- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o **trabalho dos surdos**?

D- Característica do trabalho dos surdos

19.1 Os surdos que trabalham vivem da mesma forma que os surdos que não trabalham?

20- Há alguma diferença entre os surdos e os ouvintes no contexto do trabalho?

E- O surdo no trabalho

21- Pense que o senhor (a) contratou um surdo na sua empresa:

21.1 Quais as dificuldades que ele encontra no seu trabalho? Por que?

22.2 Como ele se comunica com as pessoas no trabalho?

22.3 E quando ele faz alguma tarefa no trabalho que precisa se comunicar com alguém, como isto acontece?

22.4 Como é a relação dos surdos com os seus colegas de trabalho?

22.5 Como é a sua relação, como chefe, com o empregado surdo?

22.6 Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê?

22.7 Como o surdo é tratado por seus colegas e por você, chefe, no trabalho?

23- Quais são os trabalhos que você acredita que o surdo gostaria ter?

24-Quais são os trabalhos que as pessoas dão para o surdo fazer?

25- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem?

26- Caso haja uma defasagem entre o emprego desejado e o emprego que eles conseguem ter, perguntar: o que precisa para que os surdos consigam ter o emprego que eles querem ter?

F- Ingresso no mercado de trabalho

27- E na hora de conseguir um emprego, como o senhor (a) imagina que seja para os surdos?

28- Quais as dificuldades que os surdos encontram para conseguir um emprego?

28.1 Por que o senhor (a) acha que os surdos encontram estas dificuldades para conseguir um emprego?

G- Formação e experiência profissional

29- Como o senhor (a) avalia a formação profissional dos surdos para exercer um trabalho?

30- A experiência profissional que os surdos têm é suficiente no seu trabalho?

H- O surdo na empresa

31- O senhor (a) tem outros deficientes (físico, visual, etc) trabalhando na sua empresa?

a) Caso a resposta seja negativa: por que?

b) Caso a resposta seja positiva: como é o desempenho dos outros deficientes?

31.1 Quando o senhor (a) foi contratar deficientes na sua empresa, fez algum tipo de exigência, como tipo ou grau de deficiência? Por que?

32- Por que o senhor não contrata surdos na sua empresa?

33- Quais as dificuldades e as facilidades que um gerente encontra para empregar um surdo?

34- Há muitas empresas que não contratam surdos. O que o senhor (a) acha que leva estas empresas a não contratarem surdos?

35- O senhor (a) gostaria de falar mais alguma coisa?

I- Dados sócio-demográficos

a) Iniciais: _____. b) Idade _____ anos.

c) Sexo:

() Masculino;

() Feminino.

d) Escolaridade:

() Fundamental incompleto;

() Fundamental completo;

() Ensino Médio incompleto;

() Ensino Médio completo;

() Superior incompleto;

() Superior completo.

e) Quantos empregados o senhor tem hoje na sua empresa? _____

f) Quantos deficientes trabalham na sua empresa? _____

g) Quantos surdos você tem hoje na sua empresa? _____

h) Você tem algum caso de surdez na família? _____

i) i) Região Administrativa do Distrito Federal em que localiza a sua empresa: _____

j) Região Administrativa do Distrito Federal em que reside: _____

ANEXO 6. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GERENTES QUE NÃO EMPREGAM SURDOS - ESTUDO II

Olá! Estamos realizando uma pesquisa junto a surdos para saber o que eles pensam sobre o trabalho e sobre o trabalho dos surdos.

Pedimos a sua colaboração no sentido de responder às perguntas. Suas respostas são muito importantes nesta pesquisa e serão mantidas em sigilo. Não há perguntas certas ou erradas. Apenas gostaríamos de conhecer o que pensam sobre o trabalho e o trabalho dos surdos.

Agradecemos sua valiosa colaboração!

Obrigada.

Angela Maria de Oliveira Almeida – professora responsável

Flávia Furtado Silveira - Doutoranda em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações - Universidade de Brasília. Brasília

Roteiro de entrevistas sobre as Representações do trabalho dos surdos

A- Surdo

- 1- Como é uma pessoa surda? Quais as características de um **surdo**?
- 2- Quais são as diferenças dos surdos em relação aos ouvintes?
- 3- Quais são as semelhanças dos surdos em relação aos ouvintes?
- 4- Imagine como as pessoas do seu grupo, que são gerente como o senhor (a), descreveriam as características de um **surdo**.
- 5- Imagine como os seus funcionários e os clientes descreveriam um **surdo**.
- 6- Agora imagine que é um surdo se descrevendo. Como um surdo falaria das características de um **surdo**?

B- Trabalho

7- Quando eu falo “**trabalho**”, repetindo “trabalho”, quais as palavras que lhe vem à mente. Diga pelo menos quatro palavras.

- a) _____;
- b) _____;
- c) _____;

- d) _____;
- e) _____;
- f) _____.

8- Dessas palavras, quais as três mais importantes? Por que o senhor (a) falou que estas três palavras são mais importantes?

9- Dessas três palavras, qual é a mais importante de todas? Por que o senhor (a) falou que esta palavra é a mais importante? Explique melhor.

10- Agora eu vou falar de novo a palavra “**trabalho**”. O senhor (a) vai falar bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que vem na sua cabeça sobre o trabalho. Tudo o que o senhor (a) quiser falar e souber sobre o trabalho pode falar. Não precisa ser somente quatro palavras.

11- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, os seus amigos e os seus conhecidos que são gerentess, como o senhor. O que eles diriam quando pensassem na palavra “**trabalho**”?

12- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o “**trabalho**”? Diga tudo o que acha que os surdos pensam sobre o trabalho.

C- Trabalho dos surdos

13- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora eu gostaria que falasse o que acha do **trabalho dos surdos**.

14- Imagine o que as pessoas do seu grupo, que são gerentess como o senhor, fariam do **trabalho dos surdos**.

15- Imagine o que os seus funcionários e os seus clientes fariam do **trabalho dos surdos**.

16- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o **trabalho dos surdos**?

D- Característica do trabalho dos surdos

17- Imagine o primeiro dia de trabalho de um surdo. Descreva ele acordando, saindo de casa, chegando no seu trabalho, até o final do seu primeiro dia de expediente. O que ele faria? O que ele sentiria? Ele encontrou alguma dificuldade ou facilidade?

18- Agora relate um dia qualquer de trabalho de um surdo. Relate todas as suas atividades.

19- Existem surdos que trabalham e surdos que não trabalham. Há diferença na vida dos surdos que trabalham e na vida dos surdos que não trabalham?

19.1 Os surdos que trabalham vivem da mesma forma que os surdos que não trabalham?

20- Há alguma diferença entre os surdos e os ouvintes no contexto do trabalho?

E- O surdo no trabalho

21- Pense que o senhor (a) contratou um surdo na sua empresa:

21.1 Quais as dificuldades que ele encontra no seu trabalho? Por que?

22.2 Como ele se comunica com as pessoas no trabalho?

22.3 E quando ele faz alguma tarefa no trabalho que precisa se comunicar com alguém, como isto acontece?

22.4 Como é a relação dos surdos com os seus colegas de trabalho?

22.5 Como é a sua relação, como chefe, com o empregado surdo?

22.6 Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê?

22.7 Como o surdo é tratado por seus colegas e por você, chefe, no trabalho?

23- Quais são os trabalhos que você acredita que o surdo gostaria ter?

24-Quais são os trabalhos que as pessoas dão para o surdo fazer?

25- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem?

26- Caso haja uma defasagem entre o emprego desejado e o emprego que eles conseguem ter, perguntar: o que precisa para que os surdos consigam ter o emprego que eles querem ter?

F- Ingresso e permanência no mercado de trabalho

27- E na hora de conseguir um emprego, como o senhor (a) imagina que seja para os surdos?

28- Quais as dificuldades que os surdos encontram para conseguir um emprego?

28.1 Por que o senhor (a) acha que os surdos encontram estas dificuldades para conseguir um emprego?

G- Formação e experiência profissional

29- Como o senhor (a) avalia a formação profissional dos surdos para exercer um trabalho?

30- A experiência profissional que os surdos têm é suficiente no seu trabalho?

H- O surdo na empresa

31- O senhor (a) tem outros deficientes (físico, visual, etc) trabalhando na sua empresa?

a) Caso a resposta seja negativa: por que?

b) Caso a resposta seja positiva: como é o desempenho dos outros deficientes?

31.1 Quando o senhor (a) foi contratar deficientes na sua empresa, fez algum tipo de exigência, como tipo ou grau de deficiência? Por que?

32- Por que o senhor não contrata surdos na sua empresa?

33- Quais as dificuldades e as facilidades que um gerente encontra para empregar um surdo?

34- Há muitas empresas que não contratam surdos. O que o senhor (a) acha que leva estas empresas a não contratarem surdos?

35- O senhor (a) gostaria de falar mais alguma coisa?

I- Dados sóciodemográficos

a) Iniciais: _____. b) Idade _____anos.

c) Sexo:

() Masculino;

() Feminino.

d) Escolaridade:

() Fundamental incompleto;

() Fundamental completo;

() Ensino Médio incompleto;

() Ensino Médio completo;

() Superior incompleto;

() Superior completo.

e) Quantos empregados o senhor tem hoje na sua empresa? _____

f) Quantos deficientes trabalham na sua empresa? _____

g) Quantos surdos você tem hoje na sua empresa? _____

h) Você tem algum caso de surdez na família? _____

i) i) Região Administrativa do Distrito Federal em que localiza a sua empresa: _____

j) Região Administrativa do Distrito Federal em que reside: _____

ANEXO 7. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SURDOS DESEMPREGADOS - ESTUDO II

Entrevista Estruturada com “surdos desempregados”



Estamos realizando uma pesquisa junto a surdos para saber o que eles pensam sobre o trabalho e sobre o trabalho dos surdos.

Pedimos a sua colaboração no sentido de responder às perguntas. Suas respostas são muito importantes nesta pesquisa e serão mantidas em sigilo. Não há perguntas certas ou erradas. Apenas gostaríamos de conhecer o que pensam sobre o trabalho e o trabalho dos surdos.

Agradecemos sua valiosa colaboração!

Equipe Responsável:

Ângela M. O. Almeida (Profª. responsável)
Flávia Furtado Rainha Silveira (Doutoranda)



A- O SURDO

(INTERPRETE DE SINAIS) Nós sabemos que você é **surdo**... Como foi.... você nasceu assim ou teve algum problema... Podemos falar um pouco sobre isso?

(iniciar uma conversar de forma bem suave, deixando o entrevistado o mais a vontade possível para falar de si...)

1) Como é ser uma **pessoa surda**....

- **características** de um surdo....
- **diferenças** dos surdos em relação aos ouvintes...
- **semelhanças** dos surdos em relação aos ouvintes...

- como as **peças surdas como você**, descreveriam (as características de) um surdo...
- como um **ouvinte** descreveria um surdo...

EXEMPLO 1

(**INTERPRETE DE SINAIS**) Eu vou te fazer umas perguntas, mas primeiro eu vou te dar um exemplo de como eu gostaria que você respondesse.

Pergunta: Flávia, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**maçã**”:

(mostrar uma ficha com a palavra maçã)



Resposta: Quando eu penso em maçã em penso nas palavras (mostrar outra ficha):

| | |
|-------------------|--|
| <i>vermelha</i> | |
| <i>apetitosa</i> | |
| <i>minhoca</i> | |
| <i>Adão e Eva</i> | |
| <i>suculenta</i> | |
| <i>comer</i> | |

Flávia, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo:

| | |
|-------------------|----------|
| <i>vermelha</i> | 4 |
| <i>apetitosa</i> | 2 |
| <i>minhoca</i> | 6 |
| <i>Adão e Eva</i> | 5 |
| <i>suculenta</i> | 1 |
| <i>comer</i> | 3 |

Flávia, por que você falou que **SUCULENTA** é a palavra mais importante? Explique melhor:

„Ah, porque quando eu vejo uma maçã minha boca enche d'água ... uma maçã é gostosa quando ela tem muito caldo...“

EXEMPLO 2

(INTERPRETE DE SINAIS) Agora vamos fazer com outra palavra.

Pergunta: Flávia, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “ônibus”:

(mostrar uma ficha com a palavra ônibus)



Resposta: Quando eu penso em ônibus eu penso nas palavras (mostrar outra ficha):

| | |
|-------------------|--|
| <i>Transporte</i> | |
| <i>Viagem</i> | |
| <i>Férias</i> | |
| <i>Trabalho</i> | |
| <i>Passe</i> | |
| <i>Aperto</i> | |

Flávia, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

| | |
|-------------------|----------|
| <i>Transporte</i> | 1 |
|-------------------|----------|

| | |
|---------------|----------|
| <i>Viagem</i> | 5 |
| <i>Férias</i> | 6 |
| <i>Parada</i> | 4 |
| <i>Passe</i> | 2 |
| <i>Aperto</i> | 3 |

Flávia, por que você falou que **TRANSPORTE** é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha):

...Não sei, mas sempre quando as pessoas falam de transporte parecem que também falam do ônibus, levando e trazendo gente.... _____

B. O TRABALHO

EU MESMA

1. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora vamos fazer com outra palavra, e você que vai responder desta vez...

Pergunta: Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos

importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você falou que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha):

OS SURDOS COMO EU

2. (INTERPRETE DE SINAIS) Você falou sobre o que VOCÊ pensa sobre trabalho (mostrar a ficha com a palavra “trabalho”). Agora, imagine as pessoas do seu grupo, seus amigos e conhecidos que são **SURDOS COMO VOCÊ**. O que eles diriam quando pensassem na palavra **trabalho**?

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** consideram _____ como

sendo a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

OS OUVINTES

3. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora, imagine uma pessoa **OUVINTE**. O que você acha que os **OUVINTES** diriam quando pensassem na palavra **trabalho**? (mostrar a ficha com a palavra “**trabalho**”).

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos **OUVINTES** quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que os **OUVINTES** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO

4 - (INTERPRETE DE SINAIS) Agora nós vamos conversar e falar mais sobre o **TRABALHO**. Fale para mim bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que você quiser dizer, falar e souber sobre o trabalho.

C- O TRABALHO DO SURDO

(INTERPRETE DE SINAIS) Nós falamos sobre o surdo e sobre o trabalho. . Vamos falar agora sobre o **TRABALHO DO SURDO**.

EU MESMA

1. **Pergunta:** Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**TRABALHO DO SURDO**”

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

OS SURDOS COMO EU

2. (INTERPRETE DE SINAIS) Você falou sobre o que VOCÊ pensa sobre trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, seus amigos e conhecidos que são **SURDOS COMO VOCÊ**. O que eles diriam quando pensassem na palavra o **TRABALHO DO SURDO**?

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** quando eu falo a palavra “**TRABALHO DO SURDO**”:

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

OS OUVINTES

3. (**INTERPRETE DE SINAIS**) Agora, imagine uma pessoa **OUVINTE**. O que você acha que os **OUVINTES** diriam quando pensassem na palavra o **TRABALHO DO SURDO**?

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos **OUVINTES** quando eu falo a palavra “o **TRABALHO DO SURDO**”:

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que os **OUVINTES** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor ...

CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO DO SURDO

4 - (**INTERPRETE DE SINAIS**) Agora nós vamos conversar e falar mais sobre o **TRABALHO DO SURDO**. Fale para mim bastante coisa sobre o **TRABALHO DO SURDO**, tudo o que você quiser dizer, falar e souber sobre o **TRABALHO DO SURDO**.

D- CARACTERÍSTICA DO TRABALHO DOS SURDOS

1. Será que você poderia descrever um dia qualquer de trabalho de um surdo... a rotina... as atividades que ele faz... como se passam as coisas com ele no local de trabalho...
2. E como uma outra pessoa surda descreveria um dia qualquer de trabalho de um surdo.... a rotina... as atividades que ele faz... como se passam as coisas no local de trabalho...
3. Existem surdos que trabalham e surdos que não trabalham. Há diferença na vida dos surdos que trabalham e na vida dos surdos que não trabalham?
4. Você acha que seus amigos surdos que trabalham vivem da mesma forma que os amigos surdos que não trabalham?
5. No ambiente de trabalho, você acha que há diferenças entre os surdos e os ouvintes?

E- EU SURDO NO TRABALHO

- 18- Pense no seu primeiro dia no trabalho. Descreva você acordando, saindo de casa, chegando no seu trabalho, até o final do seu primeiro dia de expediente. O que você irá fazer? O que você irá sentir? Como as coisas se passariam lá no local do trabalho?
- 19- Agora pense em um dia qualquer seu no trabalho, não o primeiro dia, mas um dia qualquer. Descreva como seria este dia qualquer de trabalho...
- 20- Continue imaginando você trabalhando em algum lugar:
 - Como é a sua relação com os seus colegas de trabalho?
 - Como é a sua relação com o seu chefe?
 - Como você é tratado por seus colegas e pelo seu chefe no trabalho?
 - Como você é visto por eles?
 - Conte para mim como você se comunica com as pessoas no trabalho?
 - Quando você faz alguma tarefa no trabalho que você precisa se comunicar com alguém, como isto acontece?
 - Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê?
 - Quais as dificuldades você encontra no seu trabalho? Explique melhor...
- 21- Quais são os trabalhos que você gostaria de fazer?
- 22-Quais são os trabalhos que as pessoas dariam para você fazer?
- 23- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem?
24. O que precisa para que vocês surdos consigam ter o emprego que vocês querem ter?

F- INGRESSO E PERMANÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

- 25- O que você fez para conseguir um emprego?
- 26 Por quanto tempo você procurou um emprego?
- 27 Como você se sentiu neste tempo, procurando um emprego?
- 28- Você discute com a sua família o fato de estar trabalhando? Como a sua família se coloca diante disso?
- 29- O que aconteceu com você quando conseguiu um trabalho?
- 30- Como você pensa a sua vida antes e depois de conseguir um trabalho?

G- FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 29- Como você avalia a sua **formação profissional** para conseguir um trabalho?
- 30- A **experiência profissional** que você tem é suficiente para ingressar no mercado de trabalho?
- 31- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

H- DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

a) Iniciais: _____. b) Idade _____ anos.

c) Sexo:

() Masculino;

() Feminino.

d) Escolaridade:

() Fundamental incompleto;

() Fundamental completo;

() Ensino Médio incompleto;

() Ensino Médio completo;

() Superior incompleto;

() Superior completo.

e) Cursos profissionalizantes:

Área: _____; Nível: _____.

f) Você já trabalhou (a) com carteira assinada? _____

g) Qual o trabalho exerceu? _____

h) Atualmente está trabalhando? _____

i) Qual idade tinha quando começou a trabalhar? _____

Caso nunca tenha trabalhado, há quanto tempo está procurando emprego? _____

j) Qual o grau da sua surdez? _____

k) Região Administrativa do Distrito Federal em que reside: _____

ANEXO 8. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SURDOS EMPREGADOS - ESTUDO II

Entrevista Estruturada com

“surdos empregados”

A- O SURDO

(INTERPRETE DE SINAIS) Nós sabemos que você é **surdo**... Como foi... você nasceu assim ou teve algum problema... Podemos falar um pouco sobre isso?

(iniciar uma conversar de forma bem suave, deixando o entrevistado o mais a vontade possível para falar de si...)

Roteiro

1) Como é ser uma **peessoa surda**....

- **características** de um surdo....
- **diferenças** dos surdos em relação aos ouvintes...
- **semelhanças** dos surdos em relação aos ouvintes...
- como as **peessoas surdas como você**, descreveriam (as características de) um surdo...
- como um **ouvinte** descreveria um surdo...

EXEMPLO 1

(INTERPRETE DE SINAIS) Eu vou te fazer umas perguntas, mas primeiro eu vou te dar um exemplo de como eu gostaria que você respondesse.

Pergunta: Flávia, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**maçã**”:

(mostrar uma ficha com a palavra maçã)



Resposta: Quando eu penso em maçã em penso nas palavras (mostrar outra ficha):

| | |
|-------------------|--|
| <i>vermelha</i> | |
| <i>apetitosa</i> | |
| <i>minhoca</i> | |
| <i>Adão e Eva</i> | |
| <i>suculenta</i> | |
| <i>comer</i> | |

Flávia, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo:

| | |
|-------------------|----------|
| <i>vermelha</i> | 4 |
| <i>apetitosa</i> | 2 |
| <i>minhoca</i> | 6 |
| <i>Adão e Eva</i> | 5 |
| <i>suculenta</i> | 1 |
| <i>comer</i> | 3 |

Flávia, por que você falou que **SUCULENTA** é a palavra mais importante? Explique melhor:

Ah, porque quando eu vejo uma maçã minha boca enche d'água ... uma maçã é gostosa quando ela tem muito caldo... _____

EXEMPLO 2

(INTERPRETE DE SINAIS) Agora vamos fazer com outra palavra.

Pergunta: Flávia, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “ônibus”:

(mostrar uma ficha com a palavra ônibus)



Resposta: Quando eu penso em ônibus eu penso nas palavras (mostrar outra ficha):

| | |
|-------------------|--|
| <i>Transporte</i> | |
| <i>Viagem</i> | |
| <i>Férias</i> | |
| <i>Trabalho</i> | |
| <i>Passe</i> | |
| <i>Aperto</i> | |

Flávia, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

| | |
|-------------------|----------|
| <i>Transporte</i> | 1 |
| <i>Viagem</i> | 5 |
| <i>Férias</i> | 6 |
| <i>Parada</i> | 4 |
| <i>Passe</i> | 2 |
| <i>Aperto</i> | 3 |

Flávia, por que você falou que **TRANSPORTE** é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha):

...Não sei, mas sempre quando as pessoas falam de transporte parecem que também falam do ônibus, levando e trazendo gente.... _____

B. O TRABALHO

EU MESMA

1. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora vamos fazer com outra palavra, e você que vai responder desta vez...

Pergunta: Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você falou que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha):

OS SURDOS COMO EU

2. (INTERPRETE DE SINAIS) Você falou sobre o que VOCÊ pensa sobre trabalho (mostrar a ficha com a palavra “**trabalho**”). Agora, imagine as pessoas do seu grupo, seus amigos e conhecidos que são **SURDOS COMO VOCÊ**. O que eles diriam quando pensassem na palavra **trabalho**?

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ**

quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

OS OUVINTES

3. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora, imagine uma pessoa **OUVINTE**. O que você acha que os **OUVINTES** diriam quando pensassem na palavra **trabalho**? (mostrar a ficha com a palavra “**trabalho**”).

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos **OUVINTES** quando eu falo a palavra “**TRABALHO**” (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|--|--|
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que os **OUVINTES** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO

4 - (**INTERPRETE DE SINAIS**) Agora nós vamos conversar e falar mais sobre o **TRABALHO**. Fale para mim bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que você quiser dizer, falar e souber sobre o trabalho.

C- O TRABALHO DO SURDO

(**INTERPRETE DE SINAIS**) Nós falamos sobre o surdo e sobre o trabalho. . Vamos falar agora sobre o **TRABALHO DO SURDO**.

EU MESMA

1. **Pergunta:** Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “**TRABALHO DO SURDO**”:

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra **TRABALHO**):

OS SURDOS COMO EU

2. **(INTERPRETE DE SINAIS)** Você falou sobre o que VOCÊ pensa sobre trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, seus amigos e conhecidos que são **SURDOS COMO VOCÊ**. O que eles diriam quando pensassem na palavra o **TRABALHO DO SURDO**?

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** quando eu falo a palavra “o **TRABALHO DO SURDO**”):

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos

importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que outras pessoas **SURDAS COMO VOCÊ** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor:

OS OUVINTES

3. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora, imagine uma pessoa **OUVINTE**. O que você acha que os **OUVINTES** diriam quando pensassem na palavra o **TRABALHO DO SURDO?**

Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos **OUVINTES** quando eu falo a palavra “o **TRABALHO DO SURDO?**”:

Resposta:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Fulana, agora me diga a **ordem de importância destas palavras**, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):

Fulana, por que você acha que os **OUVINTES** consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor ...

CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO DO SURDO

4 - **(INTERPRETE DE SINAIS)** Agora nós vamos conversar e falar mais sobre o **TRABALHO DO SURDO**. Fale para mim bastante coisa sobre o **TRABALHO DO SURDO**, tudo o que você quiser dizer, falar e souber sobre o **TRABALHO DO SURDO**.

D- CARACTERÍSTICA DO TRABALHO DOS SURDOS

1. Será que você poderia descrever um dia qualquer de trabalho de um surdo... a rotina... as atividades que ele faz... como se passam as coisas com ele no local de trabalho...
2. E como uma outra pessoa surda descreveria um dia qualquer de trabalho de um surdo... a rotina... as atividades que ele faz... como se passam as coisas no local de trabalho...
3. Existem surdos que trabalham e surdos que não trabalham. Há diferença na vida dos surdos que trabalham e na vida dos surdos que não trabalham?
4. Você acha que seus amigos surdos que trabalham vivem da mesma forma que os amigos surdos que não trabalham?
5. No ambiente de trabalho, você acha que há diferenças entre os surdos e os ouvintes?

E- EU SURDO NO TRABALHO

18- Pense no seu primeiro dia no trabalho. Descreva você acordando, saindo de casa, chegando no seu trabalho, até o final do seu primeiro dia de expediente. O que você irá fazer? O que você irá sentir? Como as coisas se passariam lá no local do trabalho?

19- Agora pense em um dia qualquer seu no trabalho, não o primeiro dia, mas um dia qualquer. Descreva como seria este dia qualquer de trabalho...

20- Continue imaginando você trabalhando em algum lugar:

- Como é a sua relação com os seus colegas de trabalho?
- Como é a sua relação com o seu chefe?
- Como você é tratado por seus colegas e pelo seu chefe no trabalho?
- Como você é visto por eles?
- Conte para mim como você se comunica com as pessoas no trabalho?
- Quando você faz alguma tarefa no trabalho que você precisa se comunicar com alguém, como isto acontece?
- Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê?
- Quais as dificuldades você encontra no seu trabalho? Explique melhor...

21- Quais são os trabalhos que você gostaria de fazer?

22-Quais são os trabalhos que as pessoas dariam para você fazer?

23- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem?

24. O que precisa para que vocês surdos consigam ter o emprego que vocês querem ter?

F- INGRESSO E PERMANÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

25- O que você fez para conseguir um emprego?

26 Por quanto tempo você procurou um emprego?

27 Como você se sentiu neste tempo, procurando um emprego?

28- Você discute com a sua família o fato de estar trabalhando? Como a sua família se coloca diante disso?

29- O que aconteceu com você quando conseguiu um trabalho?

30- Como você pensa a sua vida antes e depois de conseguir um trabalho?

G- FORMAÇÃO PROFISSIONAL

29- Como você avalia a sua **formação profissional** para conseguir um trabalho?

30- A **experiência profissional** que você tem é suficiente para ingressar no mercado de trabalho?

31- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

H- DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

a) Iniciais: _____. b) Idade _____ anos.

c) Sexo:

() Masculino;

() Feminino.

d) Escolaridade:

() Fundamental incompleto;

() Fundamental completo;

() Ensino Médio incompleto;

() Ensino Médio completo;

() Superior incompleto;

() Superior completo.

e) Cursos profissionalizantes:

Área: _____; Nível: _____.

f) Você já trabalhou (a) com carteira assinada? _____

g) Qual o trabalho exerceu? _____

h) Atualmente está trabalhando? _____

i) Qual idade tinha quando começou a trabalhar? _____

Caso nunca tenha trabalhado, há quanto tempo está procurando emprego? _____

j) Qual o grau da sua surdez? _____

k) _____ Região Administrativa do Distrito Federal em que reside: _____

ANEXO 9. CORRESPONDÊNCIA DAS QUESTÕES – ROTEIROS DE ENTREVISTAS/ESTUDO II*

| SURDOS | EMPREGADORES |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>(INTÉRPRETE DE SINAIS) Nós sabemos que você é surdo... Como foi.... você nasceu assim ou teve algum problema... Podemos falar um pouco sobre isso?</p> <p>(iniciar uma conversar de forma bem suave, deixando o entrevistado o mais a vontade possível para falar de si...)</p> <p>Roteiro</p> <p>1) Como é ser uma peessoa surda....</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características de um surdo.... | <p>1-Como é uma pessoa surda? Quais as características de um surdo?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Diferenças dos surdos em relação aos ouvintes... | <p>2- Quais são as diferenças dos surdos em relação aos ouvintes?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Semelhanças dos surdos em relação aos ouvintes. | <p>3- Quais são as semelhanças dos surdos em relação aos ouvintes?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Como as peessoas surdas como você, descreveriam (as características de) um surdo... | <p>4- Imagine como as peessoas do seu grupo, que são gerentes como o senhor (a), descreveriam as características de um surdo.</p> <p>5- Imagine como os seus funcionários e os clientes descreveriam um surdo.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • como um ouvinte descreveria um surdo... | <p>6- Agora imagine que é um surdo se descrevendo. Como um surdo falaria das características de um surdo?</p> |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora vamos fazer com outra palavra, e você que vai responder desta vez...</p> <p>Pergunta: Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “TRABALHO” (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):</p> <p>Fulana, agora me diga a ordem de importância destas palavras, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):</p> <p>Fulana, por que você falou que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha):</p> | <p>7- Quando eu falo “trabalho”, repetindo “trabalho”, quais as palavras que lhe vem à mente. Diga pelo menos quatro palavras.</p> <p>8- Dessas palavras, quais as três mais importantes? Por que o senhor (a) falou que estas três palavras são mais importantes?</p> <p>9- Dessas três palavras, qual é a mais importante de todas? Por que o senhor (a) falou que esta palavra é a mais importante? Explique melhor.</p> |
| <p>2. Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas SURDAS COMO VOCÊ quando eu falo a palavra “TRABALHO” (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):</p> | <p>11- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, os seus amigos e os seus conhecidos que são gerentes, como o senhor. O que eles diriam quando pensassem na palavra “trabalho”?</p> |
| <p>3. Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos OUVINTES quando eu falo a palavra “TRABALHO” (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):</p> | <p>12- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o “trabalho”? Diga tudo o que acha que os surdos pensam sobre o trabalho.</p> |
| <p>4 - (INTERPRETE DE SINAIS) Agora nós vamos conversar e falar mais sobre o TRABALHO. Fale para mim bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que você quiser dizer, falar e souber sobre o trabalho.</p> | <p>10- Agora eu vou falar de novo a palavra “trabalho”. O senhor (a) vai falar bastante coisa sobre o trabalho, tudo o que vem na sua cabeça sobre o trabalho. Tudo o que o senhor (a) quiser falar e souber sobre o trabalho pode falar. Não precisa ser somente quatro palavras.</p> |
| <p>1. Pergunta: Fulana, me diga o que lhe vem à mente quando eu falo a palavra “TRABALHO DO SURDO”:</p> <p>Fulana, agora me diga a ordem de importância destas palavras, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):</p> <p>Fulana, por que você acha que _____ é a palavra mais importante? Explique melhor (mostrar ficha com a palavra TRABALHO):</p> | <p>13- O senhor (a) falou muito sobre o trabalho. Agora eu gostaria que falasse o que acha do “trabalho dos surdos”.</p> |
| <p>2. (INTERPRETE DE SINAIS) Você falou sobre o que VOCÊ pensa sobre trabalho. Agora, imagine as pessoas do seu grupo, seus amigos e conhecidos</p> | <p>14- Imagine o que as pessoas do seu grupo, que são gerentes como o senhor, fariam do trabalho dos surdos.</p> |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>que são <u>SURDOS COMO VOCÊ</u>. O que eles diriam quando pensassem na palavra o TRABALHO DO SURDO?</p> <p>Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente de outras pessoas <u>SURDAS COMO VOCÊ</u> quando eu falo a palavra “o TRABALHO DO SURDO”):</p> <p>Fulana, agora me diga a <u>ordem de importância destas palavras</u>, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):</p> <p>Fulana, por que você acha que outras pessoas <u>SURDAS COMO VOCÊ</u> consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor:</p> | <p>15- Imagine o que <u>os seus funcionários e os seus clientes</u> fariam do trabalho dos surdos.</p> |
| <p>3. (INTERPRETE DE SINAIS) Agora, imagine uma pessoa <u>OUVINTE</u>. O que você acha que os OUVINTES diriam quando pensassem na palavra o TRABALHO DO SURDO?</p> <p>Pergunta: Fulana, me diga o que você acha que vem à mente dos <u>OUVINTES</u> quando eu falo a palavra “o TRABALHO DO SURDO”):</p> <p>Fulana, agora me diga a <u>ordem de importância destas palavras</u>, da mais importante para a menos importante, assim, por exemplo (mostrar ficha):</p> <p>Fulana, por que você acha que os <u>OUVINTES</u> consideram _____ como sendo a palavra mais importante? Explique melhor ...</p> | <p>16- Imagine que o senhor (a) é um surdo. O que o senhor (a) acha que os surdos fariam sobre o trabalho dos surdos?</p> |
| <p>1. Será que você poderia descrever um dia qualquer de trabalho de um surdo... a rotina... as atividades que ele faz... como se passam as coisas com ele no local de trabalho...</p> | <p>18- Agora relate um dia qualquer de trabalho de um surdo. Relate todas as suas atividades.</p> |
| <p>3. Existem surdos que trabalham e surdos que não trabalham. Há diferença na vida dos surdos que trabalham e na vida dos surdos que não trabalham?</p> | <p>19- Os surdos que trabalham vivem da mesma forma que os surdos que não trabalham?</p> |
| <p>5. No ambiente de trabalho, você acha que há diferenças entre os surdos e os ouvintes?</p> | <p>20- Há alguma diferença entre os surdos e os ouvintes no contexto do trabalho?</p> |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>18- Pense no seu primeiro dia no trabalho. Descreva você acordando, saindo de casa, chegando no seu trabalho, até o final do seu primeiro dia de expediente. O que você irá fazer? O que você irá sentir? Como as coisas se passariam lá no local do trabalho?</p> | <p>17- Imagine o primeiro dia de trabalho de um surdo. Descreva ele acordando, saindo de casa, chegando no seu trabalho, até o final do seu primeiro dia de expediente. O que ele faria? O que ele sentiria? Ele encontrou alguma dificuldade ou facilidade?</p> |
| <p>19- Agora pense em um dia qualquer seu no trabalho, não o primeiro dia, mas um dia qualquer. Descreva como seria este dia qualquer de trabalho...</p> | <p>18- Agora relate um dia qualquer de trabalho de um surdo. Relate todas as suas atividades</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Como é a sua relação com os seus colegas de trabalho? | <p>21.4 Como é a relação dos surdos com os seus colegas de trabalho?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Como é a sua relação com o seu chefe? | <p>21.5 Como é a sua relação, como chefe, com o empregado surdo?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Como você é tratado por seus colegas e pelo seu chefe no trabalho? | <p>21.7 Como o surdo é tratado por seus colegas e por você, chefe, no trabalho?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quando você faz alguma tarefa no trabalho que você precisa se comunicar com alguém, como isto acontece? | <p>21.2 Como ele se comunica com as pessoas no trabalho?</p> <p>21.3 E quando ele faz alguma tarefa no trabalho que precisa se comunicar com alguém, como isto acontece?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê? | <p>21.6 Como as tarefas e o trabalho são distribuídos? Quem faz o quê?</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Quais as dificuldades você encontra no seu trabalho? Explique melhor... | <p>21.1 Quais as dificuldades que ele encontra no seu trabalho? Por que?</p> |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 21- Quais são os trabalhos que você gostaria de fazer? | 22- Quais são os trabalho que você acredita que o surdo gostaria ter? |
| 22-Quais são os trabalhos que as pessoas dariam para você fazer? | 23-Quais são os trabalhos que as pessoas dão para o surdo fazer? |
| 23- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem? | 24- Quais os trabalhos você acha mais adequados para os surdos fazerem? |
| 24. O que precisa para que vocês surdos consigam ter o emprego que vocês querem ter? | 5- Caso haja uma defasagem entre o emprego desejado e o emprego que eles conseguem ter, perguntar: o que precisa para que os surdos consigam ter o emprego que eles querem ter? |
| 25- O que você fez para conseguir um emprego? | 26- E na hora de conseguir um emprego, como o senhor (a) imagina que seja para os surdos? |
| 26 Por quanto tempo você procurou um emprego? | 27- Quais as dificuldades que os surdos encontram para conseguir um emprego? 28- Por que o senhor (a) acha que os surdos encontram estas dificuldades para conseguir um emprego? |
| 29- Como você avalia a sua formação profissional para conseguir um trabalho? | 29- Como o senhor (a) avalia a formação profissional dos surdos para exercer um trabalho? |
| 30- A experiência profissional que você tem é suficiente para ingressar no mercado de trabalho? | 30- A experiência profissional que os surdos têm é suficiente no seu trabalho? |